

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Luzinele Everton de Alcobaça

**OS MUNDOS DE MARACANÃ: OBRIGAÇÕES, MEDOS E
TRANSFORMAÇÕES URBANAS NUMA REGIÃO DA ILHA
DE SÃO LUÍS-MA**



São Carlos - SP

2024

Luzinele Everton de Alcobaça

**OS MUNDOS DE MARACANÃ: OBRIGAÇÕES, MEDOS E TRANSFORMAÇÕES
URBANAS NUMA REGIÃO DA ILHA DE SÃO LUÍS-MA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Linha de Pesquisa: Antropologia Urbana

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo

São Carlos - SP

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Everton de Alcobaça, Luzinele

Os mundos de Maracanã: obrigações, medos e transformações urbanas numa região da ilha de São Luís-MA / Luzinele Everton de Alcobaça -- 2024. 250f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Luiz Henrique de Toledo

Banca Examinadora: Rosirene Martins Lima, Elisete Schwade, John Cowart Dawsey, Martina Ahlert, Felipe Ferreira Vander Velden

Bibliografia

1. Medos. 2. Festa. 3. Expansão urbana. I. Everton de Alcobaça, Luzinele. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Luzinele Everton de Alcobaça, realizada em 08/03/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo (UFSCar)

Prof.^a Dra. Rosirene Martins Lima (UEMA)

Prof.^a Dra. Elisete Schwade (UFRN)

Prof. Dr. John Cowart Dawsey (USP)

Prof.^a Dra. Martina Ahlert (UFMA)

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O relatório de defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

DEDICATÓRIA

À Família Ferraz, à Maria Vitória Teixeira e aqueles que tornaram e tornam, pela alegria, a vida possível em Maracanã.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, que exprime sua sabedoria e criatividade em cada saber, em cada ente e em cada beleza. Foi preciso muita persistência para chegar até aqui e sua força criativa me fez persistir.

À minha família, que me deu o suporte possível durante o longo processo de escrita.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pois sem bolsa a pesquisa e a experiência de morar na região de Maracanã não teria sido realizada.

À família Ferraz que tão gentilmente me recebeu em sua casa e me acolheu em suas vidas por dois anos.

Aos interlocutores e amigos que fiz em Maracanã e em Alegria pela gentileza e paciência dispensados a mim e a minha pesquisa durante tanto tempo, inclusive àqueles que faleceram ao longo da construção do texto da tese.

Ao orientador prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo por encarar o desafio de dialogar, inspirar e manter meu espírito desperto durante os anos de pesquisa e escrita da tese.

À co-orientadora prof.^a Dra. Rosirene Martins Lima, por se fazer presente apontando caminhos tanto na reflexão acadêmica quanto na vida emocional, que é tão importante para tudo o mais.

Aos amigos e amigas de longa data e àqueles que conheci durante o doutorado por me apoiarem das mais diversas formas. Não há palavras suficientes para expressar minha gratidão.

Aos professores da banca de qualificação e de defesa da tese pela gentileza, paciência e empenho com que leram e refletiram a partir das questões e elementos elencados no texto.

RESUMO

De povoamento antigo, a região de Maracanã é formada por bairros considerados rurais e periféricos na relação que mantêm com núcleos mais urbanizados da cidade de São Luís. Maracanã, Alegria e Vila Mochel compartilham especificidades políticas, históricas e culturais oriundas dos fluxos de saberes e de populações que a compuseram em diferentes contextos. Entre 2013 e 2018, residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, com milhares de imóveis, foram implementados, impactando brejos, rios, juçarais e tensionando o cotidiano e práticas tidas como tradicionais para populações que ali já viviam. A pesquisa parte das experiências biográficas de um conjunto de núcleos familiares situados nesses bairros e da minha própria experiência enquanto moradora eventual da região, analisando os significados que elas desencadeiam no que diz respeito ao processo de habitar os lugares em contextos de desenvolvimentismo urbano e devastações múltiplas. Visto como signo não apenas da expansão urbana, mas também de um mundo que avança repleto de hesitações em relação ao interconhecimento e à confiança intersubjetiva, a reflexão que meus interlocutores realizam mobiliza medos constituídos no relacionamento. O cumprimento de obrigações com santos católicos, expresso nas festas no espaço doméstico, tem o potencial de confrontar o medo da violência urbana à qual os residenciais são associados e, assim, dinamizar uma espacialidade constrangida. Afinal, é menos provável nos deixarmos dominar pelo medo de ações humanas quando o excesso da alegria religiosa nos faz sentir bem acompanhados.

Palavras-chave: Medos. Violência urbana. Festa. Obrigação. Expansão urbana.

ABSTRACT

Previously conceived as a settlement, Maracanã region (Maranhão, Brazil) is now composed by districts considered as rural and outskirts in the relation they establish with the urban centers of the region. Maracanã, Alegria and Vila Mochel share political, historical and cultural specificities concerning their flow of knowledge and people in varied contexts. Between 2013 and 2018, thousands of houses were built in the region through the Brazilian Social Housing Program “Minha Casa Minha Vida”. This was something producing an environmental impact in the swamps, rivers and juçara forests, in addition to producing a tension in the daily lives and traditional practices of its population. This research departs from the biographies of different families living in the districts of Maracanã and from my own experiences as an eventual dweller of the region. Then, I analyze the meanings of inhabiting places where the contexts of urban development and multiple devastations are present. These meanings are taken as outcoming from expanding urbanity and an advancing world that hesitates the possibilities of inter-knowledge and intersubjective trust. The reflections raised by my interlocutors make it evident the fears produced through relating. The obligations they comply with the catholic saints – which are expressed in the domestic space – potentially confront the fear of an urban violence to which the districts are associated when they dynamize a constrained spatiality. After all, it’s less likely that the fear of human actions domains us when the excess of religious happiness makes us feel like we’re in a good company.

Keywords: Fear. Urban violence. Festivity. Obligation. Urban expansion.

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

B40 - Bonde dos 40

BNH - Banco Nacional de Habitação

ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão

AMRMS - Associação de Moradores do Residencial Morada do Sol

APA - Área de Proteção Ambiental

AVAMA - Associação dos Veteranos de Alegria Maracanã

COVID-19 - Coronavírus

COHAB - Companhia de Habitação Popular

CONAN - Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Maracanã

CV - Comando Vermelho

CVDR - Companhia Vale do Rio Doce

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto sobre Propriedade Predial Urbana

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

PCC - Primeiro Comando da Capital

PCM - Primeiro Comando do Maranhão

RFFSA - Rede Ferroviária Federal

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01- Silvinha olhando para o Rio de Seu Zé Ceará durante festa na casa de Nega	16
Imagem 02 - Dança de coreira no Tambor de Crioula na Casa de Nega	17
Imagem 03 - Desenho da Rua Menino Jesus numa manhã bastante iluminada de dezembro	31
Imagem 04 - Entrada da rua Menino Jesus numa tarde quente e ensolarada de outubro	32
Imagem 05 - Esquema de rios e lagoas da rua Menino Jesus e adjacências	33
Imagem 06 - Planta humanizada da casa dos Ferraz no período de realização do estudo etnográfico	35
Imagem 07 - Desenho do sítio da família Ferraz em perspectiva aérea	36
Imagem 08 - Mapa da Área de Proteção Ambiental	44
Imagem 09 - Mapa de localização das comunidades recortadas pelo estudo em relação ao Distrito Industrial	45
Imagem 10 - Avenida Principal de Maracanã quase no fim de uma tarde de agosto	46
Imagem 11 - Mapa da Localização das Comunidades Recortadas pelo Estudo em relação ao centro antigo de São Luís	47
Imagem 12 - Mapa de uma porção da região de Maracanã desenhado por Edrick Coutinho	48
Imagem 13 - Mapa da localização geográfica dos empreendimentos do Programa MCMV por faixa de renda	77
Imagem 14 - Vista panorâmica do Residencial Morada do Sol	80
Imagem 15 - Mapa de parte da região de Maracanã desenhado por Azul	90
Imagem 16 - Elementos que consegui fixar numa memória particular sobre o campo do Alegria Futebol Clube	94
Imagem 17 - Memória Particular do campo de futebol amador do Cruzador da Ilha	95
Imagem 18 - Mapa da distribuição territorial de facções	132
Imagem 19 - Ponto de Vista de Seu Luíz Santana acerca do sítio de sua avó na infância	143
Imagem 20 - O Surrupira	163
Imagem 21 - A Mãe D' água	167
Imagem 22 - O brejo em horário diurno	169
Imagem 23 - Ponto de vista sobre o juçaral em horário noturno	169
Imagem 24 - Lugares para Esconde-Esconde	170
Imagem 25 - A Mula Sem Cabeça	172
Imagem 26 - Parte da região de Maracanã em relação aos conjuntos do MCMV	185
Imagem 27 - Reza na casa de Dona Sandra	216
Imagem 28 - Levantamento do mastro na Festa de Sant' Ana	222
Imagem 29 - Queimação de palhinhas	226

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: “HOJE TEM TAMBOR NA CASA DE NÊGA”	12
1.1 DIGRESSÕES DA MEMÓRIA: MOTIVAÇÕES PARA ESTUDAR O FAMILIAR.....	21
1.2 UMA “ESTRANHA FORA DO NINHO”: OBSERVAÇÕES SOBRE A ESTADIA EM ALEGRIA.....	28
1.3 A CASA DOS FERRAZ, A CASA DA ANTROPÓLOGA.....	34
2 UM POUCO DA REGIÃO DE MARACANÃ E SUA DINÂMICA SOCIOESPACIAL	43
2.1 O QUE CONTAM OS HABITANTES DE ALEGRIA E DE MARACANÃ SOBRE A FORMAÇÃO DE SUAS COMUNIDADES.....	51
2.2 “FOI DE UMA HORA PARA OUTRA”: IMPRESSÕES E RUMORES DE HABITANTES MAIS ANTIGOS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE RESIDENCIAIS NA REGIÃO DE MARACANÃ.....	58
2.3 MEIOS DE VIDA NA REGIÃO DE MARACANÃ NA RELAÇÃO COM A EXPANSÃO URBANA DE SÃO LUÍS.....	64
2.4 “AQUI A GENTE TEM LIBERDADE”: COMO É HABITAR OS CONJUNTOS.....	79
3 DA RIVALIDADE VIVIDA À VIOLÊNCIA TEMIDA	87
3.1 TIRANDO TERRENO E CRIANDO INVASÃO.....	91
3.2 PARA TORNAR FAVORÁVEL O DESFAVORÁVEL, SÓ TIRANDO PEDRA.....	96
3.3 O FUTEBOL AMADOR PELOS OLHOS DE SEU JADIEL.....	101
3.4 É NA RIVALIDADE QUE O FUTEBOL APROXIMA.....	109
3.5 FAZER FESTA TAMBÉM PROVOCA RIVALIDADE.....	120
3.6 A RIVALIDADE PERANTE A VIOLÊNCIA.....	129
4 COSMOPOLÍTICA DO MEDO	136
4.1 SOBRE VARRER CASAS E RIOS.....	138
4.2 ANDANDO DE LUGAR EM LUGAR SE TECE RELAÇÕES.....	151
4.3 ANDAR E SENTIR MEDO.....	159
4.3.1 PARTICIPA QUEM PEDE LICENÇA, PEDE LICENÇA QUEM SENTE MEDO DE PASSAR	177
5 ENTRE REZAS, FESTAS E MEDOS A OBRIGAÇÃO É CUMPRIDA	184
5.1 A OBRIGAÇÃO DE SEU ROBSON COM SANTA LUZIA.....	185
5.2 AGORA É DE BANDIDO QUE A GENTE SENTE MEDO”: O POTENCIAL IMAGINATIVO DO ASSOMBRO PARA A RECUSA DO MEDO DA VIOLÊNCIA HUMANA COMO RAZÃO ABSOLUTIZANTE.....	190
5.3 É PRECISO CUMPRIR A OBRIGAÇÃO.....	201
5.3.1 QUEM COM OS SANTOS CAMINHA, BEM ACOMPANHADO ESTÁ	215
6 CONCLUIR COM CUIDADO	230
REFERÊNCIAS	239
APÊNDICE A - ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA FERRAZ	248

1 INTRODUÇÃO: “HOJE TEM TAMBOR NA CASA DE NÊGA”

É dia de festa na casa de Nêga. O tambor de crioula que acontece nela costuma reunir gente de Alegria e de algumas comunidades próximas para festejar São Benedito. Um grupo de pessoas e seus tambores (homens e mulheres) veio de Itapera para animar a festa, que é o cumprimento da “obrigação” da família de seu Zé Ceará para com esse santo anualmente. Esse senhor foi quem iniciou a festa e, depois de sua morte, ela deixou de acontecer. Seus filhos a retomaram faz uns 5 anos¹.

Desde as primeiras horas da manhã percebi que a festa iria movimentar a rua naquele dia. Os sucessivos estampidos dos foguetes lhe anunciavam, fazendo com que os vizinhos se lembrassem da data especial e, assim, se achegarem. Eu não me dirigi para lá de imediato. Não me senti à vontade para ir desacompanhada, já que tinha ido visitar a família apenas uma vez até então, e a timidez é uma disposição impositiva. Dona Maria Ferraz, com uma pergunta, me convocou à mesa do café como quem faz um lembrete. “Luzinele, tu sabe que hoje tem tambor na casa de Nêga? Vamos pra lá daqui a pouco”. Assim, enquanto esperava para ir junto, tomei o café e fui algumas vezes ao portão da casa dos Ferraz observar, cheia de curiosidade, a movimentação das pessoas que entravam e saíam da casa dessa senhora do outro lado da rua, inclusive muitos de seus familiares entravam com cadeiras, mesas, levando e trazendo panelas, alimentos e bebidas num trânsito entre a casa dela e as de parentes seus que ficam bem ao lado da sua. As conversas e risos juntos denotavam alegria, agitação e esforço coletivo, que, não se concentrando dentro da casa, se espraiavam pelo quintal.

Se até um dia antes do tambor a rua transparecia pacacidade e uma sensação de vazio demográfico, no dia em questão, se deu uma transformação. Para além do ruído das folhas das juçareiras pelo vento e das águas do Rio da Passagem, ouviam-se e viam-se os passos das pessoas pela rua chegando para a festa, se ouvia o barulho de carros vindo com equipamentos da radiola², que tocava à noite e com o pessoal do tambor. Foi a primeira vez desde a minha chegada à comunidade três meses antes que notei essa quebra da rotina espacial na rua Menino Jesus. Fora dessa rua as coisas e o bairro continuavam como antes, isto é, com poucos transeuntes e tráfego de veículos. Próximo ao horário do meio-dia Silvinha, Deca e dona Maria Ferraz me chamam para ir à ladainha, momento importante que abre a celebração ao santo. De posse da minha câmera fotográfica, segui com elas para a casa de Nêga.

¹ A família não sabe ao certo a data precisa de retomada da festa.

² Aparelhagem de som composta por caixas amplificadoras e DJs. É comum as caixas serem empilhadas formando um paredão.

Apenas uma cerca de arame farpado, com uma estreita cancela³ de madeira, separa o terreno da casa dessa senhora do espaço da rua. Entramos e logo vi perto da porta do barracão⁴ do Reis das Nuvens, do lado de fora, uma fogueira sem labaredas e em volta dela alguns tambores.

__ Por que os tambores em volta da fogueira?
 __ Para aquecer o couro para a hora do tambor, me responde uma de minhas acompanhantes.

Do lado do barracão, uma tenda aberta nas laterais e coberta com lona foi armada para o acontecimento especial. Algumas mulheres, com suas saias compridas, rodadas e muito coloridas, organizam com esmero aquele espaço. Elas se destacam num ambiente onde todos estão vestidos casualmente e sem ostentação.

Cada uma para um lado, Deca, Silvinha e dona Maria vão puxar assunto com conhecidos, e assim nos dispersamos no quintal. Aproveito para cumprimentar os filhos de Nega e vendo a liberdade com que as pessoas iam do quintal à casa e sentindo o cheiro convidativo da comida, fui até a cozinha cumprimentar aquelas que encontrasse e ver o que estava rolando por lá. Parte da cozinha é feita de pau a pique, e a outra, é de alvenaria. É um local com pouca mobília. O chão é de terra batida. Nêga com mais algumas mulheres estão cozinhando à lenha, outras preparam saladas e montam alguns pratos para serem servidos, enquanto rapazes entram e saem do recinto levando e trazendo coisas. Tudo isso em meio a conversa, num clima de pressa e correria para que tudo fique pronto a tempo. Tento logo me enturmar:

__ Olá! A festa está ficando animada
 __ Olá! Ela vai ficar mais ainda. As pessoas estão chegando e daqui a pouco vai começar a ladainha, diz Flávia
 __ A comida está com um cheiro muito bom.
 __ É cheiro de comida feita na lenha, observa Nêga, sua irmã.

Trocamos algumas trivialidades enquanto ela realizava seus afazeres em pé diante da mesa, e perguntei se eu poderia fotografar a festa e o espaço. Dada a resposta afirmativa, tirei umas fotos do movimento na cozinha e saí para o quintal onde fui cumprimentando alguns moradores locais, aos quais Silvinha ia me apresentando. Foi nessa ocasião que conheci dona

³ Pequena porteira.

⁴ No campo identifiquei uma diferença no modo em que são classificados “barracão” e “terreiro”. O primeiro se refere à forma física do prédio e o segundo aos momentos rituais e espaço no centro do “barracão em que acontece o giro do pai de santo (e da mãe de santo) com os filhos de santo. Todavia, em muitas conversas ouvi o termo “terreiro” de modo mais genérico não especificando ou separando ritual e espaço físico onde ele ocorre ou ainda para se referir a assuntos, pessoas e práticas relativos a um domínio religioso específico. Procuro conservar, de acordo com o contexto, as diferenças ao longo da tese.

Marlene Pereira, uma moradora de Maracanã, que tem relação de proximidade à família de seu Zé Ceará.

__ Me falaram que você está fazendo uma pesquisa sobre Maracanã
 __ Sim, e estou vivendo aqui faz três meses na casa dos Ferraz logo ali do outro lado da rua
 __ Dei uma entrevista para a outra menina que também está fazendo pesquisa sobre Maracanã. Posso conversar contigo também
 __ Maravilha! Podemos marcar quando a senhora quiser.

Fiquei contente com tamanha disposição de dona Marlene, uma vez que era a primeira moradora de Maracanã com quem conseguia estabelecer contato e, portanto, ela poderia mediar uma aproximação junto a outros da mesma localidade. Um tempo depois fiquei sabendo que ela estava habituada a ser a “porta-voz” em Maracanã no que se refere à Festa de Reis. Ela me foi de grande ajuda, intermediando conversas alguns meses mais tarde. Trocamos números de telefone, comentamos o ambiente da festa, falei um pouco sobre mim e de onde venho para responder suas perguntas. Ao mesmo tempo, procurava reparar nas pessoas conversando despreocupadas, rindo alto e tomando cerveja, sentadas em volta das mesas de plástico debaixo das árvores no sítio.

Boa parte dos presentes eram das redondezas de Alegria. Eram parentes, amigos e conhecidos da família Nascimento. Dona Maria Ferraz tinha me falado isso alguns dias antes da festa e naquele dia percebi rostos já vistos por mim na área. Embora eu não me detivesse nos assuntos das conversas, o clima delas era de tranquilidade, descontração e muita alegria. Silvinha, que estava próxima, interrompeu minha sutil observação:

__ Ei, Luzinele, vamos ali para eu te mostrar o Rio de Seu Zé Ceará. Lembra que eu te falei dele?
 __ Ah, sim. Lembro. Vamos lá!

O som dos tambores era aquecido não tão longe dali e eu segui Silvinha por uma área de vegetação baixa em direção ao brejo. Chegamos a um estreito curso de águas barrentas que seguia por entre juçareiras e raízes de buritizeiros e outros troncos de árvores desconhecidas para mim, formando à nossa volta uma aparência verde escura acinzentada com leve frescor no ar que respirávamos. Como o burburinho da festa tinha ficado para trás e o vento estava parado, ali, tudo era silêncio.

__ Sabe, a gente passava muito tempo aqui tomando banho nessas águas, como te falei. Não tinha uma só semana sem que eu, meus irmãos e mamãe não viéssemos para cá. O pessoal lá de casa cavou

esse rio quando nos mudamos para o sítio ao pegado ao nosso porque vovó Mundoca pôs a nossa casa em construção.

__É, dona Maria me disse outro dia: “menina, era só um riozinho. Antes era de seu Zé Cunha. Esse rio era só uma besteirinha de tão pequeno. Aí fomos cavando, cavando, cavando com o facão e ele aumentou de tamanho”. Ela fala sempre que pode do tempo que passava lavando roupa no rio com sua comadre Jura.

__Mas antes do Rio de Seu Zé Ceará a gente ia para o Rio de Seu Ovídio porque ficava mais perto de casa. Mamãe ficava lá das 5h da tarde às 6 e meia lavando roupa. Vovó Joca nadou muito nesse rio, viu! Meu cabelo vivia durinho de lodo do rio. E Deca? A bonita fazia a gente coar a água para ela lavar os cabelos. A água era limpa, né, mas a gente bagunçava e ela ficava suja [Silvinha sorri ao narrar os acontecimentos].

__Que rio é esse?

__É o que fica do lado da casa de Fátima.

__Ali tem um rio? Só vejo árvores lá

__É que agora ele quase não existe mais. Foi assoreado com os detritos, terra, barro vindos da construção dos conjuntos. Vou te levar lá para ver. É triste, triste mesmo. Era lugar de muitas conversas dos adultos, muitas brincadeiras das crianças e não faz tanto tempo assim. Talvez 10 ou 12 anos...talvez menos.

A voz da minha interlocutora se mostra carregada de chateação ao falar dessas coisas.

__Tu me contaste que teu filho não está tendo uma infância igual a tua porque não toma banho nos rios daqui.

__Pois é. Meu filho não vive o que eu vivi e desde que fizeram essas casas [residenciais] os rios ficaram assim. Não dá mais para tomar banho neles.

Ficamos alguns minutos observando aquela paisagem, que tinha um misto de encanto, dor e de saudade. A impressão era que o rio estava em quarentena, sozinho e doente, afastado das pessoas que costumavam estar com ele, e Silvinha olhava para o filete de água escura, seguindo seu caminho tímido, como se olhasse para um moribundo. Parecia acessar lembranças não muito distantes para ela, sobre as quais me falou tantas e tantas vezes. Curiosamente, essas alegrias do passado estavam presentes sempre que ela tocava no assunto.

Imagem 01- Silvinha olhando para o Rio de Seu Zé Ceará durante festa na casa de Nega



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2019).

Tomamos o caminho de volta após ouvirmos ao longe Deca, irmã de Silvinha e rezadeira, chamar para rezar a ladainha à Maria, mãe de Jesus, em latim e fazer o oferecimento a São Benedito. Era por volta das 13h. Quando chegamos à tenda, um pequeno altar tinha sido montado para o santo da festa e para Nossa Senhora Aparecida com um pequeno grupo de pessoas se aglomerando ali no entorno. No momento de reza da ladainha a maioria dos presentes são mulheres e, antes de concluída essa parte da cerimônia, que é puxada por Deca, um “tocador” derrama um litro de bebida alcoólica dentro da tenda contornando o espaço destinado ao movimento das “coreiras”. Ele nota que me aproximo com um olhar de curiosidade e diz: “É para batizar o lugar, ‘pedir licença’ ao santo da festa”.

Logo depois, “o tambor” teve início, e as “coreiras” de saias esvoaçantes na roda executam movimentos de dança livres, ágeis e giros habilidosos diante dos tambores. A sintonia entre tambores, seus “tocadores”, “coreiras” e São Benedito em seus braços é tão íntima que parece hipnotizar os observadores, composição que tem uma estética particular. Nenhuma “coreira” dança igual a outra. O movimento não é coletivamente padronizado, não obstante ser semelhante. Cada uma delas tem um giro que lhe é característico e um gingado envolvente em que a saia mais se parece as ondas do mar a envolver aquela que dança. Acho que posso dizer que é mais que corpo a dançar. É tudo que constitui essas mulheres dançando com e para o santo. Dançar é rezar. Conforme a festa vai acontecendo, mais gente é atraída, a aglomeração cresce e junto vem a agitação da casa e da rua. Ali não tem parte o medo da presença de pessoas desconhecidas ou de que atos violentos possam vir a ocorrer, não tem parte a dor, a tristeza e tudo o mais que possa ser interpelado pela alegria, afeição e devoção.

A imagem de São Benedito é passada entre as “coreiras” de mão em mão, e cada uma vai ao centro da roda enquanto dança. Nesse meio tempo, homens e mulheres, com o

microfone, se revezam na cantoria de versos que fazem referência ao santo. Nêga, também “coreira”, em dado momento pausa a imagem do santo sobre as cabeças de várias pessoas presentes enquanto dança, dando assim pausa na agitação para o almoço.

Comida é servida em fartura: arroz, saladas, feijoada, carne de boi, de frango, macarrão, feijoada e eu, seguindo os demais, vou buscar meu prato na cozinha e procuro um assento. “O tambor” recomeçou às 14h30. Bebidas alcoólicas foram servidas em baldes antes mesmo de iniciados os toques e, a essa altura do dia, já havia muita gente embriagada pelo vinho distribuído pelos “donos da festa”, sobretudo para os “tocadores”. A partir das 18h, teve início a “festa dançante” com radiola contratada para a ocasião. Essa é a parte da festa em que pessoas sem ligações de proximidade com a família Nascimento começam a chegar e a aglomeração cresce. Brega⁵ e o pop sertanejo estão entre os ritmos mais tocados. O início da noite foi o momento em que me retirei do tambor juntamente com Silvinha e dona Maria, que quis ir mais cedo.

Imagem 02 - Dança de coreira no Tambor de Crioula na Casa de Nega



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2019).

Deca resolveu permanecer mais tempo bebendo, rindo, conversando com vizinhos, parentes e amigos, rendendo muito assunto para o dia seguinte acerca de quem bebeu demais, quem bebeu menos, quem esteve e não esteve na festa e quem fez vexame. O tambor na casa de Nêga naquele dia se mostrou revelador de valores, sensações e afeições que estão para

⁵ É um estilo musical de características consideradas exageradamente românticas e que é muito comum no norte e nordeste do Brasil. Iniciado nas décadas de 1970 e 1980 em zonas urbanas periféricas, o estilo escapa a uma definição precisa de melodia e sonoridade, já que se mistura ou costuma transitar em outros ritmos como bolero, samba canção, rock nordestino, brega funk e piseiro. Costa (2009), em etnografia sobre o circuito bregueiro de Belém do Pará, analisa as regularidades que envolve esse modelo de festa, favorecendo uma forte identificação entre o estilo musical e seu público consumidor.

além das suspeitas ocultas apregoadas no período em que lá vivi acerca do risco da violência urbana em expansão na área.

Para introduzir uma discussão antropológica, optei pela descrição de uma das primeiras festas que frequentei quando vivi em Alegria, porque acredito que o acontecimento reúne, no contexto de grandes transformações socioespaciais que estão acontecendo na região de Maracanã na última década, alguns aspectos importantes da sociabilidade local e da espacialização das relações que envolve humanos e não humanos. De fato, nos momentos de festa, as conversas acerca de assaltos, mortes violentas e quaisquer outros perigos, além de olhares ansiosos pela presença de pessoas desconhecidas, não tem o espaço costumeiro, não admitem medo de estar com o outro.

Categorias como “festa”, “obrigação”, “tradição” e “medo” são muito mobilizadas pelas pessoas com quem trabalhei para se referirem a seu modo de vida e às expectativas que rondam o cotidiano. A ansiedade no trato da degradação ambiental e da diversidade populacional vinda com os residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida é basilar para a discussão da expansão urbana de São Luís e da mudança na subjetividade a partir dessa região antiga, considerada periférica na cidade. A festa na casa de Nêga ilustra a continuidade de uma forma de existência num lugar com características socioambientais específicas, e em meio a certa ruptura sentida por seus moradores (mencionado no diálogo com Silvinha) a partir de um acontecimento tido como espacialmente chocante, isto é, a construção em massa de empreendimentos habitacionais.

O rio de seu Zé Ceará e, de modo semelhante, o rio de seu Ovídeo foram mencionados em muitas conversas com pessoas da comunidade, sobretudo por aquelas que moram na rua Menino Jesus. Antes da construção dos residenciais Amendoeiras, Santo Antônio e Morada do Sol, eles eram pontos de encontro e de convívio para moradores e pessoas que vinham de outros bairros da ilha. Ademais, eles abrangeram outros aspectos da vida cotidiana em distintos momentos da história do lugar. Desde acontecimentos que marcaram a infância, a idade adulta até as ocasiões de trabalho, diversão, prática religiosa e ocasiões de medo de afetividade, nada escapava aos rios, aos brejos, juçarais, à casa e ao quintal. A vinda dos residenciais propiciou, nativamente, avaliações acerca de como suas vidas, relações interpessoais, festas domésticas e paisagens foram afetadas por outros eventos próprios da expansão urbana em diferentes amplitudes.

Quais valores e visões de mundo estão sendo mobilizados nas narrativas de medo dos habitantes mais antigos de Alegria, Maracanã e Vila Mochel em relação a implementação de residenciais do Programa Minha Casa Minha concretizada entre 2013 e 2018? De que modo

esse evento se mostra um gatilho para que os habitantes da região reflitam sobre as implicações de outros eventos simultaneamente importantes nas suas trajetórias biográficas e conformação socioespacial local? O que significa habitar a casa e os lugares nesse contexto de estranhamento e de delicadas negociações com os novos habitantes? Como o cumprimento de “obrigações” enquanto práticas “tradicionais” se ressignificam nesse plano de mudanças? Quais medos estão em relação nessas práticas de engajamento existencial? Esse é o questionamento tecido ao longo da pesquisa.

Assim sendo, este trabalho é uma tentativa de analisar as tensões, violências, negociações e acomodações intersubjetivas e espaciais que envolvem a expansão do modo de vida urbano numa região da Ilha de São Luís, onde seus habitantes mais antigos têm fortes laços parentais entre si e identificação a valores morais e religiosos que configuram suas tradições. A relação com os rios, brejos e juçarais, seriamente afetada pelas políticas de desenvolvimento urbano ao longo de décadas, é uma das dimensões da experiência que mais têm suscitado, nessas pessoas, uma reflexão sobre seu modo de vida diante de mudanças socioeconômicas e políticas mais amplas. As consequências negativas sobre a relação direta com os rios foram a porta de entrada para que, em campo, eu notasse uma economia de emoções, vínculos religiosos, parentais e vicinais que conformam subjetividade e lugares habitados.

Considerando tal contexto etnográfico, os objetivos que propus ao longo da estadia em Alegria foram: identificar as características socioespaciais e culturais da região de Maracanã e as implicações que os habitantes mais antigos interpretam como resultantes da construção dos residenciais do Minha Casa Minha Vida. Por meio de narrativas biográficas e da minha própria experiência diária de acesso a São Luís, estando em uma área rural de distância geográfica dispendiosa, propus analisar a percepção dos sujeitos da pesquisa acerca dos eventos que marcaram o processo de aproximação entre a “cidade” e os “povoados” dessa parte da ilha.

Outros objetivos incluem expressar a relação que os habitantes mais antigos de Maracanã, Vila Mochel e Alegria fazem entre medo e conhecimento na sociabilidade cotidiana e, por fim, discutir os significados que afeição, “obrigação” e alegria têm no processo de interpelação de outros medos, seja para lidarem com entidades e seres encantados, seja para expressarem expectativas e negociações nos planos tangível e intangível, envolvendo as relações recentes com os habitantes dos residenciais e com as implicações desses empreendimentos nas práticas concebidas como tradicionais por aqueles.

O ponto de vista trazido para a etnografia é o dos “habitantes mais antigos” da região de Maracanã. Por habitantes mais antigos, compreendo aqueles oriundos de grupos familiares que vivem na região de Maracanã desde, pelo menos, o século XIX e aqueles que foram se vinculando a tais grupos ao longo das décadas que antecedem a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na área. Não advogo nenhum purismo cultural. A denominação me pareceu mais adequada à sensação que as descrições do evento Minha Casa Minha Vida sempre despertaram em mim como ouvinte. Ele é tomado como uma coisa que veio do nada e de lugar nenhum e, por isso, transtornou as costumeiras relações locais, causando medo específico. Com isso, quero assinalar que, como pesquisadora e habitante eventual de Alegria, não estive isenta dele, em decorrência do fato de que os residenciais estiveram afastados da minha esfera etnográfica.

Mesmo que algumas pessoas da minha rede de relações tenham amigos ou familiares vivendo nesses lugares, não pude acessá-los diretamente. Recebi muitos “nãos” e silêncios, denotando, se não medo, ao menos uma desconfiança acerca dos desdobramentos da minha prática⁶. Os discursos dos habitantes mais antigos acerca da violência de “facções” provocaram, na análise, certo nível de generalização e imprecisão acerca desses grupos e de suas ações, definidas por meus interlocutores como “criminosas”. Minha inserção em campo acompanhou um momento de ruptura no cotidiano do lugar e, portanto, segue parcialmente as linhas de rearranjo das relações socioespaciais.

É preciso explicitar como meu olhar está sendo influenciado na construção das questões, dos argumentos e da escrita etnográfica. A espacialidade, tomada tanto em sua materialidade quanto em seu aspecto intangível, constitui o interesse maior. Perceber a maneira como os interlocutores experienciam os lugares e como estes lhe constituem é o ponto focal com o qual desejo contribuir com a teoria antropológica. Todavia, a proposta é a de tentar escapar o quanto for possível de cogitações filosóficas sobre *espaço*, que podem ser incluídas em diferentes perspectivas. A ideia é dar voz às percepções vivenciadas por meus interlocutores e por mim mesma, sem deixar de estabelecer os diálogos teóricos que jugo imprescindíveis.

Assim, se o que procuro entender é a conexão entre subjetividade e espacialidade, parto empiricamente da afeição, medo e religiosidade em Maracanã para refletir o processo de expansão urbana de São Luís. Penso que o desenvolvimento de habilidades corporificadas de percepção e ação inseridas em contexto socioambiental tem grande relevância, considerando

⁶ A impressão de que a antropóloga poderia levar ao governo algum tipo de denúncia no que confere ações “ilícitas” locais.

as especificidades dessa relação - especificidades que não devem ser descoladas dos meandros das relações de força inferidas nas políticas de Estado. Além do que, não é simples qualificar as formas em que sua violência política assume no nível micro em diferentes contextos. Ela se dilui e se torna difusa. Recorrendo ao ordinário, se pode alcançar as sutilezas do extraordinário, que, no caso da região de Maracanã, se encontram em percursos biográficos, ações do dia a dia, nas festas e na própria paisagem.

Isso posto, o conceito de *habitar* de Ingold (2015), o de *lugar* a partir de Massey (2008) e, ainda, os de *violência*, evento e *ordinário* de Veena Das (2020) permitiram matizar alguns dos elementos e questões que venho apontando até aqui. Já para examinar o peso dos saberes ligados à afetividade e à emoção, tomo mão do conceito de *relacionalidade* de Carsten (2004; 2014), justamente porque advoga em favor do caráter especial com que as pessoas estabelecem conexões práticas e emocionais entre si na dinâmica da convivialidade, que, para a autora, auxilia na definição do parentesco. É notório no entendimento que laços assim se moldam nas casas. Mais que isso, me interessa no conceito as possibilidades de abertura analítica com vistas a distintas situações etnográficas. Ampliando-o, é possível incluir as conexões afetivas e práticas que a dinâmica do convívio cotidiano desenvolve entre humanos e não humanos (rios, brejos, juçarais e entidades religiosas), além do ambiente doméstico. A casa é somente um dos nós na tecitura da rede. Ainda no campo da afetividade e da emoção, o conceito de *medo*, mobilizado por autores ligados à antropologia das emoções (Hurtado, 2015; Rosaldo, 2019; Zapata e Romero, 2019) e da etnologia (Viveiros de Castro, 2011) contribui a partir dos paralelos e distinções que ele pode suscitar na reflexão sobre o “medo” vislumbrado em campo.

O ato de festejar em Maracanã navega entre o extraordinário e o ordinário de tal modo a confrontar o medo e suas manifestações. Em um ambiente de devastações múltiplas, a lógica que cria e refaz continuamente suas festas, especialmente as festividades religiosas - entre elas, Tambor de Crioula, Festas de Reis e Pagamentos de Promessas a santos católicos -, é configurada numa economia articulada de afeição e devoção religiosa. Pagar uma promessa por meio de rezas e festas, para as pessoas com quem dialoguei, é realizar uma “obrigação” para com entes queridos.

1.1 DIGRESSÕES DA MEMÓRIA: MOTIVAÇÕES PARA ESTUDAR O FAMILIAR

As coisas não brotam do nada para o mundo social, menos ainda a escolha dos pesquisadores no que concerne seus objetos de estudo. Eles não podem evitar tomar partido e

é importante que o façam (Becker, 1977). Dessa forma, as particularidades da região de Maracanã me suscitaram interesse, quando lá estive pela primeira vez, em 2016. Na ocasião, acompanhei uma amiga que estava à procura de um sítio para comprar. Já fazia quase dez anos da minha saída da cidade do interior do Maranhão onde nasci e passei parte da infância e adolescência.

A distância em linha reta entre essas duas cidades é de 116,10 km. Antes de ir viver em São Luís para cursar a universidade nunca tinha morado em cidade grande. Foi uma verdadeira mudança de hábitos. Acostumar-se a ideia de viver em espaços apertados, sem quintal e com a liberdade reduzida de circular pela cidade, dado o curto orçamento para custear as passagens de ônibus, e a sensação de insegurança que ronda as áreas periféricas e as viagens de ônibus coletivos, é um processo de aprendizado um tanto doloroso para quem nasceu e cresceu em meio a outras relações e ambientes em que tudo e todos estão próximos.

Adentrar algumas comunidades de Maracanã e conversar com pessoas de lá na visita que realizei se mostrou um verdadeiro gatilho da memória, trazendo à tona uma série de sensações não esquecidas, mas relegadas ao fundo das minhas experiências, experiências essas mais habituadas, naquele momento, à vida na desconfiada e movimentada cidade grande. Assim, observar os espaços em Maracanã com casas mais espaçosas e com quintais povoados por plantas, árvores e pequenos animais provocou um novo estranhamento. Desta vez, o ato de estranhar se dirigiu ao que eu estava vendo, contrastando aquela realidade às características mais amplas da cidade de São Luís, que tem muito vidro, concreto, um trânsito barulhento de veículos e pessoas e um distanciamento maior entre estas.

Adicionadas às expressões nostálgicas do tipo: “a vida era tranquila no Maracanã daquele tempo”, “a vida em Maracanã antes da chegada dos conjuntos”, “ah, antes não tínhamos muros em nossas casas”, me incomodou olhar um deserto de milhares de pequenas casas conjugadas, em meio a muito asfalto e sem nenhuma árvore no interior dos residenciais. A poucos metros de distância, se encontra Alegria e uma pequenina porção sua, chamada de Quilômetro 21 ou simplesmente 21, onde parte dos moradores vivem em sítios que comumente comportam mais de uma casa dentro do mesmo terreno. Isso sugere ao observador adensamento do grupo familiar e uma vizinhança feita por pessoas aparentadas. A circulação de pedestres nas ruas de piçarra é mais rarefeita, e a de animais como bois, cavalos, cães, galinhas é corriqueira. Contornando a estrada e os fundos dos quintais, estão alguns paredões de juçareiras dividindo espaço com cupuaçuzeiros, abricozeiros e outras árvores frutíferas. Entrecortando em muitos pontos essa vegetação, estão os rios.

Meus sentidos foram despertados não somente pelas sensações, mas igualmente pelas memórias que evocaram. Foi estranho e familiar ao mesmo tempo. Me dei conta de que partilho com essas pessoas e lugares experiências semelhantes. A curiosidade suscitada foi a de entender a lógica de suas relações e, assim, situá-las numa realidade mais complexa, porém mais imbuída de um olhar reflexivo e sistemático (Velho, 1978). Talvez não haja definições precisas e caminhando lado a lado com minha amiga Ju e uma conhecida sua que mora no local, dividi as atenções entre interagir na conversa e olhar ao redor num movimento circular de sentir e lembrar.

“Luza, vamos para o rio! É hora de tomar banho e buscar água para beber. O pote está seco na bileira⁷”. Era o que vovó dizia sempre duas vezes ao dia, de manhã e quase no fim da tarde, quando o sol começa a esconder-se atrás das águas sinuosas do grande rio. Esperava por esses momentos com ansiedade e expectativa, pois “bater água” era diversão garantida para as crianças. Assim sendo, eu chamava vários primos e primas e acompanhávamos vovó por um caminho de terra estreito que ligava a rua com suas casas de taipa e cobertas de palha de babaçu ao rio Mearim⁸.

Não havia água encanada nessa parte da cidade de Arari, e a iluminação elétrica nas residências e na rua era precária, dadas as frequentes interrupções no fornecimento. Era recorrente o uso de lamparinas a querosene. A casa que se prezasse tinha que ter suas lamparinas devidamente abastecidas. Ainda consigo lembrar dos constantes trânsitos de querosene entre os vizinhos, sem falar as queixas quando o querosene emprestado não era devolvido a tempo de um novo apagão.

Mas quero voltar aqui às idas ao rio com vovó. Éramos, ao menos, seis pirralhos, com idades entre cinco e onze anos, enfileirados à frente da matriarca. Com a “rodia”⁹ na cabeça e com o pote vazio nela apoiado, ela ia liderando a pequena comitiva. A caminhada não durava mais que 10 minutos. Ainda consigo recordar aquele cheiro. De manhã bem cedinho, às 6 horas, o cheiro da vegetação orvalhada às margens do rio Mearim se confundia, ou melhor, se combinava ao cheiro das águas correntes e das poças de lama, formando algo único e difícil de descrever, pois acho que só é acessível aos sentidos de quem tem a oportunidade de sentir.

⁷ Um tipo de estante de madeira com prateleiras em formato retangular dividida em 4 partes. A parte inferior, que é maior, comporta potes e filtros de barro para armazenar água e as pequenas partes superiores são sustentadas por um conjunto de ripas fixadas na vertical, acomodando os copos feitos comumente de alumínio.

⁸ Rio com 930 km de extensão. Nasce na Serra da Menina, entre os municípios de Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras e São Pedro dos Crentes e deságua na baía de São Marcos, entre a capital São Luís e o município de Alcântara. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/bacia-do-mearim-e-a-maior-do-maranhao>. Acesso em: 02 de jul. de 2021.

⁹ Um pedaço de tecido torcido e modelado à mão em forma de círculo usado muito frequentemente por mulheres para apoiar objetos pesados, como baldes e potes de barro cheios de água durante longos percursos a pé.

Geralmente, esses banhos eram rápidos. O importante mesmo era trazer água para armazenar. Já as lavagens de roupas no rio demoravam mais tempo e aconteciam menos vezes durante a semana. Eu gostava mais dessas ocasiões. Afinal, nós, as crianças, passávamos a manhã inteira pulando na água e brincando na lama das margens do rio, enquanto os adultos (mulheres) trabalhavam.

Nessa época, os avisos e conselhos dos adultos sobre os perigos daquelas águas eram constantes. “Fulano e fulana, fiquem brincando aqui perto de mim!”. “Não vão muito para o meio do rio. Ele é largo e fundo e vocês podem se afogar!”. “Cuidado com a Mãe-D’água! Ela gosta de levar crianças para morar consigo”. Lembro mais da diversão de tais momentos do que de sentir medo de possíveis afogamentos ou da mãe d’água, apesar de que afogamentos ocorressem de vez em quando e as histórias de Mãe-D’água fossem costumeiras num ambiente tão próximo e dependente do rio. Sempre tive a impressão, ao ouvir essas histórias, de que as Mães-D’água eram metade humanas e metade mistério. Não sabíamos o porquê de sua existência e isso não importava. O que importava é que ela nos afetava. O mundo encantado habitado por elas me foi transmitido assim como algo admirável por ser belo e eterno, mas também temido pelos perigos que ele encerra.

Aquela casa de vovó, onde passei parte da infância (e que não existe mais), assim como as demais casas da rua, era muito simples. Com paredes de barro, telhado de palha da palmeira do babaçu e mençabas¹⁰ nas portas e janelas, a casa de vovó tinha muita gente e pouca comida acomodados em apenas alguns cômodos. Minha mãe costuma dizer, fazendo troça, que ali vivia uma família composta de muitas famílias, pois, além dos meus avós, três de suas filhas (duas delas casadas) e com seus filhos pequenos também habitavam a casa. Mas não era fixa a quantidade de pessoas habitando-a, pois ela era um porto seguro quando não era mais possível para filhos e netos continuarem vivendo e trabalhando em outros lugares e com outras pessoas. As idas e vindas de seus habitantes eram o que constituía os contornos instáveis de seus cômodos e das coisas que os compunham.

Havia apenas um quarto, uma sala e a cozinha. Esta última era maior que os demais cômodos. Era o lugar de maior socialização dentro da casa perdendo tão somente para a sala em determinados horários. Na cozinha as pessoas partilhavam as refeições, conversavam durante o dia (sobretudo, os adultos) e brigavam, conforme o caso. Uma mesa de madeira, cercada por alguns bancos se somava ao fogão de barro, alguns sacos de carvão vegetal para

¹⁰ Folhas de portas e janelas feitas artesanalmente a partir de palha da palmeira do coco babaçu.

alimentar o fogo e um “jirau¹¹” para armazenar produtos da roça. Essa era a mobília da cozinha. O banheiro, chamado de privada e sentina, nada mais era do que um pequeno cômodo com paredes e telhado de palha de babaçu e ficava no fundo do quintal. Um dos meus tios, com esposa e filhos, eram nossos vizinhos da casa ao lado que não tinha cercas ou muros delimitando os quintais dos dois imóveis, sendo que do outro lado da rua de terra estreita que se enlameava no período de chuvas, vivia minha tia-avó materna com meu tio-avô e duas filhas.

Ninguém tinha cama. Todos dormíamos em redes espalhadas por toda a casa quando estava cheia, inclusive na cozinha. A televisão aglomerava crianças na sala durante as manhãs por causa dos desenhos animados e, à noite, os adultos, entre os quais alguns vizinhos, sentavam-se em um banco de madeira e outros no chão para assistirem ao telejornal e às novelas a partir das 18 horas. De fato, a televisão era o bem mais valioso da casa.

Como acabei de dizer, não havia muita comida em casa. Alguns dos meus conterrâneos dizem que “naquele tempo se bebia água e apertava o cinturão”, referindo-se à escassez, à precariedade dos meios de subsistência e à incerteza que cercava a busca por comida a cada dia entre os mais pobres. Nada estava garantido a priori. Não me lembro de horário definido para as refeições. Meu avô, tios, tias e primos mais crescidos iam para a roça e pontos de pesca antes das 6 horas da manhã. Nem sempre traziam peixes ou produtos da roça para casa.

A roça ficava em uma área mais afastada da nossa rua onde plantavam arroz, feijão, melancia, mandioca e macaxeira. Os juçarais eram outra fonte de sustento afluente. Entre agosto e outubro a juçara colhida em abundância, principalmente por homens, era vendida na feira da cidade ou de porta em porta. Cresci com o costume de que só alcançamos o sabor do fruto misturando-o à farinha de mandioca, peixe seco e camarão, evitando misturá-lo a outros alimentos porque, segundo a crença, a juçara assim como a Mãe-D’água é mistério e pode levar ao perigo da doença. Nesse período, ademais, as palmeiras do babaçu eram abundantes em terras que hoje se destacam pelas cercas intermináveis e pastagens para gado. As mulheres “juntavam” coco para fazer carvão, extrair amêndoas para vender na feira, tirar o leite, o azeite e o mesocarpo para o preparo de mingau.

A criação de patos e galinhas era imprescindível diante da quantidade de bocas para alimentar em casa todos os dias e vovó não deixava de zelar por cada ave individualmente, posto que nem sempre elas estavam saudáveis. Ademais, o acesso aos alimentos flutuava com

¹¹ Espécie de armação em formato retangular feita com pedaços de varas amarradas com cipó. Os jiraus podem ser suspensos ou fixados no chão das casas.

as estações do ano. Havia mais fartura entre o fim do período chuvoso (chamado no Maranhão de inverno) e meados do período de seca (chamado verão). O gás de cozinha era artigo inacessível, coisa da classe média e alta local. Logo, entre os mais pobres, predominava o uso do carvão de casca de coco para cozinhar e afastar as muriçocas ao longo da noite.

Nas agruras pela sobrevivência diária, manifesta-se um senso de ajuda mútua nas camadas populares em muitos contextos, e a produção da alegria faz parte dela. Embora essa seja uma interpretação que teço agora, depois de tanto tempo, penso que a religiosidade popular que se manifestava nos pequenos eventos da vida diária, como as rezas do terço nas casas de vizinhos e parentes por ocasião do mês mariano - data importante do calendário católico - e outras festividades religiosas, acabaram alimentando não somente a devoção e a ligação com o sagrado, mas também a fome de comida e de alegria. Nessas ocasiões do ano, os devotos ofertavam os alimentos que conseguiam obter àqueles presentes nas celebrações em suas casas. Um sentido de gratuidade estava implícito nas práticas festivas. Em muitos casos, eram celebrações em agradecimento pela obtenção de emprego, cura, resolução de problemas pessoais. Durante a Semana Santa¹², a vizinhança trocava entre si bolos, tortas de camarão de água doce e cuxá.

A rua de parte da minha infância não era pacata. Era barulhenta, porém um barulho que se afastava do movimento de carros, pedestres frenéticos e indiferentes e vendedores ambulantes do mundo urbano de nossos dias. Vovó diz, até hoje, que aquela nossa rua era escandalosa. Ela e seus habitantes eram mal vistos por pessoas que viviam em outras porções mais “sossegadas” da cidade. Eram frequentes as confusões, brigas entre parentes e vizinhos, entre casais, a música alta nos bares e a conversação infinita de pessoas sentadas durante a tarde nas portas das residências. A doença de um vizinho não ficava sem atenção e sugestões de remédios caseiros. Brincadeiras e algazaras da meninada por toda parte, e as novidades nesse contexto, como um rosto novo na área ou pretensos motivos da separação de um casal, tinham alarido e a velocidade de um relâmpago entre os vizinhos. Definitivamente, não se vivia ali cada um para seu canto.

Mesmo assim, pequenos eventos, como um Tambor de São Benedito¹³ na porta da casa de alguém para pagar uma promessa, ou os preparativos para festa do Divino Espírito Santo, sem dúvida quebravam a rotina da rua inteira e aqueciam os afetos. As pessoas não recebiam convites para participar de rezas e de tambores. Se alguma celebração estava à vista, para lá se dirigiam homens, mulheres e crianças, que enchiam as casas. A hora mais esperada,

¹² No calendário cristão católico, é a ocasião em que se celebra a paixão, morte e ressurreição de Jesus.

¹³ Como é conhecido o Tambor de Crioula em cidades e povoados do interior do Maranhão.

principalmente por estas, era a distribuição de café com bolos de tapioca, que acontecia depois de finalizada a oração do terço mariano¹⁴.

A meu ver, esquecimento não é o termo adequado para me referir ao movimento de distanciamento físico, cognitivo e afetivo no tempo espaço dessas experiências. Talvez minhas vivências posteriores possam tê-las direcionado para outro aspecto da subjetividade. Vivi experiências muito parecidas em outras cidades do interior do Maranhão. Afinal, são particularidades da região. Todavia, aquela parte da minha infância foi a mais marcante. Essa aproximação mental, cognitiva e corpórea provocou um recorte daquilo que se revelou mais significativo na visita à região de Maracanã. Posso dizer que é algo semelhante ao que Das (2020), inspirando-se em Bergson, chama a atenção quanto às diferentes modalidades em que o passado se torna presente em nossas vidas. A memória estaria conectando duas temporalidades, e a percepção daquele que recorda dá ao presente um matiz particular.

A primeira visita à região me fez voltar a essas vivências de uma forma inesperada e intensa, algo que aconteceu não só pelo que vi em termos de paisagem do lugar e das relações, mas ainda pelo que possibilitaram os outros sentidos - audição e olfato, sobretudo este último. O cheiro sentido durante a caminhada com minha amiga naquela comunidade em busca de um sítio para comprar, foi o mesmo sentido nas caminhadas matinais realizadas com vovó para o rio Mearim. Os sons do vento nas folhas das longas árvores ao longo do caminho e a nostalgia transmitida pelas pessoas, outrossim, muito semelhantes àqueles de outrora em outro lugar. Aquele meu momento presente deu a determinadas memórias de infância um tom apelativo. Nesse caso, a convivência com pessoas, lugares e sensações se mostrou muito útil ao que eu defino como estalo intelectual.

O movimento de lembrar inquietou-me por algum tempo, e no início do doutorado, em 2018, o orientador e eu pensamos um modo de transformar o estalo intelectual, em questão, em objeto de estudo. Como, até então, o aspecto socioambiental (uma visão de meio ambiente) se impôs como pré-noção, dicotomizei e verticalizei, no questionamento, as relações entre a construção de conjuntos habitacionais e os impactos em um modo de habitar, frisando o caráter impositivo de uma política habitacional na questão central, esquecendo a agência daqueles que são alvos da política. Aqui é o ponto em que o desconforto político pode se mostrar um estimulante reducionista. Nem tudo é só opressão ou só resistência à opressão. Os sujeitos negociam suas posições o tempo todo.

¹⁴ Um colar com cinquenta contas que representam a oração Ave Maria. Cada conjunto de dez contas é intercalado por uma nova conta representando a oração do Pai Nosso. Há ainda cinco contas numa extremidade de onde pende um crucifixo que assinala a oração do Credo.

1.2 UMA “ESTRANHA FORA DO NINHO”: OBSERVAÇÕES SOBRE A ESTADIA EM ALEGRIA

Negociar a estadia na região não foi uma tarefa exatamente simples. Acredito que os imponderáveis da vida cotidiana contribuíram para que as coisas ocorressem bem, no final das contas. Tudo começou com a compra do sítio pela minha amiga em 2017 para dar continuidade a seu trabalho social com crianças e adolescentes socialmente vulneráveis. Fui visitá-la algumas vezes. Ela contava que as pessoas da comunidade são receptivas, mas desconfiadas em relação a estranhos. Apesar das tentativas dela de se enturmar e desenvolver alguma proximidade com alguns vizinhos, ela percebia que as pessoas estavam mais interessadas em pretensos benefícios econômicos decorrentes da presença de uma organização social desse tipo. “Eles esperavam, sobretudo os mais antigos de Maracanã, que a nossa associação iria empregar gente do Maracanã. Aí levantaram essa expectativa, algo que me incomodava. O objetivo não era esse”, me disse Ju certa vez”.

Era notório para ela que, fora das festividades locais, as pessoas eram muito reservadas quanto a receber desconhecidos em suas casas. Já com a ideia do estudo em mente, percebi que me hospedar na casa da amiga não ajudaria no meu propósito, posto que poderia dificultar meu acesso às pessoas e relações. Eu seria só mais uma estranha e uma estranha ligada à rede de interesses da minha amiga e a uma ideia de assistencialismo da qual ela queria se desvencilhar. Em contrapartida, a desconfiança dos habitantes de Alegria para com gente novata na área forneceu indicativos do caráter de suas relações comunitárias. Eu teria que agir com muita delicadeza, cautela e achar mediadores daquele meio.

Só para adiantar um pouco a experiência da recepção como pesquisadora em uma casa estranha para mim, e onde eu era uma estranha para todo mundo, no primeiro dia no sítio dos Ferraz fui amistosamente sabatinada por meus anfitriões. Perguntaram-me sobre minha origem e questões pessoais, credo religioso e sobre minha família, bem como o tipo de pesquisa que eu pretendia realizar e os motivos que a cercavam. A circunstância expressava algo além do sentimento de estranheza que configura as práticas discursivas dos meus sujeitos de pesquisa em um plano de mudanças socioespaciais tão drásticas na região de Maracanã. Era imperativo conhecer a estranha que estava adentrando a casa. Saber se poderia ser confiável.

Voltando às condições de minha entrada no campo, felizmente, em 2017 estavam acontecendo uma série de audiências públicas para a construção do Plano de Manejo da APA

de Maracanã¹⁵ e Ju (minha amiga) e eu estivemos presentes em uma delas. Na audiência, pude me inteirar um pouco mais acerca dos incômodos que os moradores mais antigos têm no que diz respeito à presença dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida e seus habitantes. Conheci Raimunda da Silva Ferraz Neta (Silvinha) e sua irmã Odelina (Deca) no evento. Outros pesquisadores estiveram na escola Major José Augusto Mochel para acompanhar as discussões entre comunidades impactadas, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e a empresa de consultoria contratada para elaboração do Plano de Manejo. Na verdade, Silvinha, sua irmã e eu já nos conhecíamos de vista. Nas caminhadas pelo bairro Alegria topei com as duas na rua onde mora sua família. Na audiência pública, pudemos desenvolver uma primeira aproximação, trocamos números de telefone e passamos a conversar por aplicativo de mensagens.

No decorrer do doutorado, em 2018, pude falar mais sobre a pesquisa pretendida e negociar minha estadia de um ano em Alegria, o que foi mediada por Silvinha. Ela se mostrou receosa naquele momento, pois nosso contato era recente. A abertura à proposta foi se dando aos poucos e, em setembro de 2019, desembarquei no aeroporto de São Luís, indo direto para a casa da família Ferraz, que fica aproximadamente a 10 km de distância do aeroporto. A possibilidade de ir viver nessa casa foi muito bem-vinda, porque a família em questão está na comunidade, segundo seus membros, desde o início do século XX e mantém ligações de parentesco, amizades e afeição com outros grupos familiares da região, de modo que as relações pessoais e os deslocamentos que realizei entre as comunidades Alegria, Vila Mochel e Maracanã seguem, em grande medida, o fio das relações da mencionada família.

Chegar a uma casa desconhecida e iniciar todo um processo de aproximação a seus moradores no cotidiano, sem dúvida, é tarefa receosa e cheia de expectativas de ambas as partes (a da pesquisadora e a de seus anfitriões). O dia da chegada foi bem cansativo por conta da longa viagem de São Carlos para São Luís. Cheguei de manhã à rua Menino Jesus. Até mesmo chegar ao endereço dos Ferraz foi tenso. O GPS dos aplicativos de viagens não localiza muitos dos bairros considerados periféricos, e convencer um motorista a me levar ao endereço não foi exatamente uma tarefa fácil. “É muito perigoso esse lugar. Uns amigos que também trabalham como motoristas de aplicativos dizem que lá tem muitos assaltos. Até sei

¹⁵ Quatro residenciais e mais dez bairros do entorno estão situados dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA do Maracanã) criada em outubro de 1991 como medida normativa para disciplinar o uso e ocupação do solo e dos “recursos naturais” nesta região. O Plano de Manejo é um documento relativo ao zoneamento de uma área de conservação discriminando normas que devem reger as formas de uso do solo e manejo de seus recursos naturais. Seu conteúdo discursivo compreende um sentido de gestão sobre a área e conservação da biodiversidade, de maneira a “conciliar” seus diferentes usos, segundo seus promotores.

de casos pelos jornais. Ah, moça, acho que não é uma boa ideia”. Assim disse o motorista de meia-idade desconfiado. Mesmo receoso, no fim, aceitou a viagem.

O tal endereço tem nome recente, segundo dizem alguns. Noutro tempo a rua Menino Jesus se chamava Ambude de Maracanã. Os motivos ou circunstâncias da mudança ninguém sabe dizer, no entanto, o nome atual não parece ser coincidência diante do fato de que na rua existem duas festas tidas como tradicionais na celebração do presépio e nascimento de Jesus: O Reis das Nuvens e Reis da Sempre Viva. O Ambude, melhor dizendo, rua Menino Jesus é de piçarra e areia. Ela é uma linha bem sinuosa com poucas transversais, respeitando, em seu traçado, as áreas de brejo, que concentram maior quantidade de juçareiras, buritizeiros do seu lado esquerdo. A Menino Jesus tem somente duas ruas transversais ou na denominação dada pelos habitantes, Primeira e Segunda Travessa.

Há ainda pequenos rios que adentram os quintais (partindo da entrada da rua), e do lado direito¹⁶, estão zonas anteriormente destinadas ao plantio. De modo que, por não ter mais as roças, atualmente esse solo tem vegetação rasteira mais densa, mas, nem por isso deixa de ter pontos desmatados para retirada da madeira. Áreas verdes abarcam o fundo dos quintais das casas. O espaço que compreende a casa, o quintal e tudo que neles há é chamado de sítio.

¹⁶ Para localizar o que defino como lados direito e esquerdo da Rua Menino Jesus, peço que o leitor atente para as respectivas direções na foto da página 31.

Imagem 03 - Desenho da Rua Menino Jesus numa manhã bastante iluminada de dezembro



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2021).

Falo de rios no plural, mas é um único curso d'água que vai recebendo diferentes nomes ao longo do seu trajeto, como será dito mais adiante. Sua nascente se encontra no fim da rua, logo onde começa o Residencial Santo Antônio, e deságua no Rio Maracanã. Este integra a Bacia Hidrográfica do Bacanga e atravessa a Área de Proteção Ambiental de Maracanã. Além do reportado curso d'água, existem duas lagoas. A primeira é a lagoa do sítio de João Alberto, e a segunda é a de Marcelino, anteriormente conhecida como lagoa de dona Roberta, porque o sítio onde se localiza pertencia a tal senhora. Ao separar os fundos de dois quintais, em cada um o curso d'água recebe um nome de acordo com o dono da propriedade ou de especificidades geográficas e ambientais.

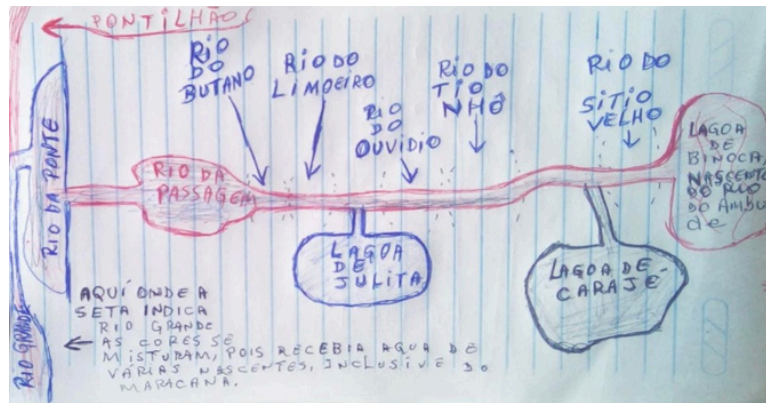
Imagem 04 - Entrada da rua Menino Jesus numa tarde quente e ensolarada de outubro



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2019).

Em conversas mais informais, identifiquei outros nomes para os mesmos cursos d'água que passam pela rua Menino Jesus. O senhor Luiz Santana traçou um esquema em papel que revela uma percepção que conjuga proximidade espacial e familiaridade vicinal, se pensarmos os nomes dos rios explicados a partir das relações de interdependência vicinal constituídas dinamicamente entre pessoas e ambientes. Nesse plano, a mudança de nomes dos rios e lagoas e da própria rua faz sentido. Em outras palavras, os nomes dos lugares vão ganhando significado com o envolvimento processual entre estes e pessoas, mudando de nome no ritmo da mudança de casa pelas pessoas ou quando elas chegam a falecer, e os imóveis são herdados ou, ainda, vendidos. As relações de interdependência vicinal explicitam, além disso, o fato de os rios e lagoas serem conhecidos por mais de um nome mesmo quando eles fazem fronteira entre quintais, nos quais também recebem nomes distintos. Ouvi sobre a ocorrência de outros rios na Rua Menino Jesus que não serão citados aqui, pois levaria a descrições infundáveis.

Imagem 05 - Esquema de rios e lagoas da rua Menino Jesus e adjacências



Fonte: Luiz Santana. Acervo da pesquisa (2020).

No desenho de seu Luiz Santana, são evidenciados os rios que ele mais frequentou durante sua infância, por isso a proximidade entre eles no traçado em papel. Seu Luiz Santana é filho do primeiro casamento de Seu Lidemar Ferraz. Nos conhecemos por aplicativo de mensagens, e todas as nossas conversas aconteceram por esse meio, já que ele mora atualmente em uma cidade do interior. Durante a infância e juventude, morou parte do tempo com sua mãe na “cidade” e passava períodos irregulares na casa da avó, Raimunda da Silva Ferraz, Mundoca, em Alegria.

Eu era um cara muito rebelde. Andava por ali tudo [...] no final da rua onde tem a casa da minha avó, no final da rua, antigamente, tinha o sítio de Binoca. Lá era onde começava o rio. Lá era uma lagoa, uma nascente que vinha passando da casa de Binoca para a casa de Seu Mário, da casa de seu Mário para o Sítio Velho. Do Sítio Velho vinha descendo e passava pela casa de dona Lenir de Carajé. Depois ia para o sítio de seu Ovideu. Aí ele abria em dois braços e passava para o sítio de Tio Nhô e depois fechava em um braço só. Passava pelo Sítio de Zequinha Muniz. Aí vem o Rio do Limoeiro, Rio da Passagem. Então, ele ia descendo para Alegria, no sentido Alegria. Aí ele passava pela ponte [Rio da Ponte], por dentro do comércio de Colega. Ia embora e juntava com o rio que vinha do Pontilhão formando o Rio Grande. Aí ele descia para o lado do Porto Grande (Luiz Santana, morador de São João dos Patos).

O Rio da Ponte é conhecido como o Rio do Colega, e o Rio do Limoeiro era chamado de Rio de Zé Lima. A Lagoa de Julita é a mesma Lagoa do Sítio de João Alberto, mencionada há pouco, e a Lagoa de Dona Roberta, que agora é conhecida como Lagoa de Marcelino, um dia foi chamada de Lagoa de Lenir de Carajé, sendo que a Lagoa de Binoca (a nascente do Rio Ambude) deixou de existir com a construção do residencial Santo Antônio, iniciada entre 2013 e 2014 e, de acordo com habitantes da Menino Jesus, aconteceu o mesmo com o rio de dona Joana, e os demais foram transformados em esgoto. Ao afirmarem que determinados rios não existem mais, as pessoas se referem não só à questão de que esses rios estão

poluídos, e em parte entupidos pelos sedimentos acumulados ao longo de anos, mas, além disso, pela ruptura de um tipo de relação que elas tinham com eles, que não era só o uso e consumo da água, mas ainda de contato direto na limpeza diária. As pessoas varriam “seus rios” como varriam o chão de suas casas.

O curso d’água (Rio Ambude) que recebe tantas denominações em sua passagem pela Rua Menino Jesus, se comunica com quintais de casas do 21 e faz fronteira entre duas comunidades. O solo dessa região de bioma amazônico é brejoso, isto é, com muita umidade o ano todo, o que é suporte para os juçaraís e buritizais. Os pontos específicos do solo onde verte água de modo contínuo são chamados localmente de “olhos d’água”.

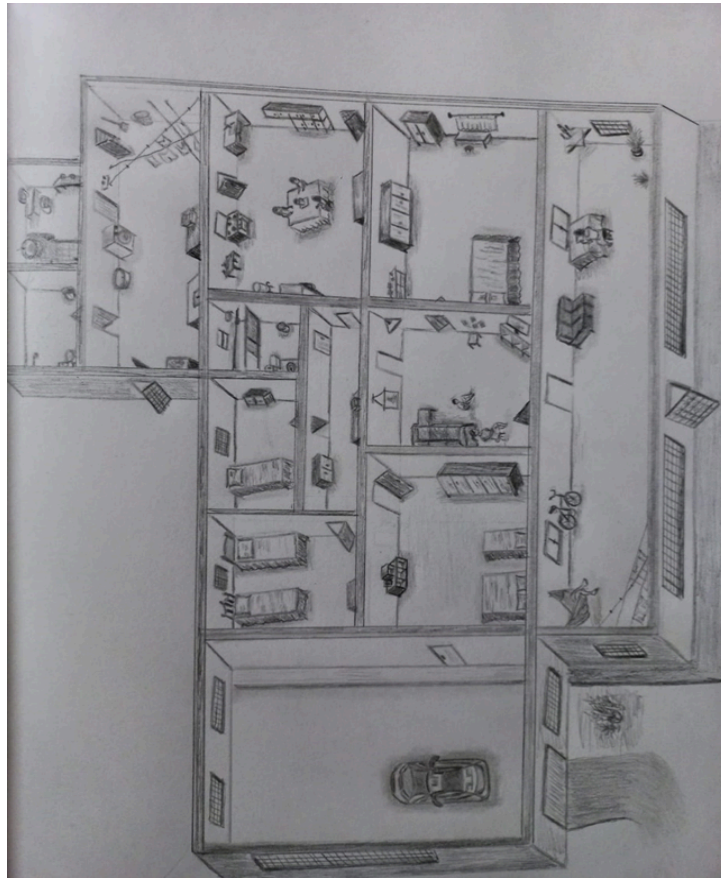
Todas as casas da Menino Jesus são de alvenaria e no momento da minha chegada, havia algumas delas muradas, inclusive a dos Ferraz possuía essa delimitação na parte voltada para a rua. As laterais do sítio são demarcadas com cerca de arame farpado. Ao adentrar o portão de alumínio, é possível ver três residências e um barracão com um muro baixo, separando ao meio (numa linha vertical) o terreno de 11.866,25m².

1.3 A CASA DOS FERRAZ, A CASA DA ANTROPÓLOGA

A casa onde mora Silvinha fica de frente para uma das paredes laterais do barracão, e as demais casas ficam em posição diferente em relação a ele. Uma garagem antecede a varanda, e é quase contígua ao muro. A varanda, por sua vez, é o ambiente que antecede a sala, que é menor. A varanda é gradeada e acomoda alguns móveis e um pequeno altar com santos católicos. São quatro quartos na casa. O primeiro deles fica ao lado da sala e uma de suas janelas tem vista para a varanda e para o barracão. Ele pertence à dona Maria Ferraz, que gentilmente o cedeu para mim.

A sala, com pouca mobília, tem somente um sofá, uma estante baixa apoiando a televisão quase sempre ligada, somando-se às imagens de santos católicos e aos ornamentos com motivos religiosos, ganhos nas inúmeras festas às quais a família frequenta ao longo do ano. Nas paredes, algumas fotografias de família. Uma delas chama a atenção porque é a única fotografia numa das quatro paredes do cômodo. Quem está na foto é Zuíla Ferraz, mãe de santo do terreiro (atualmente). Os demais quartos ficam um ao lado do outro ao longo do corredor estreito, onde há ainda um banheiro.

Imagem 06 - Planta humanizada da casa dos Ferraz no período de realização do estudo etnográfico



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2024).

A cozinha, de formato ligeiramente mais retangular do que a sala, assim como o quarto onde eu dormia, é um espaço cheio de objetos e mobília. A cozinha tem duas portas de saída: uma que leva à varandinha, e outra que leva à casa de Silvana, irmã de Silvinha, e também à parte mais extensa do quintal. Essa porta também é usada como acesso à casa em situações bem específicas. Na varandinha, há um banheiro, uma área para lavagem de roupas, e uma terceira porta que leva a um local do quintal onde são estendidas as roupas para secarem ao sol. As duas casas dividem os mesmos espaços de lavagem, secagem de roupas e descarte do lixo.

A porção do quintal, onde estão as casas e o barracão, tem chão de cimento, um depósito, banheiros outrora usados pelos frequentadores das festas no barracão, e um suporte com a caixa d'água. Atrás da casa de Silvana se encontra a casinha do cachorro, e junto à cerca do lado esquerdo, a casinha das galinhas. Mais ao fundo do quintal, na porção com mais saliências no solo, e mais areia e vegetação rasteira, encontra-se um campinho de futebol, local que reúne crianças, jovens e outros membros masculinos da família que, juntamente com

vizinhos, costumam jogar suas partidas. A partir do campinho de futebol, a vegetação com diversidade de plantas e árvores se sobressai.

Imagem 07 - Desenho do sítio da família Ferraz em perspectiva aérea¹⁷



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2024).

Em sua morfologia atual, o barracão tem cinco compartimentos. O salão é onde os “brincantes” e as “brincantes” dançam. À frente do salão, se encontra um cômodo com uso indefinido. Deca me falou que poucas vezes esteve nele. “Sei que é um espaço com altar e cadeiras para Zuíla receber as pessoas. Acho que é para quando a cigana¹⁸ chega”. Atrás tem uma porta que leva para uma entre-sala. Ela tem um portão que se comunica com a porta da sala da casa de Zuíla. Depois da entre-sala, há dois quartos. Um deles é “quarto de segredo”. É onde, no tempo de Dona Mundoca Ferraz, a mãe de santo iniciava os filhos de santo e mantinha seus “pontos”. Estes marcam o estado da conexão do médium com o mundo espiritual. O outro quarto é onde os brincantes e a mãe de santo trocam de roupa.

¹⁷ Distorci bastante alguns elementos como paredes, chão e telhado para evidenciar detalhes (portas, janelas e edificações sem uso definido dentro do sítio no entorno da caixa d’água).

¹⁸ Pombagira Cigana.

O barracão passou por modificações físicas ao longo dos últimos 20 anos, e as relações entre as casas, assim como as relações destas com o barracão/terreiro, igualmente sofreram modificações nesse meio tempo, acompanhando o ciclo de vida de membros da família, seus engajamentos com o plano do sagrado religioso, os laços de afeto parental e as mudanças sociais em diferentes escalas.

Silvana Ferraz mora com seu marido e dois filhos adolescentes (filho e filha). A casa de Silvana é completamente ligada à de sua mãe, no sentido em que as duas mantêm uma dependência relativa. Quem mora na casa de Silvana tem total acesso à casa de dona Maria, porém o contrário não ocorre. O trânsito de alimentos, coisas e pessoas é constante entre as casas, sendo o fluxo de pessoas da primeira para a segunda muito maior. Na casa onde residi, viviam como habitantes fixos dona Maria, Silvinha e seu filho de nove anos de idade. Mas, além destes, convivi com seus habitantes não eventuais, quais sejam Odelina Ferraz (de apelido Deca) que tem sua própria casa em Alegria, e dois netos de dona Maria já adultos que vivem parte do tempo na casa da mãe na mesma comunidade.

Convivi também com o pai deles que, por causa da nova companheira, mora no residencial Santo Antônio e passa o tempo que pode (quando não está no trabalho) na casa da mãe e, por fim, com Lurdinha, também filha de dona Maria, seu marido Eliseu e um filho de 12 anos. Eles, em parte, moram num bairro mais afastado e passam feriados e fins de semana no sítio dos Ferraz. Portanto, éramos 8 pessoas circulando pela casa durante alguns dias da semana e em outros éramos 13 ou 14, um quadro que sofreu poucas alterações durante o período de isolamento social por causa da Covid-19.

Por vezes quietos, quase sempre os dias amanheciam e anoiteciam ruidosos e cheios de vozes alteradas, inclusive as gargalhadas, principalmente quando todos estavam juntos. A privacidade era pequena, o que só a mim causava desconforto. Me sentia uma “estranha fora do ninho” muitas vezes, interpelando minha introversão e vontade de ficar num canto só meu, sem ouvir o ruído da televisão. Aquilo tudo dizia muito de minhas origens, mas eu não estava na minha casa e com minha família. Portanto, me sentia deslocada, sobretudo durante as festas no ambiente doméstico. Aquelas pessoas e muito do que fazem foram desconfortáveis para mim em muitas situações, até que o contexto e as relações permitissem fazer sentido.

Combinei, logo que cheguei à casa, contribuir financeiramente e fazer a limpeza da louça suja e dos banheiros, além do quarto onde dormia. Isso facilitou um diálogo mais espontâneo com a matriarca, dona Maria Ferraz, logo no início, já que ela quase sempre faz toda a limpeza sozinha e é a única que fica em casa o dia inteiro, gerindo a entrada e saída de alimentos e o uso do fogão a gás e da geladeira.

Apenas eu não dividia o quarto com outras pessoas (apesar de compartilhar armários). Não obstante, era possível ouvir conversas de um cômodo a outro. Os adultos dividem os quartos com as crianças. Reorganizei a rotina de sono, tendo que ir dormir muito mais tarde (depois das 23h) e acordar mais cedo do que estava habituada (às 7h) para, assim, seguir o ritmo da casa. Foram poucas as discussões ou brigas presenciadas por mim. Não que inexistissem tensões, mas sim que elas sempre foram tratadas com muita delicadeza, tolerância e certa jocosidade entre aqueles com os quais habitei.

Parentes, amigos mais próximos e vizinhos de meus anfitriões me viram por algum tempo com “a moça que veio estudar nossa comunidade”, evidenciando uma diferenciação que foi mudando ao longo do tempo e contato interpessoal para “a amiga de Silvinha” e “amiga da família de Silvinha”. Em algumas ocasiões, ela se referiu a mim para outras pessoas como a “pesquisadora que está lá em casa” e “nossa pesquisadora¹⁹”. A referência ao meu nome se tornou mais constante conforme a familiaridade foi se estreitando entre nós. Todavia, o mesmo não se deu em relação a alguns membros do grupo familiar, habitantes não fixos da casa. Com eles, o diálogo se deu de forma mais superficial e tímida, especialmente durante o período de isolamento social, quando eles diminuiriam sua frequência a esse espaço.

A terceira casa pertence à Zuíla, que herdou o barracão de sua avó, Mundoca Ferraz, mãe de santo anterior e avó paterna de Silvinha. Zuíla e o marido tem outra casa em um bairro mais urbanizado da cidade, de modo que suas estadias no sítio dos Ferraz costumam ser curtas, pelo menos durante o tempo em que vivi na casa, e o terreiro só esteve em atividade nessas poucas estadias. Além disso, essa senhora tem uma relação mais distante com a parentela em questão, algo que sempre achei curioso e delineia os contornos atuais da própria ligação do terreiro com a comunidade e seu entorno. Os primos dela contam que as atuais festas do terreiro não alcançam a grandiosidade que um dia tiveram sob a liderança de Dona Mundoca, o que implicou no distanciamento entre a casa e a vizinhança.

Uma “estranha fora do ninho”, como mencionado parágrafos acima, foi como me senti na casa dos Ferraz nos primeiros meses de estadia e isso oportunizou na prática do fluxo diário, um cercamento de assuntos de interesse para os interlocutores a partir de procedimentos metodológicos não exatamente convergentes com o esboçado no projeto de pesquisa. Isso é importante de ser dito porque leva à questão da distância entre pesquisador e objeto e da dinâmica do campo. A porta de entrada para os elementos problematizados foi a

¹⁹ Como aconteceu no mês da minha chegada à casa. Silvinha fez uma grande festa por ocasião de seu aniversário. Foi quando ela me apresentou a todos os presentes: vizinhos, amigos e parentes que vivem em Alegria e em outros bairros.

proximidade social e espacial. “O que sempre vemos e encontramos e, [eu acrescentaria, vivenciamos] pode ser familiar, mas não necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido”. É o que menciona Velho (1978, p.126), apontando os rendimentos teóricos metodológicos e diferenças que o estudo do familiar e do não familiar proporciona, além do fato de quanto o distanciamento pressuposto é complexo em cada caso.

Muito embora tenha crescido, em parte, num ambiente parecido com o que é experienciado pelas pessoas com quem me relacionei na região de Maracanã (condições ambientais, linguagem verbal e até corporal, práticas religiosas, espaço doméstico, entendimento parental), primeiramente, só passei a racionalizar, confrontar essas características culturais no desenvolvimento dos relacionamentos que teci em campo e, segundo lugar, no processo de racionalização, é que foi auferida a lógica às particularidades das experiências espaço-temporais dos interlocutores e, conseqüentemente, aquilo que, do seu ponto de vista, é interessante. A curiosidade acerca de como valores, interações sociais e ambiente se constroem mutuamente foi emergindo aos poucos no processo de familiarização que desenvolvi no dia a dia, modelando as pré-noções daquilo que eu achava ter algum entendimento.

Morar numa casa bastante transitada e, parcialmente, por gente de habitar intermitente exigiu um investimento diferenciado no contato cotidiano com essas pessoas, algo que, na maior parte das vezes, não se mostrou bem-sucedido. Por ser alguém sem relações prévias com o grupo familiar, não deixei de ser vista com algum receio, por conta da cumplicidade tácita desenvolvida entre os membros para que a convivência fosse possível. Só posteriormente me dei conta do quanto isso delineia tipos de afeição. Simples atitudes, como guardar ou deixar de guardar uma fatia de manga para alguém que não está presente e a de esconder comida, por exemplo, têm a capacidade de suscitar confiança ou desconfiança entre as pessoas que compartilham o mesmo espaço. *O olhar de perto e de dentro* (Magnani, 2002), próprio do método etnográfico, capta o sentido imediato que esses atos têm para os sujeitos em questão, pondera sua regularidade e conecta-os a princípios estruturantes de uma política do habitar muito cautelosa.

Aqui se encontra o ponto que desejo destacar metodologicamente. Comprometer-se com os relacionamentos que nossos interlocutores vão mantendo conosco enquanto somos pesquisadores e também pessoas a mais se intrometendo em suas vidas, é valorizar as relações em si mesmas sem que isso seja planejado previamente. Seu desenvolvimento, efeitos e desdobramentos são imprevisíveis, de onde podem advir mudanças no foco de investigação.

Strathern (2017) denomina esse envolvimento de *imersão*. Para a autora, tal movimento é antecipatório na medida em que está aberto ao que virá em termos de materiais com elementos que propiciarão conexões e problematizações, sendo que aí reside a *surpresa*.

Quando fui viver em Alegria na segunda metade de 2019, não tinha uma ideia clara de por onde começar no que se refere à busca de informações, fora as já obtidas para a construção do projeto de pesquisa. A decisão de corresponder aos convites da família anfitriã para participar de festividades locais significou igualmente a abertura para a construção de laços com ela. Eu não tinha em mente para onde isso levaria a pesquisa propriamente, e na proporção em que foi ocorrendo, não apenas abriu um leque de novos contatos pessoais, como também ajudou a perceber o peso desses eventos e do contato direto com o ambiente na lógica afetiva vicinal. A ida a uma festa na casa de alguém com as mulheres Ferraz era ocasião para peregrinar por outras festas no mesmo dia. Ahlert (2013), de modo semelhante, em sua etnografia sobre a relação entre pessoas e encantados no Terecô de Codó, optou por seguir os deslocamentos dos terecozeiros entre tendas em momentos festivos.

Segui por determinadas vias de conhecimento e não por outras, por causa de identificações pessoais e opções de acesso. Grande parte dos relacionamentos foi mediada pelos Ferraz, uma família extensa, católica (como eu) e afro religiosa bastante conhecida na área. Isso fechou o acesso a outras vivências, quais sejam, festas de cunho não religioso (que acontecem bastante e aglomeram muito) e interações com pessoas habitantes dos residenciais. A realidade emergida com a Covid-19 também foi responsável pelo percurso metodológico. Com a evitação de grandes aglomerações em 2020, as únicas que não deixaram de acontecer na região de Maracanã foram as celebrações e festividades incluídas na lógica da “obrigação” que acontecem nas casas e terreiros, o que me foi analiticamente revelador. Estar mais presente do que previsto no dia a dia da casa dos Ferraz e usar mais os aplicativos de mensagens para interagir com os interlocutores estão inclusos no contexto pandêmico. Assim, passaram-se dois anos de pesquisa de campo, sendo um ano morando em Alegria e um ano de estadias recorrentes de uma semana. Foram dois anos de pesquisa de campo (entre 2019 e 2021), sendo um ano morando em Alegria e um ano de estadias recorrentes de uma semana. É imprescindível salientar, ademais, que as mediações interpessoais e parte significativa das narrativas obtidas em campo foram de mulheres para uma mulher, assinalando, assim, uma perspectiva de gênero no texto etnográfico.

Obtive informações nos mais diversos meios (conversas casuais, entrevistas formais, monografias, fotografias, cadernos de orações, encartes) e em situações que oscilam entre um clima de trivialidade e um de delicadeza. Conversas sensíveis ao redor de temas que

habitualmente são qualificados como violência doméstica e violência urbana sempre foram as mais difíceis de serem desenvolvidas com os interlocutores. Então, o material usado na escrita etnográfica foi se dispersando e fragmentando os elementos observados ao longo dos deslocamentos concretos do campo. No *momento etnográfico*, relação, que segundo Strathern (2017), junta o que é entendido com a necessidade de entender, é que pude ponderar o caráter cosmopolítico de elementos como ambiente, relações afetivas, medo e religiosidade no intercâmbio com processos mais abrangentes relacionados à expansão do modo de vida urbano. Narrativas biográficas pessoais, inclusive as minhas, colhidas em pedaços em distintos momentos foram concatenadas na escrita, dando-lhe mais organicidade.

Se a mobilização de pressupostos da teoria antropológica é imprescindível para a descrição etnográfica e compreensão de alteridades, o uso metódico da percepção visual acrescenta, ainda, um tipo de sensibilidade e intuição ao pesquisador, algo que pode mover-se no ritmo da experiência, expandindo e refinando o olhar. Passei a pensar seriamente em um jogo narrativo envolvendo discurso verbal escrito, fotografia e desenho no contato com narrativas mais centradas na espacialidade das relações entre humanos e não humanos, ou seja, uma dimensão do significado que as palavras não alcançam. No entanto, mesmo tendo importância no meu pensar, tanto a fotografia quanto o desenho acabaram não tendo o espaço desejado no texto em si. Acabei privilegiando os símbolos gráficos da linguagem verbal para levar ao leitor as ideias basilares desta etnografia.

Tudo que, até a escrita desta tese, sei acerca da arte de desenhar, aprendi no campo e pós-campo. Enquanto no que diz respeito à fotografia, eu já tinha noção de como, pelo menos, manusear o equipamento antes dessa experiência. O investimento visual enriqueceu a proposta metodológica que foi se desenvolvendo aos poucos. Não sem motivo, Berger (2011), crítico de arte e romancista, afirma que “desenhar é descobrir”. A prática do desenho estimula um olhar cuidadoso e atento, que leva o desenhista a examinar e reconstruir, processualmente, aquilo que está diante de si na imaginação.

Uma foto tirada tem sempre um caráter conclusivo no que diz respeito a um momento, algo que não acontece com o desenho. Mesmo um desenho finalizado pode levar a continuidades. O desenho vai mudando porque o olhar do desenhista vai se modificando, sendo muito pertinente à prática etnográfica por entrever as relações sociais que definem as facetas do que é traçado no papel, nunca tomando, portanto, o objeto como dado (Kuschnir, 2018). Desenhei, assim como as pessoas com as quais me relacionei, a partir de experiências espaço-temporais em contínuo entrelaçamento na imaginação. As memórias afetivas das

peças das comunidades estimularam as minhas no ato de desenhar, enquanto ouvia suas narrativas. Creio que isso evidencia transformações no processo de copresença.

Os elementos da pesquisa, organizados em quatro capítulos, contemplam as divagações da experiência dos meus interlocutores. O processo de idas e vindas na narrativa procura acompanhar os altos e baixos de seus movimentos existenciais, movimentos aos quais os ambientes da região de Maracanã estão envencilhados e são envencilhadores. No capítulo 1, apresento a região de Maracanã de modo geral, bem como o recorte onde concentrei esforços de pesquisa e construí relacionamentos interpessoais. Exponho características históricas, geográficas e socioculturais que implicam na forma como os ambientes físicos são hierarquizados pelos antigos moradores. Nessa seção, também mostro o papel que rumores relacionados à implementação dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida tiveram na inteligibilidade nativa dos projetos de desenvolvimento urbano.

O capítulo 2 articula, analiticamente, expedientes de sobrevivência e práticas de divertimento coletivo na região de Maracanã. Nesse sentido, focalizo a violência da extração mineral para fins habitacionais como passo relevante na ruptura de relações específicas com brejos e rios, ao mesmo tempo que isso redesenha possibilidades para reabitar os lugares, sendo a agência multifacetada dos moradores mais antigos a produzi-las e efetivá-las através do futebol amador e das festividades religiosas. Todo o processo traz mudanças de comportamento intersubjetivo. A mediação intelectual e afetiva entre um mundo que aparentemente está se desfazendo e um que avança com agressividade é feita por meio das categorias “rivalidade” e “violência” acionadas pelos sujeitos da pesquisa.

Trazendo do capítulo anterior as ideias de confiança intersubjetiva e estranhamentos presentes nas mencionadas categorias, discorro sobre as modulações do medo no capítulo 3, associando-o a uma cosmopolítica no processo de habitar os lugares. Discuto as facetas que o assombro, em particular, assume no processo interconhecimento entre humanos e não humanos e como tem a capacidade de produzir comunicação, envolvimento ou mesmo distanciamento entre as diferenças. É o ponto em que pedir “licença” ou “permissão” se mostra um código imprescindível no fluxo do habitar em comum, numa domesticidade espalhada. Tal é um entendimento que confronta diretamente as ações de Estado e os pressupostos políticos dos programas habitacionais, como o MCMV.

Por fim, o capítulo 4 aponta, no medo, unicidade e multiplicidade de afetos, constituídos relacionalmente entre si. Assim, sua presença, do ponto de vista dos habitantes mais antigos da região de Maracanã, revela mais do que constrangimentos espaciais à subjetividade, mas, além disso, incertezas sobre o devir existencial, rearranjos e formas

particulares de apropriação espacial erigidas no contato com os habitantes dos residenciais recém chegados. A seção mostra que determinadas afeições, constituídas historicamente com não humanos, como os santos católicos, por exemplo, têm a capacidade de desestabilizar percepções radicais do outro em contextos de devastações diversas. Os festejos/festas, enquanto concretização da obrigação entre humanos e não humanos, são, nesse contexto, grandes dinamizadores das percepções radicais subjacentes ao medo do individualismo, da indiferença e da violência humana apregoados no avanço do modo de vida urbano.

Em termos de estrutura gráfica, as aspas duplas são usadas ao longo do texto nas palavras, categorias, expressões e trechos curtos de posicionamentos dos meus interlocutores. O itálico, por sua vez, indica conceitos derivados da antropologia, de outros campos disciplinares e termos ligados ao vocabulário das políticas de Estado.

2 UM POUCO DA REGIÃO DE MARACANÃ E SUA DINÂMICA SOCIOESPACIAL

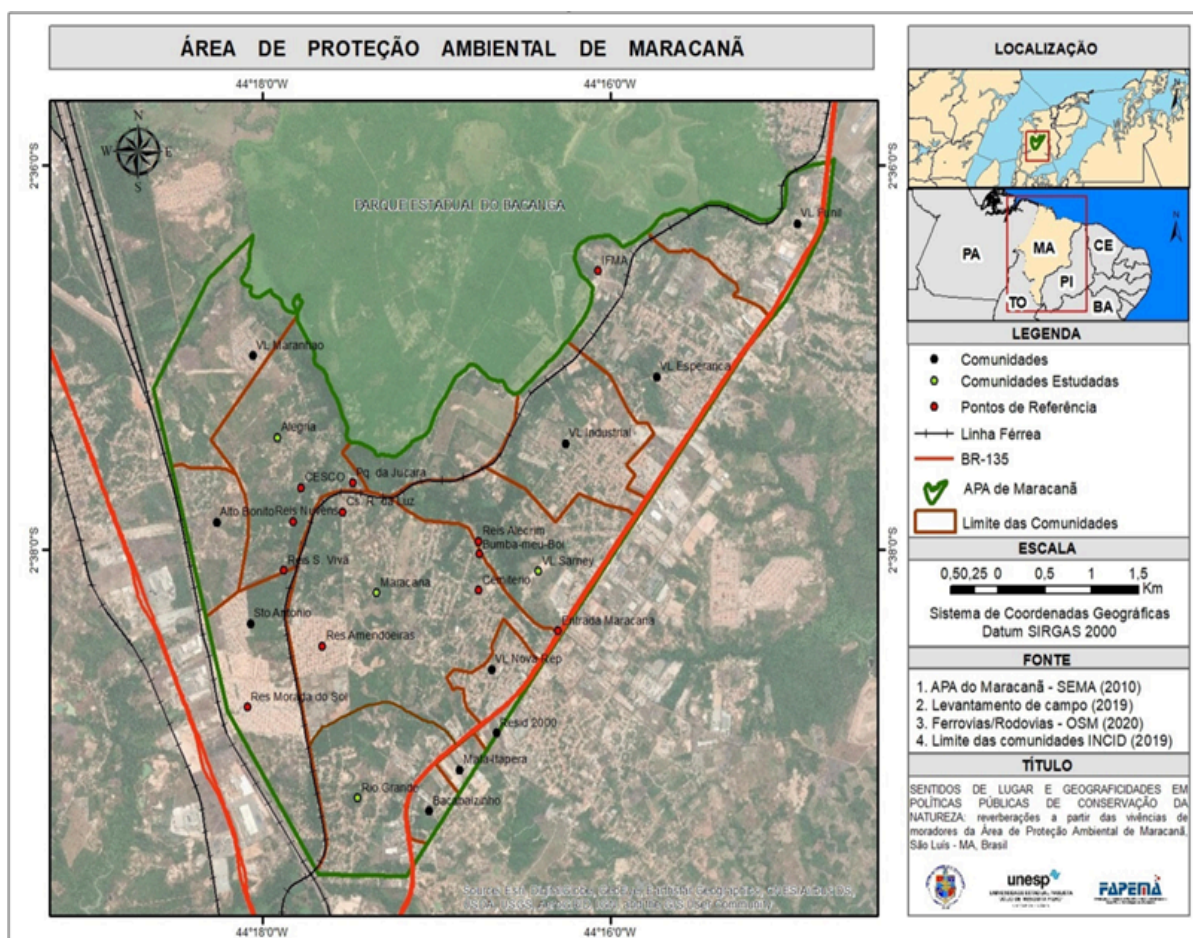
Na seção introdutória, intersecciono minha familiaridade, proximidade social e cultural com a realidade vivenciada pelos habitantes mais antigos da região de Maracanã, de maneira a construir as questões levantadas. Tudo se deu em um percurso no qual destaco elementos etnográficos que são: casa, rio, juçaral, festa, medo e religiosidade, que se compõem numa economia de sentimentos. Tais elementos foram guiando, na proporção do meu deslocamento pelo espaço e por uma rede de relações parentais e vicinais, escolhas teóricas e metodológicas.

Neste capítulo, apresento ao leitor o recorte espacial da Região de Maracanã onde concentrei meus esforços de pesquisa. Suas características ambientais, geográficas, históricas e socioculturais são importantes porque justificam a forma como os habitantes mais antigos classificam e hierarquizam os lugares ao longo de toda a etnografia. Por sua vez, essa visão é afetada por mutações inerentes ao cenário urbano de uma cidade periférica do capitalismo contemporâneo. Impressões e rumores postos em circulação a partir de um evento de grande envergadura, que é o Programa Minha, Casa Minha, sinalizam, processualmente, como se dão as oportunidades de existir, que trazem consigo uma inquietação ontológica.

De maneira corrente, Maracanã é tido simultaneamente como um bairro e como uma região que engloba diferentes bairros, situados às margens da BR-135 dentro da ilha de São Luís, que é a única via terrestre de entrada e saída da capital maranhense. A região se situa nas proximidades do Distrito Industrial. Para um visitante ocasional, ouvir de um mesmo

interlocutor as expressões do tipo “a comunidade de Maracanã” e “região de Maracanã” referindo-se à Vila Mochel ou Alegria por exemplo, pode parecer confuso porque Maracanã é referência geográfica, espacial e cultural que homogeniza, no plano da linguagem, as especificidades de muitos bairros. Entre eles estão Vila Sarney, Vila Industrial, Alto Bonito, Vila 21 de Abril, Vila Nova República e Rio Grande. Todos fazem parte da região de Maracanã e estão localizados dentro da APA de Maracanã, onde também se encontram os residenciais ligados ao PMCMV.

Imagem 08 - Mapa da Área de Proteção Ambiental

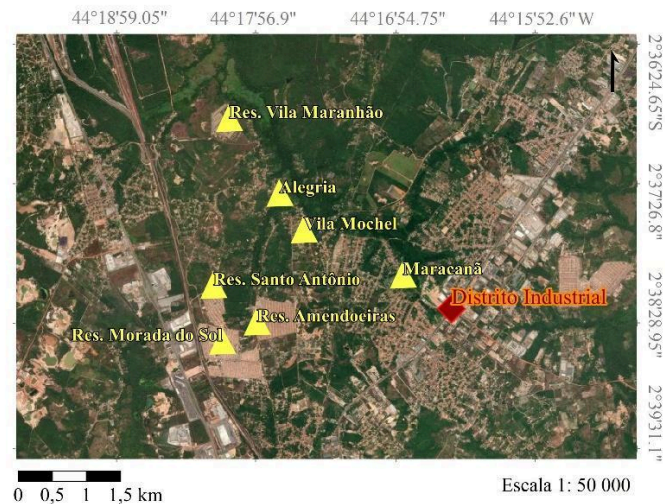


Fonte: Correia (2020).

Os moradores fazem distinção entre esses bairros em situações cotidianas ao se reportarem a eles pelo nome, o contexto de sua emergência e a demarcação de seus limites geográficos. A referência à “região” é feita vagamente quando aquele que fala não quer mencionar uma comunidade específica no contexto nativo, associando-a a Maracanã. Desse modo, temos a “região de Maracanã” ou simplesmente Maracanã, que utilizo ao longo de toda a tese. Ouvi de moradores mais antigos referência à Alegria como Alegria de Maracanã e, ainda, à Itapera de Maracanã. É preciso atentar para a historicidade dessa referência. Aqueles

que estão familiarizados com tal maneira de referenciar compreendem que “os outros bairros todos são conhecidos como Maracanã porque os mais antigos só consideravam Maracanã” (Edson Romário, morador de Alegria).

Imagem 09 - Mapa de localização das comunidades recortadas pelo estudo em relação ao Distrito Industrial



Fonte: Google Earth 2022.

No dia a dia, a distinção entre o uso de Maracanã e o nome de um bairro do entorno é mais claramente discernível no contexto do diálogo entre os falantes, e a mobilização de “bairro” e “comunidade” é, então, intercambiável. Porém, seu uso está imbuído de uma gradação de impessoalidade da qual o segundo termo vai se afastando, conforme a referência intenciona frisar as relações de proximidade vicinal.

Os três bairros e comunidades pelas quais me desloquei durante a experiência de campo são parcamente povoadas (exceto a avenida principal de Maracanã e as ruas da Vila Mochel), se comparadas visualmente às demais inseridas na região de Maracanã, onde há uma maior densidade e heterogeneidade populacional, maior trânsito de pessoas e veículos nas ruas, além de um núcleo comercial mais extenso. É o caso das comunidades 21 de Abril, Vila Nova República e Vila Sarney. A presença de asfalto nas ruas (mesmo em estado precário) e de domicílios imediatamente ao lado um do outro nesses bairros contrasta enormemente com os sítios em ruas de areia e piçarra das áreas recortadas na pesquisa.

Imagem 10 - Avenida Principal de Maracanã quase no fim de uma tarde de agosto



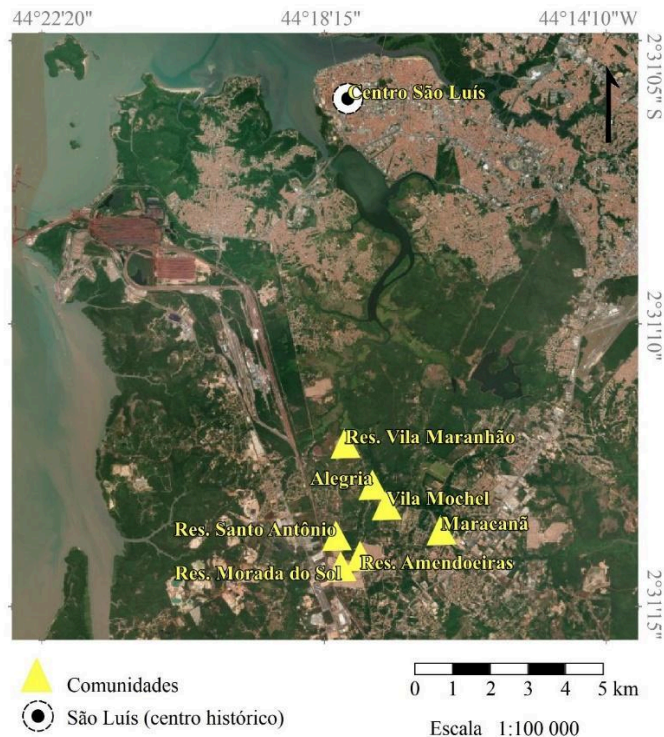
Fonte: Edrick Coutinho. Acervo da pesquisa (2021).

Quem mora em Alegria, Maracanã e Vila Mochel geralmente utiliza as lojas do Mateus, uma rede de supermercados com estabelecimentos em vários bairros da capital, e estabelecimentos comerciais das comunidades citadas anteriormente, incluindo o Residencial Amendoeiras, pois são considerados mais “movimentados” e geograficamente mais próximos. Vila Mochel é paralela à Alegria e, de tão próximas, se confundem. Seu povoamento, no início dos anos de 1990, foi deflagrado por moradores de famílias locais que foram “tirando terrenos” e “invadindo” para construção de novas moradias. Acerca desse processo e nomenclaturas, argumentarei no capítulo 2. Quanto ao 21, é a denominação para porção residencial de Alegria junto ao quilômetro 21 da antiga Ferrovia São Luís-Teresina. Vila Mochel é, dentre as citadas comunidades, a mais diversa em termos populacionais, tendo em vista seu processo de ocupação.

O Maracanã, como é recortado atualmente, é uma faixa de terra situada mais diretamente próxima à BR-135 e ao Terminal de Integração, e distante, aproximadamente, 15 km em linha reta do centro de São Luís. Possui uma avenida principal com algumas transversais no seu curso até a linha férrea²⁰, que é demarcada nativamente como fronteira com Alegria. A linha férrea também é classificada como limite, separando, em determinados trechos, Alegria e Vila Mochel.

²⁰ Atual Transnordestina.

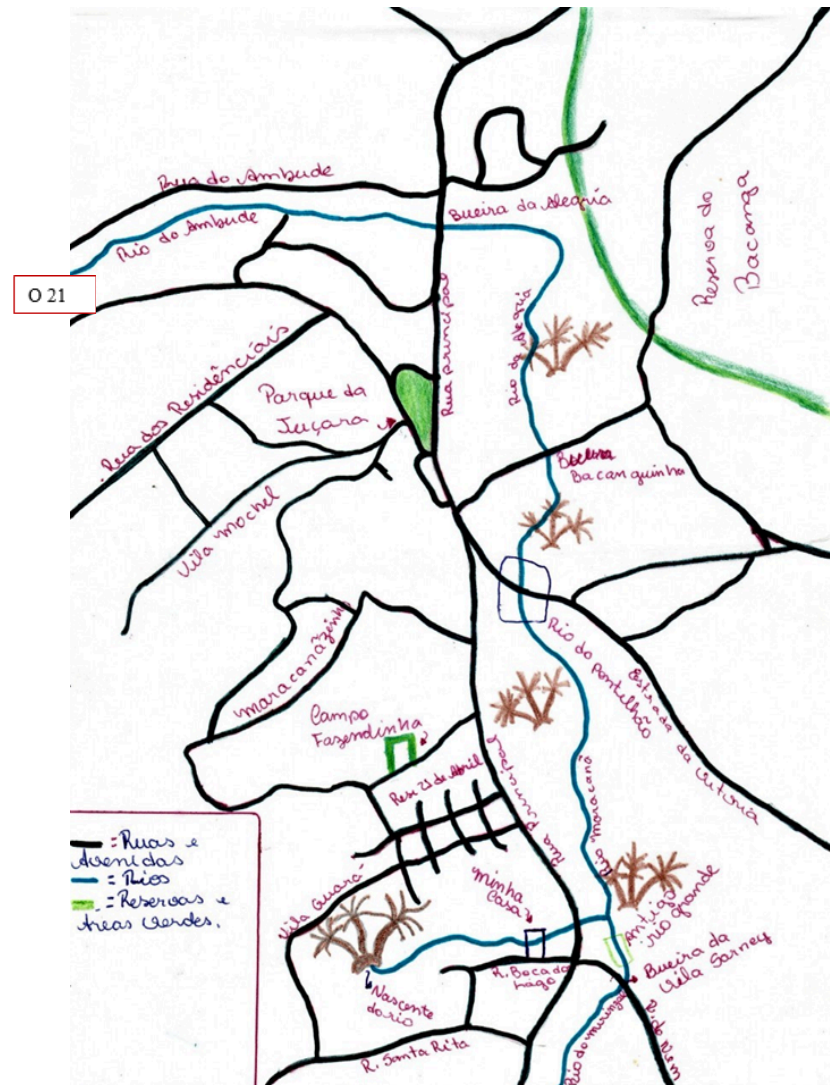
Imagem 11 - Mapa da Localização das Comunidades Recortadas pelo Estudo em relação ao centro antigo de São Luís



Fonte: Google Earth (2022).

Maracanã não é diferente de Alegria quando se trata dos brejos, juçarais e da presença de rios, não obstante o desmatamento e poluição ocorridos nas últimas décadas, especialmente na segunda década deste milênio. Ainda é imponente o paredão verde-escuro e os tons terrosos se insinuando por trás das casas ao passarmos pela avenida principal (conhecida pelos moradores como Rua da Igreja e Rua Principal), seja de carro ou a pé. A avenida é asfaltada e se tornou muito mais movimentada ao longo dos últimos dez anos, com a expansão das linhas de ônibus que trafegam por ela diariamente em direção aos demais bairros e residenciais do PMCMV.

Imagem 12 - Mapa de uma porção da região de Maracanã desenhado por Edrick Coutinho²¹



Fonte: Edrick Coutinho. Acervo da pesquisa (2022).

Os rios, outrossim, compõem as particularidades culturais, geográficas e sociais de Maracanã. O curso d'água faz com que os lugares dialoguem entre si ao serem demarcados pelos seus habitantes. O ponto de partida do traço azul do autor no papel para mostrar por onde passa o rio é um estabelecimento comercial. O Mirinzal ou Mirinzá tem mais de uma nascente, de modo que as correntes de água que o alimentam vêm de direções diversas. Isso não é ilustrado no mapa de Édrick Coutinho. Ele diz que imaginou somente um ponto de

²¹ O desenho dele destaca os rios em sua passagem por bairros, ruas e casas até encontrar-se com o Rio Ambude em Alegria. Adiciono ao mapa, destacando em vermelho na porção superior esquerda, a localização do 21.

início do rio porque isso está de acordo com aquilo que sabe e com sua experiência de vida. Ele tem 20 anos de idade. Nos conhecemos frequentando missas e celebrações religiosas na igreja de São Sebastião, localizada em Alegria. Uma conversa sobre como a paróquia local vem tentando aproximar comunidades através de campanhas pastorais, que não tinham tanta importância décadas atrás, foi o tema que desembocou na descrição das características socioambientais de sua comunidade.

Araracanga, o restaurante de Elenilde Costa (Branca), é o ponto de onde sai, hipoteticamente, o Mirinzal. Ele vai acompanhando a avenida por detrás dos quintais, da vegetação, indo ao encontro do rio que passa no quintal de Édrick, conhecido noutros tempos como Rio do Caminho, que deságua no Mirinzal. Na passagem do curso d'água pelas casas de dona Célia, sua tia, e de dona Berenice, prima do seu avô materno, o Mirinzal recebe o nome de Rio Grande até o lugar onde passa a se chamar Rio Maracanã. Édrick declara que o nome tem um sentido genérico por estar numa área não povoada: “nesse ponto ele fica escondido da gente na vegetação e, assim, esquecido. Quase ninguém vai lá”.

Áreas de brejo vão sendo assinaladas com desenhos de juçareiras se comunicando com os rios em locais específicos. Note que o desenho do curso dos rios expõe um ponto de vista da espacialidade de parte da região de Maracanã, com as ondulações das ruas e avenidas num enredamento silencioso e tenso com os rios, que, em um momento, os acompanham e, em outro, os cortam por baixo do solo.

Édrick aproxima visualmente esses lugares para demonstrar o alcance de sua própria experiência de vida, com eles construída nas muitas caminhadas que fez, sozinho e em grupo, para ir à escola, à igreja, visitar os parentes e ir aos pontos de ônibus próximos à sua casa. Esses locais o autor não identifica no desenho. Sei sobre eles pelos diálogos que tivemos. Conforme a linha azul se dirige para a parte superior do mapa, vemos diferentes cursos d'água se encontrarem: o que vem de Maracanã com aquele de Alegria, que o autor chama de Rio do Ambude e que, no mapa construído por seu Luiz Santana (página 31), é rio pluralmente nomeado na Rua Menino Jesus.

Aproveito o mapa de Édrick para expor parcialmente meu percurso na região de Maracanã. De fato, quase que diariamente, a pé e de ônibus, eu seguia pela Rua Principal (Avenida Principal) de Maracanã até a Rua do Ambude (Rua Menino Jesus). Nos trajetos a pé, eu ia à casa de Édrick, que fica na Rua da Boca do Lago, e visitei algumas de parentes seus na Rua Principal (como dona Berenice, dona Célia e Katherine). Fiz muitas caminhadas com as Ferraz pela Vila Mochel para celebrações nas casas de devotos. A Rua dos Residenciais é o principal acesso ao Amendoeiras, Santo Antônio e Morada do Sol. Eu o

percorri poucas vezes a pé, indo quase sempre de carro e acompanhada, por causa do medo que determinados pontos da estrada despertam. A presença de transeuntes não é costumeira, e a vegetação a contorna. Da Vila Mochel, nas caminhadas, eu costumava bater um papo nas casas de dona Chiquinha e dona Neném no 21 e, então, voltava para a casa dos Ferraz depois de atravessar o Rio da Passagem (Rio do Ambude).

O Parque da Juçara, assinalado no mapa, é onde acontece anualmente, aos domingos do mês de outubro, a Festa da Juçara desde 1969, e é também um lugar que usei para cortar caminho entre comunidades e para travar conversas com interlocutores. A festa que ali ocorre classifico como de grande porte, pois aglomera pessoas que vêm de bairros do entorno e de outras regiões da ilha de São Luís para apreciação do fruto dos juçarais, associados aos brejos: a juçara. O evento conta com apresentações musicais, apresentações de danças típicas e consumo de bebidas alcoólicas, distribuídos e delimitados em ambientes específicos dentro do espaço.

Na Festa da Juçara, o fruto é comercializado em grande quantidade, em forma de suco com acompanhamentos, por vendedores que têm brejos em seus quintais ou por aqueles que compram o fruto de pessoas que os tem. Com efeito, muitos habitantes da região tiram seu sustento dos juçarais nesse período do ano, porém o fruto é sazonal, e a renda local ao longo do ano advém de outras fontes, como a criação de pequenos animais e de ocupações mais urbanizadas: funcionalismo público, comércio atacadista e varejista, construção civil e empregos domésticos em bairros mais elitizados da cidade. Há também uma parcela de aposentados, vendedores ambulantes nos terminais de integração e daqueles que retiram seu sustento dos “bicos” que realizam como carpinteiros, pedreiros e nos trabalhos de limpeza de sítios e casas de veraneio.

O buriti, árvore do brejo, com fruto muito apreciado e cada vez mais escasso, com a degradação ambiental, já compôs a renda de muitos grupos familiares que viviam do extrativismo e da pesca artesanal em Alegria e Maracanã. A produção do fruto está em baixa em decorrência dos problemas que sofre o brejo. Parte das famílias da rede de relações onde me inseri tem no extrativismo (colheita da juçara) uma fonte de renda, e apenas um deles tem base de sustentação econômica no cultivo de gêneros alimentícios em roças.

2.1 O QUE CONTAM OS HABITANTES DE ALEGRIA E DE MARACANÃ SOBRE A FORMAÇÃO DE SUAS COMUNIDADES

Ao conversar e entrevistar pessoas de gerações diferentes de Maracanã, me deparei com uma narrativa de origem bifurcada, na qual uma propriedade teria sido conquistada por antigos cativos. Alguns mencionam que negros anteriormente escravizados teriam recebido como doação a propriedade, hoje chamada de Maracanã, de um senhor abastado no fim do século XIX. Para outros moradores, os primeiros habitantes de Maracanã não foram antigos escravos. Eram tão somente cinco famílias que ali firmaram residência no reportado período. Essas famílias seriam: Barbosa, Coutinho, Costa, Algarves e Pereira.

Escravidão e racismo são assuntos muito sensíveis aos habitantes de Maracanã e Alegria. Certo desconforto é sentido nas respostas ao questionamento que fiz acerca dessa versão da ocupação inicial de Maracanã que ouvi e li, como está implícito no comentário e na expressão de aborrecimento no rosto de dona Ubiranice (de apelido Berenice) Coutinho de Oliveira de 62 anos de idade, rezadeira dessa comunidade, durante entrevista em sua casa.

Luzinele: Ouvi dizer que aqui foi ocupado por antigos escravos no período após a abolição. A senhora ouviu algo a respeito?

Dona Berenice: Aqui não. Aqui foram cinco famílias, mas não eram escravos. Esse caminho aí de Maracanã era uma estradinha de dois pés. Os meus bisavôs das famílias de Coutinho, Algarves, de Pereira, de Costa e de Barbosa vieram e aqui tinha um dono e eles lhe fizeram proposta. Aí eles compraram esse Maracanã aqui. Ele foi comprado. Aí foram trazendo família. Tinha um da Família de Coutinho, chamado de [inaudível], que era grandão. Não tinha nada a ver com escravo. (Dona Berenice, moradora de Alegria).

Dona Berenice é vista com muita admiração pelos vizinhos e parentes, pois está à frente dos ritos religiosos referentes ao Reis de Alecrim, do Bumba Meu Boi e de ladainhas em latim, que acontecem ao longo do ano nas casas de Maracanã, de modo semelhante ao que outras rezadeiras fazem em Alegria e Vila Mochel. Essa senhora também foi uma das esposas de Humberto de Maracanã. Afirmando que a porção de terra chamada Maracanã tenha sido obtida por meio de compra, e não de doação, dona Berenice intenta afastar uma explicação de formação do bairro à ocupação por negros escravizados, já que, nessa interpretação implícita, eles não teriam poder de compra, que é conferida àquele que é livre. Uma toada do Boi de Maracanã defende o ponto de vista dela, acrescentando uma explicação para nome do bairro.

Maracanã, em você estou inspirado este ano pra cantar algumas coisas do teu passado; foram cinco famílias que aqui tudo começaram: Pereira, Coutinho e Barbosa, Costa e Algarves por cem mil réis te compraram; Teu povo vivia de lavoura

e pescaria, carvão no cofinho pra cidade iam vender; teu meio de transporte era mesmo embarcado pelo Rio Bacanga tanto fazia chover; e o teu nome tu ganhou de um arvoredo que aqui tinha demais batizado por nossos velhos pais; Em 1875 aconteceu a tua fundação. No dia 13 de junho os nossos velhos pais festejaram Santo Antônio e São João (Reis, 2014).

Em Alegria, moradores alegaram que uma das explicações para o bairro vizinho ter recebido o nome Maracanã seria uma analogia feita pelos antepassados daqueles que se consideravam brancos às aves de mesmo nome, conhecidas por “pássaros barulhentos”. Eles usavam essa analogia para se referir aos negros habitantes daquelas terras em suas manifestações religiosas, dando ao nome depreciativo um sentido de distância e separação entre lugares e pessoas, que, nesse caso, são agrupadas simbolicamente em duas categorias: brancos e negros. Com os primeiros se considerando superiores pela ascendência portuguesa.

Eles [os primeiros habitantes de Maracanã] eram muito barulhentos... até porque precisam fazer os terreiros, praticar a religião deles. Eles eram muito zuadentos e por conta disso o nome Maracanã por causa do pássaro Maracanã que é muito zuadento e em Alegria vivia a família Baldez. Baldez descende de portugueses. Eles não eram negros. Eles eram descendentes de portugueses e vinham fazer sítios, morando não sei por onde vinham para os sítios na zona rural. (Lucinha Costa, moradora da região de Maracanã).

O Rio Bacanga era o canal e único meio de tráfego no século XIX nessa região. Por ele, trafegavam em barcos e canoas essas pessoas economicamente abastadas e pertencentes à elite de São Luís que, na época, tinham propriedades fundiárias em Alegria, nas proximidades do rio, fazendo esse trajeto regularmente.

Diferenças no que toca à cor da pele e a traços fenótipos não são observáveis hoje em dia entre tais populações para um observador externo. Os traços físicos delas são os mesmos. Tanto Alegria como Maracanã são constituídas majoritariamente por pessoas de pele negra e parda. No entanto, não é o que afirma Edson Romário, morador de Alegria: “você pode notar que lá em Maracanã a maioria das pessoas têm pele negra e aqui não”. As relações de parentesco nas duas comunidades têm similaridades evidentes, algo que se repete no caráter sincrético das celebrações religiosas e suas referências simbólicas. A ligação com os santos católicos e as entidades das religiões de matriz africana constitui todas as formas criativas de festejar e celebrar o seu sagrado no cotidiano da rua, da casa e do quintal, que cheguei a experimentar. O imaginário local de relações conflituosas parece sustentar certa diferenciação racial que só aparece no ordinário de modo muito sutil, uma diferenciação que acaba por conjugar elementos de ordem social e econômica numa classificação racial. Por sua plasticidade, vai adquirindo nuances historicamente.

A versão sobre a referida origem do bairro Maracanã, bem como das disputas construídas em torno de uma intolerância racial, é discutida brevemente por Costa (1998) e com mais densidade por Araújo (2012), em monografia e dissertação, respectivamente. Os autores são oriundos do bairro em pauta e desenvolvem uma análise voltada para festividades locais, sendo suas escritas carregadas dessa sensação de pertencimento, afirmando uma diferenciação étnica na origem em relação à Alegria. Elenilde Costa (Branca), detidamente, foca o histórico e a preparação da Festa de Reis do Alecrim e Marcelo de Sousa Araújo se interessa em compreender os elementos que ele qualifica como constituintes da “identidade dos moradores de Maracanã”, que seriam o parentesco e as festas, principalmente, a já referida Festa de Reis do Alecrim. Os dois autores pontuam uma especificidade étnica e cultural para os habitantes do lugar, formada a partir de antepassados escravizados e das relações de discriminação racial com os habitantes da vizinha Alegria.

Araújo (2012), numa abordagem que combina antropologia e história, recorreu às narrativas orais e fez pesquisa no Arquivo Público do Estado do Maranhão, precisamente nos documentos históricos pertencentes à Freguesia de São Joaquim do Bacanga, localidade à qual pertencia Maracanã no século XIX, almejando entender a importância da referida freguesia para o Maranhão e montar uma genealogia da comunidade a partir de famílias que ele conseguiu identificar como as mais antigas. Entre elas, estão as cinco acima apontadas. O autor sugere que os cinco sobrenomes mais frequentes no bairro os antepassados cativos dos atuais habitantes herdaram de seus senhores, mas não afirma isso com precisão.

Para todos com os quais dialoguei mais diretamente durante a experiência de campo, seja por meio de conversas informais ou entrevistas, as rixas por motivo racial envolvendo as duas comunidades já existiram, e o espaço da festa as tornava ainda mais explícitas. No entanto, isso não é mais uma questão que determine as relações entre as pessoas dessas comunidades no presente. “Isso, minha filha foi coisa dos antigos. Essa geração mais nova não liga para essas coisas. Já está tudo misturado”, afirmou certa vez um senhor de Alegria conversando comigo numa parada de ônibus. Por outro lado, para mim, é perceptível um clima desconfortável entre as diferentes famílias que organizam determinadas festividades em Alegria. Refiro-me às Festas de Reis. Não há uma disputa aberta, mas sim implícita na forma como cada uma delas promove e organiza sua festa, ora buscando diferenciar-se, ora assemelhar-se à realização das festas das demais.

Em Alegria, identifiquei como predominantes as seguintes famílias: Teixeira, Bernardes, Nascimento, Baldez e Valente. A família Ferraz já teve certa notabilidade na promoção de festas religiosas na época da matriarca Raimunda da Silva Ferraz. Na casa ainda

acontecem festas de pequeno porte, e as mulheres dessa família têm presença nas questões políticas e sociais da comunidade e da APA de Maracanã.

A família Baldez, de modo semelhante à Valente, já possuiu muitos bens em Alegria e tem presença no local desde o século XIX, conforme sugere Araújo (2012), a partir de documentos históricos analisados por ele. Um de seus membros, no período em que viveu em Alegria, esteve à frente da União de Moradores de Alegria. Depois, a liderança foi transferida por ele às mulheres da família Ferraz. O sobrenome Baldez, aliás, se repete bastante na rede de famílias aparentadas desse bairro, dando indício de certo grau de endogamia e prestígio social local. A família é dotada de reconhecimento pelos recursos econômicos e políticos, inclusive concentrando cargos públicos nas escolas locais, pelo acesso à escolarização formal superior e por ligações com políticos influentes da capital ao longo do século XX. Enquanto que Ferraz, por seu turno, é o sobrenome menos frequente. Muitos parentes daqueles que atualmente vivem em Alegria não residem no bairro. Ascenderam socialmente pela escolarização formal, contraíram matrimônios com pessoas sem raízes locais e foram viver em outros bairros da cidade e em outras cidades, sem manter um contato estreito com os Ferraz que continuam residindo em Alegria.

O termo “família” é acionado de maneira bem ambígua. Primeiramente, a família é usada para a referência a sobrenomes associados historicamente à formação dos povoados que agora são bairros e comunidades. Poucos sobrenomes, tanto em Maracanã como em Alegria, são incluídos nesse rol. Há também o uso do termo em alusão à família nuclear. Uma outra situação do uso de família se refere à parentalidade, ora por laços de afeto e de convivialidade, ora por laços consanguíneos, ou mesmo pela combinação desses com os vínculos adquiridos por afinidade. “Aqui é tudo família”, é o que eu ouvia sempre nas conversas e, ainda, “ah, aqui tem um parentesco doido”, querendo dizer que de alguma forma, cada um tem algum dos mencionados vínculos com alguém daquela localidade, sugerindo uma ideia de proximidade e pessoalidade. Alguém é sempre primo, cunhada, nora, padrinho ou afilhado de outro alguém do mesmo bairro. “Parente” é, assim, mobilizado na atribuição de laços consanguíneos e para mostrar importância afetiva com outros de sua rede de relações vicinais. “Considero fulano um parente”.

Ao apontar o predomínio de famílias, não quero dizer necessariamente predomínio econômico e influência política partidária em simultâneo. Entre as famílias apontadas em Alegria, os Teixeira e os Baldez, associados no discurso nativo ao bairro de Alegria, são

financeiramente mais abastados e com capital cultural²² mais elevado, ao mesmo tempo em que têm posição de destaque na organização de duas importantes e centenárias festa religiosas: a Festa de São Sebastião e a de Santo Antônio, respectivamente. Suas posições de poder são bem relativas dentro do bairro. Têm certo domínio da esfera religiosa e em espaços de divertimento, como o futebol, que é historicamente gerido pela família Baldez. As restantes são bem vistas entre si pelas festas que realizam em casa ou importância histórica, ou seja, por serem muito antigas e estarem ligadas à origem do bairro. Já em Maracanã, tem destaque a família Costa, que é detentora de vários imóveis no bairro, contribui financeiramente para a igreja católica, para as festas do bairro e empregando mão de obra local em suas propriedades, por isso angariam certo reconhecimento social.

Essas famílias não estão separadas em termos de parentesco, ou seja, contraem matrimônios entre si, ligam-se por compadrios, adoções e há, ademais, as uniões maritais intrafamiliares, comumente entre primos de primeiro e de segundo grau. Essas são especificidades igualmente de Maracanã. Os Barbosa, Coutinho, Costa, Algarves e Pereira são muito aparentados. Em compensação, os parentescos entre habitantes de Alegria e Maracanã foram menos frequentes na rede de relações onde me inseri. Os grupos familiares de Alegria e Maracanã têm contraído ligações matrimoniais com outros grupos das comunidades próximas (Vila 21 de Abril, Vila Nova República, Vila Mochel), bairros mais urbanizados da cidade e, mais recentemente, os residenciais do PMCMV localizados na APA, aumentando nesse plano a extensão dos deslocamentos e convivência de parentes entre casas.

Retomando o assunto das narrativas de origem de Maracanã, quero salientar que elas (uma delas ainda mais, a de origem no Maranhão escravagista) acabam atraindo uma importância histórica e cultural grande para o bairro perante os demais, até mesmo perante Alegria, onde seus habitantes também afirmam essa narrativa. Interlocutores defendem que esta última é mais antiga que a vizinha Maracanã, tendo começado a ocupação onde agora se encontra, desde 2012, o Residencial Vila Maranhão, um conjunto de prédios de apartamentos. Outro fator que, no meu ponto de vista, fortalece essa importância histórica e cultural é toda a produção que envolve o Bumba Meu Boi de Maracanã²³, sotaque de matraca²⁴. Moradores

²² Bourdieu (1998), ao sistematizar o conceito de capital cultural, considera a variável educacional, embora a ela não se limite. Assim, ele defende que a educação ou os recursos possibilitados pelo nível, tipo de educação escolar é um princípio de distinção social quase tão importante quanto o capital econômico, que são as posses materiais e recursos financeiros.

²³ Para uma análise do processo sociocultural de elaboração de conhecimento, categorias e práticas presentes no grupo de Bumba Meu Boi de Maracanã, ver Sousa (2020).

²⁴ O sotaque recebe o nome de um instrumento composto por dois pequenos pedaços de madeira em formato retangular, que ao serem manejados um no outro engrossam a massa sonora entre os *brincantes*, o público que acompanha e participa dessa manifestação.

contam que ele tem mais de 100 anos de existência e esteve por mais de 40 anos (entre 1973 e 2015) sob a liderança do cantador de Boi Humberto de Maracanã. Com celebrações fundadas em devoções cristãs, especificamente no catolicismo popular, o universo místico-religioso do Bumba Meu Boi no Maranhão inclui pagamentos de promessa aos santos juninos, mesclados aos cultos de matriz africana, inspirando a ludicidade e religiosidade com repertório simbólico vasto.

As celebrações que estruturam o Bumba meu Boi no Maranhão são: batismo dos grupos na noite da véspera do dia de São João, quando os Bois têm a permissão do santo para sair de seus terreiros ou sede, marcando o início oficial da temporada; a Alvorada de Bumba-meu-boi iniciada na madrugada do dia 29 de junho, consagrado a São Pedro, quando a capela do santo é visitada por grande número de grupos de Bumba-meu-boi, cujos brincantes pedem as bênçãos em frente ao andor; e o Desfile de São Marçal, a grande festa dos Bois do sotaque de Matraca que, da manhã até a noite do dia 30 de junho, passam em cortejo pela avenida do mesmo nome, no bairro do João Paulo (IPHAN/MA, 2011).

Não pretendo fazer aqui uma genealogia do Bumba Meu Boi de Maracanã. Isso escapa ao escopo deste trabalho. O que desejo ressaltar rapidamente é a construção de sua relevância, principalmente com o processo de patrimonialização para o reconhecimento artístico e cultural de Maracanã e de sua gente. “O que elevou o nome do Maracanã foi o Boi e, em segundo lugar, foi esse Reis”, declara dona Berenice. Penso que todo o imaginário que cerca o Boi, presente em suas toadas, exerce uma força social na medida em que produzem explicações de mundo, estando elas mesmas embebidas em parciaisidades do real.

Concretamente, isso significa dizer que, houve todo um processo de construção no mundo social que culminou na patrimonialização e que esta exerce uma força social sobre determinadas práticas e engajamentos pertinentes ao Bumba Meu Boi. No caso do Boi de Maracanã, parece dar capacidade persuasiva às suas toadas nessa região da ilha, no que confere determinadas visões de mundo e valores de grupos que já foram muito perseguidos em suas práticas religiosas e que ainda são marginalizados em outros (como o acesso às políticas públicas de saúde e educação, por exemplo).

Esse é um movimento vertical e horizontal. O próprio processo de patrimonialização envolve o esforço, engajamento e negociações de setores populares, acadêmicos e da elite política e econômica em diferentes âmbitos em dinâmica processual. O fato de Humberto ter exercido influência junto à Roseana Sarney no período em que a família dela concentrou domínio político e econômico no estado demonstra o caráter vertical. Ela foi “madrinha” do Boi de Maracanã por vários anos.

É preciso ponderar não apenas a própria figura de Humberto de Maracanã no movimento de reconhecimento mais amplo enquanto artista, mas especialmente o modo como ele é visto localmente no âmbito das manifestações do Bumba Meu Boi. Ele é percebido como figura mística, um homem “escolhido” e “inspirado” pelas entidades. Nascido em Maracanã, em São Luís, em 1939, Humberto Barbosa Mendes começou a cantar samba ainda na infância no bairro Maioba. Aos 12 anos de idade, também começou a cantar toadas e em 1973, ingressou no Boi de Maracanã. Segundo ele menciona em documentário, foi “chamado a tomar conta do Boi” por São João, tendo entidades espirituais ligadas aos terreiros de matriz afro e às “coisas da natureza” lhe inspirando em suas composições musicais²⁵. Ele é reverenciado por seus conterrâneos de bairro pela relação especial com o sagrado, que lhe concedeu força perlocutória no mundo artístico terreno. Humberto tinha uma “obrigação” com as entidades que lhe inspiravam. Tal incorreu em prescrições e consequências negativas quando não cumprida.

Ele [Humberto de Maracanã] já nasceu com esse dom, mas ele trabalhou através das linhas de orixás. Ele trabalhou só com alta potência [...] os orixás são aqueles que estão acima das potestades. Ele trabalhava com orixá, por isso que ele teve uma estabilidade maior, intelectual em tudo que ele fazia, mas ele já nasceu com o dom. O ano em que ele deixava de cantar para as entidades ele adoecia (Adriano Algarves, morador de Maracanã).

Não foram raras as ocasiões em que, ao conversar com pessoas de Maracanã e Alegria acerca da importância das festividades locais ou mesmo a identificar narrativas de formação de Maracanã, seus aspectos religiosos e ambientais, me deparei com a pergunta sugestiva desses interlocutores: “tu já ouviste aquela toada de Humberto? Ela fala desse assunto que tu queres saber”. Alguns entrevistados cantaram parte de toadas para mim. Não só pessoas dessa comunidade se identificam e afirmam as narrativas das toadas, mas também de Alegria e Vila Mochel, aquelas com raízes familiares locais. As letras das canções compostas por Humberto são construídas ao redor de temas que dialogam entre si. Além do meio ambiente maranhense em geral e de Maracanã em particular, os rios e astros celestes são ressaltados enquanto belezas naturais. Há a referência à relação com mundo das divindades afroindígenas, à formação histórica de bairros rurais da ilha e as disputas que esse grupo desenvolveu com outros grupos de Bumba Meu Boi da Ilha de São Luís.

A aglomeração de grande porte em torno da juçara é a única festa da região, dentre todas as que pude participar, que não acontece no espaço da casa, do seu quintal, a despeito do

²⁵ PAIOL, Filmes. Documentário Humberto de Maracanã-Rio do Mirinzá. Youtube. Outubro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-J_OhOH5270. Acesso em: 24 ago. 2021.

fruto que lhe dá razão, que sai de muitos quintais dos vendedores que têm barracas ali. Até as apresentações ou brincadeiras do Bumba Meu Boi não fogem ao ambiente doméstico.

2.2 “FOI DE UMA HORA PARA OUTRA”: IMPRESSÕES E RUMORES DE HABITANTES MAIS ANTIGOS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE RESIDENCIAIS NA REGIÃO DE MARACANÃ

Na região de Maracanã o dia a dia das pessoas e da paisagem estão profundamente marcados por projetos desenvolvimentistas que expandiram a malha urbana ao longo das últimas cinco décadas, tensionando um modo específico de habitar as casas, as ruas e os brejos. A esses processos meus interlocutores não fazem referência direta, emergindo processualmente de modo fragmentado quando levantam os elementos que mudaram práticas e lugares. A construção de milhares de residências pensadas num programa habitacional é, na visão deles, a fronteira da vez que marca um antes e um depois em seu cotidiano. O ponto de partida para a percepção da realidade socioespacial são as digressões ambientais da memória trazidas pelo evento da construção dos residenciais.

Há, em alguma medida, um tom dramático na visão das pessoas que vivem próximas aos residenciais Amendoeiras, Santo Antônio, Morada do Sol e Vila Maranhão sobre os impactos destes para o modo de vida daquelas. De forma objetiva, apontam a perda da interação no e com os rios, perda da fonte de renda advinda do fruto das juçareiras e a crescente sensação de insegurança, que para esses moradores mais antigos, parte das ações do tráfico de drogas dentro dos residenciais.

Desmatamento, aterramento de nascentes, morte de juçarais e o aumento da sensação de violência são percebidos localmente como efeitos abruptos e diretos dessa implantação. Entre 2013 e 2016 ocorreu todo o processo de construção de milhares de “unidades habitacionais” e sua entrega aos moradores sorteados que, até então, viviam em outros bairros da região metropolitana de São Luís. A alteração dos meios de vida e das relações socioespaciais em um curto período de tempo são pontos limites dentro das narrativas. Os fragmentos de conversas e entrevistas a seguir apresentam uma interpretação trazida por habitantes de Alegria que dota o evento de feição assustadora e repentina.

[...] Me revoltei tanto com esses conjuntos (risos) porque trouxe **violência** e um monte de coisas para cá para o bairro [...]. **Aquela área do conjunto Vila Maranhão era linda, linda, linda. Do dia para a noite isso some**, desaparece. Então, gera uma frustração. Foram anos de luta pela questão ambiental no Maracanã,

pregando a importância de uma APA, pregando a **importância dos juçarais**. Como é que o mesmo órgão que ajudou a criar um projeto de preservação ambiental é o órgão que dá a licença para que os residenciais sejam construídos? **Seria impensável há algum tempo a ideia de não ter rio para banho em Maracanã**. Não faz muito tempo que a gente banhava no Rio Ambude, no Rio de sr. Zé Ceará que é aqui pertinho [...]. Como é que mesmo a gente conseguindo provar que esse **juçaral é fonte de renda** para boa parte da população local, de repente constroem empreendimentos que aterram a nascente e acabam com os juçarais e poluem os rios? [...]. (Entrevista à Cristiane Morais. Alegria, grifos meus).

A gente tinha uma amiga funcionária da Ufma [Universidade Federal do Maranhão] que vinha e a gente ia para lá, **bebíamos e tomávamos banho, né. Isso foi tirado**, esse lazer, essa interação. Encontro pessoas que lembram dos banhos que tomavam no Pontilhão. Hoje não podemos convidar as pessoas a irem tomar banho lá por que **virou esgoto em natura dos residenciais**. Acho que **esse foi o impacto maior dentro da comunidade e a chegada da violência**, pois até então, eu lembro que quando morava no conjuntinho, **eu e dona Goreth ficávamos até 11h da noite na calçada ali na avenida principal conversando**. Isso não faz muito tempo. Acho que faz 3 anos que mudei de lá. Estamos em 2020. Isso aconteceu entre 2015 e 2016. A gente ainda tinha essa rotina e depois fomos deixando, deixando porque a violência foi crescendo (Entrevista à Deca/Odelina Ferraz, moradora de Alegria, grifos meus).

Não tinha perigo, não tinha maldade, não tinha essas coisas que têm agora (...). Eu tive muito medo porque a gente sabe que para esses condomínios vêm gente boa e gente ruim. Realmente, aí tem muita gente boa e muita gente doida. Eu senti muito medo [no início da entrega das moradias do conjunto Amendoeiras] porque aí as **facções tomaram logo de conta**". (Entrevista à Erilete Sales, moradora do 21/Amendoeiras, grifos meus).

Os excertos acima foram proferidos por Cristiane, Deca e Erilete respectivamente, mulheres que fazem parte de uma mesma rede de relações desenvolvida ao longo de toda uma trajetória de vida na rua Menino Jesus e suas proximidades. Por meio de Deca (uma Ferraz), cheguei às outras duas. Uma vicinalidade perpassada por conhecimento e intimidade, seja entre pessoas, seja entre estas e o ambiente habitado encontra eco no discurso delas, dando a entender que o medo de algo novo vai tomando forma com a estranheza quanto à sua manifestação no ambiente físico (os rios, juçarais, calçada de casa) e nas relações intersubjetivas.

As agressões tidas como ambientalmente bruscas se conjugam congruentemente no discurso com as experiências no tocante aos casos de violência e ao medo que despertam. A relação entre desordem no mundo vivido e a construção dos residenciais se dá de forma direta e fatal. Essa correlação inevitável nas narrativas oculta desarranjos e rearranjos no plano do vivido que já vinham acontecendo antes da implementação e entrega dos residenciais aos novos moradores. O entendimento de que sua voz foi abafada por interesses escusos aos significados que essas pessoas atribuem aos lugares que habitam é expresso em termos de frustração, de medo, de ausências e de presenças.

Em se tratando do ocorrido na região de Maracanã, houve um enquadramento técnico das consequências negativas para a biodiversidade, mas não suscitou medidas efetivas no sentido de sanar ou minimizar esses efeitos dos empreendimentos por parte do órgão competente quando os moradores mais antigos as denunciaram publicamente e, menos ainda, qualquer notificação às construtoras e suas empresas terceirizadas, de onde vem ainda a frustração dos denunciantes. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) concedeu as licenças para execução das obras que também não sofreram qualquer ação de embargo na esfera jurídica por causa dos impactos. Não houve uma discussão com as comunidades acerca da dimensão ambiental e social das obras. Nesse plano, faz sentido a declaração feita por dona Maria Ferraz quando tenta me situar das mudanças em sua rua em face do evento em questão, afirmando que o início das construções pegou a todos de surpresa em Alegria.

Foi de uma hora para outra. A gente nem esperava. Quando demos fé, os caminhões cheios de material de construção já estavam passando aqui nesta rua que é um atalho para o local onde foram construídos o Amendoeiras, Santo Antônio e Morada do Sol. **A rua ficou muito movimentada de carro. O barulho era enorme.** Era barulho de caminhões o dia inteiro. **Estragaram a rua, encheram de buracos e nem sequer fizeram melhorias nela depois.** (Maria Ferraz. Alegria, grifos meus).

Silvinha menciona, em outra conversa, que, ao mesmo tempo em que as obras avançavam, os rumores sobre novas construções assustavam moradores da rua Menino Jesus/Ambude.

[...] **A gente ouvia falar de muitos conjuntos sendo construídos pela cidade** e ouvimos dizer que esses sítios que ficam aqui do lado do nosso e que estão abandonados faz tempo, seriam comprados por construtoras para construir mais casas como essas que já estavam em construção. Ficamos chocados, assustados mesmo. Ai eu pensei: “vão acabar com o Maracanã”. A gente já sentia a diferença. (Silvinha/Raimunda Ferraz, Alegria, grifos meus).

Os rumores se deram em duas direções que não deixam de se encontrar, considerando as opiniões de uma interlocutora. Uma temia a “a construção das casas”, e a outra era otimista sobre as possíveis consequências positivas para o dia a dia das pessoas que já viviam há mais tempo ali no entorno. “Muita gente aqui achava que a construção dessas casas traria benefícios para nós também. Teríamos mais ônibus, mais escolas, porque teria bem mais gente morando aqui, apesar do que estava acontecendo com o nosso bairro”, me conta Deca. A possibilidade de ocupação remunerada temporária nas novas construções atraiu a atenção

dos habitantes. Pedreiros locais foram contratados no processo, e mulheres ainda trabalhavam na etapa de acabamento das obras, pondo rejuntas nos pisos.

Nas avaliações que emitem acerca da construção dos empreendimentos, pontuam que estas acirraram os problemas ambientais com rios, brejos e juçaraís. As comunidades situadas mais perto geograficamente desses empreendimentos são as que sentem mais diretamente as mudanças, como é o caso de Alegria e Quilômetro 21. Nelas, as pessoas demonstram mais espanto e frustração ao falarem da transformação dos aspectos ambientais, por exemplo.

As reações a esses problemas, por outro lado, foram mais restritas e de pouca repercussão em nível de São Luís, assim como dentro das comunidades situadas no entorno das obras do Programa Minha Casa Minha Vida. Houve protesto na BR-135, inclusive com a paralisação do trânsito em abril de 2014. Moradores afetados pela falta de coleta de lixo e acidentes de trânsito na BR usavam faixas e cartazes, também denunciando os impactos ambientais do Programa Minha Casa Minha Vida e reivindicando um estudo deles e respostas às comunidades reivindicantes²⁶.

Falo que as reações públicas ao início das obras foram mais restritas e pontuais porque, não obstante, a percepção de muitos moradores sobre as implicações dos empreendimentos ser negativa, poucos se engajaram na discussão do problema e mobilização social na arena pública, considerando as comunidades afetadas. É o que relatam membros do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Maracanã (CONAM). Acompanhei as reuniões deste conselho durante o tempo em que vivi na região. A interlocução dos conselheiros intra comunidades é dificultada pela fragmentação de interesses nelas existentes, mais voltados às relações de troca (apoio político eleitoral por serviços de infraestrutura, ocupação em cargos públicos, entre outros) manejado por grupos familiares, associações de moradores e políticos da região metropolitana. Isso define uma visão local acerca da política. Junta-se ao quadro a comunicação morosa, expressa nos obstáculos burocráticos impostos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

Mesmo não obtendo respostas imediatas a suas reivindicações, o ato na BR chamou atenção de mais moradores e uma comissão foi formada. Esta formalizou uma denúncia junto ao Ministério Público (MPMA). “Foi o Ministério Público que acionou a SEMA. Antes disso,

²⁶ A seguinte matéria Jornalística expõe sucintamente os fatos: **Manifestantes Bloqueiam a BR-135 no Maracanã em São Luís**. G1 Maranhão, São Luís. 10 de abr. de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/04/manifestantes-bloqueiam-br-135-no-maracana-em-sao-luis.html>. Acesso em: 06 de jun. de 2021. Em outra reportagem exibida pela TV Mirante, moradores de Alegria denunciam o assoreamento da nascente do Rio Ambude. **Moradores denunciam o assoreamento de nascentes na zona rural de São Luís, São Luís**, 08 ago. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 07 out. 2021.

ninguém de lá respondia aos pedidos da nossa comissão. Aí a SEMA entrou em contato com a gente com a ideia de formar o conselho da APA”²⁷, afirma Deca, membro do CONAM no período em que estive em campo.

Pensando com Das e Poole (2008)²⁸, cabe refletir sobre a presença do Estado na ocorrência do evento tratado através da legibilidade e ilegibilidade que a SEMA figura para as comunidades da região de Maracanã. O que significa dizer que com o desenvolvimentismo da construção civil na última década, há um rearranjo na forma de experienciar o Estado por parte das comunidades afetadas ambientalmente. Entram em cena órgãos específicos com procedimentos burocráticos, instrumentos normativos veiculados em documentos que mudam constantemente quanto às pautas de discussão e o modo de se posicionar, seguindo os ventos cambiantes da política institucional, o que gera uma experiência confusa de negociação com o Estado por parte de comunidades com dificuldades de aglutinar bandeiras de luta numa ação coletiva.

Em desabafo, um membro do CONAM, numa reunião declarou que “a dificuldade é que, a cada nova mudança na equipe da SEMA, é preciso um novo aprendizado dela sobre a APA, sobre o CONAM e aí vem a burocracia e a demora na resposta aos problemas, porque a gente também tem que lidar com a equipe do zero, tentar trazer mais gente para o conselho”. Desta feita, os tentáculos do evento da implementação dos residenciais estão para além dos efeitos ambientais e socioambientais mais prementes. Eles compõem jogos de poder, que se materializam de forma opaca em dispositivos urbanos de governança do espaço e de populações, como as que habitam a região de Maracanã, que são de poder aquisitivo mais baixo. Por outro lado, o Estado, como um agente do desenvolvimento, no processo da produção e governança da vulnerabilidade, está em relação com outros agentes, negocia com interesses diversos e não estáticos, como os dos habitantes afetados na região de Maracanã e os das empresas da construção civil para, as quais, historicamente, o Estado tem sido mais legível em seus atos.

Retomando as observações sobre o rumor, este se torna um dado pertinente a compreensão do ponto de vista dos interlocutores sobre o evento e com ele o processo de

²⁷ Para uma abordagem etnográfica sobre APAs, ver Mello (2019). A autora realizou uma etnografia em Área de Proteção Ambiental no município de Guaraqueçaba (PR) para compreender a construção social da noção de natureza elaborada pelos pescadores, pelas mulheres, populações locais e órgãos de Estado no município. Sobre a APA de Maracanã, Correia (2020) analisa os sentidos de lugar e geograficidades, advogando a favor dos aspectos humanistas e geográficos nas políticas públicas de conservação da natureza.

²⁸ Se afastando de uma ideia de Estado weberiano e se aproximando mais de um estado administrador “invisível” de populações, corpos, disciplina e territórios no cotidiano, as autoras operacionalizam o conceito de “margem” para se reportarem as zonas de imprecisão entre práticas e formas de discurso que nublam as fronteiras entre legal e ilegal onde o Estado se faz presente.

expansão da cidade de São Luís, mesmo que, provavelmente, a fase aguda desses rumores tenham sido antes e durante a construção dos residenciais, isto é, em um período anterior ao da pesquisa que resultou nesta tese. O rumor é pensado como uma narrativa de cunho improvisado e espontâneo, onde não é possível identificação de autoria e produzido fora de uma estrutura institucional, emergindo em situações problemáticas e ambíguas para um determinado grupo. O agenciamento da narrativa se dá na tentativa de tornar as situações problemáticas mais inteligíveis (Menezes, 2020; Petti, 2020).

O aspecto dos estudos sobre rumores que, a meu ver, mais interessa aqui é sua ligação com a memória social, muito discutida por Veena Das (2020) ao se remeter ao contexto indiano de partição do país e desdobramentos em eventos subsequentes. A autora advoga que “o rumor ocupa uma região da linguagem com o potencial de nos fazer experimentar eventos, não simplesmente assinalando-os como algo externo, mas produzindo-os no próprio ato de contar” (Das, 2020, p. 151). No movimento da linguagem, o rumor traz o passado ao presente.

A ambiguidade, que está na dúvida, simultaneamente otimista e desconfiada que Deca sinaliza, e o medo expresso pela observação feita por sua irmã Silvinha quanto às “notícias” sobre o evento da construção de residenciais pela cidade, vistos em parágrafos anteriores, traz um dado etnográfico relevante, pois uma memória social sobre as ações desenvolvimentistas do Estado, gestor do urbano na relação com os demais agentes, que vem ocorrendo processualmente na região de Maracanã, toma forma no rumor. Mais do que isso, das narrativas emergem os anseios de melhoria de vida negociados pelos habitantes mais antigos ao longo de gerações no âmbito das relações de força, e que são expressos na expectativa de geração de renda advinda da fase de obras do empreendimento e maior oferta local de serviços públicos (mais ônibus e escolas na região).

Uma concepção de compensação pelos danos causados compõe a ambiguidade do discurso. Ouvi com frequência de habitantes da Rua Menino Jesus uma reclamação que exprime essa ideia de forma mais clara. Nela, todos os efeitos nocivos causados à rua (apontados aqui por dona Maria Ferraz) durante as obras do Minha Casa Minha Vida deveriam ser reparados com a pavimentação. A reclamação é a expressão de uma expectativa coletiva de que uma obra de grande porte traz algum tipo de benefício como contraparte de malefícios que ela enseja ao ambiente e aos seus habitantes. Todavia, pavimentar uma rua, como a Menino Jesus, requer atenção às suas particularidades ambientais, posto que ela contorna um brejo de juçareiras e buritizeiros e, por isso, tem muitos lençóis freáticos que emergem à superfície o ano inteiro.

Essas características têm provocado dúvidas nos habitantes sobre o caráter e consequências dessas melhorias, ao mesmo tempo em que estas são reivindicadas como necessárias. Em vista disso, os eventos desenvolvimentistas que compõem o processo de expansão urbana de São Luís na região de Maracanã são práticas e visões de mundo hegemônicas em constante negociação. Ao materializar-se no cotidiano, cada projeto proporciona meios de vida, benefícios desigualmente distribuídos com agressividade e violência. O item a seguir sintetiza esse processo.

2.3 MEIOS DE VIDA NA REGIÃO DE MARACANÃ NA RELAÇÃO COM A EXPANSÃO URBANA DE SÃO LUÍS

Até meados da década de 1960, existia uma forte comunicação entre a região de Maracanã e a cidade de São Luís, feita pelo rio Bacanga. Por ele trafegavam diariamente pessoas e mercadorias. O Porto Grande, ponto de embarque e desembarque em Alegria, ficava próximo às terras pertencentes, na época, à família Valente. Dalí saíam pessoas em pequenas embarcações em direção ao centro histórico para vender a produção de suas roças e comprar produtos manufaturados. Lá chegando, aportavam na Madre Deus. Eram necessários dois dias de viagem para completar o percurso de ida e volta. O rio também alimentava as famílias através dos peixes. A importância desse e de outros rios era tão grande que, para pessoas de dentro e fora dos povoados, a região de Maracanã também se chamava Vila Bacanga”.

Nós ia pescar no Maracujá, Bacanga e no Porto Grande. Ai ia remando daqui lá, saltava no Portinho, Santiágua e Madre Deus e vendia nossa farinha, nosso peixe ou o nosso carvão pra barraqueiro e pegava a canoa para voltar no Desterro. Era dois dias de viagem para ir e voltar. Era uma pobreza, minha filha, esse Maracanã. Só Deus para ajudar. Era gente pobre, pobre mesmo. Quando se dizia “fulano é pobre” era pobre mesmo. Tinha pouca gente. Era casa aqui e outra lá...Eu nasci no dia 20 de setembro de 1912. Vê quanto tempo faz? [...] (*apud* Costa, 1998, p. 13).

O fragmento sintetiza a base de sustentação econômica das famílias da região, que compreende não apenas Maracanã e Alegria durante aproximadamente um século, mas ainda de outras povoações próximas e o deslocamento espacial necessário no decorrer do processo. A interação dos pequenos agricultores, pescadores e artesãos com a cidade já compunha os meios de vida.

Paralelamente à navegação pelo rio, existia a movimentação pela Estrada de Ferro São Luís-Teresina, que, sem dúvida, foi um grande acontecimento para esses “povoados” e para

São Luís como um todo na década de 1920. Pensada ainda no século XIX²⁹ como meio mais eficiente para unir o centro produtor de algodão (Caxias) e seu principal comprador (São Luís), a sua implementação e posterior ligação com Teresina (1938) propiciou a elevação de pequenos negócios e abertura de postos de trabalho em trechos cortados por seus trilhos, como a região de Maracanã.

Dessa forma, a estação Araracanga³⁰, inaugurada em 1921, deu certa expressividade à circulação de dinheiro e de pessoas naqueles “povoados”, pois ali era ponto de embarque e desembarque de trens de passageiros e cargueiros. A estrada, vale apontar, proporcionou, no início do século XX, o escoamento da produção de tecidos para o interior, de sua matéria prima e do babaçu³¹, que passou a ter seu óleo muito valorizado na Europa naquele momento.

Durante seu tempo de operação mais intensa, a ferrovia recebeu trabalhadores de outros estados que passaram a viver nessa área, e pessoas com raízes em Alegria passaram a ter empregos com salário fixo por causa da necessidade de manutenção da estrada e dos serviços indiretos que ela demandava. A estação foi demolida na década de 1980, mas os trens de passageiros circularam pela estrada de ferro até 1991. Na década de 1990, as linhas férreas foram concedidas à iniciativa privada (Transnordestina Logística), especificamente o setor de transporte de cargas. Antes desse período, a Ferrovia São Luís-Teresina era administrada pela estatal Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Vagões que realizam a manutenção da estrada regularmente ainda trafegam por ela. A partir da instalação das linhas férreas, os então “povoados” de Maracanã e Alegria passaram a ser delimitados geograficamente entre si por ela.

Os habitantes dessas áreas, acostumados aos trajetos a pé, seja para irem de um “povoado” a outro e às festas, seja para irem trabalhar e irem à igreja, abriam “caminhos de dois pés” (caminhos estreitos) por dentro da vegetação, interligando por essas linhas as áreas desde o início de seu povoamento. Além disso, eles se habituaram a andar bastante por brejos, roças e matas, desenvolvendo desde a infância a percepção da visão, tato e equilíbrio corporal para se movimentarem nas juçareiras para a retirada dos frutos, por exemplo, e se relacionarem com outras plantas nativas e animais típicos da região. O contato direto e rotineiro, permeado por atenções ao ambiente, leva à construção de saberes e habilidades

²⁹ O primeiro trecho da ferrovia foi construído em 1895 ligando Caxias a Cajazeiras.

³⁰ Inicialmente foi nomeada Estação de Maracanã. No centro de São Luís, à beira mar foi construída a estação João Pessoa, inaugurada em 1929. Informação obtida no site Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ma-pi/araracanga.html>. Acesso em: 07 dez. 2021.

³¹ De fato, a partir de 1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, o babaçu passou a ser muito estudado para fins de aproveitamento econômico, tendo importância ampliada na indústria alimentícia, de combustíveis e lubrificantes. Livros, revistas e jornais do período exaltaram a importância do babaçu para a economia maranhense. Essa reflexão é feita por Barbosa (2013).

físicas e cognitivas específicas. A afetividade é desenvolvida em tal movimento. Isso associado ao conhecimento das duas estações (chuvosa e seca), permitia aos grupos aparentados participação ativa na produção de gêneros alimentícios a partir dos roçados e da pesca, disponíveis nas proximidades das suas casas e a extração de juçara e buriti.

Tal envolvimento era uma condição de existência, uma relação dotada de significado sagrado, o que explica os mistérios e negociações nas interações com o Surrupira e a Mãe D'água, seres da mata e rios locais. Do engajamento recíproco entre humanos e não humanos que são os lugares, sejam estes rios, brejos, animais, vegetação e seus seres encantados emergem significativa interdependência e temor, impondo a essas relações regras para circulação por lugares, bem como manejo de seus recursos.

Por falar em sagrado, a religiosidade nas narrativas de pessoas de diferentes gerações demonstra que ela sempre foi basilar no cotidiano, nas mais distintas formas. No catolicismo de vertente mais popular sempre estiveram interligados a doutrina católica e os saberes relativos aos terreiros de Umbanda, Mina e Cura. Em Alegria, dona Terezinha Baldez, uma mãe de santo de quem muitos se lembram ainda hoje, cuidava com afincos dos afazeres na capela e do terreiro que mantinha ao lado dela. Essa senhora assumia os ritos referentes ao festejo de Santo Antônio numa época em que a presença clerical da Igreja Católica Romana³² nessas localidades se dava de uma maneira mais pontual. É habitual afirmar nativamente que as capelas eram “igrejas de festejos”, ou seja, locais de culto onde missas e sacramentos só eram ministrados poucas vezes ao longo do ano, apenas em festividades dos santos padroeiros dos povoados.

A cada noite,³³ como acontece atualmente, a ladainha em latim abria a celebração, e os fiéis se uniam à rezadeira na execução. A missa geralmente ocorria no encerramento dos festejos, no último dia, ocasião em que aconteciam batizados e casamentos nos povoados. Famílias específicas têm assumido a organização e realização dos festejos em Alegria. Os Baldez são responsáveis pelo Festejo de Santo Antônio, os Teixeira pelo de São Sebastião. Os dois festejos acontecem na igreja, mas movimentam as casas dessas famílias, uma vez que a circulação de pessoas, recursos financeiros, orações e promessas passam por tais espaços

³² Me refiro com isso à incidência preponderante da doutrina e preceitos litúrgicos instituídos pela Igreja Católica Apostólica Romana, bem como sua hierarquização no fazer religioso diário das comunidades, como por exemplo a formação de grupos que se reúnem com regularidade nas igrejas para lerem a bíblia e fazerem orações coletivas. São grupos que participam de formações oficiadas pelo clero nas paróquias. No caso considerado, o fenômeno é relativamente recente. A paróquia São José dos Migrantes, a qual parte da região de Maracanã está vinculada, foi fundada em 1995 e até 2016 o acompanhamento da Igreja se limitava à prática dos sacramentos ministrados por padres da paróquia São Cristóvão.

³³ “Novena” é o termo mobilizado para denominar práticas rituais num espaço religioso que combina cânticos e orações para um determinado santo ou santa durante um período de nove dias.

situados bem próximos geograficamente da capela. Em Maracanã ocorre algo parecido no que toca à festa do Reis do Alecrim e ao Bumba Meu Boi.

Notei, através de conversas cotidianas e entrevistas, que, antes do processo de aproximação pastoral da Igreja, homens e, principalmente, mulheres vinculadas aos terreiros de tradição afro chegaram a ter grande relevância na condução dos ritos religiosos na capela e nas casas dos fiéis. Para mais, mães e pais de santo adquiriam importância para além dos espaços rituais dos terreiros.

Eles e elas participavam dos problemas e soluções da vida diária por meio de benzimentos para cura de doenças e ação sobre efeitos desagradáveis dos encontros entre humanos e seres encantados. Davam conselhos acerca de problemas pessoais e assistência material àqueles que não tinham uma ligação direta com o terreiro, mas faziam parte do círculo de suas relações de proximidade vicinal.

É indubitável, pelas narrativas que acessei, o fato de que sempre houve nas famílias mais antigas de Maracanã e Alegria um desejo de ascensão social por meio da aproximação com aquilo que a “cidade” tinha a oferecer: a escolarização formal, trabalho intelectual e acesso a outros serviços não disponíveis a todos ali. Tanto é que o termo “povoado” conteve por muito tempo uma acepção pejorativa para os habitantes da região e para fora dela também. Dona Mundoca Ferraz, inclusive, mesmo depois de haver construído uma casa em Alegria e fixar-se lá, costumava afirmar que “não era cabocla de Maracanã”, para se distinguir dos demais habitantes do lugar e atribuir a si certa distinção social, não somente por ter vindo da “cidade”, mas também por suas ligações com gente de lá.

“Povoado” era visto, então, como lugar do atraso, da ignorância e pobreza, um lugar inferior à cidade e, mesmo que muitas pessoas não quisessem morar de vez nela (aquelas com algum poder aquisitivo, parentes e amigos que o tinham), mantinham uma residência temporária para abrigar filhos, sobrinhos e afilhados durante o período em que estes deveriam concluir os estudos. No entanto, não diminuía o peso das ligações desenvolvidas com a região de Maracanã, sobretudo Alegria, onde os habitantes atribuíam a si mesmos certa distinção racial.

O peso das ligações desenvolvidas com o lugar de origem, dentro da análise etnográfica, permite tipificar os vínculos que ligam pessoas e lugares, a despeito de processos simultâneos de modernização da cidade e dos seus serviços.

Isso porque, parte dos que iam para a cidade acabavam voltando para essa região e parte não, porém mantendo as relações familiares em muitos casos, algo ditado pelo conteúdo do vínculo tecido com o lugar. Desde, pelo menos, o século XIX, as famílias mais antigas de

Alegria e de Maracanã procuraram erigir distinções raciais entre esses lugares e sua gente. Maracanã seria visto por quem habita Alegria como lugar de gente preta, descendente de antigos escravos. Ao passo que habitantes de Alegria se percebem como descendentes de portugueses, detentores de vínculos com a cidade. Tal branquitude teria maiores possibilidades de acesso à escolarização formal e com ela ascensão social - posição que foi perseguida pelos moradores de Maracanã processualmente, como forma de fazer frente às relações de desigualdade.

Na segunda metade do século XX, o trajeto dos habitantes das áreas rurais já era feito não apenas pelo Bacanga e pela estrada de ferro, mas ainda por rodovias, com o uso de carros, artigos de caro acesso. Foi a conclusão da barragem sobre o Bacanga, na década de 1970, que desmontou o canal de circulação de transeuntes no rio, que passaram a usar cada vez mais carros, caminhões e ônibus, já em estradas com alguma condição de tráfego entre São Luís e suas zonas rurais. O empreendimento da barragem esteve aliado aos projetos de implantação do distrito industrial, que se concretizaria na década de 1980, nos moldes do plano de governo “Maranhão Novo”³⁴. Dele emergiu um projeto urbanístico objetivando novas áreas de expansão urbana para a cidade de São Luís, ainda na década de 1970 (Luz, 2004). É dessa mesma época a construção da ponte sobre o rio São Francisco³⁵ e dos núcleos residenciais na região do Itaqui, alvo de indústrias que estavam se instalando naquele momento. A organização do espaço da ilha obedeceu a visão de uma literatura sobre polos industriais importada da Europa, segundo Luz (2004).

Logo, entre as décadas de 1960 e 1980, ocorreu uma série de mudanças que corresponderam à interesses da elite política local e também a interesses políticos e econômicos situados nacionalmente, no bojo da ideia de desenvolvimento executada por governos ditatoriais. A construção do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e Porto do Itaqui levou à contratação de mão de obra, principalmente mão de obra barata em sua fase inicial, afluindo para a ilha grande contingente populacional vinda do interior do estado. As possíveis implicações do crescimento populacional pela migração ocasionadas não só pela atração do polo industrial, como também da inserção do capital no campo, que expulsou pequenos agricultores para os centros urbanos

³⁴ Projeto pensado para promover politicamente José Sarney quando ascendeu ao governo do Maranhão em 1965. Consistia em uma série de investimentos na modernização desenvolvimentista e mudanças administrativas baseadas na associação de capitais multinacionais, de Estado e interesses financeiros industriais durante a ditadura civil-militar. Apresentado como sendo de caráter popular, o “Maranhão Novo” se aproxima mais de uma fração de classe. É o que afirma Bittencourt (2018).

³⁵ Como é conhecida popularmente a Ponte Governador José Sarney localizada sobre o rio Anil em São Luís.

não foram previstas no plano diretor 1975, gerando problemas como falta de moradia e saneamento básico em áreas que já não tinham muita infraestrutura urbana.

Por seu turno, a implementação do distrito industrial nas proximidades de Maracanã foi vista por habitantes do lugar como avanço econômico, posto que gerou emprego e renda, diversificando a base econômica e dando possibilidades de aquisição material, como menciona abaixo, um antigo morador de Maracanã.

Com a implantação do Distrito Industrial aqui próximo ao Maracanã melhorou pra muita gente, eu, pelo menos, trabalho no distrito a mais de 12 anos, vou de bicicleta todos os dias. Já saí da firma três vezes por redução de pessoal, mas sempre que precisam me chamam. Graças a Deus eu consegui fazer minha casa. Isso era uma coisa que não se podia nem sonhar (Chagas *apud* Costa, 1998).

À implantação do distrito industrial e à Estrada de Ferro São Luís-Teresina, que já existia na época, Elenilde Costa, autora de monografia sobre a Festa de Reis do Alecrim, atribui o desenvolvimento de Maracanã. Segundo ela, intercâmbios comerciais entre São Luís e cidades do interior proporcionados pelo uso dos trens, fizeram com que surgissem pequenos estabelecimentos comerciais ao longo da ferrovia, as chamadas quitandas. Pessoas compravam mercadorias na capital e iam vender no interior do estado. Além do que, as quitandas atendiam as demandas ao longo dos trajetos dos trens. Para esse segmento específico, o transporte ferroviário era bastante viável economicamente.

Essa opinião, defendida pela autora, se justifica pela posição econômica e social de sua família (os Costa) em Maracanã e o quanto tal posição se deve a esses processos. De fato, a família Costa angariou recursos com seu estabelecimento comercial, iniciado há várias décadas no local, sem falar das casas de aluguel e outras propriedades. Então, a afirmação feita por Elenilde Costa de que os reportados empreendimentos trouxeram desenvolvimento para Maracanã encontra sentido na relativa prosperidade econômica dessa família.

Nos anos de 1960, foram levados a cabo não somente empreendimentos industriais, mas ainda uma empresa pública com o objetivo inicial de financiar a casa própria, principalmente para as camadas populares. A ideia era angariar fundos através da arrecadação compulsória do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para implementar uma política urbana no país, estratégia apelativa para angariar apoio das massas à manutenção do regime ditatorial. Nesse ínterim, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) (Silva e Tourinho, 2015).

No nível estadual, José Sarney alinhou-se a essa proposta, executando programas através da Companhia de Habitação Popular (COHAB/MA)³⁶. Para São Luís, foi planejada a construção de 7.000 unidades habitacionais no período entre 1967 e 1971, além do financiamento de melhorias de outras 7.000 “unidades habitacionais”. Luz (2004) argumenta que, juntos, COHAB e BNH desenvolveram uma política que acabou priorizando o atendimento às camadas médias e altas da população e acentuou as desigualdades socioespaciais nas cidades.

A médio e longo prazos, regiões da ilha foram enobrecidas e outras marginalizadas. Bairros como Renascença, Olho D’água, Araçagy, que contornam as praias, foram direcionados à população com maior poder aquisitivo, enquanto outras, menos valorizadas pelo mercado imobiliário por terem características ambientais desvantajosas ou por não terem infraestrutura urbana, foram sendo ocupadas por populações sem acesso ao mercado formal de habitação, como por exemplo, as áreas de mangues. Coroadó, Vila Palmeira e Barreto são bairros consolidados em áreas alagadas da ilha. Não é exagero afirmar que, em sua maioria, os bairros da região metropolitana foram formados a partir de ocupações irregulares e só paulatinamente foram recebendo infraestrutura urbana. A indefinição fundiária e a grilagem de terras públicas, historicamente, estão presentes no mercado formal e no informal de moradia.

O diagnóstico de demandas ao redor dos temas de saúde, educação, transporte e moradia está em sintonia com as mudanças de ordem socioeconômica oriundas do investimento estatal em atividades industriais ao longo da segunda metade do século XX. Na percepção de Ferreira (2014), os setores de infraestrutura foram expandidos visando a modernização de determinados espaços da ilha, simultaneamente à geração de emprego e renda. O setor da habitação foi um dos mais visados, posto que desde 1967 o Estado atuava como promotor imobiliário na produção de conjuntos residenciais por meio da já referida Cohab e das cooperativas habitacionais. Ao todo, no período que abrange 1970 a 1980, foram construídas 20.668 unidades habitacionais em São Luís. Esses empreendimentos, inicialmente voltados ao mercado popular, foram, em seguida, mudando o perfil socioeconômico do público-alvo, assim como os investimentos financeiros, passando a se concentrar nas classes média e alta (Vasconcelos, 2014).

Na escala local, o aquecimento do setor da construção civil, propiciado pela implementação da proposta do BNH e COHABs, impactou a região de Maracanã de

³⁶ Órgão governamental criado em 1966 com o objetivo de promover a execução de projetos habitacionais direcionados a famílias de baixa renda.

diferentes formas. Uma delas foi a agressão ambiental causada pela extração de pedras e areia sem controle algum para prover a construção habitacional. A atividade se manteve na clandestinidade durante o *boom* imobiliário, implicando no desmatamento e nos processos erosivos do solo, sem mencionar as mudanças negativas ocorridas nas águas brejosas. Ao extrativismo da juçara e do buriti, associou-se o trabalho nas pedreiras, ramo que compôs a renda de muitas famílias até o início da primeira década do século XXI.

Vale assinalar que a extração de laterita, ou de pedra, como é conhecida popularmente esse material mineral, já existia desde o início do povoamento da região, e a exploração do mineral por parte dos habitantes se dava para uso próprio. Todavia, a crescente valorização e comercialização se agudizaram com as demandas apresentadas pelo setor da construção civil. “Tirar pedra” transformou-se num empreendimento local, no qual se envolveram empresas, maquinários, grandes áreas de extração e mão de obra barata (Correia, 2012). Crianças, jovens, adultos e idosos se submeteram a situações de trabalho precárias e de alto risco nas pedreiras diariamente, provocando doenças e morte de trabalhadores por acidentes nessas circunstâncias.

O movimento de atração populacional decorrente do quadro apresentado foi mudando o modo de vida nas áreas mais antigas de Maracanã. As porções que outrora compunham roças, pouco a pouco, foram dando lugar a novas moradias, tanto por causa do adensamento familiar das populações oriundas desse espaço quanto por causa dos novos habitantes vindos de outras cidades e da própria ilha de São Luís em busca de melhoria de vida. Entre as décadas de 1980 e 1990, novas áreas foram povoadas nas proximidades de Alegria e Maracanã, os quais deixaram de receber e reconhecer a alcunha de “povoados” e, sim, a de “bairros”. Vila Sarney, Vila Nova República, 21 de Abril, Alto Bonito e Vila Mochel formaram-se a partir de invasões viabilizadas nesse contexto e que posteriormente tornaram-se bairros da região de Maracanã.

Simultaneamente à crescente heterogeneidade social, se deu o emprego no mercado formal e informal, em um movimento de contato ainda mais estreito com a cidade de São Luís. Dessas mudanças de cunho social, não é possível separar a mobilidade urbana. Com efeito, a expansão do transporte público para áreas rurais, notadamente os ônibus, trouxe variações nas formas de sociabilidade local e na percepção de espaço-tempo. Os habitantes da região passaram a se relacionar com lugares que antes não eram visitados ou acessados com frequência, como as instituições de ensino, o centro histórico, os divertimentos noturnos que lá acontecem e as praias da capital.

Pereira e Alcântara Jr (2017), ao analisarem o fenômeno da mudança de paradigma na ocupação da cidade de São Luís durante os anos de 1970, argumentam que a implantação de meios de transporte e estrutura viária para além do núcleo fundacional da cidade em direção ao Itaquí e ao Maracanã seguiu a lógica da conquista territorial, apregoando as ideias de “qualidade de vida” e “eficiência econômica”. A construção da barragem do Bacanga e a ponte sobre o rio Anil trouxeram novas ocupações do solo, algo interrelacionado a execução de infraestruturas viárias e à implantação de uma nova política de transportes, na qual se deu a complementação da rede viária existente, aumento de sua capacidade, isto é, de novas ligações rodoviárias e de redimensionamento dos cruzamentos principais. Segundo os autores acima apontados, desde a segunda metade do século XX, o sistema de transporte de massa de São Luís passou a ser estruturado por ônibus em vez do bonde elétrico.

A prática diária que envolve a espera por transporte, com viagens de ida e volta para o trabalho, para a escola e outros afazeres não localizados no bairro habitado, faz com que o próprio tempo no cotidiano seja medido a partir desse esforço cansativo e repetitivo, fixado cada vez mais em torno de atividades específicas voltadas ao mundo urbano e do trabalho assalariado e cada vez menos em torno da pesca artesanal e da lavoura familiar, atividades que estiveram na base na sobrevivência até a década de 1980. Esta tem espaço-tempo definido pela relação com a produção agrícola e extrativista, com o ciclo das águas e de renovação do solo.

Impulsionando e acompanhando as transformações socioculturais está a escolarização formal. Na década de 1970, já existiam duas instituições de ensino na região: o Grupo Escolar prof. Raimundo Lopes em Maracanã, iniciado nos anos de 1950 e onde havia apenas parte do ensino fundamental, e a escola Nossa Senhora da Vitória em Alegria voltada às três séries iniciais do ensino fundamental, mas de maneira não profissionalizada e não era pública. Foi fundada em 1940 por uma professora local chamada Vitória de Sousa Guimarães, uma mulher ainda muito reverenciada enquanto personalidade local que levantou a questão do acesso ao ensino público às crianças e jovens da região de Maracanã.

De início, em Alegria, as aulas aconteciam em uma construção de pau a pique³⁷ perto do campo de futebol. Crianças de diferentes idades recebiam instrução, acomodadas em mesas e bancos de madeira improvisados. Em 1947, a escola passou a receber recursos da prefeitura de São Luís, tornando-se pública, e em 1961 passou a ter cinco turmas de ensino

³⁷ Uma técnica que no Maranhão agrega a madeira da palmeira do babaçu, barro molhado e amassado manualmente para construção de paredes. Vigas de madeira são fixadas ao solo e varas da palmeira são alinhadas a elas horizontalmente presas por pregos, formando um tipo de gradeado que, só então, é preenchido por barro formando as paredes.

primário. Na década de 1970, Vitória Guimarães, juntamente com outra moradora da região detentora de muitas terras e influência política, a engenheira agrônoma Rosa Mochel, conseguem viabilizar a construção da Unidade Integrada de Primeiro Grau Major José Augusto Mochel em um terreno doado pela própria engenheira.

No Mochel, como os habitantes locais costumam se referir à escola, eram ministrados o ensino primário e o ginásio, que constituíam o chamado primeiro grau. A instituição passou a receber crianças, jovens e adultos não somente de Maracanã e Alegria, como ainda do Rio dos Cachorros, Ribeira, Porto Grande, Vila Sarney, que são áreas rurais vizinhas. Com o transporte demorado e economicamente dispendioso, muitas famílias continuaram a prática comum de enviar seus filhos para morarem na casa de parentes e amigos residentes em locais próximos a estabelecimentos de ensino.

Crianças e jovens ficavam morando em Alegria e Maracanã durante o tempo em que concluiriam o primeiro grau. Para cursar o segundo grau, era necessário, em muitos casos, uma mudança parcial para a “cidade”. Em um ambiente assim, as relações de compadrio eram muito vantajosas. Só muito recentemente (por volta de 1985), essas localidades passaram a ser assistidas por uma escola que ofertou o ensino médio, antigo segundo grau.

Os primeiros professores da escola Augusto Mochel vinham da “cidade”. Conforme pessoas de Alegria e Maracanã galgavam formação no magistério, mais habitantes dessa região passavam a integrar o corpo docente e administrativo da escola. O acesso aos cargos através de ligações pessoais e familiares foi muito comum quando não havia a exigência do concurso público na educação básica. “Dona Vitória [Vitória Guimarães] conhecia e ia botando o povo daqui para trabalhar na escola. Quando fui diretora lá, também botei uns que começavam como bolsistas e iam ficando”, menciona dona Lucinha Costa, ex-gestora escolar aposentada.

Esse estabelecimento de ensino tem forte significado para os habitantes locais como evento de impacto social, econômico e socioespacial, já que exerceu atração populacional. Quase a totalidade das pessoas de diferentes gerações, inclusas na rede de relações da qual participei, estudou nele. Era por meio dele que benefícios sociais ligados à saúde, esporte, educação, além de doações de roupas e mantimentos, chegavam às comunidades. Sem mencionar que teve grande papel no processo de ascensão social de muitas famílias.

Noto, ademais, que grande parcela dos estudantes do Mochel, em tal contexto, participavam de aulas ministradas por parentes e amigos de parentes também habitantes da mesma região, um fato que corrobora com a afirmação recorrente de que “anteriormente, em Maracanã, todos se conheciam”. Quer dizer que as relações entre os grupos familiares eram

mais homogêneas e integrativas. Existia uma continuidade da autoridade parental que partia do espaço doméstico e vicinal para dentro do ambiente escolar e vice-versa.

A engenheira agrônoma Rosa Mochel, por meio de sua posição social e capacidade de influência política local, também viabilizou a realização da Festa da Juçara nos anos de 1970, um evento visto na região como ponto de partida para a valorização mercantil do fruto das juçareiras. Seu José de Ribamar, morador de Alegria, entende que “Antes não tinha toda essa procura por juçara aqui porque não tinha pra quem vender. Foi a Festa da Juçara que começou isso e as pessoas começaram a se interessar e a montar barraca”. Todo o processo que envolve a retirada do fruto das juçareiras se inseria no modo de produção familiar onde predominava a partilha do fruto³⁸.

No impulso desenvolvimentista da industrialização no plano mais geral e das mudanças socioespaciais acontecendo nas apontadas comunidades, a monetarização das trocas vai ressignificando as relações e não necessariamente extinguindo-as. Entre 1960 e 1990, uma região que não dispunha de energia elétrica e água encanada passou a ter esses serviços e a pagar por eles. Com a energia elétrica, mais e mais pessoas foram adquirindo eletrodomésticos (sobretudo, televisores e geladeiras). O impacto da implementação da água encanada incidiu no tipo de rotina compartilhada que os habitantes tinham com os rios. Essas atividades envolviam diversão, trabalho e cuidado, imprescindendo deles.

Existia um fluxo diário de pessoas para os rios e brejos. Lavar roupa, tomar banho, pescar, buscar água dos poços para armazenar em casa, pôr a mandioca de molho (que é uma das etapas no processo de feitura da farinha) ou simplesmente varrer o rio para limpar as águas, são atividades que foram deixando de acontecer com a expansão da água encanada e dos poços perfurados nos quintais dessa região. Meus interlocutores apontam isso explicitamente. Antes da construção dos residenciais, as pessoas mantinham interações com os rios, ainda que não da forma que se dava décadas antes. Eles continuaram a ser frequentados como pontos de banho, e o brejo continuou proporcionando a extração de juçara e buriti, mesmo sua diminuição sendo cada vez mais notada ao longo dos anos.

Pessoas de outras zonas da cidade realizavam piqueniques nas margens dos rios, e habitantes que os tinham nos seus quintais angariavam, na atividade, uma renda, pois vendiam comida e bebida para os visitantes. Além de tudo, nos rios e brejos, pais e mães de santo

³⁸ Adiciono que na mídia social do evento na internet é dito que a ideia da festa surgiu “a partir da constatação do potencial produtivo dos juçarais no Maracanã”. Disponível em: <https://www.facebook.com/festadajucara/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

realizavam trabalhos espirituais e depositavam oferendas às entidades, os “encantados” pertencentes a esses lugares.

Sinalizo que a posição tomada nesta tese, diante das discussões acerca de rural e urbano nas ciências sociais, segue na direção mais relacional e menos essencialista e binária. As classificações acadêmicas, historicamente, tentaram enquadrar o rural a partir do que seria seu oposto, ou seja, o urbano, e tem sido difícil fugir das compartimentalizações e reificações decorrentes. A postura tem a ver com as formas assumidas pelo processo de urbanização e seus efeitos nas mudanças estruturais em localidades encaradas como rurais (Carmo, 2009; Lima, 2008).

Nessa ótica, a partir dos anos de 1990, as análises passaram a tomar o espaço rural pela sua abertura e interdependência cada vez maior, provocada pela diferenciação social em face da abertura a investimentos do capital econômico, social e cultural. Na perspectiva dinâmica e pluridimensional, o binômio penetração/apropriação compreende que os fatores de urbanização não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais. Eles vão variar em função dos contextos sociais e econômicos em que são produzidos. Além disso, as comunidades rurais empreendem modos distintos de apropriação desses fatores em razão da maneira como a vida se organiza localmente em torno de especificidades socioeconômicas, culturais e ambientais (Carmo, 2009).

De modo que a maior extensão nos meios de transporte e mobilidade urbana, produção industrial, prestação de serviços e a diminuição da importância da agricultura nas últimas cinco décadas são fatores de urbanização que acabam integrando um dinamismo cultural, sociodemográfico e espacial próprio à região de Maracanã. Suas comunidades continuam dando ênfase a um conjunto de valores e práticas que, em alguns aspectos, se confrontam e, em outros, coexistem com comportamentos categorizados como urbanos. O significado que dão à terra, por exemplo, é bidimensional. Tem o peso das ligações afetivas com o lugar desenvolvido numa cadeia de relações interpessoais combinado ao valor material da terra enquanto um bem que pode ser apropriado individualmente, comprado e vendido.

O significado que o uso do solo assume para os sujeitos da pesquisa é mais complexo do que supõem as proposições acadêmicas, porque rural e urbano são instrumentalizados politicamente em contexto para demarcar interesses de segmentos da população da ilha. De modo geral, para as comunidades situadas nas ditas zonas rurais de São Luís é importante continuar com a alcunha de rural, posto que temem a cobrança de IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), fator de valorização imobiliária e de expulsão da terra.

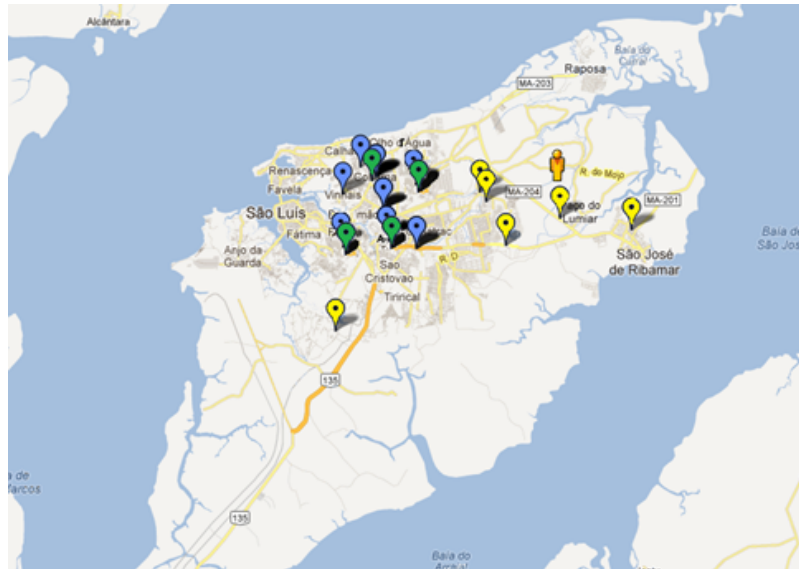
Para meus interlocutores, o rural é fator discriminatório na arena das políticas públicas, semelhante ao que ocorre com a noção de povoado, e alimenta uma desigualdade no atendimento de demandas sociais por saúde, educação, lazer e segurança, que são vistos como prioritariamente direcionados às zonas urbanas. Apesar disso, no espaço de luta pela APA de Maracanã, manter as características ambientais dessa região, ou seja, juçarais, brejos e rios, que são meios de existência e elementos de identificação profunda com o ambiente, é, outrossim, lutar para manter a zona rural. É um sentido particular de rural que, de certa forma, tem a ver com uma questão relativa ao estar no mundo que impulsiona as lutas ligadas à apropriação da terra, ao meio ambiente e a políticas públicas nos setores da educação, saúde e infraestrutura.

Sem dúvida, o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal, lançado em 2009, provocou intensas alterações socioespaciais e ambientais nas médias e grandes cidades brasileiras, e São Luís não fugiu à regra. O formato dado a esse programa não é exclusivo de um partido político ou de um governo específico. É a perenidade de uma concepção de política pública de habitação e gestão do espaço urbano, especialmente para as camadas populares, que sempre dominou a nossa prática estatal. Eu diria, para parafrasear Klaas Woortmann (1982), que os programas habitacionais objetivam menos prover abrigo para famílias de “baixa renda” e mais injetar recursos na economia para manter as taxas de acumulação. Sabemos que não é só uma estratégia para a acumulação econômica, mas ainda afirmação na arena política pela conciliação de interesses distintos. Essa compreensão sintetiza o rol de críticas do meio acadêmico ao PMCMV.

Com o propósito de dinamizar a economia por meio de estímulos à produção e à aquisição de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais, alocando recursos públicos e incentivos fiscais para as famílias com renda até 3, entre 3 e 6, e entre 6 e 10 salários mínimos (Mercês, 2012 apud Alcobaça, 2013), dentro da política habitacional o protagonismo é todo dado ao mercado imobiliário, uma vez que promove os lucros de proprietários fundiários, construtoras e incorporadoras pela valorização imobiliária. Tal é efetivado pela imbricação entre capital financeiro, capital imobiliário e Estado.

Silva (2013) mostra que só entre 2009 e 2010 foram construídas 25.051 unidades habitacionais na ilha, distribuídas entre os municípios de São Luís, José de Ribamar e Paço do Lumiar. Este último concentrou 9.744 do quantitativo. O mapa abaixo exhibe a localização espacial dos empreendimentos executados pelo MCMV na região metropolitana de São Luís.

Imagem 13 - Mapa da localização geográfica dos empreendimentos do Programa MCMV por faixa de renda



Fonte: Silva (2013).

O mapa apresenta informações sobre a localização de conjuntos habitacionais que estão bem defasadas, pois o espaço aí representado sofreu várias alterações ao longo de uma década de execução do MCMV. Porém, ele é relevante por ilustrar o modo como se dá a dispersão dos empreendimentos na ilha. Os pontos em amarelo: Faixa 1 (até R\$ 1.600); pontos em azul: Faixa 2 (R\$ 1.601,00 a R\$ 3.100,00) e pontos em verde: Faixa 3 (R\$ 3.101 a R\$ 5.000,00). Os pontos em azul e verde correspondem à localização dos empreendimentos para as camadas média e alta da população, que se concentram em espaços bastante valorizados pelo mercado imobiliário. Por seu turno, os pontos em amarelo, que correspondem aos rendimentos de baixa renda, deslocam-se em direção ao interior da ilha.

As empresas da construção civil recorrem a grandes extensões de terras localizadas nas periferias e interstícios urbanos para a construção em massa de casas e apartamentos, por serem mais baratas do que aquelas situadas em áreas com mais infraestrutura e serviços urbanos (posto de saúde, escola, transporte público). São os interstícios urbanos as zonas para onde comumente são dirigidas às populações de baixa renda. Assim, no processo de especulação imobiliária, determinadas zonas são elitizadas e outras não, em virtude da presença das benesses urbanas, gerando o que é conhecido como desigualdade socioespacial. Vários estudos discutem a aplicabilidade do PMCMV e seus impactos socioterritoriais (Golvêa; Ávila; Ribeiro, 2009; Cardoso; Melo e Jaenisch, 2015; Silva e Tourinho, 2015; Magalhães, 2007; Lago, 2011; Lopes; Pulhez, 2008).

As consequências ambientais agressivas estão implicadas no processo de expansão da malha urbana, e as transformações que vêm ocorrendo na APA de Maracanã são ilustrativas. Além do mais, a especulação imobiliária ocasiona conflitos pela posse de terras em zonas da cidade onde aqueles que habitam não têm título de propriedade dos imóveis irregularmente ocupados. Em pesquisa realizada entre 2011 e 2012, após o lançamento do PMCMV, aponte uma escalada de conflitos judiciais em Paço do Lumiar, município da região metropolitana de São Luís. Ações de despejo, denúncias ao Ministério Público Estadual envolvendo grilagem de terras públicas e ameaças de assassinato a lideranças comunitárias ocorrem no contexto da corrida de construtoras a essas áreas rurais em busca de terras para comprar e construir condomínios (Alcobaça, 2013).

Após passar dois anos acompanhando as transformações socioespaciais nos interstícios de Paço do Lumiar e Raposa, pude perceber a rapidez e extensão com que esses empreendimentos transformaram a paisagem. Muitos sítios às margens da BR 203, com suas árvores frondosas e retorcidas sombreando pequenas casas de alvenaria, ostentavam anúncios fixados no arame farpado usado para delimitar os imóveis. Quando os meses se passavam, aqueles lugares eram transformados em desertos de concreto, asfalto, cimento, tijolos e vidro, onde apenas é possível ver uma linha contínua de muros seguindo silenciosamente até o horizonte.

São recorrentes as notícias envolvendo a precariedade e depredação da infraestrutura física de residenciais para a população de baixa renda nos meios audiovisuais: asfalto deteriorado, esgoto danificado, casas e apartamentos construídos com material de baixa qualidade, associados à percepção do domínio das chamadas “facções” que “ditam as ordens” nesses locais. Essas características noticiadas continuamente concorrem para essencializá-los como redutos de pobreza, crime e violência, sendo os conjuntos habitacionais do PMCMV situados nas regiões periféricas da cidade comumente enquadrados nessa concepção do senso comum.

Em Maracanã, o estereótipo de escassez e criminalidade alimenta continuamente o medo de quem mora fora deles, ainda mais com a atuação cada vez mais acentuada de organização tida por criminosa pelos habitantes locais, autointitulada Bonde dos 40 (B40). Essa “facção” estaria gerindo o espaço dos residenciais mais próximos de Alegria (Amendoeiras, Santo Antônio e Morada do Sol).

Um medo assim suscita expectativas negativas sobre pessoas, organizações e arranjos sociais que outrora não faziam parte do cotidiano dessa região. Os residenciais não foram o estopim da violência urbana na região de Maracanã. O crescimento na incidência de assaltos,

assassinatos e tráfico de entorpecentes já vinha sendo percebido desde meados dos anos de 1990. Meus interlocutores entendem a vinda dos residenciais como um acontecimento a mais no processo de mudanças.

Nos parágrafos anteriores, descrevi os eventos sociopolíticos ocorridos em diferentes escalas que representaram transformações socioespaciais e comportamentais na região de Maracanã, com os quais o MCMV está inter-relacionado. Com isso, é possível notar que os empreendimentos implementados pelo programa representam um contexto extremo para os habitantes mais antigos de Maracanã, na medida em que são objetos de dúvida otimista na narrativa do rumor, porque, efetivamente, mantêm uma relação de continuidade com projetos desenvolvimentistas precedentes e articulados entre si. É nas curvas de sua efetivação que se dão os expedientes de sobrevivência para a maioria da população.

2.4 “AQUI A GENTE TEM LIBERDADE”: COMO É HABITAR OS CONJUNTOS

Os residenciais Amendoeiras, Santo Antônio e Morada do Sol encontram-se no fim da Rua Menino Jesus em Alegria. Fora dos limites da região de Maracanã, são identificados como pertencentes à Maracanã, mas, para quem habita a região, eles estão fora de Alegria e de Maracanã. Amendoeiras foi o primeiro dentre os três a ter o processo de construção iniciado. Ele detém maior infraestrutura em relação aos demais, ou seja, possui equipamentos comunitários, transporte público e uma movimentada rede de comércio (lojas de diferentes tipos e pequenos mercados) que atrai os habitantes das comunidades no entorno, características das quais vem se aproximando o Residencial Santo Antônio, entregue aos novos habitantes no mesmo período (2015). O Morada do Sol foi entregue em 2019, período de minha chegada a Alegria, e tem infraestrutura de ruas mais deficitária, o que não difere muito do estado da maioria das ruas de áreas não nobres da capital ludovicense.

Imagem 14 - Vista panorâmica do Residencial Morada do Sol



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2019).

No geral, as “unidades habitacionais” desses residenciais têm entre 42 e 44 m², cada uma com dois quartos, sala, cozinha americana e banheiro. Todos os três residenciais possuem casas conjugadas. Dentre eles, o Amendoeiras tem uma área livre perceptivelmente maior na frente das unidades. Na maior parte dos casos, a área livre é transformada em garagem, terraço ou um espaço para pôr um pequeno negócio pelo proprietário. Todos os três residenciais em questão formam uma malha contínua que se destaca na paisagem. São 4.528 unidades residenciais que totalizam os três empreendimentos.

O termo "unidade habitacional" é próprio do vocabulário de planejadores, urbanistas e de segmentos voltados ao mercado imobiliário e se refere indistintamente a cada moradia, seja casa, apartamento ou um grupo de quartos, independentemente da camada social à qual é direcionada. As unidades padrão são separadas entre si e estão dentro de uma estrutura maior (edifício vertical e residencial horizontal). Importa notar que, enquanto categoria êmica situada no vocabulário das políticas habitacionais, “unidade habitacional” indica um espaço residencial para a família nuclear. Na divisão dos ambientes, é presumido o desempenho de funções básicas da habitação, quais sejam: estudar, dormir, comer, receber visitas e reunir seus moradores, preparar refeições, guardar objetos e fazer a higiene pessoal. Está subentendida uma ideia funcionalista do espaço doméstico. Estando cada unidade separada das demais, a ligação com o todo lhes confere uma sensação de harmonia, isto é, dos ambientes para com a unidade e das unidades para com o edifício ou residencial.

Quanto ao Residencial Vila Maranhão, disponho de pouquíssimas informações para caracterizá-lo, exceto que são vários blocos contendo ao todo 1.488 apartamentos de 45,20 m² cada, situados nos limites de Alegria e entregues aproximadamente no mesmo período que os demais citados. O empreendimento vertical foi construído em um terreno que pertenceu à

Família Valente ao longo de várias gerações. A terra foi vendida, e o segundo proprietário a revendeu no período do boom imobiliário propiciado pelos investimentos financeiros ao Minha Casa Minha Vida. Os Valente continuam morando nos arredores dos prédios de apartamentos e têm adaptado seu modo de vida diante das mudanças oriundas da violência que, segundo contam, parte de dentro dos prédios. Nunca adentrei o condomínio.

Circulei pelos conjuntos horizontais poucas vezes. Na maior parte, o que colhi em termos de material se deve às conversas que travei com quem vive em suas proximidades e interage de alguma forma dentro deles. Depois de um ano da minha saída de Alegria, consegui conversar brevemente com dois moradores (uma moradora do Amendoeiras e um do Morada do Sol, respectivamente) por chamadas de vídeo e ainda fiz uma visita a um deles. Isso foi possibilitado pela paulatina aproximação entre essas pessoas e membros da família Ferraz em situações do cotidiano.

Deca tornou-se presidente da União de Moradores de Alegria, função acumulada ao cargo de conselheira da APA após a minha saída de Alegria. Nessa nova atuação, a negociação de demandas ao redor da infraestrutura do bairro parte das deliberações coletivas e da aglutinação de interesses, incluindo os de quem mora nos residenciais, para fortalecer as solicitações junto ao poder público, pois tanto as comunidades mais antigas quanto os residenciais compartilham estradas, ônibus, postos de saúde e escolas. A oportunidade levou Deca a conhecer Carlos, presidente da Associação de Moradores do Residencial Morada do Sol.

Fábio Marlos, pai de santo e primo de Deca, reside na Estrada da Vitória em Vila Mochel. Os ônibus que circulam nos residenciais passam em frente à sua casa e ao seu terreiro ao longo do percurso da via mencionada. Seus filhos de santo provêm de bairros diversos, e o contato com Fabíola se deu quando ela deixou a Cohab, bairro onde morava, para viver no Residencial Amendoeiras em 2016. Conheci-a numa das várias visitas que fiz à casa de Fábio.

Movimento quase frenético de pessoas nas calçadas segue o traçado da avenida. Muitas delas saem e entram em mercearias, farmácias e pequenas lojas; outras (mulheres, em sua maioria) com seus carrinhos de mão cheios de produtos para venda estão à espera do embarque nos pontos de ônibus, que, naquele horário, chegam praticamente vazios e partem lotados. Homens e mulheres estão indo para o trabalho e levando os filhos pequenos para a escola. Conforme a área propriamente comercial vai ficando para trás e o pedestre avança para as asfaltadas ruas transversais, encontra-se menos gente circulando pelo caminho. Algumas pessoas estão tirando o lixo, e vizinhos conversam de pé na porta de casa.

Modificações foram feitas nos imóveis desde sua entrega aos moradores contemplados, e muros altos com portões de alumínio na porção frontal, em geral, são a regra. As exceções são pequenos jardins e um ou outro ponto comercial em uso. Ao fim do percurso por determinadas ruas, encontra-se parte da mata que ainda subsiste. Das quatro vezes em que estive no Amendoeirás, só em duas pude caminhar brevemente (acompanhada), observando o lugar com alguma atenção e sempre durante as manhãs de dias úteis. Já a percepção de Fabíola mostra, à sua maneira, como é habitar o conjunto.

O bairro de Maracanã é bem aconchegante [...]. Vim da Cohab e antes de morar aqui eu achava longe. O deslocamento para supermercado e para outras coisas é maior para quem estava acostumada a percorrer uma distância menor na Cohab porque tem tudo ali perto. Hoje não acho longe. Me acostumei. O ambiente aqui é agradável. Tem bastante árvore, sítios e rios por perto [...]. **Não gosto mais da Cohab.** Vou lá porque minha avó tem casa no bairro. **Ela também veio morar no Amendoeirás e pôs a casa a venda.** Quando veio o sorteio das casas desse residencial minha mãe foi contemplada, mas como ela morreu eu consegui receber a casa no lugar dela. Agora minha avó mora numa casa alugada e na mesma rua que eu, mas quer comprar uma casa aqui. **Deixei a Cohab por conta das lembranças ruins. Lá faleceu minha tia e minha mãe, que sofreu bastante. O bairro está numa situação que nem sei como falar. Ninguém pode sentar em porta e aqui a gente pode, ninguém pode ir para a parada de ônibus sozinho por causa dos assaltos. Eles [os assaltantes] botam o dono da casa para dentro e levam tudo. Aqui não. Aqui a gente tem liberdade.** Andamos até tarde da noite na rua e ninguém mexe, seis horas da manhã podemos sentar para pegar o ônibus e ninguém mexe. A gente tem a liberdade que na Cohab não tem mais. **Não digo que aqui não tem violência, mas eles [do grupo conhecido como uma facção] não mexem com a gente.** Se alguém entrar numa casa para roubar, eles vão atrás do objeto para devolver. Aqui até rola assalto, mas de pessoas que vêm de fora, de bairros próximos. **Assaltam em carros e motos [...]. Os principais problemas daqui são a falta de hospitais, transporte público de qualidade e escolas.** Minha filha estuda na Cohab porque não achei vaga para ela mais perto [...]. **A casa onde moro me agradou porque eu vivia no aluguel** e a tudo que Deus dar para a gente devemos ser gratos. Minha vizinha não me incomoda e nem eu a ela (Fabíola, moradora do Residencial Amendoeirás).

A experiência de Fabíola é ilustrativa dos recomeços que atravessam as vidas dos que vão morar nos residenciais. A oportunidade caiu bem para ela depois das perdas pessoais que sofreu no bairro onde morou anteriormente. A violência cotidiana da Cohab é tida como um motivo a mais para a mudança dela e da família, incluindo a avó. Esse bairro, com melhor infraestrutura e oferta de serviços, data da década de 1960 e foi construído por meio de um programa habitacional. Ela contrapõe ao vivido na Cohab aquilo que vivencia no Amendoeirás, onde se tem mais “liberdade” e é um ambiente “agradável”. Aí, a vida não é precarizada pela violência, uma visão estabelecida relacionalmente àquela dos habitantes mais antigos de Maracanã e região, para os quais a vinda dos residenciais sinaliza uma crescente fragilidade da vida por formas de violência.

É perceptível que, para ela, Amendoeiras se localiza em Maracanã, contrastando com a classificação de moradores mais antigos, para os quais cada residencial é uma nova fronteira com Maracanã, a despeito de integrarem a região de Maracanã. Além do mais, a presença da “facção” é a razão para a manutenção da sensação de segurança, de “liberdade”, pois paira uma certeza da gestão da ordem e do conflito em meio à própria incerteza da produção do espaço. Disso advém, implicitamente, uma avaliação não condenatória das ações do grupo por parte de Fabíola.

Uma das entidades espirituais de Fabíola também agiu, anuindo ao recomeço em um lugar novo. Ela me contou que, até a mudança para o residencial, estava ligada a outro terreiro em um bairro mais distante, e era difícil o deslocamento. “Aí pedi licença aos meus guias. Conversei com eles. Um dia fui à casa de meu pai Fábio e gostei. Não o conhecia antes. Como Seu Manezinho era caboclo da minha mãe, logo veio a permissão dele próprio. Disse que já estava me aguardando.”

O olhar de Fabíola é etnograficamente interessante por ser uma mulher de meia-idade, negra, recém-chegada e filha de santo de um terreiro da região de Maracanã, através do qual se entremeia em novas relações nos planos tangível e intangível. Neste caso, o terreiro é o mediador na sociabilidade que vem se estendendo para a interlocutora. Ela começou a frequentar as Festas de Reis e as rezas nas casas de pessoas que têm conhecido na Vila Mochel e em Alegria por ser filha de santo da Casa Remanescente da Luz.

Fabíola vive o dia a dia do residencial sem ter uma participação em movimentos organizados ou em instituições representativas de interesses locais, uma realidade diferente da de Carlos, com quem não tem nenhum contato. Sendo presidente da Associação de Moradores do Residencial Morada do Sol, ele desenvolve interações mais diversas e extensas, negociando com o Estado e outros agentes tanto dentro do conjunto quanto fora. Ele tem um envolvimento específico nos meandros das relações de força que configuram o habitar em áreas periféricas. Existem pontos de intersecção nessa escala micro entre o regular e o irregular, o formal e o informal, que exprimem a dinâmica do espaço urbano atual.

[...] Sou de Cantanhede [município do interior do estado]. Estou em São Luís desde os 11 anos de idade. Já morei na Vila Luizão, Cidade Olímpica, Vila Itamar e prestei serviço no Recanto Verde. Fui morar no Amendoeiras. Vivi lá com um rapaz. Depois cada um seguiu seu rumo. Aí apareceu a oportunidade do Morada Do Sol. O residencial foi construído em duas etapas. A etapa I foi concluída pela Canopus, mas ainda não tinha sido entregue e a **etapa dois nós ocupamos, nós invadimos no dia 17 de agosto de 2019**. As 756 residências estavam abandonadas, sem portas, sem janelas e as ruas estavam sem a mínima condição [...] A Caixa [Caixa Econômica Federal] entrou com um processo de reintegração de posse na mesma época. Mas aí veio a pandemia e fomos salvos [ele ri]. Deus poupou nossa saída daqui em 2019 e

em 2020. Em 2021 a Caixa renovou o pedido de reintegração, porém nunca fomos notificados formalmente. Estamos com um defensor público nessa luta para nos manter no residencial **porque quem ocupou realmente precisa**. Botamos energia elétrica, **numa parceria com o município, ajeitamos as ruas, fizemos melhorias nas casas. Hoje elas têm vida**. Estamos esperando o juiz nos chamar junto com a Caixa [...] **A nêgada lá fora diz que o índice de violência aqui nos residenciais era muito grande, mas a coisa não é isso tudo**. Quando se está fora dos residenciais se vê o perigo aqui dentro por causa da diversidade de vândalos. **No início de todo bairro é assim**. Agregam essas ondas. **Mas aqui é só um grupo [“facção”] que pleiteia esse lado todoinho. Isso dar uma sensação maior de segurança para a comunidade**. Acontece sim algumas situações violentas, porém não tanto quanto lá fora. **Nós não temos conflito com o grupo. Ele mantém respeito a nós como liderança [...]** Antigamente, **quando tinha só o residencial Santo Antônio, o comércio todo girava em torno do Amendoeiras**. O Santo Antônio era apagado. **Com o Morada do Sol veio uma nova perspectiva para o Santo Antônio**. Hoje tem comércio e birosacas que vendem bastante. **Quem mora aqui vive da indústria e do comércio**. As pessoas põem bar, churrasquinho, lanchonete. É o que tira o sustento do dia a dia [...] Aqui tem gente de vários bairros e cidades e até do Maracanã. **Muita gente veio com o propósito de conseguir uma nova fonte de renda. Isso ajuda a desenvolver a comunidade. A dificuldade mesmo é o transporte**. É só uma linha de ônibus para atender os três residenciais. Já temos uma escola, um hospital e estamos tentando revitalizar uma creche [...] **Tem uma diversidade religiosa muito grande aqui**. São várias igrejas evangélicas e casas de culto afro [...] O lazer vem de uma cervejinha com os vizinhos de vez em quando, ir a uma seresta aqui mesmo... (Carlos, morador do Residencial Morada do Sol).

Antes de conversarmos por chamada de vídeo, Carlos e eu nos falamos brevemente por um aplicativo de mensagens (o mesmo aconteceu com Fabíola), e, na chamada de vídeo, recebi um convite dele para visitar sua casa assim que fosse a São Luís. A visita ocorreu meses depois e às 9 horas da manhã, como havíamos combinado. Para chegar no Morada do Sol, o ônibus percorre, um por vez, o Amendoeiras e o Santo Antônio. Olhando pela janela, à medida que o trajeto vai alcançando o espaço que corresponde ao residencial Morada do Sol, a paisagem vai se modificando. Refiro-me não ao traçado das ruas. Este é uniforme e linear nos três conjuntos, e os imóveis são bem semelhantes, apesar de que, no Amendoeiras, eles apresentem mais melhorias na estrutura física e traços de reformas.

Da parada de ônibus até a casa de Carlos, as ruas estão praticamente vazias da presença e voz humana e de qualquer veículo automotivo naquele horário de uma segunda-feira, exceto uma ou outra moradora saindo das poucas birosacas em direção às suas casas, com portas e janelas fechadas. Diverso do que encontrei nas ruas transversais do Amendoeiras, pequenos animais, como galinhas, patos e cães, dividem a pequena área livre disponível na parte de trás das casas e também transitam pelas ruas. É difícil não ouvir o ruído de animais por trás das cercas deterioradas e com muitas roupas à espera de secagem.

Passados quinze minutos de caminhada, encontro Carlos, que aguarda na sala de casa, na última rua do conjunto. Ele se mostrou mais à vontade na interação que aí tivemos do que

quando nos falamos pela chamada de vídeo, o que é compreensível pela noção de distância e formalidade à la conferencia que esse tipo de meio comumente transmite, fora o fato de que, dado o contexto (uma estudante fazendo uma pesquisa), minha posição não deixa de suscitar alguma cautela. A fonte de renda de Carlos é um bar que montou com a filha no conjunto. Aliás, ele trouxe os filhos para morar ali também, uma prática muito comum adotada por populações de baixa renda, contempladas ou não em sorteios habitacionais.

Os grifos feitos à fala de Carlos convergem com os aspectos indicados por Fabíola. Seus comentários respondem à pergunta que guiou meu diálogo com os interlocutores em questão: como é a vida ao morar em um residencial nessa parte da cidade? Como alguém que representa interesses de um segmento, Carlos navega entre o legal e o ilegal desde a forma de acesso a um lugar para morar. Ele tem uma postura argumentativa mais defensiva dos critérios que regem sua posição de ocupante irregular, que é politicamente conciliadora no plano coletivo com a de representante dos interesses de todo o residencial. Afinal, parte das pessoas laureadas nos sorteios de empreendimentos habitacionais para a faixa 1 (relativa a rendimento mensal de até R\$1.800,00) alugam ou vendem os imóveis antes de quitar o financiamento, contrariando disposições normativas do Programa Minha Casa Minha Vida. Isso justifica a atitude de quem mora ilegalmente: “porque quem ocupou realmente precisa”.

Na conversa em sua casa e na vídeo chamada (desta, extraí os fragmentos expostos acima), ele falou mais de uma vez que trabalhar pelo residencial é estabelecer uma “parceria” com órgãos de governo, trazendo serviços para a comunidade. Mas, do contato com aqueles que exercem atividades ilícitas, em outros termos, o intercâmbio com a diversidade existente dentro do residencial, só mencionou na ocasião de minha visita: “Aqui tem muita gente de bem e aqueles que são traficantes, ladrões e homicidas. É preciso ter jogo de cintura e saber dialogar com todos”.

Em síntese, Carlos acrescenta, a partir de sua experiência, que habitar um residencial pensado dentro de uma política de Estado é, além de criar uma fonte de renda e trazer consigo suas práticas religiosas e seus parentes do lugar de onde veio, é ainda negociar com delicadeza tanto com órgãos de governo, como com outras lideranças de bairro, quanto com a “facção” do lugar de onde mora. É “desenvolver” a comunidade de modo a torná-la legítima aos olhos do Estado e àqueles que a olham de fora. A ocupação irregular das casas vazias e em situação de depreciação do Morada do Sol vai nessa direção. Dar “vida” a elas por meio de melhorias e presença de pessoas é um passo a mais na luta cotidiana por reconhecimento e visibilidade. “Estamos lutando para trazer melhorias para o bairro e projetos sociais para que

essa visão negativa mude. Apresento demandas ao governo por conhecer e viver aqui, mas também tento mostrar como é a vivência aqui”, aponta Carlos.

Num cenário em que os meios de vida são cada vez mais incertos e precarizados, se sobressaem expedientes das mais variadas ordens, sendo que os estereótipos da violência e da pobreza de populações supostamente cativas pelo crime, geralmente, mais encobrem as tramas sociais do que as problematizam (Telles e Hirata, 2007). O estigma que cerca os discursos midiáticos e as práticas de Estado (a exemplo da intervenção violenta da polícia) sobre o modo de vida em conjuntos habitacionais para segmentos de “baixa renda” pode ser lido nessa chave. Carlos, frisando, na ocasião em que estive em sua casa, a importância dos serviços públicos e de melhorias urbanas no bairro onde mora, mostra como isso se revela um processo civilizatório da população que ali habita. A presença de melhor infraestrutura e de projetos sociais configura, de certa maneira, a disciplinarização das pessoas e do lugar, de modo a afastá-los dos jargões da desordem (Fernandes, 2016).

No processo, o Estado está presente o tempo inteiro, seja por meio da polícia, seja por meio de serviços de pavimentação de ruas, assistência à saúde e educação, que, aos poucos, vão sendo conquistados pelos moradores, o que, em alguma medida, não é diferente do que ocorre com os moradores mais antigos. Dito de outro modo, no nível territorial e das práticas, o Estado vai gerindo e negociando sua posição. Na contrapartida, os moradores vão angariando bens coletivos e pessoais que são tangenciados numa teia de relações cotidianas. O que destaco aqui em relação aos residenciais Amendoeiras e Morada do Sol de maneira alguma intenta dar conta, analiticamente, da realidade e das formas de vida que neles se encontram. De fato, um campo de pesquisa no Brasil tem se debruçado sobre os agenciamentos práticos e redes de sociabilidade local em que a conjunção das tramas urbanas se faz nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal ou mesmo do formal e informal, a exemplo de Telles (2007), Misse (2006) e Hirata (2006).

A forma como a política, o governo e o Estado são experienciados por segmentos populares não deixa de se entrelaçar a esses elementos inerentes a um conjunto de crenças compartilhadas, que classifica os merecedores de benefícios governamentais, como bem pontua Borges (2005). A noção de “beneficiário”, mobilizada na execução das políticas públicas de habitação, em si, comporta a crença de que certos segmentos da população detêm critérios socioeconômicos que os enquadram como merecedores de “unidades habitacionais”. Aqui, discorro ligeiramente sobre o espaço que compreende dois dos residenciais, apenas para apresentar ao leitor lugares que são pontos críticos na ansiedade atual dos moradores mais antigos de Maracanã.

Cada um à sua maneira (os bairros mais antigos e os mais recentes da região de Maracanã) processa assimetrias de poder e mediações que se compõem nos agenciamentos práticos do cotidiano em uma cidade em constante transformação. Teias de relações vão se recompondo e, em suas tramas, vão se envolvendo “habitantes mais antigos” e os recentes. Que o diga a aglutinação de interesses comuns ao redor de melhorias urbanas.

3 DA RIVALIDADE VIVIDA À VIOLÊNCIA TEMIDA

Neste capítulo, tento pensar etnograficamente o movimento de agregação e construção conjunta entre habitantes e ambientes habitados, focalizando a articulação de práticas de divertimentos locais com um evento de ordem socioeconômica de grande magnitude para a cidade de São Luís, que foi a extração mineral na região de Maracanã para prover o aquecido setor da construção civil. No cerne da popularização das pedreiras está o mesmo conteúdo político que lhe encadeia ao da implementação dos residenciais do MCMV. O argumento central é o de que, na escalada daquele evento violento, com o qual os impactos dos residenciais do MCMV têm uma relação de radicalização, se esboçaram as possibilidades de reescrita de espacialidades atravessadas por sociabilidades afrontosas e agonísticas.

Para além de qualquer ideia de resistência revolucionária ou passividade à opressão, trago à reflexão um tipo de agência levada a efeito pelos habitantes da região nos meios de vida e de diversão, que revelam como as assimetrias de poder são costuradas no cotidiano. Festa e futebol amador são fenômenos que, em suas linhas narrativas sinuosas e por vezes interconectadas, revelam um significado próprio para “violência” e “rivalidade”, categorias de percepção mobilizadas por meus interlocutores para diferenciar as interações socioespaciais no contexto de implementação dos residenciais do MCMV.

Veena Das (2020) explora as relações entre o extraordinário e o ordinário, de modo a entender como se dá a gestão coletiva e pessoal do sofrimento. Me inspiro nos conceitos de “evento crítico, violência e cotidiano” para analisar as experiências narradas pelas pessoas com quem trabalhei, porque, assim como a autora, acredito que o ordinário não se paralisa para o extraordinário acontecer, isto é, acontecimentos que rompem a vida cotidiana forçando a busca de meios para recriá-la. São nas ações simples do dia a dia, como trabalhar, estudar e se divertir, que a violência se dá a conhecer pelos reparos a ela empregados por aqueles que a sofrem. A violência tem muitas formas, que são difíceis de definir. A autora afirma que o

fenômeno tem um caráter difuso e é no processo de ser articulado e praticado que a vida é experimentada (Das, 2020, p. 126).

É central para Das investigar o modo difuso com que a violência de Estado vai cifrando as relações sociais. Projetos de desenvolvimento regional e nacional são grandes atos políticos de Estado que incidem no cotidiano com um discurso padrão de produção de riqueza pelo “progresso”. Mas como a aplicação de programas habitacionais é percebida e vivenciada pelas pessoas? Quais possibilidades de relações entre elas e com o ambiente esses projetos criam e quais rompimentos ocasionam? Concebo que os engajamentos com o ambiente habitado sejam intrínsecos à atualização desses grandes atos políticos. Nesse ponto, Das encontra Ingold, mais especificamente na sua ideia de habitar. Os interesses de pesquisa dos autores são distintos, mas a maneira de tratar questões concernentes aos fluxos criativos da vida em que as relações se reinventam se tocam. Traços, tramas e fissuras incorporadas na paisagem pelos seres humanos surgem dentro das correntes de atividades nas quais estão envolvidos e dentro de contextos relacionais específicos de seus compromissos práticos (Ingold, 2015, p. 35).

O *boom* da extração mineral na região de Maracanã, como mencionado no capítulo 1, deu-se como desdobramento da implementação de projetos habitacionais financiados pelo BNH entre as décadas de 1960 e 1980, durante a ditadura civil-militar. Uma perspectiva de acesso ao mercado formal de moradia foi aberta a milhões de pessoas, e ideias de ordem urbanística foram levadas a cabo por governos e empresas privadas, provocando mudanças distintas nos ambientes físicos das grandes e médias cidades do país e, por conseguinte, em seus arranjos sociais. Não é novidade a premissa de que o espaço é produto de relações, e Doreen Massey (2008), como Ingold, defende que ele nunca está fechado ou efetivado e sim num contínuo devir. A multiplicidade e a diferença compõem o habitar, algo que é negligenciado pelo discurso padrão das políticas de Estado.

Nesse sentido, as relações de força, desde o global ao infinitamente pequeno, são constitutivas dos lugares enquanto espacialidades em movimento. Os grupos familiares afetados pela violência estrutural na região de Maracanã ocupam diferentes posições ao longo de trajetórias, sendo que agem em cumplicidade a ela, mas também a confrontam com o corpo, com a voz e com os saberes constituídos na relação com o ambiente em transformação pelo processo de aproximação com o mundo urbano.

Atente para o mapa da página seguinte. Ele exhibe, na perspectiva de Azul, apelido de Joidinaldo dos Prazeres Ferreira, com quem desenvolvi interlocução em campo, o traçado de parte da região de Maracanã, com mudanças espaciais trazidas pela expansão urbana nos

últimos 40 anos. O desenho é resultado de uma conversa que tivemos um pouco depois de uma das oficinas ocorridas na escola Major José Augusto Mochel, na Vila Mochel, onde estivemos presentes. Nela, docentes de universidades, representantes de uma empresa de consultoria ambiental e moradores locais discutiram a construção do Plano de Manejo da APA de Maracanã. Na ocasião, foi solicitado aos moradores que desenhassem os lugares e eventos históricos e culturais que julgassem importantes na composição socioespacial das comunidades compreendidas pela APA.

Quando fiz campo, Azul tinha quase 50 anos de idade e passou mais da metade dela se engajando em causas sociais e ambientais pela região de Maracanã, sobretudo por Vila Primavera, onde mora, e Vila Sarney, dois bairros geograficamente bem próximos. Nossa interlocução foi travada num momento em que ele exercia o cargo de assessor parlamentar de um vereador que supostamente representava os interesses das populações da zona rural onde mora Azul. Este descende da família Coutinho, vista como uma das cinco que iniciaram o povoamento de Maracanã. Minha amiga Ju, que comprou um sítio para atividades educativas direcionadas a crianças e adolescentes na Estrada da Vitória, em Vila Mochel, foi quem nos apresentou e mediou nossa interlocução inicial.

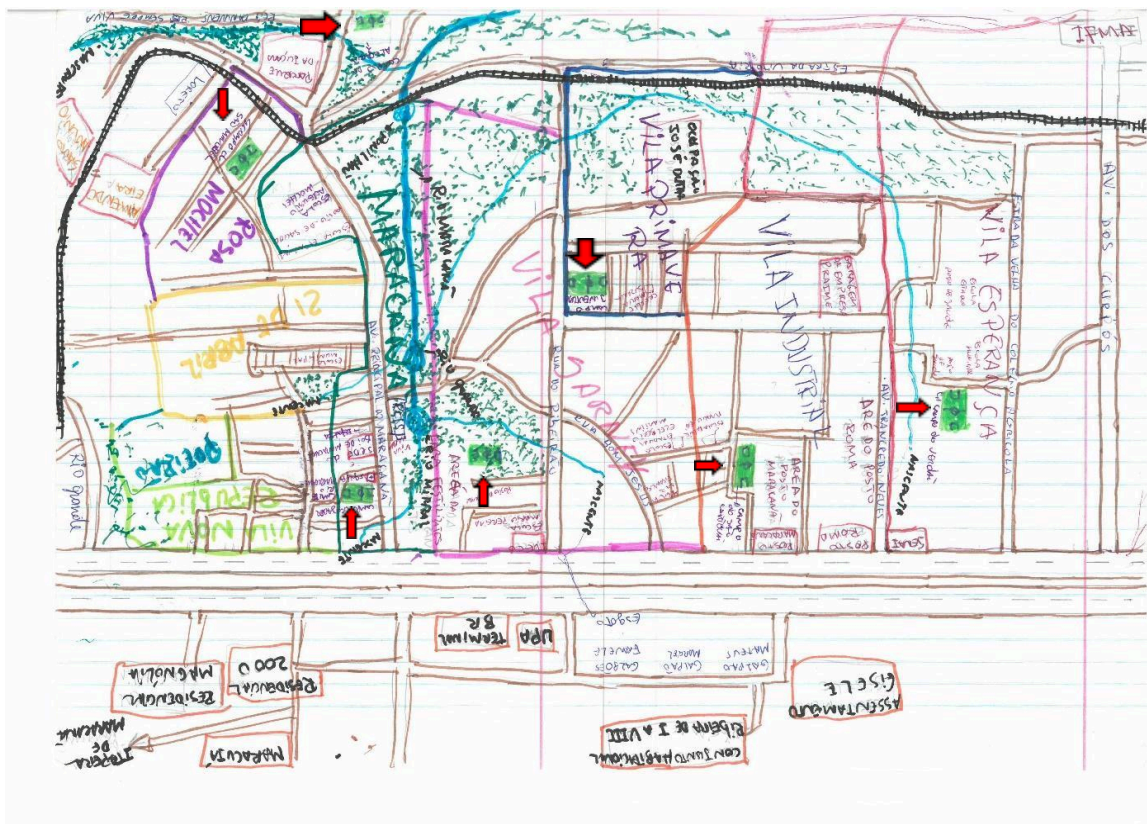
Azul chegou a me conduzir por trilhas, brejos e pequenos córregos quando cheguei à Alegria, e, ao longo do trajeto, me falou de suas andanças de infância e juventude, se divertindo por essas áreas que “agora já não são o que eram”. Afirmou que impactos de ordem ambiental e social caminham juntos e que os residenciais deram continuidade ao que já vinha acontecendo há décadas. Então, perguntei como ele descreveria a região de Maracanã com essas mudanças, os espaços por onde costuma circular.

“Estivemos numa oficina no Mochel outro dia em que os moradores, após dialogarem entre si, mapearam espaços e atividades importantes para eles dentro da APA. Poderia fazer um desenho seguindo sua experiência pessoal?”, sugeri, sem dar mais direcionamentos. Foi assim que, ao nos encontrarmos para a entrevista, Azul mostrou seu próprio mapa. Ele revela enormemente o cruzamento das dimensões que compõem os relacionamentos interpessoais do sujeito, do seu segmento familiar, e implícito está algo da trajetória da região de Maracanã em seus aspectos socioambientais. Uma paisagem física tecida por muitos agenciamentos, além dos interesses econômicos das grandes corporações.

A BR-135, terminal de integração, conjuntos habitacionais, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), galpões de supermercado e de empresas da construção civil sediadas em bairros nobres da cidade e empreendimentos ligados ao setor alimentício e ao distrito industrial se situam numa relação tensa, pressionando rios, suas nascentes e juçarais pelo

desmatamento e pelos dejetos derramados sem tratamento. São eventos que o cotidiano luta por absorver, dando ao “espaço-tempo” dessas comunidades, com oferta precária de serviços públicos e de infraestrutura, um sentido particular. Mais do que nunca, a região se encontra profundamente inter-relacionada pelo transporte público, estilo de vida e fontes de trabalho e renda, apesar de que, em termos de infraestrutura e assistência, esteja distante dos núcleos centrais e, por que não dizer, da cidade de São Luís.

Imagem 15 - Mapa de parte da região de Maracanã desenhado por Azul³⁹



Fonte: Azul, morador da Vila Primavera. Acervo da pesquisa (2019).

³⁹As setas em vermelho acrescentadas por mim apontam para alguns dos vários campos de futebol amador existentes nela.

3.1 TIRANDO TERRENO E CRIANDO INVASÃO

Nas imediações de Maracanã estão bairros em expansão demográfica contínua nas décadas de 1970, 1980 e 1990, cujo processo e implicações discuti no capítulo anterior. Tem sido dito em análises sobre a expansão urbana de São Luís o quanto isso se deve ao contingente populacional vindo do interior do estado e até de outros estados do Nordeste em busca de emprego e melhoria de vida prometidos pelo desenvolvimentismo. Isso é fato; todavia, pouco tem sido dito da capacidade criativa de populações que, historicamente, já habitavam determinadas regiões da ilha e que, paulatinamente, com o adensamento familiar e rearranjo com as levas de migrantes, vão negociando a perene definição do ambiente, acesso a serviços urbanos, educação e lazer. No traçado de sua ocupação do espaço, áreas contíguas vão se conectando de forma criativa à rede vicinal existente, ampliando a sociabilidade local e a comunicação com áreas centrais da cidade.

Os avós e bisavós maternos de meu interlocutor nasceram e viveram a vida toda em Maracanã. Muitos de sua parentela vivem no bairro. “Houve uma mistura de Prazeres com Coutinho. O sobrenome Prazeres acabou ficando com pouca gente ali e não tão conhecido, mesmo sendo muito antigo também.” Os Prazeres foram migrando para as imediações de Maracanã, notadamente Vila Primavera, sem deixar de alimentar vínculos no lugar de origem. Outros prosseguiram com a vida no centro da cidade e em bairros distantes. A trajetória da comunidade de Azul se confunde com a dele próprio porque ambos se constituíram mútua e simultaneamente. Tudo começou com um time de futebol amador por volta de meados da década de 1980⁴⁰.

Onde hoje é a Vila Primavera era um terreno grande, uma área devoluta. Surgiu através de um campo de futebol. Meus irmãos jogavam nesse time que fez o campo. **Era um terreno e tinha um time e esse time necessitava de uma área pra fazer um campo que não tinha nenhum movimento e era um matagal enorme.** Aí o time entrou, **fez o campo e só permitiu que tirasse terreno no entorno do campo quem jogava no time. Como meus irmãos mais velhos jogavam no time, tiraram esse terreno onde hoje a gente mora,** que é a casa da minha mãe. **Eu, conseqüentemente, fui e tirei outro mais lá na frente** e depois de 10 anos a minha mãe deu pra fazer a associação onde hoje funciona a creche. O campo ainda existe. O que aconteceu? A gente veio morar nesse terreno que falei depois de um bom tempo. Conseguimos fazer a casa com muita luta, que é a casa que a gente tem hoje e todos fomos morar lá. Morou meu irmão mais velho, eu, outro irmão mais novo. Depois todo mundo foi casando, tendo suas casas e lá nessa casa hoje mora minha mãe e minhas irmãs (Azul, morador da Vila Primavera).

⁴⁰ Fiz uma estimativa do ano de início da ocupação ou “retirada de terreno” com base na idade de Azul.

Dona Maria da Glória, mãe de Azul, morava com os filhos numa rua transversal a Maracanã. Com muito esforço, ela comprou um pequeno terreno ao lado da Vila Sarney para, assim, os filhos ficarem mais perto do ponto de ônibus que levava ao centro, onde estudavam à noite, pois trabalhavam durante o dia para ajudar a mãe a compor a renda familiar. Com o tempo, a casa tornou-se pequena para tanta gente e, do engajamento dos filhos com o time de futebol, veio a oportunidade de ocuparem um lugar maior para acomodar a família. Cada um, aos poucos, passou a morar em volta do campo. O movimento de ocupação aconteceu num contexto de expansão demográfica, forte inserção do capital no campo e instalação do distrito industrial na ilha. Isso explica a diversificação populacional que Vila Primavera foi assumindo ao longo de décadas. Nela, moram hoje pessoas de diferentes origens geográficas.

Nas estimativas que realizei com dona Berenice Coutinho, remonta ao início dos anos 90 deste século a “invasão” do Guará, hoje também chamada 21 de Abril. Dona Berenice afirma lembrar-se de que as relações locais com o lugar que conheceu mudaram desde as “invasões”, porque “veio muita gente de fora”, trazendo hábitos e comportamentos diferentes, sendo a prática do roubo e a limitação na liberdade de circulação nas ruas as mais significativas para essa senhora. A ocupação das terras situadas fora dos limites geográficos de Maracanã foi iniciada por ela e seus parentes.

Uns daqui mesmo do Maracanã começaram a invadir. Aí outros viram e começaram a **invadir** também. **Foram tirando terreno, tirando terreno...eu ainda tive terreno** ali para atrás porque tem a Vila Guará daqui da frente e tem a parte lá de trás. **Eu ainda tirei lá para trás**, mas eu vendi. Não quis mais. Aí hoje tem mais é gente de fora. Se tiver dez pessoas do Maracanã, é muito. É gente que vem do interior (Dona Berenice, moradora de Maracanã).

“Tirar terreno” e “invadir” não são sinônimos nas práticas em foco, não obstante se intercambiam numa mesma situação de fala. Dona Berenice, por exemplo, tenta aproximar o significado dos termos para que eles se tornem mais inteligíveis dentro do discurso, considerando que a ouvinte dela, eu, no caso, sou de fora e, portanto, vista como não familiarizada com a ideia que “tirar terreno” viabiliza. “Invasão” e seu verbo infinitivo (“invadir”) são, porém, mais evidentes, posto que seu uso é muito mais generalizado no senso comum. Habitualmente, é direcionada a descrever o acesso ilegal a terras e a propriedades imobiliárias por indivíduos e grupos organizados, uma acepção mobilizada por Dona Berenice para denominar sua ação e a de pessoas próximas na circunstância narrada.

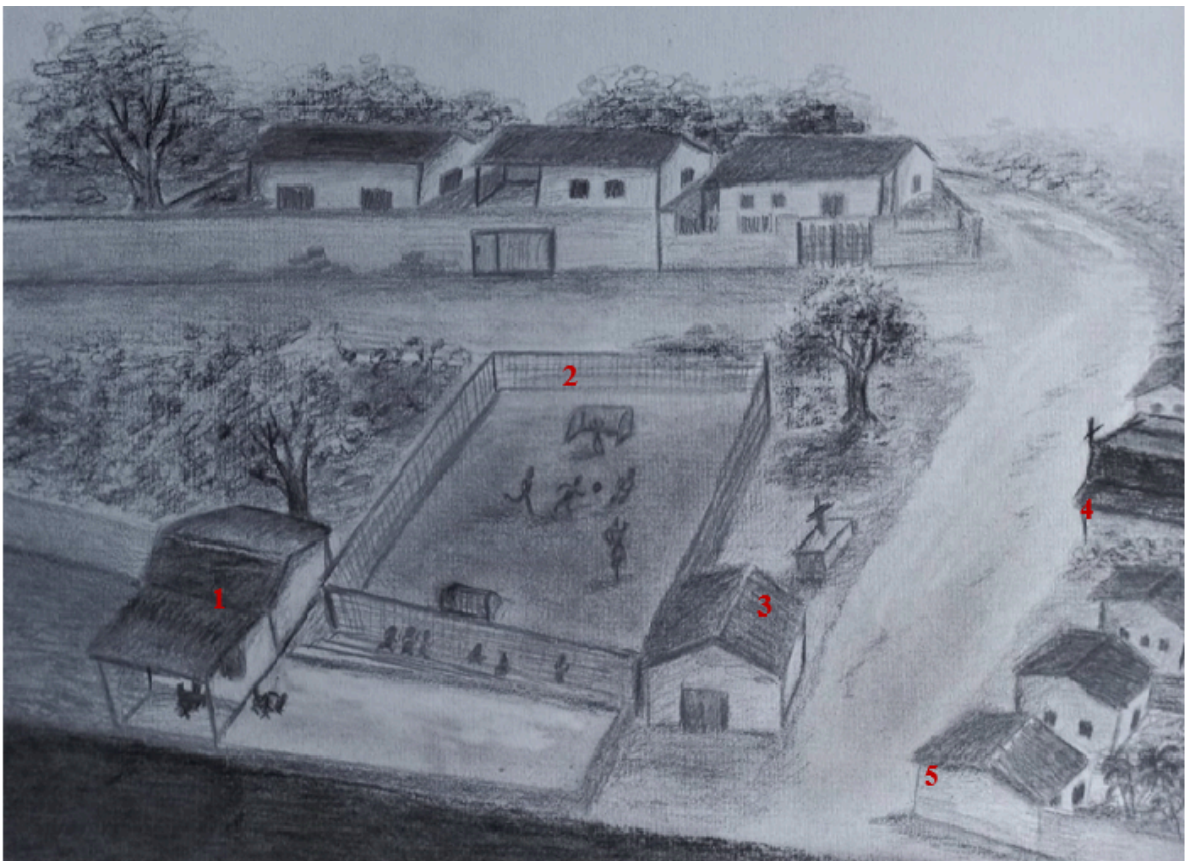
Por outro lado, “invasão” se torna uma categoria de diferenciação sociocultural por parte de Dona Berenice para se referir à expansão na ocupação de terras locais por populações vindas de fora de sua região, pessoas que trouxeram hábitos diferentes daqueles que já moravam nas redondezas. Nesse sentido, uma “invasão” também engloba um lugar habitado por gente estranha às populações estabelecidas ali anteriormente e, ainda, um acontecimento. “Tirar terreno”, por seu turno, pressupõe uma prática de acesso à terra num movimento de expansão da ocupação territorial por segmentos que já habitam a localidade. Sutilmente, a categoria vislumbra, no discurso de Azul, certa consubstanciação de práticas e valores coletivos entre aqueles que “tiram terrenos” na área onde moram (todos que tiram terrenos fazem parte do mesmo time de futebol). Quando se “tira terreno”, tira-se sobrevivência em circunstâncias de imediata necessidade: a de habitar.

Vila Sarney e Vila Nova República foram caminhos de roça pouco a pouco ocupados para fins habitacionais por grupos familiares de Maracanã. Só frisando o que reportei no capítulo 1, o mesmo aconteceu com antigos moradores de Alegria e arredores acerca da ocupação da Vila Mochel no início dos anos 90 do século passado e do trecho da estrada de ferro conhecida como 21. A oportunidade de ganhos financeiros com a venda de terrenos é outro motivo para as camadas populares “tirarem terrenos” em contexto de expansão urbana e valorização monetária do solo. Aqueles que vão chegando do interior e sem acesso ao mercado formal de moradia, porque não têm nada além da expectativa de conseguir melhorar de vida na cidade, especialmente no distrito industrial, compram lotes a preços bem baixos em áreas sem água encanada, sem energia elétrica e sem rua para trafegar. As ruas vão sendo feitas na proporção em que antigos e novos moradores vão se envolvendo concretamente com o espaço e negociando melhorias com a política eleitoreira.

O campo do time São Miguel é mais antigo que o bairro onde se situa, Vila Mochel. Semelhante ao caso da Vila Primavera, em volta desse campo foram se concentrando as famílias dos jogadores. O terreno para as atividades esportivas foi cedido pela antiga proprietária e latifundiária local, a engenheira agrônoma Rosa Mochel. Pelos laços de amizade tidos com a família de dona Cotinha Mendes, antiga administradora do Parque da Juçara, foi permitido a Miguelzinho, filho dessa senhora, a construção de um campo para o lazer local. Com o passar do tempo, os jogadores foram fundando novos núcleos familiares, construindo ali suas casas, ao mesmo tempo em que terrenos eram comprados e vendidos para além dos limites já habitados, intensificando a ocupação da área por pessoas de fora desses círculos familiares.

Atualmente, os descendentes dos primeiros jogadores do São Miguel permanecem com o time e o controle do campo que, por sua vez, passou por mudanças estruturais ao longo dos anos para se aproximar minimamente da estrutura oferecida por times profissionais que têm campos gramados, iluminação, traves metalizadas com proteção e rede em fios de nylon. A estrutura dos campos é uma prerrogativa que se destaca na paisagem dos bairros da região. A igreja adjacente ao campo forma um só monumento que salta ao olhar do observador nos pontos centrais e mais acessíveis de Alegria e de Maracanã. Os seus times, Alegria Futebol Clube e Cruzador da Ilha, são muito antigos na região. Nos fins de semana, essa parte de suas avenidas principais ganha novos contornos. Cresce a movimentação de pessoas nos bares, há aglomeração de torcedores em volta do campo e gritaria de quem está torcendo.

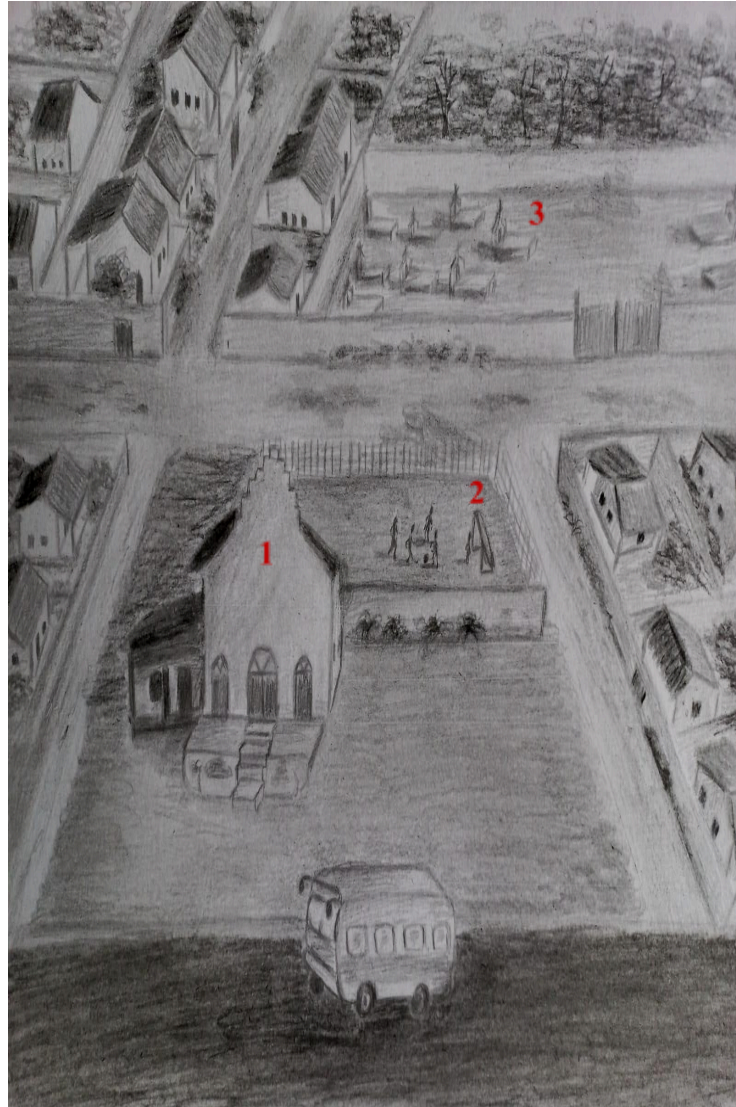
Imagem 16 - Elementos que consegui fixar numa memória particular sobre o campo do Alegria Futebol Clube⁴¹



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa.

⁴¹ 1 - bar de Seu Zagalo, 2 - campo do Alegria Futebol Clube, 3 - sede da Associação dos Veteranos de Alegria Maracanã (AVAMA), 4 - Igreja de São Sebastião, 5 - antiga casa de Colega. Igreja, campo, bar e AVAMA, que é espaço de encontro de jogadores e de eventos lúdicos, compõem uma centralidade na paisagem do bairro.

Imagem 17 - Memória Particular do campo de futebol amador do Cruzador da Ilha⁴²



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa.

⁴² De maneira semelhante à Alegria, o campo de futebol amador nas proximidades da igreja de Santo Antônio em Maracanã indica o peso de sua importância na paisagem e sociabilidade local. 1 - Igreja de Santo Antônio, 2 - campo do Cruzador da Ilha, 3 - cemitério de Maracanã.

3.2 PARA TORNAR FAVORÁVEL O DESFAVORÁVEL, SÓ TIRANDO PEDRA

O futebol amador é um expediente produtor de símbolos e identificações com o ambiente, sendo ainda agregador de relações interpessoais. Esse elemento constitutivo da sociabilidade e espacialidade local se revelou importante no fim do primeiro ano da pesquisa, quando atentei para as recorrentes menções feitas por interlocutores com mais de 50 anos de idade aos trajetos feitos pela cidade, além das disputas (no plano das representações e das práticas) entre bairros da zona rural a partir da participação nos times e da presença em campos de futebol. Como destacado em outros estudos (Hirata, 2006; Chiquetto, 2014; Spaggiari, 2018), o futebol amador dinamiza as relações entre as pessoas, posto que exige movimento, e é ao se movimentarem por campos de localidade em localidade que acordos são firmados, laços de amizade são feitos e desfeitos, narrativas são forjadas e a cidade é vivenciada e reinventada.

As pessoas mais jovens com quem trabalhei não abordaram o assunto enquanto foco de interesse. Mas identifiquei que alguns times e seus campos se consolidaram e continuam a aglomerar pessoas de diferentes idades ligadas entre si por parentesco e convivência que moram no mesmo bairro e em suas proximidades, seja para jogar bola ou para assistir aos jogos nos fins de semana. Tomei sua regularidade nas narrativas de pessoas (homens) com idades entre 50 e 70 anos para analisar como o engajamento nessa prática esportiva costura os fios de transformação da vida de quem habita e da constituição dos lugares habitados.

Seu Jadiel Rodrigues, de 59 anos de idade, morador da rua Menino Jesus e ex-jogador do Estrela, um time que deixou de existir após a desativação do campo Baluarte para a construção do Residencial Santo Antônio, é quem abre esta incursão. Ele é casado com dona Rosa Bernardes, filha de dona Joana, vista como a atual “dona” do Reis da Sempre Viva. Foi a casa deles, primeiramente, que visitei em Alegria pouco depois de chegar ao bairro. Acredito que, por estar hospedada com os Ferraz, com os quais a família de dona Joana tem laços profundos desde que dona Mundoca Ferraz era viva, sua recepção sempre foi muito calorosa. As duas matriarcas eram vizinhas e comadres. Parte desse trecho da rua é habitado por vários membros dos Bernardes, o que inclui filhos, sobrinhos e netos de dona Joana. Numa mesma casa moram seu Jadiel, dona Rosa e uma filha solteira com sua filha pequena. Estes são os moradores fixos, pois os familiares mais próximos estão sempre transitando por ali.

Travei muitas conversas com dona Rosa e seu marido na varanda da casa da família, localizada quase no fim da rua e muito próxima do Residencial Santo Antônio. Numa dessas conversas, o assunto girou em torno do futebol. Silvinha Ferraz já tinha me dito sobre a participação desse senhor no âmbito do esporte amador. Segui, assim, as pistas dadas por ela. “O senhor não joga mais futebol?”, questionei.

Hoje não mais, mas já joguei muita bola. Primeiro, foi num campo aqui atrás e com o tempo a gente foi jogar bola na Alegria onde tem aquele campo, que era de areia. A qualquer hora a gente jogava. A gente ia jogar pra todo lado. Fizemos um time aqui uma vez, o Estrela. Quando a gente ia jogar na Alegria levava dois times [duas equipes]. Vamos supor que o ônibus fosse 300 reais. A gente ia por 150 e marcava a volta da partida pra vim jogar no nosso campo. Depois foi feito um campo aqui e outros times passaram a jogar aqui também. Do lado da casa de dona Joana tinha um caminho. Eles [os jogadores] viam do outro da estrada de ferro [do 21]. Vinha caboco da Vila Sarney e a gente montava o time aqui para jogar. Morando aqui há muito tempo a gente jogava bola por aí tudo. A gente ia jogar na Vila Sarney e às vezes o cara de lá discutia [se desentendia] com o time dele e aí a gente chamava e pagava a passagem dele para vir jogar no nosso time porque antes era competição. Agora acabou, mas antes a gente que jogava nesse time daqui não jogava no de lá. (Seu Jadiel, morador de Alegria).

A origem de seu Jadiel não é a região de Maracanã. Tinha 17 anos de idade quando veio com os pais e avós do interior do estado (Humberto de Campo) nos idos de 1980, seguindo os conselhos da enteada de seu avô, que estava ganhando a vida nas pedreiras na região de Maracanã. “A conversa de que aqui o pessoal tava ganhando dinheiro chegou lá pra gente e, como a vida tava difícil no interior, resolvemos vir pra cá.” Até então, a retirada em massa de laterita andava de mão dupla com alguma produção agrícola, sendo que esta perdia cada vez mais espaço para as pedreiras abertas clandestinamente em áreas anteriormente de plantio. “Meu pai tinha roça aqui perto da rua, mas a pedra tava dando mais retorno. Aí ele foi usando a área para ‘tirar pedra’. Nessa época, todo mundo lá de casa ‘tirou pedra com papai’, afirma seu Nonato, vizinho de seu Jadiel, ao trocarmos trivialidades andando pela rua Menino Jesus.

“Tirar pedra” é uma prática que se relaciona com a de “tirar terreno”, no sentido em que se extrai do solo materiais, substâncias e um chão necessários à manutenção da existência física e social das pessoas envolvidas, mostrando que habitar e trabalhar vão se contornando em situações adversas; em outras palavras, se tira a sobrevivência através das possibilidades de inventividade postas nas margens, para puxar uma compreensão contida em Souza (2021). “Tirar pedra” para muitos na região de Maracanã é lançar mão daquilo que é possível e arriscado para suprir necessidades imediatas e, assim, contorná-las continuamente. Mas não só aqueles com pouco ou nenhum recurso angariavam renda com as pedreiras. Proprietários

de terras locais usufruíram desse ramo, investindo em caçambas e pagamento de mão de obra para realizarem o trabalho. Havia quem não tinha porções de terra e nem habilidade ou disposição para esse tipo de atividade braçal, mas dispunha de veículos próprios para fazer o transporte das pedras, de modo que este se acercava de mineiros que lhes vendiam as pedras tiradas. Depois, a carga era vendida ao setor da construção civil.

Proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais também se beneficiavam indiretamente das pedreiras, como se verá mais adiante no exemplo de Colega. Nesse contexto, “tirar pedra” ganha nuances etnográficas específicas nos diferentes segmentos envolvidos na atividade. “Tirar pedra” na voz de um migrante ou trabalhador local sem emprego formal e com baixa qualificação, que não dispõe de outros meios que não sua própria força de trabalho, adquire força simbólica como expediente de sobrevivência diária, tirando de situações arriscadas algo favorável. Já para quem vê na atividade um investimento de fundos e ativos próprios, “tirar pedra” é multiplicar em ganhos seus investimentos materiais. A família Valente, que já foi proprietária de muitas terras na região, teve vários de seus membros envolvidos com o trabalho em sua pedreira particular. “Meus filhos todos tiraram muita pedra e até eu tirei muita pedra. Vinha gente de Rosário tirar pedra pro meu marido” (Dona Zuíla Valente, moradora de Alegria). Essas nuances acabam se encontrando no fato de que é tirando pedra que os diferentes segmentos criam condições de vida de forma interdependente.

Se, por um lado, as roças foram dando lugar às pedreiras, por outro, aquelas que persistiam foram gradativamente sendo ocupadas (com terrenos tirados e invadidos) para fins habitacionais de pessoas que iam migrando do interior, principalmente das cidades circunvizinhas a São Luís, como Rosário, por exemplo. Acionando redes de parentes e conhecidos entre os moradores mais antigos, esse contingente foi se estabelecendo nos lugares que margeavam as pedreiras, expandindo, assim, o povoamento de ruas em Alegria, enquanto outros lugares viraram crateras até serem transformados em “invasões”, como é o caso do bairro Alto Bonito algum tempo depois do auge da exploração mineral.

Acho que isso lá pelo ano de 1980 elas, as pessoas que trabalhavam em roça foram envelhecendo e os filhos não iam seguindo a mesma carreira dos roceiros. Aí veio alguém não lembro quem. Aí foi uma febre. Começaram a abrir onde hoje é o Alto Bonito. Lá era uma mata. Aí eles foram abrindo uma boca de pedreira: limpavam, tiravam toda a vegetação de cima, cavavam um buraco e a profundidade que esse buraco ia alcançando as pedras iam formando de qualidade até chegar no lageado que era uma pedra gigante e eles usavam bomba de dinamite pra quebrar. Era um lugar onde tinha muita caça, onde eles trabalhavam de dia na roça e de noite iam fazer a espera das caças. O estrondo das dinamites passou a afugentar os animais e o povo vivendo só de quebrar essas pedras. (Dona Conceição, moradora Alegria).

Azul e seus irmãos exerceram o mesmo ofício. “Tirar pedra”, “tirar juçara”, na segunda metade do ano, e fazer bicos compunham o sustento de uma grande parcela da população moradora da região de Maracanã nesse período.

Tinha pedreira do outro lado da pista [da BR 135] tinha umas pedreiras. Era assim: a gente ia pra pedreira de manhã (a gente tinha 8,9,10 anos de idade). Não. A gente ia pra escola de manhã e de tarde a gente ia ajudar ela [a mãe] na pedreira. Quando passei a estudar à tarde, a gente ia de manhã pra pedreira. No período da juçara eu ficava mais na juçara. Eu tirava a juçara num dia de tarde, no outro dia de manhã bem cedinho eu ia vender no Mercado Central. (Zul, morador da Vila Primavera).

Inclusa no jogo das significações, “tirar juçara” também remete a um processo de extração de sustento, só que a partir de uma árvore disponível no ambiente. Os frutos das juçareiras só são comercializados durante alguns meses do ano. Logo, não é uma atividade vista como fonte de renda permanente, mas como um complemento. Então, “tirar juçara”, assim como “tirar pedra”, garante a vida por meios instáveis e flutuantes.

As marcas sofridas pela violência ambiental foram se acumulando nos seres que compõem a paisagem. Toda a pressão exercida no solo aumentou sua erosão, a perda da cobertura vegetal, a diminuição da qualidade do ar com a dispersão de poeira, a perda de espécies vegetais e animais, e o aumento da condução de sedimentos para os corpos hídricos. “A chuva começou a escoar tudo para o rio. Toda a água da pedreira vinha com aquele barro que foi poluindo os rios, e tem rio aí morto com a terra de pedreira”, diz Deca. Essa violência difusa nas relações socioambientais é igualmente tentacular. Afeta, a cada golpe, os não humanos e os humanos.

Seu Jadiel afirma que “tirar pedra era um negócio que dava dinheiro rápido”, e a afirmação ganha sentido na exploração mineral na região. Fora do período das chuvas, o solo se ressecava, dificultando a retirada mais artesanal da matéria-prima, o que favorecia a elevação do seu preço no mercado local. Ao longo do dia, caminhões e mais caminhões entravam e saíam da região cheios de pedras. Os “caçambeiros”, como são chamados os condutores desse tipo de veículo de grande porte, compravam diretamente das pessoas que faziam a extração para depois vender a construtoras empenhadas em empreendimentos residenciais em outros pontos da ilha, nas zonas que iam agregando valor no mercado imobiliário.

Quanto a quem extraia, quanto mais rápido completasse a carga do veículo, mais renda angariava na negociação com o caçambeiro. Mas, para atingir a meta de uma semana de

trabalho (encher duas ou três caçambas de terra), mais braços tinham que ser empregados; por isso, o negócio das pedreiras era familiar. Os membros do núcleo familiar se envolviam na divisão do trabalho. Quando não se tinha essa vantagem, pagava-se alguém para realizar a tarefa. Alavanca, enxada, marreta, pá e foice eram os instrumentos utilizados na atividade de mineração em que homens e mulheres se engajavam; no entanto, a presença masculina era predominante por conta da força física necessária.

Conhecida de Seu Jadiel, Dona Conceição é moradora de Alegria desde que a família migrou do Ceará em meados do século passado e está ligada aos Baldez por casamento, sendo devota de Nossa Senhora da Conceição, a quem Deca reza uma ladainha em latim todos os anos na barraca que a devota tem no Parque da Juçara. Participante assídua das atividades pastorais da Igreja Católica em seu bairro, Dona Conceição há anos visita os idosos com essa finalidade, e quando a entrevistei na sua barraca, ela mencionou algumas das reclamações que mais ouvia das mulheres que viveram de “tirar pedra”.

Lembro que um homem morreu soterrado. Teve muitas mulheres acometidas de doenças no útero e nos rins. Aí foi feita uma pesquisa...as mulheres sentavam no chão, passavam muito tempo sem ir ao banheiro e não faziam uma boa higiene íntima porque era correria. Também teve muito câncer de pulmão pela poeira das pedras. Muita gente se acometeu dessas doenças e quando a gente ia visitar para rezar elas diziam: “Ah, acho que eu adquiri essa doença na boca da pedreira, comadre.” (Dona Conceição, moradora de Alegria).

O ato dos mineradores de desconfiar e expressar sua desconfiança, em si, já é um discernimento das causas do sofrimento físico e uma forma de reação aos malefícios advindos de uma prática econômica realizada em cadeia. A voz e as marcas físicas aparecem pelo sofrimento e são signos de uma violência que produz conhecimento acerca do contexto vivido. Isso me traz à mente a ideia de “conhecimento venenoso”, na qual Das (2011) apregoa que ele não é um saber ligado ao intelecto, mas à dimensão espaço-temporal da experiência afetiva.

Em busca de estabelecer-se em Alegria, Seu Jadiel e a família passam a se dedicar ao trabalho nas pedreiras. De início, ele se sentia desconfortável na nova morada. Como ele mesmo diz: “Quando cheguei aqui, me senti preso. No povoado onde nasci, já tinha aquela convivência com o pessoal, caçava, pescava. Era movimentado e aqui era parado. Não tinha pra onde ir e só depois fui me acostumando.” Assim, a oposição entre um lugar “movimentado” e um “parado”, na visão de Seu Jadiel, tem a ver com a convivência íntima e cotidiana com o ambiente e com as pessoas de um círculo social que gera envolvimento afetivo. Mesmo sendo o povoado onde nasceu e cresceu em Humberto de Campos semelhante

em suas características sociais e ambientais a Alegria, a vida nesse lugar ficou sem “movimento”, para Seu Jadiel, enquanto ele não se inseriu na rede de trocas vicinais, de fluxos espaciais e no universo simbólico e dinâmico das devoções religiosas da rua Menino Jesus/Ambude.

O parente que primeiro veio do interior, se instalou nesse espaço e construiu boas relações com as pessoas foi quem mediou e introduziu meu interlocutor, seus pais e avós nesse meio e no trabalho árduo nas pedreiras, que era essencialmente uma atividade familiar, sobretudo entre os mais carentes financeiramente, como era o plantio e a colheita nas roças. O “movimento” do qual Seu Jadiel tanto sentia falta foi acontecendo na medida em que seu percurso pelo ambiente crescia, se combinando ao de outras pessoas engajadas nos expedientes pela sobrevivência e nas ocasiões de busca por escolarização, por diversão e pela celebração, levando-o a se “acostumar”. O casamento com Dona Rosa Bernardes aconteceu no processo. Diversão e celebração não deixaram de prosseguir em meio a um evento de grande impacto econômico e socioambiental. Aí, a prática do futebol amador ganha conotação especial.

3.3 O FUTEBOL AMADOR PELOS OLHOS DE SEU JADIEL

Seu Jadiel e seu time, o Estrela, não são citados no bairro como destaques nos jogos de bola da região de Maracanã de sua geração. Na verdade, nem mesmo foram mencionados por outros interlocutores que já foram envolvidos e continuam na ativa. O motivo é que sua formação e atuação são desprovidas de qualquer pretensão ao pódio da popularidade no futebol amador. Achei analiticamente produtivo trazer para a linha de frente da descrição etnográfica esse caso, posto que seus percursos no “espaço-tempo” se inter-relacionam a condicionantes socioespaciais e socioeconômicos específicos com os quais, não somente o Estrela, mas também os demais times negociam. Por meio das lentes de Seu Jadiel, é possível identificar como seu time se conecta aos demais na dinâmica da “rivalidade” e, com essa escrita, vai delineando o ambiente em que humanos e não humanos habitam, a escrita que sugere o mapa de Azul.

Seu Jadiel começou a se reunir esporadicamente com alguns rapazes que moravam do Outro Lado, que é outro nome para o 21. O leitor deve se lembrar de que a fronteira que separa o 21 do Ambude é a estrada de ferro São Luís-Teresina. Com uma vegetação mais densa do que hoje em dia, havia “caminhos de roça” abertos, permitindo a comunicação entre

as duas áreas. Ao lado da casa de Dona Joana Bernardes, havia um desses caminhos estreitos, e era por ele que Seu Jadiel ia encontrar os amigos para as “peladas”. Com o tempo, as partidas foram agregando jogadores da Vila Sarney também.

A gente começou a jogar bola por aí tudo. Vinha caboco da Vila Sarney e a gente montou um time aqui para jogar. A gente ia jogar na Vila Sarney e às vezes o cara de lá discutia (se desentendia) com o time dele e aí a gente chamava e pagava a passagem dele para vir jogar no nosso time porque antes era competição. Agora acabou, mas antes a gente que jogava nesse time daqui não jogava no de lá. (Seu Jadiel, morador de Alegria).

O Estrela, a princípio, tinha campo próprio, construído pelo time em um terreno cedido. Baluarte era como se chamava a porção de terra que, segundo contam moradores, pertencia a Afonso Bacelar, membro de uma família de políticos muito influentes no interior do Maranhão desde a segunda metade do século XX. De um acordo entre Bacelar e os moradores, teria vindo a autorização para a construção de um campo que ficou conhecido pelo nome do terreno. Era um espaço gramado, com traves de madeira e sem arquibancadas.

O campo do Alegria, do Estrela e do São Miguel, situados geograficamente mais próximos, tinham uma agenda de jogos intensa e com certa rotatividade de jogadores comprometidos em campo com seus times. Desentendimentos pessoais e convites externos levavam jogadores a frequentar diferentes times. Mas essas interações tinham suas regras. O jogador de um time não jogava em outro em uma mesma partida e campeonato, a não ser que saísse de seu time primeiro, mesmo que temporariamente. A agenda de jogos de cada campo era ligeiramente diferente, mas, no geral, aconteciam nos fins de semana. O Estrela era o time mais peladeiro; seus membros não tinham uma preocupação com uma preparação rigorosa da equipe e com a disciplinarização do tempo e do espaço disponíveis. Todos que estivessem a fim de jogar bola entravam.

Os peladeiros jogavam em todos os fins de tarde após o trabalho duro, além dos fins de semana. “O motivo pra gente montar esse time era a brincadeira, relaxar e tomar pinga depois. No Estrela, todo mundo era um pouco de tudo e fazia tudo.” Nos demais times, que competiam no Interbairros e por federação, existia uma preocupação com a preparação interna visando à disputa em campeonatos amadores; por isso, a agenda dos finais de semana contemplava “peladas” e treinos internos. O time de futebol amador é, então, aqui uma categoria intermediária. Não é uma equipe para disputar uma “pelada”, mas também não é uma equipe de futebol profissional.

“Pagar visita” era a prática mais comum e que mais favorecia a circulação de times, jogadores e seus torcedores pela zona rural e por bairros mais urbanizados da capital. Tanto os

organizadores, “donos” dos times, quanto jogadores específicos negociavam jogos com outros times. Assim, num domingo, o Estrela ia jogar na Vila Sarney contra o time de lá, e no domingo seguinte, este time “pagava” a visita ao ir jogar contra o time Estrela no Baluarte. O mesmo acontecia com os demais times, e nesse ínterim, jogadores e torcedores percorriam a região de Maracanã e a “cidade”, indo para bairros do antigo centro e áreas periféricas. “Pagar visita” encontra sentido no prazer de ofertar algo em retorno, e é na reciprocidade que as trocas de jogadores entre times favorecem a própria prática do futebol amador, dos encontros e das espacialidades que ele vai engendrando.

Como a negada andava de ônibus, ia conhecendo os meninos e combinavam de jogar por aqui, aí marcava. O time daqui fazia um torneio todo ano dia 1 de maio que era aniversário do time. Era bem organizado antes. A gente também jogava no Rio dos Cachorros, na Alegria, em Maracanã. A gente saiu uma vez pra jogar em Rosário.

Era nas situações cotidianas de ida e volta do centro da cidade, de trabalho pesado nas pedreiras e na roça, além de diálogo com parentes, que jogadores atraíam outros para seus times, formados comumente por duas equipes com onze jogadores, chamadas Primeiro e Segundo Quadro. Aqueles menos experientes, com pouca habilidade para a bola, ou veteranos considerados já com pouca destreza física, ficavam no Segundo Quadro. Havia muitos campos menores, os “campinhos”, que recebiam equipes de quatro jogadores para partidas bem curtas, com menos de uma hora de duração.

Entre as décadas de 1970 e 1990, os divertimentos nessa parte da ilha eram bem reduzidos, e o acesso aos espaços de lazer da “cidade”, através do transporte público, ainda mais limitado do que atualmente, apesar de que nos anos de 1990 já fosse bastante usado. As festividades religiosas sempre exerceram um papel muito relevante na sociabilidade, mas não aconteciam toda semana. Por causa disso, o futebol amador conseguia aglomerar muita gente. Famílias inteiras se reuniam em volta dos campos para torcer, e pessoas aproveitavam para vender seus produtos. Dona Rosa tinha, na ocasião, a oportunidade de aumentar a venda de picolés que levava numa caixa de isopor. Quando não havia transporte público, times e torcedores iam aos campos mais distantes a pé e nos paus de arara e caminhões fretados para esse fim. Cada campo visitado significava uma linha a mais na malha de peregrinação desses habitantes pela cidade, diria Ingold. São nos trajetos que vão firmando acordos e criando formas de sustentação da atividade.

“Naquele tempo, era fácil manter um time. As pessoas se ajudavam mais”, diz Seu Jadiel, olhando para os transeuntes que passavam pela rua naquele momento. Custear times

imprescindia de relações de confiança e reciprocidade, fundadas numa rede de contatos e trocas vicinais face a face, sem deixar de contar com uma fonte fixa para o caso de tudo falhar. Quando o time anfitrião ia receber um outro visitante em seu campo, os jogadores se reuniam para dividir os gastos com o transporte dos times que vinham de lugares mais distantes. No dia a dia, os gastos com a limpeza dos uniformes eram partilhados. No período de atuação do Estrela, era comum cobranças por parte de times como o Cruzador da Ilha e o Alegria para quem se interessasse em jogar no Segundo Quadro nos fins de semana.

Jogadores como Seu Jadiel, ligados a times peladeiros da zona rural, e aqueles de outras zonas da ilha, mais voltados às competições de futebol amador, com ou sem campo, costumavam participar das partidas para conhecer novos jogadores e suas habilidades, abrindo oportunidades para novas interações em outros times e campos. O acesso ao espaço se dava a partir de um valor mínimo pago individualmente e das negociações verbais. “A gente podia jogar por aí tudo. Joguei no Alegria, joguei no campo do Cruzador lá em Maracanã.”

Para garantir um time na ativa, ampliando sua participação nas competições para além do bairro e mantendo-o financeiramente nas situações em que as contribuições dos jogadores não são suficientes, a figura do “dono” do time é importante e vai se definindo no desenvolvimento deste último. No contexto tratado, as pessoas (homens) que se destacavam na posição tinham mais recursos financeiros, capacidade de articulação em rede no segmento e ligações com políticos e pessoas influentes e com posses. A categoria “dono” em muitas situações é um tanto nebulosa, ambígua e mais utilizada pelos interlocutores ligados aos times de futebol amador do que aos times peladeiros. No Cruzador da Ilha e no Alegria Futebol Clube, os “donos” têm se sucedido dentro de uma mesma família. Tanto no universo das festividades que acompanhei quanto na do futebol, a categoria “dono” (“e dona”) têm em comum a ideia de alguém que assuma a continuidade do evento e as principais decisões que lhe impactem e a seu ambiente.

No futebol e na festa, a posição não é definida a priori. Ela se dá na inter-relação entre atributos particulares já citados e o envolvimento afetivo com a prática do esporte, com o lugar (campo) em que ele acontece e com os vínculos desenvolvidos entre as pessoas. Os sujeitos vão se revestindo de relações processuais que lhes despertam compromissos cambiantes ao longo das gerações.

Há times que detêm a posse de campos e outros sem campo. De todo modo, o acesso a um espaço de jogo, como os campos, é um fator muito importante para a popularidade do futebol amador numa área. Primeiro, porque mais campos disponíveis a curtas distâncias um do outro significam mais opções de acesso para quem deseja praticar e, segundo, não menos

relevante e, em muitas situações, determinante para o sucesso dos times em particular, é a posse e o controle de campos de futebol. Na região de Maracanã, em meados do século passado, eles tinham uma estrutura física relativamente simples. Eram de areia e de chão batido, tinham traves de madeira e troncos de ariri eram usados para cercá-los. Os próprios jogadores se incumbiam dessas tarefas. A extensão das relações familiares e de amizades, apadrinhamentos acompanhados de ascensão social, acabavam fazendo muita diferença na relativa estabilidade de determinados times e nas mudanças estruturais nos campos, como exemplifica o Alegria Futebol Clube e o Cruzador da Ilha, com os quais o Estrela rivalizou durante sua existência.

O Alegria Futebol Clube existe há, pelo menos, 120 anos. De sua fundação, quase nada se sabe. Entre os jogadores mais experientes, se comenta, em tom de quem vangloria seus feitos, que ele é quase tão antigo quanto a própria comunidade de Alegria. Os homens da família Baldez têm mantido a gestão e o controle dele há várias décadas. Seu Babaco (Sebastião Baldez), de 68 anos, é o atual presidente. Ele é filho de Teresinha Baldez, uma antiga mãe de santo muito prestigiada e que foi uma das “donas” do festejo de Santo Antônio realizado anualmente na igreja de São Sebastião.

As mudanças que sofrera o campo do Alegria refletem as transformações do ambiente e a dinâmica personalizada que seus “donos” e jogadores imprimiam como marca de suas atividades esportivas. Quando era uma superfície retangular repleta de areia, margeada por construções de pau a pique, pelo juçaral, pela mata e pelos rios, a preocupação dos esportistas era colocar suas habilidades corpóreas adaptadas àquele ambiente na condução de uma forma de jogar menos dependente das técnicas atreladas aos equipamentos usuais, como chuteiras, caneleiras e luvas, no caso dos goleiros, por exemplo. Seu Babaco interpreta as vitórias de seu time na infância e no tempo de seus antepassados a tal especificidade.

[...] o segredo era correr muito porque o campo era só areia. Os times de fora quando sabiam que o jogo seria aqui falavam: “oh, rapaz, naquele campo de areia não! Aquele campo é ruim”. Pra eles era ruim. Pra nós, não. Pra nós era benéfico. Por que? Porque a gente era acostumado a correr na areia quente e a gente não cansava (Seu Babaco, morador de Alegria).

Os jogadores de outros times, com pouca agilidade para correr na areia que se avolumava quase ao meio da panturrilha, tinham seus movimentos travados por ela. A habilidade dos jogadores da região de Maracanã se desenvolvia no cotidiano de lida com a terra, em que corpo e ambiente se correspondiam de diversas formas. Trabalhar no plantio e na colheita da roça e “tirar pedra”, por exemplo, exercitava força física, agilidade e paciência no manuseio do solo e de seus víveres. No processo, grandes distâncias eram percorridas a pé.

Tanto os mais jovens quanto os mais experientes, distribuídos no Primeiro e Segundo Quadro dos times, comumente exerciam as mesmas ocupações na busca pelo sustento financeiro. Penso que essa organização acabava proporcionando ao grupo o máximo aproveitamento das competências, seguindo a faixa etária e o condicionamento físico sensorial de seus jogadores. Seu Deco, um Baldez, primo e vizinho de Seu Deco, que na juventude jogou pelo Alegria, menciona como ele mudou de um quadro para outro.

A gente começou guri jogando Futebol. O campo sempre foi ali na frente da igreja, né, mas do lado de fora tinha uma área e quem tinha 10, 11 anos jogava do lado de fora e os e os maiores jogavam no campo. Aí a gente ia crescendo e na época os times tinham primeiro e segundo quadro. Aí o dono do time já botava aquele que ele via que tinha jeito para a bola para jogar no segundo quadro. Aquele menino passava uns 3 anos só no segundo quadro [...] aí ia evoluindo e já não jogava mais no segundo. Passava para o primeiro quadro. Aí ficava até não querer mais jogar bola. Eu jogava no segundo quadro, mas uns dias antes de eu entrar, o dono do time chamou papai: “Virgílio, vou passar a botar Deco para jogar no segundo quadro. Ele joga e tal”. Meu pai disse assim: “rapaz, esse menino está novo. Ainda está com ossos moles”. “Mas não vou botar direto, não”, ele disse. (Seu Deco, morador de Alegria).

Da forma de organização que sempre deu aos Baldez orgulho dos times que puseram em campo, vieram fissuras e, delas, três novos times foram criados: São Sebastião, Canarinho e Parma. Seu Zagalo, de 73 anos, primo de Seu Babaco e ex-presidente da União de Moradores de Alegria, participou da fundação dos dois primeiros. Ele compreende que o Segundo Quadro merecia mais destaque, tornando-se um time e, então, dividindo com o time principal (o Alegria) o tempo de permanência praticando no campo. A vitória em um campeonato de futebol amador na ilha em 1976 é vista por ele como prova de que seu empenho na organização do time valeu a pena.

A falta de disciplina de jogadores e de apoio de veteranos teria sido o motivo de Seu Zagalo ter reorganizado, juntamente com outros ex-jogadores do Alegria, o Canarinho. Jogadores que saíram desses times e do Parma para integrarem times profissionais são lembrados como exemplos de sucesso para o futebol amador de Alegria. “Quando passei a organizar o Parma, chegamos a botar um jogador na primeira divisão, como foi o caso de Pimentinha, que veio da Belira pra cá. Aqui ele apareceu disputando o interbairro e hoje é profissional. Jogou no Sampaio, jogou no Moto.” Nos times de Alegria circulavam jovens do centro da cidade e de bairros mais urbanizados, fato que demonstra o quanto times e campos do futebol amador são agregadores de agentes que habitam diferentes pontos da cidade, favorecendo a interlocução entre espaços e estilos de vida. Enquanto produto e produtor de espacialidade, o futebol amador vai se articulando às implicações trazidas pela quebra do

cotidiano que está no bojo de eventos violentos do ponto de vista socioespacial. A constituição dos sujeitos e de seus mundos se dá nos intercruzamentos com esses eventos, levando a aproximações e distinções com a cidade e com o modo de vida dito urbano.

O relativo controle do tempo é um elemento que salta de modo sutil, mas peremptório, nas narrativas que ouvi. A relação entre o tempo do trabalho e o tempo do lazer vai se constituindo nas interfaces que esses interlocutores vão desenvolvendo com ambientes habitados e meios de vida. Depois de um dia executando atividades fisicamente exigentes, me surpreende a afirmação feita por Seu Jadiel de que os homens iam jogar bola.

Eu não fazia só uma coisa durante o dia”. Ia de manhã pra pedreira. Trabalhava até 11h e voltava pra fazer alguma coisa em casa ou resolver alguma coisa na rua, ia atrás de caminhão. Aí eu voltava às 2h [14h] pra pedreira e parava às 4h [16h]. Depois ia bater uma bola”. Mas tinha gente que ficava o dia todo na pedreira. Tinha gente que erguia uns feixes de palha do lado que batia o sol e sentava para quebrar as pedras o dia todo (Seu Jadiel, morador de Alegria).

Já nos fins de semana, a bola rolava entre as onze da manhã e às dezesseis horas nos diversos campos distribuídos pela região. Na geração de Seu Jadiel, os sábados, para os times em geral, eram dedicados às “peladas”, onde as regras eram acordadas mais ao sabor dos contextos das disputas em campo, e aos domingos ocorriam os “jogos” de fato, isto é, competições orientadas mais pelas regras oficiais, com jogadores uniformizados, obedecendo a sistemas táticos de jogo e disciplina esportiva. “Dia de sábado, a uma hora dessas, era pelada. Era só peladão, uma brincadeira. Todo mundo sem camisa e descalço [antes do campo ser gramado]. Na pelada, os mais novos jogavam com os mais velhos. Já o jogo era diferente. Era domingo de tarde e tinha diretrizes definidas.” Assim explica seu Babaco.

À medida que o tempo livre foi cada vez mais sendo contornado pela participação desses habitantes no mundo do trabalho assalariado e informal e nas atividades mais situadas no âmbito urbano, como o acesso à profissionalização e educação superior, as “peladas” foram se restringindo aos sábados. Um dia, em sua casa, Seu Zagalo citou-me as diferenças notadas por ele com a mudança de contexto social:

Quase todos os dias tinha a pelada, como se chama, né. Todo mundo jogava entre si. Aí depois os caras foram procurar trabalhar. Aí passou a ser na sexta-feira e ainda hoje é assim. No sábado e no domingo tem os jogos. O pessoal foi trabalhando, se empregando. Aí foi ficando com menos tempo. A pelada passou só pra sexta feira. Hoje nem tem mais dia de sexta feira porque não tem time pra jogar. Antigamente, ficava 5 times na barreira pra jogar dia de sexta feira. Hoje não dá um. Tá todo mundo trabalhando, né, outros estudando, fazendo curso porque a vida tá mais difícil. Antigamente, era fácil. Todo mundo trabalhava aqui por perto (Seu Zagalo, morador de Alegria).

Nos itinerários de parte das pessoas que “tiravam pedra” perto de casa, a rotina não se constitui apenas de trabalho. É de trabalho, de idas e vindas a casa, de caminhadas ao rio para lavar roupa, pescar e tomar banho, e do exercício de lazer jogando bola. Para tantas outras pessoas, tal itinerário é menos diversificado, sem excluir, todavia, formas de lazer em que o futebol é predominante. Homens, mulheres, crianças, jovens e idosos se engajavam nele à sua maneira. Sem dúvida, as vozes masculinas generificam a prática do futebol amador, pois, segundo elas, as mulheres não poderiam assumir, duplamente, a atividade fisicamente exigente do futebol e as tarefas domésticas com a mesma dedicação.

Pra jogar tem que ter preparo. Não se aprende de um dia para o outro. Tem que ter treino todo dia, fazer umas atividades. A gente ia, mas tinha aquela coisa do marido não deixar. Nem todas eram solteiras. Se você não vai treinar hoje. Se jogar, chuta a bola de forma errada. Aí vai adoecer o pé e amanhecer toda doída porque não tem costume de jogar [...] teria que ter um local pra treinar e um incentivozinho porque, tendo que fazer isso todo dia, todo dia e no domingo em casa quem casa quem vai fazer o comer do caboco no domingo? Nem todas eram solteiras. Não funcionava (Seu Jadiel, morador de Alegria).

Assim, as mulheres, nessa concepção, ficavam restritas às “peladas” propriamente ditas, com frequência bastante irregular e algumas vezes jogando contra times formados por homens. Minha atenção se dirige a pensar a noção mais lúdica implícita nas práticas futebolísticas desse contexto na região. Ao que denota, a “pelada” tem um senso maior de espontaneidade envolvendo corpo e ambiente. A preocupação está no movimento sensorial intrusivo em busca de descobrir-se e não em uma definição técnica exigida de antemão, presente na noção que eles atribuem ao jogo. Imagino que, por isso, a “pelada”, enquanto classificação, seja mais condescendente à diversidade representada por mulheres e até crianças na narrativa masculina.

Pondero que a classificação é ritmada pelo senso de transformação de energia mental e corpórea. Dispende energia no jogo de bola é diferente do dispêndio de energia no trabalho repetitivo e arriscado de extração de pedras, onde, para se alcançar os objetivos diários, determinados movimentos e instrumentos de trabalho são prefixados. A prática da pelada, em comparação com o tempo de trabalho, tem um nível agradável de “tensão”, para tomar de empréstimo uma acepção de Elias (1985, p.136). O autor defende que o lazer satisfaz a necessidade de se obter “tensão-excitação” e não a sua libertação. Dito isto, no mesmo ambiente em que o contato físico sensorial cria uma tensão degradante para humanos e não humanos (o solo, as pedras), nele se desenvolve uma relação aprazível de ligação emocional e motora intersubjetiva.

Os achados apresentados vão parcialmente na direção dos resultados de pesquisa de Chiquetto (2014) em sua etnografia sobre o futebol manauara, onde a categoria “lazer” é problematizada num contexto das ações futebolísticas de indígenas e suas interlocuções com não indígenas. O autor revisa a categoria ao apontar que ela não é um “tempo social para si”, como muitas pesquisas sociológicas sobre o assunto analisam, e sim um “tempo social para todos”, um tempo de comprometimento coletivo com os circuitos da prática do futebol na cidade. Aliás, as noções opostas de tempo livre e tempo de trabalho ganham importância política e acadêmica com o desenvolvimento industrial e o processo oriundo da acumulação do capital, que redefiniu e engendrou novas formas de apropriação, concepção do tempo e do espaço (Toledo, 1996). Tendo em mente o ambiente social de trabalho nas pedreiras, defendo que a prática do futebol amador se afasta da tensão controlada produzida por essas concepções de “tempo livre” em oposição ao “tempo de trabalho”. O aspecto mais lúdico da pelada, que existia a qualquer hora, jogada de qualquer maneira, e por isso mesmo bem mais experimental, se coloca como ponto crítico à condição estafante do trabalho e da organização do futebol amador, que, comparativamente à “pelada”, exige mais organização e racionalidade.

Os divertimentos propiciados pelas peladas são iniciativas populares que confrontam o “lazer” pago (o futebol profissional é um exemplo) e outros tipos de espetáculo vistos como produtos a serem consumidos. A prática do futebol amador na região de Maracanã, seja ela nos moldes da “pelada” ou do “jogo”, é a concretude de um mundo devastado em que os sujeitos apostam na reconstrução o tempo todo. Jogar bola dá sentido e recebe sentido num cotidiano sem limites bem delimitados entre o que significa a busca por existência física e social e formas de violação de mundos. Os próprios habitantes são os sujeitos que os violam e os reconstruem a partir dessas bases.

3.4 É NA RIVALIDADE QUE O FUTEBOL APROXIMA

Conseguir ganhar a vida e ascender socialmente é compreendido nas narrativas colhidas em campo como sinal de desenvolvimento, e as pessoas que se destacam, ascendendo socialmente, acabam por levantar expectativas ambivalentes. Por um lado, elas personificam a mesquinhez da acumulação de dinheiro e de influência e, por outro, são modelos de sucesso a ser seguidos por representarem a abundância. Esse é o caso de Colega.

De origem incerta, pouco se sabe sobre ele. Nem seu nome de batismo é recordado. Alguns dizem que sua família não é da região de Maracanã e que ele teria morado com os pais na rua Menino Jesus (na época, Ambude) até casar-se com Benedita Baldez. Colega fez a vida em Alegria na segunda metade do século XX, após desenvolver competências como comerciante, auxiliando nas vendas do estabelecimento de um dos tios de Seu Babaco. O tal estabelecimento faliu e Colega abriu o seu na casa onde morou com a esposa, ao lado dos parentes dela e em volta do campo de futebol amador de Alegria. Como dizem seus conhecidos de outrora, “Colega era o cara que tinha situação”, uma “situação” obtida em virtude do ramo das pedreiras. Tendo o único grande comércio de Alegria, era a ele que a população recorria para comprar a prazo. O seu estabelecimento comercial tinha uma grande diversidade de produtos à venda e, com ele, pequenos bares e quitandas situados em povoações próximas não podiam competir.

[...] a venda dele teve um salto com as pedreiras e com a chegada de pessoas de fora. Ninguém tinha carro pra ir comprar mais longe e de tudo ele vendia. As pessoas que trabalhavam nas pedreiras faziam compras e pagavam de 15 em 15 dias. “Colega, vou te pagar na hora que eu vender uma carrada”. Aí ele ficava...quando via uma caçamba subir [na época não tinha muitos carros circulando além dos caminhões] e voltar, ele perguntava: “de quem é essa carrada”? Respondiam: “ah, é de fulano”. Ele esperava que fulano iria logo pagar ele. Quando seu fulaninho vinha ele dizia: “oh, não posso te vender fiado. Tu tem dinheiro”. Aí a pessoa pagava o que devia e ele registrava outra compra no fiado. (Dona Conceição, moradora de Alegria).

Querosene era um dos itens mais vendáveis do comércio de Colega até o final da década de 1970. O combustível era indispensável às lamparinas. Sem ele, não havia iluminação nas casas à noite. Quando a eletricidade foi implementada na região, o comerciante não perdeu tempo. Foi um dos primeiros em Alegria a comprar uma televisão, um artigo precioso e, até então, inacessível à maioria. A televisão foi colocada no terraço de sua casa, onde também seu comércio se situava. Não deu outra. A casa de Colega se tornou ponto de visita noturna. Novelas e telejornais foram disponibilizados aos vizinhos, que para lá se deslocavam com seus banquinhos todas as noites. “Lá enchia, enchia de gente. Uns aproveitavam pra beber um grode”, conta Dona Conceição.

Conforme seu negócio ia prosperando, ele foi investindo na educação escolar dos quatro filhos, que foram “estudar na cidade” assim que atingiram idade suficiente. Eles acabaram por se estabelecer econômica e profissionalmente graças ao negócio do pai e foram morar em bairros melhor situados na malha urbana de São Luís. Esse feito, somado aos recursos econômicos, habilidade comercial e inserção na família Baldez, rendeu a Colega prestígio social junto a seus contemporâneos de Alegria e região. “Era o único que tinha

dinheiro. Foi o comerciante... foi o primeiro que formou filho aqui. A filha dele foi a primeira ‘doutora’ daqui. Ele botou na faculdade pública” (Deco, morador de Alegria). Numa escala menor, seu núcleo familiar tornou-se exemplo do que é ser bem-sucedido perante outros núcleos familiares da comunidade. Noutra maior, seus feitos alimentavam uma ideia de distinção racial que já foi preponderante entre os moradores de Alegria e de Maracanã. Isso porque tornar um filho “doutor” era coisa de “branco”. Colega se enciumava por ser visto como branco, mas também representava, para as comunidades, a possibilidade de ascensão social pela escolarização e empenho pessoal.

Por seu turno, o empenho pessoal nesse quadro de desenvolvimentismo urbano tem uma camada sombria no entendimento nativo, já que a lógica que movimentava os ganhos de Colega — que é a lógica do mercado — escapava às relações ordinárias de troca e sustento intra núcleos familiares. Lurdinha Ferraz, irmã de Deca e de Silvinha (vide genealogia da família Ferraz em apêndice), mostra como a posição desse comerciante intrigava a vizinhança, que procurava interpretar o aumento de seus recursos:

Lurdinha: Luzinele, Colega tinha de tudo no comércio dele ali perto do campo e da parada de ônibus. Lá só não vendia comida

Luzinele: Ah, era naquela casa grande e sempre fechada que fica na esquina?

Lurdinha: Era. Os filhos não moram aqui. Venderam a casa, mas compraram de volta depois que ele morreu. Ele não organizava nada. Quem ia comprar alguma coisa no comércio tinha que sair procurando na bagunça. As prateleiras não eram organizadas como são nos comércios de hoje. Ele vendia coisas nas prateleiras, nas caixas no chão e tudo cheio de poeira. Ninguém se preocupava com rato e barata. Vendia coisa de casa, bebida e até coisa fora da validade. As pessoas iam trocar e ele não queria de volta. Papai ficava com vergonha de ir e mandava a gente que era criança fazer isso. Aí Colega tratava com rispidez. O povo daqui dizia que ele tinha um pacto com o diabo, só porque tinha muito dinheiro (risos). Não dava nada pra ninguém. Ele e a mulher não agradavam clientes. Uma vez disseram que viram ele sozinho bem tarde, depois da meia noite lá no campo do Alegria. Aí desconfiaram. (trecho de anotação em diário de campo).

O rumor de pacto com o diabo pode ser lido como uma maneira de a população atribuir alguma inteligibilidade ao processo de melhoria financeira de Colega pela eficiência produtiva individual, comprando e vendendo mercadorias. Ele se destacava no meio de uma maioria que, longe de obter tal feito, sobrevivia de “tirar pedra” e de outros expedientes de rápido e baixo retorno financeiro. A natureza das relações que, então, se insinuam entre humanos e entre estes e os não humanos (o solo, os rios, os brejos e juçarais) é configurada pelo valor de troca e não de uso. Este último predominou quando essas populações viviam quase que exclusivamente da agricultura de subsistência, criação de víveres e da pesca.

A construção do distrito industrial e a extração mineral foram concomitantes nos anos de 1980 e demandaram muita mão de obra, porém com pouca estabilidade para os

trabalhadores. Serviços e pequenos negócios se formavam na esteira dos grandes empreendimentos. A extração de pedras dinamizou desde a entrega de matéria-prima por caminhões até quitandas, bares, venda de lanches e comidas caseiras em Alegria e Maracanã para atender às “necessidades” dos trabalhadores da extração mineral e do polo industrial. “Olha, se ganhava dinheiro com a pedra. Era um dinheiro que vinha rápido, mas acabava rápido”, assevera Seu Jadiel, e Seu Deco dava a seguinte explicação:

O cara comprava a semana todinha naquele comércio (no caso, bem aqui no Colega e todo mundo comprava fiado lá). O cara trabalhava a semana todinha tirando pedra e comprando fiado. Quando chegava lá para pagar, às vezes o dinheiro não dava. Tinha gente que trabalhava o dia todinho e quando chegava a uma hora desta (por volta das 5h da tarde) ainda pegava um cofô e ia pescar, pegar camarão, peixe e sururu para economizar aquele dinheirinho lá do comércio. (Deco, morador de Alegria).

Para as pessoas com quem trabalhei, é notório que a maior circulação de dinheiro e a importância dada a ele na região de Maracanã estiveram atreladas a determinados eventos de impacto socioeconômico mais amplo. As premissas de Taussing (2010) sobre a crença no diabo entre os mineiros e trabalhadores da cana-de-açúcar na América do Sul e a relação com a transição de um modo de vida camponês para a condição de proletários lançam luz ao rumor. Dando as devidas nuances, os contemporâneos de Colega percebem na acumulação de lucros pela venda de mercadorias a razão da desigualdade social vivenciada no cotidiano.

Esse “homem de situação” tornou-se “dono” do Alegria Futebol Clube e manteve o time e o campo por bastante tempo. A habilidade para negociar, desenvolvida como comerciante, rendeu a Colega uma posição de liderança, de administrador do time, de cabo eleitoral para candidatos de diferentes esferas de governo, além de muitos contatos na “cidade”, algo visto como sinal de melhoria de vida, o tal “progresso”.

Ele era a pessoa que conhecia todo mundo na região, porque todo mundo ia comprar no comércio dele. O político ia ao dono do comércio e não à casa das pessoas pedir voto. Aí Colega chegava e dizia: “o homem para votar é esse aqui”. Na véspera de eleição ele chamava: “vá de noite lá em casa”. Aí o cara ia e ele perguntava a pontuação que o cara calçava e depois falava: “escolha um sapato desse aí e veja uma roupa aí” (Deco, morador de Alegria).

O Alegria alçou voos mais altos no futebol amador quando Colega passou a acionar seus contatos na política e no esporte para manter as despesas e trazer times profissionais da “cidade” para disputar partidas com o Alegria em seu campo. Isso abriu oportunidades a jogadores de destaque no time, além da participação deste em campeonatos. Esse traquejo nas relações face a face e na política eleitoral é algo que Seu Jadiel e seus companheiros do

Estrela jamais fizeram questão de exercitar, um saber que, em parte, selou o futuro do seu time. Mais além, estão as questões da não propriedade da terra e do sentido atribuído à prática de jogar bola por essas pessoas. O Estrela foi um time somente da diversão, e isso não mudou ao longo do tempo, ao contrário do que aconteceu com os demais times citados.

O Alegria Futebol Clube, em seu percurso, por exemplo, passou de um time de pelada para um time de futebol amador por meio da mobilização de saberes e recursos variados de jogadores e lideranças específicas. A expansão das pedreiras, a ascensão social de Colega e de sua família e a expressividade que o bairro vai ganhando por meio do movimento agregador de seus divertimentos (sendo o futebol amador um deles) demonstram o quanto a tessitura dita urbana de São Luís é composta pelo trabalho árduo e pelas possibilidades criativas de contingentes populacionais que participaram ativamente da construção dessa cidade, algo parecido com o que salienta Spaggiari (2018) acerca dos sentidos que o futebol varzeano desperta nas memórias dos moradores de um bairro periférico da cidade de São Paulo perante as experiências de crescimento urbano acelerado. A construção de um lugar para si é o que expõem as experiências de torcedores e jogadores de Alegria, e nesse processo a cidade é apropriada de um jeito particular como realidade tangível.

Nesse tempo em que sua vida foi se movimentando pelos novos caminhos que traçou, Seu Jadiel cursou o ensino fundamental e o médio nas escolas Major José Augusto Mochel e Escola Raimundo Lopes, respectivamente. “Eu trabalhava durante o dia e estudava à noite. Às vezes, não conseguia mais entrar na escola porque saía tarde do serviço.” Não obstante, apesar de Seu Jadiel ter integrado o círculo social da rua Menino Jesus ao firmar novas amizades através do futebol, do trabalho nas pedreiras e do casamento com Dona Rosa Bernardes, seus contatos sociais não se estenderam para além de sua rua e do time que integrou. Fora a extração de pedras e a pesca nos rios da região, não tinha outro meio de vida. Quando não obteve mais ganhos com as pedras, conseguiu emprego formal numa empresa produtora de artigos de alumínio no centro da cidade, enquanto obtinha a escolarização básica. Aí, o domínio relativo que tinha sobre o próprio tempo mudou. A frequência às “peladas” e aos jogos não acabou, só diminuiu.

O interlocutor, em um percurso social entranhado na atividade maçante e degradante de extração de pedras, experienciou formas de sofrimento que dialogam por subverterem a lógica uma da outra. Num mesmo ambiente, palavras e gestos no contato com a superfície terrosa ganham significados distintos em função um do outro. “Tirar pedra” produz sofrimento ao interferir negativamente em processos ecológicos intrínsecos ao modo de vida local, causando desgaste físico e mental pelo esforço manual repetitivo e insalubre. Jogar bola

produz sofrimento em quem joga e naqueles que torcem pelo adensamento da expectativa de ganhar e perder. Isso quer dizer que, nesse caso, emoções inquietantes são avivadas a cada lance dos jogadores e provocação dos pares em campo, tornando o sofrer um exercício de reposição de energia mental e de apelo físico e emocional.

Códigos de conduta e percepção de mundo advêm da escrita do futebol amador no ambiente. Ele compartilha com as festividades religiosas na região de Maracanã a ludicidade intrusiva, a jocosidade, a conexão afetiva com lugares e o caráter político do envolvimento dos futebolistas amadores. As menções feitas aos atritos entre as localidades da região por parte de jogadores veteranos desses bairros dão a conhecer um engendramento de disputas que, não obstante classificarem e elevarem distinções práticas e simbólicas quanto aos lugares habitados, fomenta a agregação conjunta do outro e do seu meio. Improvisar é uma prerrogativa do futebol e da vida.

Antes era rivalidade. Agora não. É uma violência doida. No campo, na hora que os times se encontravam saía fâisca. Cada domingo a gente ia para um bairro jogar. A gente ia para o Porto Grande, uma vez fomos para o Rio Grande. Só que na hora o Juiz tava com um facão na cintura. A gente jogava Primeiro e Segundo Quadro. Aí foi uma cascaria [provocações e brigas] doida, caboco dando um no outro lá. Aí disseram: “rapaz, o juiz tá armado”. Aí o juiz começou a roubar, puxar só pro time dele. Foi pontapé nesse dia. Alguém deu uma porrada em um lá e o juiz expulsou. Não demorou muito e o irmão de Rosa [a esposa de Seu Jadiel] chutou a bola pra dentro do mato e o juiz deu cartão porque ele tava ganhando a partida de 1 a 0. Ele, o juiz tava roubando. Aí a gente já tava com medo dele por causa do facão na cintura e poderia cortar alguém. Aí meu irmão deu uma porrada num cara. Deu expulsão. Na regra são 11 jogadores e só pode jogar com no mínimo 9. Aí tudo que era chute a gente jogava para o mato pra acabar com o jogo e a gente ir embora. Aí deu briga, ficamos com 7 jogadores e o jogo acabou. Viemos embora. (Seu Jadiel, morador de Alegria).

As relações em campo têm um limite bem claro. É preciso seguir as premissas que dão sentido ao jogo, o que não significa que os competidores, na dinâmica do pleito, estejam sempre alinhados com elas. É a dinâmica do jogo, o tipo de engajamento entre os jogadores, que vai ditar a melhor saída para que as interações em campo não percam o sentido. Isso posto, que sentido é esse? A interação precisa atingir um grau de satisfação e entendimento para ambas as partes, sem desdobramentos vitalmente arriscados dentro e fora do campo.

Meus interlocutores, jogadores veteranos que continuam envolvidos de alguma maneira (torcendo, financiando, organizando e jogando) com a prática do futebol amador, interpretam as interações sociais na região de Maracanã a partir da expansão das “invasões” na década de 1990 e, mais recentemente, da implementação de conjuntos habitacionais do MCMV como violentas e agressivas em contraposição àquelas desenvolvidas antes de sua

chegada. “Rivalidade” e “violência” são mais do que nomes para situações de confronto físico e verbal. São categorias de entendimento que apontam para saberes e princípios cosmológicos nas relações face a face no âmbito vicinal.

Elemento que se realça ao longo das narrativas envolvendo “jogos” e “peladas” é o quanto a dinâmica da disputa engendra endogamia e exogamia nas relações de sociabilidade na região de Maracanã e desta para com a “cidade” de São Luís. Descendo para a escala mais micro do time, a formação de quadros favorecia o trânsito contínuo de jogadores e de suas habilidades dentro da equipe principal. No âmbito da comunidade, ocorria a mobilidade de jogadores por campos distintamente estruturados, misturando-se os praticantes de peladas e de jogos e, numa escala maior, “pagar visita” alimentava trocas de conhecimentos, habilidades e objetos materiais entre regiões da ilha e até de fora dela. O sinal de sucesso dos times de futebol amador estaria no quanto conseguiriam se tornar conhecidos no meio, afamados pelas vitórias em campo obtidas contra times importantes nesse movimento sincrônico e diacrônico de ocupação socioespacial.

Só uma circunstância podia tolher o fluxo: a participação de jogadores em campeonatos. Seu Jadiel menciona que um jogador “fichado” num time não podia jogar por outro durante campeonatos. “No campeonato, a coisa era mais rígida. O cara não podia ir contra a regra. Depois que preenchesse a ficha de inscrição, depois de “fichado”, ele só podia jogar por um time”; “fichar” um jogador significaria burocratizar sua atuação, definindo um vínculo temporário com o time. O termo faz referência ao ato de “fichar” usado por trabalhadores temporários com baixa qualificação. Quando obtêm uma vaga de emprego, preenchem formulários com seus dados pessoais e profissionais e a carteira de trabalho, imprescindíveis na relação com a empresa empregadora, que os “ficha”.

O fato de um jogador estar ligado a um time não o impediria de praticar em outros times e lugares. Seu Jadiel e seus companheiros do Estrela fizeram muito isso, mesmo quando o time tinha campo próprio. Lembrando que a padronização dos campos nem sempre foi regra, o que dava às superfícies dos ambientes contornos e ondulações diferentes, gerando dificuldades específicas para quem jogava bola. Movimentar-se por times e campos era importante para não rotinizar o desempenho individual, aumentar as oportunidades de interação com diferentes praticantes e subir na escala de aclamação do futebol amador participando de campeonatos do setor.

Nem todos os praticantes se motivavam por esses motivos em conjunto. Dependia das pretensões individuais, da disposição em influenciar e ser influenciado por amigos e parentes e, acredito, que por um certo grau de curiosidade. Já foi evidenciado nas narrativas

apresentadas o quanto a prática futebolística na região era e ainda é uma atividade familiar. Gerações de uma mesma família se sucedem nos times.

Irmãos, primos, tios e sobrinhos em suas equipes rivalizam nos campos e transpõem para estes certos atritos de cunho étnico-racial. No imaginário local, perdura uma antipatia coletiva relacionada às origens das famílias mais antigas de Maracanã e Alegria na ocupação da área (fato discutido no capítulo 1). Uma aspereza entre aqueles que acionam uma origem afrodescendente e aqueles que mobilizam uma origem branca europeia atravessou o século XX.

[...] Numa época aí, conseguimos jogar com o Tupã, um time profissional, no campo do Cruzador da Ilha lá em Maracanã. Eles não quiseram vir para Alegria porque nosso campo era de Areia. Jogamos com todos os profissionais dele [do Tupã]. Foi um jogo que ficou pra história para nós, porque consegui unir. De lá do Cruzador eu botei 3 jogadores pra reforçar o nosso time e teve um intercâmbio com eles porque lá é uma guerra. Uma guerra entre os bairros Alegria e Maracanã

Luzinele: como isso se refletia no futebol?

Babaco: era uma rivalidade muito grande. Quando o time daqui ia jogar lá dava briga e quando o time de lá vinha jogar aqui dava briga. (Seu Babaco, morador de Alegria).

Ganhar o jogo é o objetivo a ser alcançado e, reiterando, ele só faz sentido seguindo os ditames da competição. Desviar-se dos altos e baixos, empreender uma boa defesa e ataque produzem fortes emoções tanto em quem joga quanto em quem está na torcida, pois o imponderável das manobras define o resultado da disputa. Os jogos entre o Alegria Futebol Clube e o Cruzador da Ilha expeliam faíscas porque significavam mais do que uma disputa futebolística. Eram confrontos entre comunidades que se viam de maneira socialmente desigual. Seus habitantes balizavam as diferenças no campo.

[...] **Babaco:** Apesar do Bumba Boi levar todo mundo pra lá pra Maracanã, ficava sempre aquela rixa de querer agredir um ao outro. Já existia isso no futebol e pra você trazer isso pra uma festa cultural como é o Bumba Boi... Maracanã resume isso aqui tudo num bairro só. As rixas não tinham motivo racial. Não era só isso. Era o efeito monetário e quando uma de lá se formou doutora, aqui já tinham vários.

Luzinele: Nesse contexto, digamos que o senhor e seu time fossem jogar com o Cruzador lá em Maracanã na sua juventude e acontecesse uma briga em campo. Como seria o jogo seguinte?

Babaco: Eles tinham que vir

Luzinele: Pra pagar a visita?

Babaco: Pagar a visita

Luzinele: E como vocês se encaravam?

Babaco: Se encaravam normal. “Não podemos perder o jogo. Fulano, tu marca não sei quem e tal. O jogo é duro. Está valendo!”. Não podia perder pra eles e eles não podiam perder pra gente. Tinha que ter o jogo. No começo, todo mundo chegava falando com todo mundo, mas quando a bola rolava acabava a amizade. Era só confusão

Luzinele: E tinham brigas violentas?

Babaco: Não. Esse negócio de faca e de tiro não. Era empurra, empurra, dedo no olho de um, mas esse negócio de dizer assim: “fulano pegou a faca”, não, não. Era

mais aquela discussão braba e brigavam de mão. Aqui era no murro. Não se chegava ao extremo. O juiz expulsava 2, 3, 4 jogadores para acalmar a história. Assim que era e assim que era no Tibiri, no Rio dos Cachorros, na Vila Maranhão. Isso era uma coisa normal. (Trecho de entrevista a Seu Babaco, morador de Alegria).

O Cruzador da Ilha, da mesma forma que o Alegria Futebol Clube em Alegria, é o time mais antigo de Maracanã. Seus veteranos atribuem sua fundação ao ano de 1937, por um grupo de jovens parentes. Então, tinham o time, mas faltava dar-lhe um nome. Ao passarem por uma encruzilhada voltando de uma festa, avistaram um despacho. Esse foi o assunto da noite seguinte, regada a bebida e muitas teorias sobre a origem do tal despacho. Aí, concordaram em como nomear o time. O narrador do acontecimento, Seu João Maracanã, fez questão de contá-lo a mim em um contexto de fala que remetia à espiritualidade afro-brasileira sua e de seus ascendentes. Percebi nas entrelinhas que ele estava mostrando que um time com esse nome não seria um adversário qualquer em campo. Seria um adversário dotado de grande habilidade e possibilidades de vitória, conquistando a admiração no meio futebolístico.

O hábito de recorrer às entidades de matriz africana sempre que se planeja empreender algo importante no nível pessoal e coletivo não é incomum na região de Maracanã. Foi dito no capítulo 1 que Humberto de Maracanã é considerado por seus conterrâneos um homem inspirado pelos orixás e que, portanto, isso conferiu grande estabilidade artística a si e ao Boi de Maracanã, lhe dando grande credibilidade. Seu João Maracanã, que na ocasião de nossa conversa na casa dele era presidente do time, asseverou que, na rivalidade com Alegria, o Cruzador se sobressaía por seus jogadores se situarem acima deles na dinâmica da disputa.

Hoje tenho 60 anos de idade. Jogo no Cruzador desde os 10 e comecei no Segundo Quadro. Na época, tinha uma rivalidade grande com o time de Alegria. Na escola rolava muita chateação com o pessoal de Alegria, mas não tinha briga. A gente era superior a eles (...)A gente saía daqui do Maracanã comendo manga por aí, chegava lá a gente jogava, ganhava, dava neles e vinha embora. Sempre tinha briga [risos]. Não tinha como não ter [risos].

Luzinele: Nas brigas dos times tinha essa coisa dos de Alegria não quererem se misturar com os de maracanã, um não entrar na área do outro?

João Maracanã: Era desse jeito, mas não a proibição da gente ir à Alegria e a de eles virem aqui. A gente gostava de jogar com eles porque a briga era boa. A discussão era ótima [risos]. Não tinha arma. Não tinha violência. Tinha a rivalidade do futebol. (João Maracanã, morador de Maracanã).

O Cruzador, não muito diferente do Alegria, foi administrado por gerações de homens aparentados (pais e filhos, primos, irmãos, sobrinhos e tios), e Seu João Maracanã aponta que, nos anos iniciais de sua fundação, o time se manteve graças às ocupações deles, que eram agricultores e pescadores. O pai de meu interlocutor, um dos antigos presidentes do time, foi

um sargento do exército que migrou de São Bento para São Luís, cursou o ensino médio e conseguiu dar uma vida razoável à família em comparação com outras de Maracanã. Ele comprou algumas terras, investiu no time e na educação dos filhos. Seu João Maracanã estudou nas escolas locais e iniciou um curso superior em engenharia, mas não chegou a concluir, o que não lhe impediu de ter uma ocupação estável no ramo da construção civil. Faz parte da diretoria do Reis do Alecrim, uma festa iniciada por sua avó materna, Íssa. Suas competências para negociar foram desenvolvidas enquanto crescia jogando bola e realizando festas. Hoje em dia, ajuda a financiar o Cruzador com seus próprios ganhos e com auxílios da secretaria de cultura do município.

A “rivalidade” não se deteve só ao Alegria, e este não rivalizou somente com o Cruzador. Times de Anajatuba, Maioba e Mata, áreas periféricas da ilha, foram densificando a rede de disputas futebolísticas conforme as equipes de futebol amador iam competindo entre si e galgando certo reconhecimento. Logo, a categoria rivalidade encerra uma analogia que vagueia entre escalas, camadas e contextos. Ela é tomada das relações de competição coletiva com um nível equilibrado de seriedade e brincadeira entre dois times, que representam dois bairros com atritos raciais históricos. Das relações de discriminação e hostilidade mútua, a rivalidade vai se tornando uma categoria inclusiva, denominando todas as ações de disputa entre times de futebol e também no âmbito das festas de Reis, como se verá mais adiante.

Os aspectos da seriedade e da brincadeira no futebol amador afluem para uma apropriação particular das relações de hostilidade racial mútua que, no dia a dia, fora do campo, se manifestavam em um contato face a face mais hesitante, desconfiado e até ressentido entre moradores de Alegria e de Maracanã. Dentro do campo, esses limites eram desestabilizados, propiciando paulatinas modificações no contato pelas aproximações intersubjetivas que o jogo e a pelada engendravam. Logo, a dinâmica de enfrentamento verbal e corporal que conclama os insultos e depreciações do outro tem algo de ludicamente dramático, configurando um tipo de performance (Turner, 2015), exprimindo determinados valores e diferenciações sociais locais em ressignificação a partir do diálogo que vai se estabelecendo com a expansão urbana.

Seja no campo do Alegria ou do Cruzador, o encontro entre os dois times rendia um estado de exaltação no qual se engajavam na mesma medida os torcedores. Lembro de Dona Denis, irmã de Seu Deco, recordar que gritar e torcer são a mesma coisa para quem está em volta de um campo e que as mulheres não se eximiam disso, participando da rivalidade. Insultavam assim como os homens. As torcidas esculhambavam, lançando deboches e apelidos bem excêntricos e afrontosos aos jogadores considerados sem talento do time para o

qual torciam e para os jogadores do time adversário. Inspirando-me em Toledo (no prelo), entendo que torcer e jogar não podem ser apartados dentro do fenômeno futebolístico, sendo que as trocas e intersecções simbólicas que se realizam entre uma e outra categoria são ativadas pela qualidade sensível do olhar. Este objetiva e subjetiva os embates corporais ao qualificar os desempenhos e as qualidades do jogar, que, por sua vez, movimentam a fruição torcedora. Os apelidos dos jogadores veteranos de Alegria e de Maracanã evidenciam atributos socialmente observáveis e contextualmente fluídos na dialética esportiva.

[...] a família torcia, gritava: “oh, filho da puta!”. Surgia tanto apelido. Eu fui o cara que teve mais apelido por aqui (Caniço, Caveira, Cobra Cipó, Agulha, Quilo e Meio). Quando eu jogava lá [em Maracanã] eu chegava junto, bicando pra tudo que é lado. Mas tudo era resolvido no campo. Quando a gente saía de lá, saía falando com todo mundo [...] Zequinha era meu apelido de casa, mas no campo era: ei, Porra, Sacana, Agulha e tal!”. (Seu Zagalo, morador de Alegria).

A linguagem verbal afrontosa e, muitas vezes, os enfrentamentos punho a punho em campo (expressão corporal) compõem a forma como a colérica diversão é mediada. As peladas são as ocasiões que mais dão vazão ao traquejo não lisonjeiro do futebol amador, segundo meus veteranos interlocutores. A troca de insultos, palavrões e embates corpo a corpo (em situações extremas) compreendia a gramática da rivalidade. Nos campeonatos pela federação, as regras de conduta imperavam, levando a punições para os times que as infringissem. Como até os anos de 1980 as peladas eram praticamente diárias na região de Maracanã, acompanhando o ritmo de trabalho informal, nocivo nas pedreiras e parcamente remunerado da maioria da população que se desdobrava nos diferentes expedientes, o tempo-espaço da improvisação nessas práticas tinha outro escopo e preponderância.

Tempo-espaço é um conceito que se refere a experiências diferenciadas de fluxos, interconexões e extensão geográfica das relações sociais vivenciadas pelas pessoas conforme especificidades socioculturais. Massey (2000), ao refletir sobre tempo-espaço, procura desvincular a ideia de lugar de um sentido linear ou unificado de tempo, trajetória e mobilidade espacial. A multiplicidade de práticas em deslocamento e sem um fim predeterminado confronta a concepção de que as nossas vivências de espaço sejam influenciadas somente pelas forças do capital. Falo de tempo-espaço da improvisação das práticas futebolísticas na região de Maracanã, referindo-me à amplitude inventiva que delinea os fluxos comunicativos nas atividades de diversão e lazer em relação a um quadro de precarização do trabalho e das relações socioambientais.

Todos os veteranos ouvidos associam a recorrente opção por armamentos à eclosão da violência que, hoje em dia, observam no cotidiano da cidade. Nas entrelinhas, está uma visão da violência enquanto clímax de comportamentos apressados e totalitários, que não deixam espaço ou põem em instância remota técnicas alternativas de diálogo e negociação das diferenças. Quando Seu Zagalo diz que “antigamente a briga era bonita porque não tinha arma”, fica claro que a violência não é uma “briga bonita” porque contém o ápice mais temido de uma contenda. Na violência, a vida enquanto existência física dos sujeitos e, com ela, a impossibilidade de travar novas negociações politicamente equilibradas pela linguagem do embaraço, é posta em xeque. A inviabilidade da relação, inspirando-me em Veena Das (2020; 2011), é o desfecho mais temido. A rivalidade é a política da interação provocativa que cria uma convivialidade pacífica na mistura dos diferentes.

3.5 FAZER FESTA TAMBÉM PROVOCA RIVALIDADE

No campo de pesquisa, rivalidade não é uma categoria exclusiva das competições futebolísticas. Salientei mais acima que futebol e festa compartilham símbolos, feitura e uma relacionalidade agonística. Um ano antes da fundação do Cruzador da Ilha, teve início a Festa de Reis do Alecrim em Maracanã. Consta na memória oral que a hostilidade étnica teria sido seu propulsor, pois, durante algum tempo, os moradores de Maracanã e os de Alegria frequentavam as mesmas festividades por ocasião do Dia de Reis no Ambude (rua Menino Jesus). O tratamento discriminatório por parte de moradores de Alegria em relação aos de Maracanã, no transcorrer das suas festas, teria provocado comoção na localidade.

A razão da minha mãe fazer essa Festa de Reis aqui no Maracanã, é porque nós íamos para a Festa de Reis no Ambude e nós éramos muito humilhadas. Nesse ano que começou, foi todo mundo à paisana. Aí se dançou, se brincou com batucada, véspera e dia de Reis. Aí quando foi o dia de Reis tiraram o rei e a rainha para o ano [para o ano seguinte] [...] aí quando foi no outro ano, já estava todo mundo pronto com vestido verde claro e a faixa verde escuro e os meninos já estavam vestidos de reis e rainhas. Aí ela [a mãe] começou a falar com Leocádio do Porto Grande. Depois foi João Gualberto da Vila Maranhão. Eles eram músicos de violino e traziam o conjunto deles e aí tocavam até de manhã. Era violino, pandeiro, banjo, violão [...] (Nonoca *apud* Costa, 1998, p. 19).

Nesse sentido, a Festa de Reis do Alecrim é percebida localmente como uma resposta coletiva aos insultos recebidos nas festas do Ambude em Alegria. A declaração feita no trecho da entrevista acima é da filha da primeira realizadora do evento (dona da festa), Íssa ou tia Íssa. Note que a entrevistada usa a expressão “nós éramos muito humilhadas”, denotando uma

posição de gênero ao avaliar o insulto recebido, motivo do posicionamento concreto dessas mulheres na liderança da iniciativa de uma festa de Reis para Maracanã. Dona Marlene Pereira, a primeira moradora de Maracanã que aceitou conversar comigo depois de sermos apresentadas durante um Tambor de Crioula na Casa de Nêga (descrito no capítulo introdutório), afirma que as moças de sua localidade, ao chegarem nas festas do Ambude, eram avistadas e taxadas: “lá vêm as pretas de Maracanã”. Ser chamadas de pretas é interpretado como ofensa grave, um modo de inferiorização.

Na rivalidade entre localidades, como um princípio motivador da festa, se insinua todo um empenho pessoal e coletivo para torná-la fulgurante perante a festa vizinha que infligiu hostilidade e que, portanto, poderá ser eclipsada. Todo o esforço material e espiritual, tendo em mente as bênçãos do santo, movimenta um aparato agonístico de reciprocidade que lembra o assinalado por Mauss (2003).

Um imaginário de rivalidades alimentadas por querelas raciais torna inteligíveis posicionamentos nativos obtidos por terceiros no campo. Tomo a experiência narrada por minha amiga Ju, que, já morando no sítio que a instituição beneficente da qual faz parte comprou, chegou a travar conversas com um vizinho, um senhor negro e idoso morador do 21. Ela me contou que ele a deixava desconfortável e chateada ao chamá-la de branca. “A senhora é uma branca. Sim, a senhora é uma branca”. Ju o retificava, dizendo ser negra como ele. “Lu, aquilo me incomodou muito”, ela me disse.

O fato de Ju ser membro coordenador de uma instituição que lida com recursos econômicos e sociais na promoção de atividades de capacitação de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade a coloca numa determinada classificação étnico-racial, na visão de seu vizinho, apesar de ela ser negra e se autoidentificar assim. Tal visão coincide com o ponto de vista expresso nos parágrafos acima por Seu Babaco, quando comenta que as rixas entre as comunidades têm um viés econômico-racial. A distinção com base racial se combinou processualmente aos aspectos de ordem socioeconômica.

A realização da Festa de Reis do Alecrim foi incorporando elementos importantes das demais festas, segundo contam, e, nessa relação de disputa mimética chefiada, em grande parte, por mulheres, não bastaria incorporar elementos já vivenciados nas festas vizinhas. Precisaria fazer o dobro do que é feito nas outras. As “donas” das festas investem tudo que está disponível para o protagonismo da festa, mesmo tendo uma condição financeira mais limitada: música, indumentária, orações, decoração do ambiente, comidas e bebidas. Tudo que tem nos reisados de Alegria tem no de Maracanã, só que, neste último, tudo é mais luxuoso, abundante e com muito mais gente envolvida na preparação prévia e ao longo de sua

realização. Cantam as mesmas músicas natalinas (com poucas alterações na letra) e rezam a mesma ladainha em latim por um período de dias mais prolongado.

O embate corpo a corpo e este com a bola parecem ser determinantes para a rivalidade no futebol. No que toca à festa, a rivalidade emerge das composições mais sutis do corpo com materialidades e símbolos diversos. Rivaliza-se quando se consegue jogar a favor de seu Reis, usando cores, indumentária, adereços, objetos e cantos. A Secretaria Municipal de Cultura tem reunido os reisados da capital para apresentações e cortejo no centro histórico no mês de janeiro. Em 2020, presenciei parte da preparação dos Reis das Nuvens e do Reis da Sempre Viva para esse evento. Lembro que a maior preocupação das integrantes dos cordões era dar expressividade ao seu grupo perante os demais. Um dos cordões estava bastante desfalcado em termos de participantes e recursos financeiros para investimento nas roupas e adereços. Lembro de ouvir de uma integrante que “nosso Reis anda bastante apagado. Somos poucas para ir para o centro. A vestimenta é sem graça, a mesma do ano passado, e como vamos formar um coro bonito lá?”.

Retornando à questão racial, o fervor religioso católico, constituído por referências multireligiosas, e a afeição interpessoal circunscrevem todos os investimentos e os dispêndios que lhes configuram. Seria simplista concluir que a festa existe e se perpetua por uma rixa racial. Não obstante, ela tenha emergido num contexto histórico de produção de uma narrativa coletiva agressiva de avaliação de si e do outro, e a entendo como linguagem expressiva da diferença, ela é tributo a um santo no qual gerações de parentes depositam sua fé em forma de oferendas. Penso que a dimensão mais agonística da festa em questão acaba se combinando à disposição religiosa e à economia de emoções e sentimentos, criando e adensando significados e vínculos pré-existentes. Os atritos não têm impedido que moradores de Maracanã, ligados afetivamente aos realizadores dos reisados em Ambude, oferecessem seus filhos como “reis” e “rainhas” dessas festas. Por outro lado, Alegria chegou a alimentar suas próprias e pequenas rivalidades internas em relação a festas.

Num diálogo animado na cozinha neste feriado da Semana Santa, ouvi as irmãs Ferraz tecerem comentários sobre a vizinhança num momento em que falávamos das mudanças na forma como as pessoas se relacionam durante a Páscoa nas áreas rurais.

Lurdinha: Antigamente, aqui o povo não podia se misturar. Tinha muita rivalidade. Quem frequentava o Reis das Nuvens não frequentava o Reis da Sempre Viva e os dois reis rivalizavam.

Deca: Nessa época, a gente aqui de casa [ela e as irmãs] não saía muito e a gente ficava aqui na rua mesmo. Ia só para as festas daqui quando papai deixava, mas quando dava 10h da noite ele chamava a gente de volta (risos).

Luzinele: (risos) Imagino que ele chamava vocês no melhor horário da festa.

Deca: Mas tinha o vespéral e agente dançava mesmo sem par.

Lurdinha: Nessa época, os Reis do Ambude rivalizavam um com o outro e eles rivalizavam com Maracanã. A rivalidade entre os Reis daqui da rua só diminuiu na época de Dona Matilde e também foi quando eu, Silvinha e Deca ficamos mais entendidas e passamos nos misturar mais e incentivar que eles se misturassem. (Trecho de anotações em diário de campo).

Os Reis situados em áreas próximas e numa mesma rua travariam uma disputa pelas atenções do público. Como esse tipo de festa é o extraordinário incidindo no ordinário, a rivalidade entre os Reis de Alegria se realiza nas sutilezas e pequenas atitudes lesivas entre os pares que, embora possam atrair um ao outro naquela ocasião específica de festa, não rompem as solidariedades vicinais e o equilíbrio frágil das relações de vizinhança no dia a dia. Seu Jadiel, que, desde o casamento com Dona Rosa Bernardes, tem se engajado com ela nos preparativos do Reis da Sempre Viva, explica como a rivalidade costumava acontecer.

Eles lá de baixo botavam obstáculo na estrada para impedir os carros e as pessoas de passarem pra cá. Aí o pessoal acabava ficando por lá. Uma vez o fio de eletricidade amanheceu cortado e essa parte da rua ficou sem luz no dia da festa. Rosa até já chegou a encontrar pimenta malagueta no barracão. Nesse dia teve briga aqui. Dizem que espalhar pimenta malagueta com os pés traz briga e confusão. Não sabemos quem colocou. Sei que nesse dia teve briga. (Trecho de anotação em diário de campo).

Dona Rosa, Seu Jadiel e alguns de seus vizinhos atribuem ao Reis da Sempre Viva um desempenho melhor, atraindo mais gente, motivo das suspeitas de hostilidade do Reis das Nuvens. Porém, há quem diga que o Reis das Nuvens já foi um sucesso. O desempenho melhor vem com o dispêndio e o ano em que Colega “pegava a coroa”, ou seja, tomava para si a responsabilidade pelos gastos financeiros do Reis da Sempre Viva; era um ano em que ela se sobressaía ainda mais em relação ao Reis vizinho. Seu Deco conta que o comerciante tinha boas relações com dona Joana e, quando realizava a festa, trazia uma famosa orquestra da cidade de Rosário. No plano dos divertimentos, a competição vai tensionando o mundo lúdico-religioso, reverberando para além dele.

As ações de Colega, por ele ter múltiplas posições no espaço social (comerciante, dono de time, festeiro ocasional), acabam fomentando rivalidades na festa e no futebol, transitando entre elas. O ethos empreendedor se combinou com a disposição religiosa local para o dispêndio de recursos, o que, à primeira vista, parece uma postura incoerente com a racionalidade do lucro capitalista. Porém, Colega faz parte do seu meio sociocultural, compartilha de seus valores, códigos e afetividades; entre eles está a devoção religiosa aos santos, graças aos quais a vida é vivida. “Pegar uma coroa” de Reis significa assumir comprometimento material e espiritual temporário com o pagamento de uma promessa ao

santo ou corresponder às solicitações de quem é dono da festa. Nos dois casos, se contrai uma dívida. Logo, o dispêndio ocasional feito por Colega na Festa de Reis da Sempre Viva, que acaba por agradar seus conterrâneos e atrair notabilidade social, encontra nesses elementos todo sentido.

Creio que essa combinação da postura empreendedora com a religiosa desse sujeito mostra não somente sua habilidade em transitar em mundos sociais contíguos, mas mais do que isso, mostra sua capacidade em correlacionar significados, criando diferenças (Wagner, 2017). Isso pode explicar o modo como era visto pelos demais habitantes da região de Maracanã, já que, no cotidiano, fora do universo da festa e do futebol, a atitude do comerciante para com o dinheiro era a de reter seus ganhos e investi-los em retornos financeiros, e não de despendê-los nas reciprocidades que concernem à lógica do dom. Portanto, Colega encerra uma ambivalência, daí associar seu crescimento financeiro a um pacto com o diabo. A estranheza está no uso do dinheiro.

Voltando a Seu Jadiel, não há acusações bem direcionadas por parte dele; ou seja, nomes não são apontados, e sim fatos e como estes são interpretados. A Rua Menino Jesus é bem sinuosa e cheia de desníveis. O local onde se encontra o barracão do Reis da Sempre Viva fica em um dos pontos mais elevados, quase no fim do seu trajeto. Daí as expressões “o Reis lá de cima” e “o Reis lá de baixo”, ou, de maneira mais genérica, “eles lá de cima” e “eles lá de baixo”, tornando a acusação mais indireta.

A ocorrência de brigas e confusões abruptas, seguidas de achados inesperados (a pimenta malagueta) no ambiente da festa, desperta a desconfiança quanto às possíveis maquinações de vizinhos mal-intencionados. Porém, tais feitos também demonstram, na visão dos que realizam e participam das festas, que elas são boas. Seus “donos” recebem bem as pessoas que ali se achegam. A malagueta, por ser um fruto picante, é associada a emoções fortes como raiva, irritação e impaciência. Introduzir o fruto num ambiente de festa, permitindo que ele fosse esmagado e espalhado pelo espaço ao ser pisoteado pelas pessoas, estimularia nelas essas emoções e, conseqüentemente, as brigas, que prejudicariam o andamento da festa.

Roy Wagner argumenta que a cultura é um universo aberto, fechado sempre em estado de mudança, e que modos de pensamento e ação diferenciadores são inerentes às formações sociais humanas. “A convencionalização e particularização linguísticas estão completa e invariavelmente incorporadas na motivação e invenção humanas, pois a linguagem, tanto quanto a cultura, não pode existir fora das situações emocionais e criativas da vida humana” (Wagner, 2017, p. 162). A convencionalização é um controle coletivizante e a particularização

é a mobilização de constructos figurativos, ou seja, metáforas que incidem no fluxo inventivo da ação e da representação, estendendo significados.

Com essa ideia em mente, concebo que a rivalidade traz para um mesmo campo imagético as relações dos sujeitos em diferentes práticas de engajamento espacial e intersubjetivo: o da religiosidade e o da disputa futebolística. O recurso que viabiliza a correlação de práticas é a analogia dos elementos que compõem as relações dos sujeitos nesses planos. As Festas de Reis, assim como os jogos de futebol amador, são práticas sociais que têm como base o estar junto e a agregação permanente. Isso produz identificações nos sujeitos, tanto no nível individual quanto coletivo. Um Reis e um time são realidades lúdicas e partes daqueles que os realizam. Todos os dispêndios em termos materiais, físicos e emocionais são para o engrandecimento de uma realidade, eu diria, personificada. A adoção de cores, indumentárias e objetos específicos vai nessa direção. Sendo assim, essas práticas estimulam as atenções públicas e necessitam de atenções públicas constantes, por isso acabam envolvendo algum grau de disputa, seja em quem delas participa, seja em quem as organiza.

A realidade pode sofrer mudança de motivações, afetando formas de agir e de pensar. Em janeiro de 2020, um pouco antes de a pandemia de Covid-19 ser deflagrada, aconteceram as Festas de Reis em Alegria e em Maracaná. Acompanhei as primeiras de perto por morar na mesma rua. Naquele ano, Kallel, o filho de Silvinha Ferraz, foi rei. Sua mãe e Deca já haviam me dito que, para dirimir a rivalidade entre essas festas, há tempos vinham desenvolvendo algumas ações para que elas se aproximassem e se unissem, participando dos rituais uma da outra. Com esse fim e mediante os pedidos das donas das Festas de Reis, Silvinha prometeu, um ano antes, a elas que, em 2020, seu filho seria rei na Festa do Reis da Sempre Viva e, no ano seguinte, ele exerceria o mesmo papel no Reis das Nuvens, demonstrando assim a não distinção entre as festas, equalizando-as ao lhes despender as mesmas atenções.

É praxe as famílias das crianças e jovens coroados se envolverem financeiramente, planejarem e executarem ações que envolvam o desenrolar do evento. Silvinha e os Bernardes realizaram sorteios meses antes e conseguiram patrocínios para suprir os gastos necessários. Foi combinado, nesse meio tempo, entre a festeira e as donas dos Reis, que estes se visitariam durante o evento para compartilharem o ritual em volta do presépio, cada cordão trajado em suas cores específicas: azul para o Reis das Nuvens e amarelo para o da Sempre Viva. A programação é realizada durante, ao menos, dois dias. Ficou acertado que o Reis da Sempre Viva visitaria o vizinho num dia e, no seguinte, o Reis das Nuvens “pagaria a visita”.

No dia sete daquele mês, uma forte chuva alagou a rua de terra e piçarra. Ela ficou quase intrafegável para carros e pedestres e, no final da tarde, a chuva voltou a precipitar-se

impiedosa, atrasando ainda mais a programação da Festa do Reis da Sempre Viva, que já contava com mais imprevistos. Quando o cordão⁴³ do Reis das Nuvens chegou à sede do Reis vizinho, ele ainda não estava pronto para recebê-lo. Teve que esperar dentro do carro e na chuva o momento indicado na execução do ritual. A demora prolongada provocou um mal-estar crescente no cordão do Reis das Nuvens, com seus componentes se sentindo ofendidos e rejeitados. Quando, por fim, foram chamados a se apresentarem à capela anexa ao barracão, em meio à execução da ladainha, ficou claro para muitos dos presentes que o clima estava tenso. Silvinha e Dona Rosa pediram desculpas publicamente ao Reis visitante. Isso apaziguou os ânimos e, conforme os cordões foram trocando saudações através das músicas natalinas diante do presépio, o mal-estar foi declinando.

Se em campo e na realização das festividades as diferenças sociais eram balizadas e niveladas, lá também se construía um saber fazer recíproco de como se relacionar fora daqueles ambientes. A vicinalidade interpõe interações não amistosas, banalizadas no dia a dia, fazendo com que passem despercebidas ao primeiro olhar. Vivendo um ano em Alegria, não presenciei e pouco ouvi falar de brigas sérias (agressões físicas) entre vizinhos. Corriqueiramente, o que se mostrou notável é o formato jocoso, provocador e censurador das relações vicinais locais. Adentrar os limites do sítio do vizinho e pegar qualquer item deste sem pedir licença, sobretudo se for juçara, ou permitir que seus animais cometam desordem em quintais alheios são comportamentos que tornam mal vistos seus praticantes. Isso suscita impasses não solucionados pelo confronto à mão armada. Numa proporção mínima, as contendas assumem reprovações mais privadas e subentendidas e, em gradação máxima, se revestem de trocas verbais acusatórias, raras vezes se desdobrando em agressões punho a punho.

Hoje mais uma vez dona Maria Ferraz demonstrou aborrecimento com a constante presença de cães da casa de Fátima [vizinha que mora em frente, do outro lado da rua]. Ela passou de um lado para o outro, da cozinha em direção à garagem e depois voltou com o semblante nitidamente chateado. Eu, tomando um café sentada à mesa da cozinha um pouco antes do meio-dia, perguntei o que tinha havido.

Dona Maria: de novo os cachorros de Fátima pularam o peitoril da garagem de noite e fizeram aquela sujeira lá. Fico zangada, Luzinele, porque o povo não tem consideração. Tudo que é bicho de vizinho vem atentar aqui. Outro dia, Pipoca [a cadela] saiu puxando um lençol do varal. [naquele momento, Silvana, a filha que mora em outra casa dentro do mesmo sítio, entra pela porta da cozinha e ouve a reclamação]

Silvana: Eles querem ter cachorro, mas não se preocupam em cuidar. Deixam para os vizinhos. Os netos vêm, fazem barulho na casa alheia...

Luzinele: E por que não reclamar para Fátima sobre isso?

Dona Maria: Já falei pra ela, mas ela nem ligou. (Trecho de anotações em diário de campo).

⁴³ Grupo de mulheres trajadas com indumentária padronizada e de cor vibrante que cantam e dançam diante do presépio juntamente com as crianças ou adolescentes caracterizados de rei e rainha.

Dona Maria protestou à Fátima menos vezes do que as ocasiões em que os cachorros fizeram traquinagem e ela se irritou; todavia, com muita delicadeza, quase soltando um riso ao dizer: “Olha, quero um lençol novo. Tua cachorra estragou o meu.” Reclamar à vizinha de longa data acerca de um incômodo corriqueiro não é tão simples quanto parece. A família de Fátima, que reside há décadas na casa que um dia foi do tio de Justino, marido dela, sempre cultivou apreço por Dona Mundoca (sogra de Dona Maria), dividindo atenção constante e produtos da roça; e essa atenção era recíproca. Afinal, a antiga matriarca solicitava favores remunerados a membros da família, que ajudavam na preparação das festas de terreiro, realizavam pequenas tarefas domésticas e eram auxiliados espiritualmente pela mãe de santo. Toda a deferência mútua foi atualizada no laço desenvolvido com Zuíla, mãe de santo e neta de Dona Mundoca. Múltiplos motivos ligam esses ambientes domésticos e seus habitantes. Reclamar da bagunça de cães poderia soar como ofensa a essa vida em comum.

A própria Dona Mundoca tratava com delicadeza potenciais motivos para bate-boca com qualquer um da vizinhança; porém, privadamente, fazia questão de expressar aborrecimentos quanto a pessoas próximas. Em outra ocasião de incômodo com os cães da vizinha, Lurdinha mencionou e foi assentida pelas irmãs presentes na cozinha que brigas com Fátima e seus parentes são evitadas. “A família de Fátima sempre foi briguenta. Papai não era de confusão, mas um dia, quando Luís [irmão de Lurdinha] era criança, o filho de dona Zeneide [Zeneide é tia do marido de Fátima] quis bater nele. Papai falou pra ele e não deu certo. Ele quis ir em cima de papai, e papai sempre foi tranquilo.” À linguagem agressiva com que os Ferraz entendem que a família de Fátima lida com desavenças, eles confrontam usando uma linguagem verbal e corpórea mais indireta de abordagem do aborrecimento, além de expressar o descontentamento para si mesmos. Assim, aliviam a tensão ao fustigá-la verbalmente.

Nem sempre os desentendimentos assumem um formato tão cauteloso entre vizinhos, que são também co-participantes das diversões mais “tradicionais” da região; entre elas estão o futebol e a Festa de Reis. O pai de Cristiane, que é amiga de Silvinha e de Deca, com frequência troca xingamentos com vizinhos na rua. Já o vi algumas vezes andando exasperado pela Menino Jesus. Sua filha acredita que, mesmo com a sensação de insegurança crescendo nos últimos anos, ali as pessoas sabem o que esperar umas das outras porque se conhecem, ou seja, são parte de grupos familiares historicamente afetados uns pelos outros nas relações cotidianas. “Ele briga com todo mundo, ainda mais quando bebe. Ele anda por aquela rua brigando com todo mundo. Acho que só não acontece algo ruim porque ele é conhecido. Se

alguém for reagir, a gente vai ter que se meter, mas a gente sabe que ele é muito errado,” comenta a filha.

Os relacionamentos vicinais estão sujeitos a ambivalências que se projetam nas conexões entre habitantes intra-bairro e na forma como este é avaliado por seus habitantes perante a cidade. As relações sociais em bairros com intensa pessoalidade são geridas num equilíbrio instável em que solidariedade e conflito são faces intercambiáveis de uma mesma moeda. Elementos observados no que toca à vicinalidade na região de Maracanã podem ser comparados com os achados de pesquisa de Márquez (2014) e Koury (2014). O primeiro trata do vínculo existente entre participação numa rede vicinal e segurança patrimonial em um bairro da periferia de Salvador. Em seu campo, a reciprocidade entre vizinhos tem um peso importante na sobrevivência local e segurança da posse de um imóvel; porém, isso depende de o morador conseguir manter uma boa relação com os vizinhos, que influenciará na aquisição de um estatuto pessoal particular. No processo, vão se desenvolvendo redes entre vizinhos que, geralmente, moram na mesma rua. Os moradores inseridos numa rede não dialogam para além de suas fronteiras, e seus eixos não são relações familiares, e sim lideranças concretas, pessoas que têm acesso a determinados recursos e contatos e mobilizam as redes em momento oportuno.

Koury (2014) analisa elementos de pessoalidade em um bairro periférico de João Pessoa que tem dois nomes (Varjão e Rangel) para entender os processos de justificação e acusação que dão suporte a novas formas de solidariedade e conflito. Há investimentos de gratidão e confiança presentes na configuração das relações sociais do cotidiano, em tensão com a dimensão microssociológica das emoções, sendo o medo do estigma social da violência uma delas. Enquanto moradores do bairro, os informantes de Koury utilizam os nomes Varjão e Rangel conforme queiram se preservar da contaminação do lado temido e considerado violento pela cidade, isto é, o Varjão. Então, no cotidiano, esse sentimento ambivalente de pertença ao bairro, e aos lugares dentro dele, repercute em seus laços comunitários e pessoalizados. Assim, o receio do outro acaba motivando uma proximidade moderada, pondo limites na convivência entre vizinhos a fim de não causar e sofrer aborrecimentos e não perder os benefícios da reciprocidade.

As semelhanças dos resultados apresentados nesses estudos com o que vivenciei em campo são o conteúdo bastante pessoalizado das relações vicinais e as tentativas, no plano da prática e da narrativa dos habitantes mais antigos, em criar distinções em relação ao outro, que são os recém-chegados habitantes dos conjuntos habitacionais. Porém, indo um pouco além do vivenciado no Rangel/Varjão, analisado por Koury, os habitantes de Maracanã, Alegria e

Vila Mochel não elevam barreiras simbólicas internamente a seus bairros, tendo como ponto de partida o estigma da violência urbana ou o medo dela. O sentimento de pertencimento local não é ambivalente. O que se evidencia é um ambíguo descontentamento com as implicações socioambientais e culturais da expansão urbana, pois, ao mesmo tempo, se celebra e se luta pela aproximação de serviços e benesses que a cidade pode oferecer.

Os meandros das relações de reciprocidades vicinais nesse contexto são muito mais entranhados nas formações familiares do que aqueles apresentados no estudo de Márquez. As relações vicinais, com esse conteúdo, concretamente criam espaços de sociabilidade (que o diga o futebol amador e as festas religiosas) que são identificadores da região, na visão desses habitantes. Além do que, os agrupamentos parentais e afetivos não possuem limites bem definidos; apesar do uso corrente de sobrenomes de família, fora dos núcleos e grupos familiares, as pessoas se conhecem, interagem e negociam.

3.6 A RIVALIDADE PERANTE A VIOLÊNCIA

Processos migratórios para a região de Maracanã e o crescimento da mobilidade espacial dos habitantes provenientes desses grupos familiares entre regiões da ilha, do estado e do país nuançaram o estranhamento e a elevação de fronteiras entre as comunidades de Alegria e de Maracanã. O crescente nível de escolarização e a busca por estabilidade financeira e profissionalização geraram mudanças nos engajamentos futebolísticos, que se articularam e repercutiram nas relações interpessoais. Além do que, nesse movimento, a infraestrutura dos campos foi sendo alterada para se aproximar daquela do futebol profissional.

Tanto o Cruzador da Ilha quanto o Alegria Futebol Clube tiveram jogadores que migraram temporariamente para outros estados, principalmente para o Sudeste, em busca de emprego. Ao voltarem para suas comunidades, puseram em prática transformações materiais nos campos e, para manter a estrutura, os times foram alugando esses espaços a preços cada vez menos vantajosos para times mais peladeiros, que foram sendo pressionados pela crescente implementação de empreendimentos industriais e imobiliários na região de Maracanã. Campos situados em terrenos de terceiros foram desativados para dar espaço a novas construções. Esse é o caso do Baluarte, campo de peladas do Estrela, que foi eliminado para a construção do Residencial Santo Antônio. Seu Jadiel afirma que o custo de vida impossibilitou a continuidade do seu time.

Ficamos sem campo. Lá no São Miguel ajeitaram lá [mudaram a infraestrutura] e tem que pagar 100 reais pra jogar. Na hora da vaquinha com a nêgada, pega 5 de um e 5 de outro e nunca dar 150. Se vai comprar equipagem, a pessoa que tá organizando por trás, vai entrando no cano e ficou muito caro manter um time por conta do campo. O campo virou meio de sobrevivência dos caras. Recebem muito dinheiro nos jogos em fim de semana.

Seu João Maracanã e Seu Babaco, veteranos do Cruzador e do Alegria, respectivamente, tiveram experiências parecidas como conterrâneos que saíram do Maranhão à procura de melhoria de vida, tiveram contato com outros times de futebol amador lá fora e voltaram com muitas ideias para implementar, como gramar os campos, pôr traves metálicas com redes em fio de *nylon*, arquibancadas e iluminação. A própria prática do futebol amador mudou juntamente com os campos. O apelo ao condicionamento técnico e físico foi dirimindo a brincadeira e a improvisação, ethos constitutivo das peladas.

Houve mudança com minha chegada do Rio de Janeiro. Me veio a ideia de gramar o campo e trazer melhorias e através de amigos fui buscando essas melhorias. [...] na areia era muito ruim jogar com chuteira, mas eu, através de amizades convoquei todos os jogadores e parti pra gramar o campo e conseguimos chegar onde já chegamos e tem até luz. Jogar num campo gramado você se machuca menos. No campo de areia você torce o tornozelo e vários outros fatores. Aí eu implementei o que? As ordens, as diretrizes. Jogar calçado, equipado, acabar com a pelada. “Vamos fazer jogo”. Entendeu? Aí veio tudo isso.

A crescente mistura dentro das equipes principais do Cruzador e do Alegria de moradores de Maracanã e de Alegria ocorreu no bojo dessas mudanças nas três últimas décadas. Atritos étnico-raciais foram deixando de ser propulsores importantes da rivalidade na região, segundo esses veteranos, que se assustam com o tipo de agressividade que têm observado dentro dos campos. “Hoje é diferente. É raro ter esse tipo de coisa que existia antes. Há mais ou menos 2 anos, fui jogar lá no Tibiri com esse nosso time e lá no Tibiri o cara arrumou uma confusão danada, falou até que ia buscar a arma” (Seu Babaco. Alegria). Seu Jadiel, que, no período em que frequentei sua casa, já não jogava bola desde o fim do Estrela, mencionou ter ouvido de amigos que a violência na ilha tem limitado o futebol.

Seu Jadiel: Dizem que numa tal de Vila Samara o caboco pergunta de qual facção o outro cara é pra poder jogar

Luzinele: E se não for de determinada facção não joga?

Seu Jadiel: não joga. Teve um cara que no ano passado morreu porque reconheceram ele

Luzinele: Ele era de outra facção?

Seu Jadiel: Era. Mataram o cara no campo.

Rivalidade e violência colidem no ponto de vista das pessoas com quem trabalhei porque elas supõem modos distintos de engajamento entre os habitantes em relação aos ambientes habitados. As interações socioespaciais são territorializadas continuamente por uma série de fatores já argumentados. Os arranjos causados ou levados a efeito pelo mundo do crime tocam os moradores mais antigos, que são afetados pelo medo em sua faceta absolutizante. A expectativa de não poder movimentar-se pelos lugares passa a assustar e, como foi exposto, as relações de rivalidade supõem a criação de múltiplas oportunidades singulares de deslocamento dos sujeitos por lugares e relações.

A rivalidade é uma política de negociação afrontosa, com diferentes graus de nitidez para os envolvidos, sem apelo ao apagamento ou aniquilamento do outro. Mesmo que os atritos e disputas envolvendo as Festas de Reis propiciem fronteiras simbólicas, os deslocamentos ambientais nas relações interpessoais são característicos da contínua afirmação dos diferentes no processo de redefinição de fronteiras. Afinal, asseverar que uma festa é melhor que a outra supõe que quem está comparando precisou ir às diferentes festas, participar, interagir e se divertir com aqueles que estavam lá para tecer uma avaliação. As injunções vão acompanhando a criação de conexões afetivas entre pessoas e grupos familiares que, ao se corresponderem, transformam a rivalidade na sua concretude e significado.

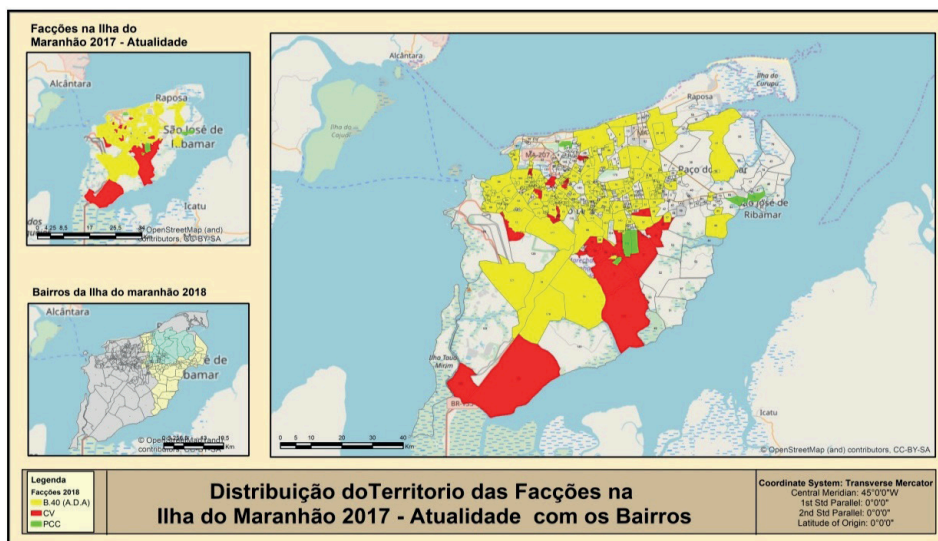
O avanço de coletivos criminais conhecidos como “facções” vem se consolidando no Maranhão desde a última década. Esses coletivos são marcados pelas influências recebidas das organizações pioneiras que se estabeleceram no Rio de Janeiro e em São Paulo, que são o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC)⁴⁴. Silva (2020) assinala que as facções exercem domínio tanto no sistema carcerário maranhense como em um vasto leque de bairros da periferia de São Luís. Além disso, conforme o mesmo autor, as hostilidades internas ao mundo do crime entre presos do interior e da capital, dentro dos presídios do estado — principalmente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas — vão gerar duas instituições opostas: o Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e o Bonde dos 40 Ladrões (B.40). A dinâmica faccional produz suas próprias divisões e alianças dentro do estado e fora dele e, ao longo do tempo, isso resultou no fortalecimento do B.40 e na emergência local do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC).

⁴⁴ Biondi (2010; 2014) em sua pesquisa com ênfase etnográfica se dedicou às micropolíticas que estão na base da produção do PCC e que se dão nas prisões e periferias de São Paulo. A autora colheu diferentes versões para a origem desse coletivo, numa delas ele teria surgido em agosto de 1993 por ocasião de um jogo de futebol entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando da Capital, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, que é considerada uma das mais rígidas instituições carcerárias do país. A briga entre as equipes resultou na morte de dois integrantes do Comando Caipira. Para se protegerem dos castigos da equipe de funcionários da instituição, teriam concordado em revidar os maus tratos que pudessem sofrer qualquer de seus integrantes e aliados.

De modo que o conflito faccional na ilha tem se manifestado entre a periferia antiga (especialmente em bairros próximos ao centro antigo), onde predomina o B.40, e a periferia mais recente, formada a partir da segunda metade dos anos 1990. Nela atuam o CV e o PCC. Os bairros Maracanã e Alegria, apesar de distantes do centro antigo de São Luís, são regiões de ocupação bem antiga, o que, segundo Silva (2020), explica a predominância do B.40. A distribuição territorial da presença das facções no ano de 2017 se encontra catalogada no mapa da página 110. A porção em amarelo, mais ao sul da ilha, é a região onde se localizam os bairros de Alegria, Maracanã e Vila Mochel.

As “facções” possuem regimes normativos próprios e uma “estrutura de sentimento” calcada em uma sensibilidade violentamente disruptiva de choque contra inimigos que impeçam ou ponham obstáculos à afirmação de seu poderio. A estrutura de sentimento — conceito mobilizado por Silva (2020) a partir de Raymond Williams — se constitui em um estado de guerra permanente e de ódio contra o Estado e outras facções, nas palavras do autor. A eliminação do rival é sempre uma opção iminente. Na relação com os aliados, porém, a estrutura de sentimento se traduz na união, solidariedade, amizade e respeito em permanente instabilidade.

Imagem 18 - Mapa da distribuição territorial de facções



Fonte: Silva (2020).

No contexto em que Seu Babaco e Seu Jadiel expressam seu espanto acerca da violência, o futebol amador tem uma nova feição na região de Maracanã⁴⁵. As peladas são

⁴⁵ Acredito que esta seja uma realidade da região metropolitana como um todo, mas acerca disso, não disponho de dados consistentes.

exceção; a regra agora são os jogos de campeonato. O filho mais velho de Fábio, da família Ferraz, cresceu apegado ao futebol amador por influência de um tio materno. Com 32 anos de idade, Bruno, que compõe a diretoria do São Miguel, experimenta a prática não da mesma forma que seus ascendentes e conterrâneos do futebol de outrora.

As pessoas não se interessam mais tanto por amistosos, não se interessam mais tanto por pelada. Porque hoje em dia, depois de uma semana de trabalho, não querem ir pra o campo só pra uma brincadeira. Preferem outras formas de lazer. Ir à praia, bares, passeios para ficar com a família. Só querem ir pro campo quando tem competição de verdade. Aí sim. É por isso que se joga mais campeonato. Nós do São Miguel só jogamos campeonato uma vez por ano porque é muito caro participar. Acho que jogamos amistoso uma vez por mês. No campeonato tem mais preparação e premiação (Anotações em diário de campo a partir de conversa por aplicativo de mensagem).

Bruno assevera que os campeonatos, por serem competições com certo grau de rigor na seleção de equipes competidoras, têm um aparato organizacional que se preocupa em oferecer segurança para jogadores e torcedores. Todos os times envolvidos já têm uma relação prévia uns com os outros por antigos laços de amizade. Para além do aparato policial durante os campeonatos, cada time competidor, ao saber a área da cidade onde se dará a partida na qual entrará em campo, trava contato estreito com o time anfitrião, que, conhecendo as possíveis ligações do seu bairro com o mundo do crime, realiza as mediações necessárias para que a violência faccional não interfira no pleito.

Suspeito que os interditos territoriais das facções atualmente sejam um forte empecilho à prática das peladas no formato em que eram experienciadas por meus interlocutores veteranos. Provavelmente, a morte de um homem na Vila Samara, relatada a mim por Seu Jadiel, tenha se dado por ele ter contrariado a barreira geográfica de domínio de um grupo faccional minoritário. Na política da violência, parece não haver livre circulação de pessoas, sobretudo de homens jovens. Não obstante, a dinâmica do mundo do crime propicia a redefinição constante dessas barreiras geográficas; a lógica da guerra permanente não aceita a mistura de rivais. Os antigos habitantes de Maracanã têm lidado com o medo nessa nova realidade à sua maneira.

Luzinele: Vocês do time sentem receio de alugar o campo para os times dos residenciais ou de trazer jogadores de lá para jogar no time de vocês?

Bruno: No início as pessoas sentiram receio, mas acontece que muita gente que foi sorteada para esses residenciais não quis morar lá. Aí foram vendendo e alugando pra muita gente daqui mesmo. Fomos conhecendo o pessoal de lá porque parentes e amigos dos nossos jogadores que moram nos conjuntos foram trazendo eles de lá para jogar aqui com a gente. É assim, uns vão trazendo outros. Eu me dou bem com eles. Só não me misturo no que eles fazem. Quando passo de carro e vejo alguém na rua cumprimento e é assim que deve ser. Eu nunca senti medo, mas minha família

sim. Eu sempre circulei por aí tudo. (Anotações em diário de campo a partir de conversa por aplicativo de mensagem).

O time São Miguel da Vila Mochel aluga seu campo para outros times jogarem nos finais de semana. Numa conversa por aplicativo de mensagem com Dona Kátia, torcedora do time que mora nos arredores do campo, ela mencionou que este é alugado para times de fora do círculo das relações já constituídas, mesmo com a estranheza coletiva levantada pelo crescimento da violência. Diante do imponderável, os torcedores e membros do São Miguel lidam de modo não conflituoso com possíveis atritos. “Quando a gente percebe que eles têm uma conduta diferente e não respeitam as regras do espaço, fazemos cara feia, cara amarrada. Não tratamos bem. Aí eles não voltam.” O tratamento sutilmente indelicado de reprovação das condutas que caracterizam historicamente as relações de vizinhança se revela o meio mais seguro de se dirigir aos que são de fora e confrontar dentro do campo as expectativas daquilo que lhes causa estranhamento: a violência.

Tendo em vista que o futebol amador mostra como a cidade é habitada na esfera cotidiana, o caso ora tratado assinala os laços que a região de Maracanã procurou cultivar com outras áreas periféricas e com o centro antigo de São Luís, expresso no intercâmbio de jogadores, de afetos e habilidades ao longo dos processos que têm expandido a malha urbana. O cotidiano violento de trabalho nas pedreiras influenciou a subjetividade dos habitantes de um modo particular. A capacidade coletiva de criar arranjos socioespaciais para que a vida continue seu curso, a meu ver, é exercitada através do futebol amador e dos valores que este veicula, como a “rivalidade”. Mais do que demonstrar que atrito, hostilidade e disputa são inerentes ao habitar junto, essa categoria deixa evidente que o que torna a copresença possível é o tipo de política criada a partir dela e para ela. Assim, a rivalidade é uma forma de relação tensa, flutuante e aberta, onde os diferentes constroem um conhecimento recíproco que os torna semelhantes sem abdicarem de suas diferenças e da “autonomia” de movimento, um valor que meus interlocutores não identificam na violência urbana.

O evento da extração em massa de pedras durante a expansão da construção civil na ilha trouxe implicações ao tecido social, às relações socioambientais e à saúde dos habitantes. No aspecto da afetividade ambiental, a mudança de solo agricultável para o de exploração mineral irrestrita atualiza os significados atribuídos pelas pessoas à relação com esses não humanos: solo e rios. O signo nocivo de uma visão econômica utilitarista do ambiente se manifestou no corpo das pessoas que experienciaram o evento. Não é que os habitantes que já viviam na região e os que foram chegando atraídos pelas pedreiras tivessem uma visão

ingênua das consequências negativas da atividade, e não rende, sociologicamente, encarar a postura como negligência deles à própria vida.

Correia (2012), no estudo sobre a exploração mineral nessa área, argumenta que os riscos ao ambiente e à saúde sempre foram uma preocupação constante dos mineradores, mas eles não viam alternativas viáveis na luta pela sobrevivência em um período de estímulo econômico à prática e de forte desemprego formal. A expressão individual da perda da saúde e dos demais malefícios coletivos deve ser pensada num campo relacional, com ganhos que vão se constituindo nos meandros de acontecimentos tentaculares modificadores de vidas e de mundos. Para as camadas populares que conseguem o sustento a partir do labor braçal, o caminho sofrido das duras condições de trabalho é imperativo à conquista de alguma melhoria de vida. Há a expectativa coletiva de que o sofrimento possa ser acompanhado de alívio nas preocupações relativas ao onde morar e ao como sustentar a si e aos seus.

De fato, era no contato diário com as rochas e os instrumentos de trabalho que esses habitantes mineradores iam aprendendo a manusear o solo e a conviver com os riscos (“domesticando-os”) pelos hábitos que o corpo e a percepção sensorial iam solidificando nos mineradores. Eu apontei mais acima que o sofrimento traz conhecimento, conhecimento sobre o mundo experienciado nas mobilidades trazidas pelo sofrimento, e isso é um processo que requer investimento temporal. O trabalho do tempo se manifesta nas posições assumidas pelos sujeitos relacionalmente, que, numa escala temporal, vão produzindo saberes sobre seus engajamentos (Das, 2011). Narrar o sofrimento por meio da descrição e interpretação de acontecimentos exerce efeitos sobre aquele que narra, trazendo uma experiência de reparos desenvolvidos pelo sujeito para contornar minimamente os efeitos negativos ou mesmo justificá-los.

Me vem à mente que, toda vez que questionava alguém durante o campo sobre os maiores impactos da construção dos residenciais, a primeira resposta recebida era a degradação dos rios, juçarais e brejos que lhes impossibilita de estar com eles. Ao narrar o impacto, meus interlocutores trazem à tona, na dor da perda, a tentativa discursiva de lidar com ela. Se há um lamento sobre a perda, é porque um conhecimento da importância dessa relação se impõe. No mapa de Azul e nos de outros interlocutores evidenciados até aqui, existem várias linhas mostrando a relevância dos cursos d'água na percepção geográfica dos habitantes locais. Os rios eram locais de encontro e de discussão que antecediam e sucediam os jogos de bola. Era lugar para se discutir o que foi e o que deveria ter sido em campo. A perda desse contato direto com as águas brejosas da região tem pouco mais de uma década e, para quem conta, se agudizou com a construção dos empreendimentos residenciais. Então, o

momento em que vivenciei o campo até aquele da escrita, creio, engloba o período em que os “habitantes mais antigos” estão aprendendo a lidar com essa perda específica, especialmente os de Alegria, onde os rios, por estarem geograficamente mais próximos dos residenciais referidos, têm recebido maior e mais acelerado impacto ambiental.

4 COSMOPOLÍTICA DO MEDO

Cresci ouvindo minha mãe e minha avó, a mãe dela, falando da importância de as mulheres aprenderem a varrer bem uma casa. “Varre essa casa direito ou vai casar mal!” é uma expressão que passei a ouvir com regularidade assim que tive idade para segurar uma vassoura. Na geração de vovó e até na minha, pelo menos, correlacionava-se a escolha de um bom par a uma varrição diligente. No meio social onde fui educada, o hábito tido coletivamente como preguiçoso e desleixado de varrer a casa superficialmente era indicativo de um futuro conjugal difícil para as mulheres, pois se dizia que o cuidado despendido por estas com a vassoura se refletiria, em igual proporção, no tipo de cuidado que receberiam do marido. Se varresse com zelo, encontraria um marido igualmente cuidadoso; se varresse com desmazelo, encontraria no futuro companheiro a mesma atenção. O mesmo significado se estende ao ato de varrer o terreiro, área livre composta pela parte da frente e detrás da casa e que dela faz parte.

Do hábito corriqueiro, a relação das mulheres com a varrição do espaço doméstico vai se estendendo ou englobando o não corriqueiro no meu meio social, que é o de varrer a casa por ocasião da morte de um de seus moradores. “Uma lembrança marcante que tenho do dia em que meu avô, pai de papai, foi enterrado é o de ver mamãe varrendo da porta da cozinha em direção à porta da rua no momento em que o caixão era retirado da sala, na saída do cortejo para o cemitério”. Ouvi isso da minha mãe certa vez, ao conversarmos acerca das prescrições relativas a velórios em casa. Desde cedo fui instruída a ver como adequadas duas formas de varrer a casa: de modo ordinário, varrer da porta da rua (situada na sala) em direção à porta da cozinha (que leva ao quintal) e, em situações extraordinárias, como falecimentos, varrer da porta da cozinha em direção à porta da rua.

Mas qual é o sentido disso? Basicamente, no dia a dia varre-se para tirar a sujeira (no sentido concreto e metafísico) acumulada nesse espaço por aqueles que nele moram e por seus visitantes fortuitos e costumeiros, de modo a reafirmar continuamente a composição da casa

por essas pessoas e sua agência, seja esta boa ou ruim. Por isso, a varrição termina na porta da cozinha. Também demonstra que a casa está trazendo as pessoas para si, reconhecendo sua presença ali. Nos casos em que um dos moradores morre, a coisa muda de figura. É imperativo que a casa se desvincule, não da memória da pessoa falecida, nem dos cuidados que perdurarão entre o morto e seus parentes vivos. A pessoa que se foi continuará sendo um membro da família, e por ela seus parentes continuarão a rogar para que habite um bom lugar, mas sua participação na composição do ambiente doméstico recebe uma fronteira a partir de então, já que ele mudou do plano da vida terrena para o da vida espiritual. Portanto, não humana. A casa, ao ser varrida no momento em que a pessoa falecida é retirada dela, subtrai seus últimos passos, e com eles as energias negativas contidas em suas ações. As possíveis energias ruins devem ser eliminadas para não interferirem no bom andamento do ambiente e de seus moradores, o que quer dizer, na saúde e no sucesso material dos vivos.

Os vivos não podem habitar junto dos mortos. É o que preconiza esse imaginário. Daí advém o temor de infringir a regra da varrição, significando mau agouro para a casa. Algo assim pode atrair a doença, o sofrimento e a morte para a casa, para seus habitantes. O que me toca em tudo isso, além da nítida relação de poder que confere às mulheres a responsabilidade de varrer a casa, é que varrição e hospitalidade estão intrinsecamente implicadas. Uma casa limpa (bem varrida) é mais receptiva, é expressão de cuidado, de segurança e de atenção aos resíduos de toda ordem acumulados nos passos dados por seus habitantes no movimentar da vida doméstica. Será que a segurança doméstica e as composições íntimas que informam nossas atenções recíprocas podem ser contidas pelas paredes da edificação material onde vivemos?

Este capítulo discorre sobre uma domesticidade estendida, que flui como água para além da própria casa enquanto uma materialidade delimitada. Para tanto, tomo a experiência do medo nos engajamentos intersubjetivos dos meus interlocutores de pesquisa no fluxo que delineia os lugares habitados na região de Maracanã. Nesse plano, as modulações do medo e sua cosmopolítica assumem importância decisiva enquanto signo de interconhecimento e leitura de mundos particulares emaranhados.

4.1 SOBRE VARRER CASAS E RIOS



Me lembrei do rio do Mirinzá,
de Dudu, mão Felipa,
Cancanja, Mãe Zeba e Iaiá,
Papai Leodoro, Nanansa e Tataça,
Papai Hermínio, Vovó e Nanã
Juro pra Dadá
Enquanto eu cantar
Não vou deixar Maracanã
(Rio do Mirinzal. Toada do Bumba Meu
Boi de Maracanã.
Áudio disponível. Ler código QR)

Cuidado e hospitalidade. Essas expressões me parecem pulsantes nas descrições que meus interlocutores da região de Maracanã fazem da lida cotidiana com rios, brejos e juçaraís em outros tempos, que a memória aciona com uma distância relativa, a depender da geração de quem narra e situa tal convívio em relação ao evento da implantação dos residenciais do MCMV. Assim, cuidado e hospitalidade criam, nos engajamentos mútuos de habitantes e ambientes habitados, afeição e medo, que são muito importantes no processo relacional de diferenciação e aproximação intersubjetiva. Medo e cuidado estão implicados e se permutam nas tramas relacionais.

Dona Maria Ferraz: Faz 50 anos que moro aqui. Quando vim com Lidemar pra morar com Dona Mundoca, Deca era bem pequena. Ela tinha um ano de idade.

Luzinele: E a senhora não estranhou o lugar? Me falou que nasceu e cresceu no centro da cidade.

Dona Maria Ferraz: Fui me acostumando, né. Aqui era só parente, não tinha energia. Era tudo na lamparina, farol e candeeiro e a gente tinha que ir pro rio pra lavar roupa e tomar banho. Dona Mundoca pagava uma pessoa pra buscar água do poço pra beber, lavar louça, né.

Luzinele: A senhora ia pro rio todo dia? Como era a rotina?

Dona Maria Ferraz: Sim. No começo, eu não entendia muito das coisas, era muito nova e era Dona Mundoca quem varria a casa e Lidemar passava o café. Aí ela passou a ficar mais tempo no barracão atendendo os “clientes” dela e eu tomei conta da cozinha e passei a fazer tudo. Eu fazia as coisas de casa e lá pelas 5 da tarde eu e minha cumade Jura a gente ia pro rio e ficava até umas 6 e meia. Era assim: a gente chegava lá pegava umas vassouras de juçareira e varria o rio pra tirar o lodo, né, tirar os galhos de juçareira que caíam na água e no chão. Toda vez era assim.

Luzinele: Não dava pra lavar roupa na água com lodo

Dona Maria Ferraz: Não dava. A gente varria pra poder ficar tudo limpinho ali, tudo certinho onde a gente ficava lavando. Depois a gente ia lavar a roupa. Ensaboava e tirava o sujo na água. Depois separava numa vasilha para estender no quintal de casa. A gente lavava e conversava, banhava também e fazia um cercadinho de palha dentro do rio para poder trocar de roupa. Era muito bom ficar lá. (trecho de anotação em diário de campo).

A conversa com Dona Maria Ferraz deixa entrever um tipo de disposição ensejada na relação com os rios. Parece-me que o contato contínuo com esses não humanos desembocava em uma ligação de continuidade com a vida doméstica da casa. Minha inserção e participação no ambiente doméstico se mostrou bastante reveladora dessa ligação, na medida em que foram nas interações próprias desse círculo, como cozinhar, limpar a casa, lavar roupa e dividir as despesas com as mulheres Ferraz, que elas foram compartilhando suas memórias, saudades e frustrações com a perda da vida em comum com as fontes d'água. Notando, nos diálogos, a relevância dada às águas, procurei dar mais atenção à frequência e à forma como os moradores de Alegria, de Maracanã e de Vila Mochel se referiam às experiências com elas no cotidiano.

A mesa da cozinha testemunhou parte considerável das conversas que teci com a atual matriarca da família Ferraz enquanto as duas ou uma de nós duas (ela) realizava afazeres domésticos. Em diversas ocasiões, as filhas presentes se juntavam ao assunto. Dona Maria Ferraz casou ainda muito jovem com seu Lidemar Ferraz (apelidado de Seu Lico), um dos filhos de dona Mundoca Ferraz, e logo teve Deca, sua primogênita⁴⁶. Os três foram morar com a matriarca em 1971 no sítio que ela já possuía há algum tempo no então povoado de Alegria. De temperamento calmo, paciente e personalidade extrovertida, Dona Maria sempre se referiu à convivência com a sogra e ao ambiente da casa onde mora há décadas de forma solícita, mas permeada por pequenas tensões, porque a sogra era enérgica, de temperamento forte e gostava de tudo do seu jeito. Como Dona Maria fala, no começo, ela não entendia muito das coisas, era muito nova, e Dona Mundoca responsabilizou-se pela cozinha, ou seja, pelos cuidados práticos com a casa, até que a nora desenvolvesse o saber-fazer que lhe agradasse.

Sendo assim, naquele período, na divisão de papéis sociais dentro da casa, Dona Mundoca chefiava todos os espaços que compreendiam o sítio, formado por casa, quintal e terreiro de Cura. Dona Maria foi se tornando seu braço direito nos cuidados com a casa e tanto ela quanto o marido (principalmente ele) auxiliavam na organização de tarefas ligadas às atividades religiosas da mãe de santo. Seu Lidemar era bombeiro hidráulico e eletricista; porém, nem sempre exerceu um emprego formal, trabalhando por conta própria. Foi autônomo ao longo da vida para compor a renda familiar, mas também porque tinha um papel muito importante na execução de tarefas ligadas à atividade religiosa da mãe. Levava e trazia recados entre Dona Mundoca e seus clientes, prestava serviços de manutenção elétrica e hidráulica em instalações domésticas pela cidade e fazia compras todos os dias no Mercado

⁴⁶ Antes do nascimento de Deca, Dona Maria e o esposo tiveram um filho que nasceu morto.

Centra⁴⁷ para abastecer as necessidades da casa e do terreiro. Sua mãe, com os serviços religiosos garantia não apenas o sustento de todos que viviam com ela no sítio, como também dos demais filhos e suas famílias que moravam em outras áreas da cidade.

Dona Mundoca passava o dia no “barracão” atendendo às pessoas que buscavam algum auxílio espiritual ou serviço religioso. Até então, sem água encanada, a maior parte das necessidades que demandavam água tinha que ser realizada nos rios, lagoas e poços, muitos dos quais perfurados nas raízes das juçareiras. Daí que a rotina das casas estivesse intrinsecamente conectada à dos rios localizados geograficamente próximos. Dona Maria começava o dia ajudando a sogra a lavar toda a louça guardada nos armários de madeira situados num cômodo de acesso livre, sem portas e janelas. Pratos, colheres, xícaras e panelas eram lavados com água do rio, armazenada no dia anterior e esquentada no fogão de barro alimentado por carvão vegetal. O temor de que os utensílios ficassem expostos à presença de insetos e à sujeira do ambiente motivava o hábito de higienizá-los antes do café da manhã. Um bule com café ficava disposto no fogão, com fogo sempre aceso ao longo do dia, e Seu Lidemar comprava vinte pães todas as manhãs. “Os vizinhos brincavam perguntando se o motivo de a gente comprar tanto pão era a revenda. É que o pão não era só pra gente. Era pra quem chegasse em casa. Todo mundo que chegasse lá tinha que tomar café com pão grelhado” (Dona Maria Ferraz).

A sogra se dirigia ao barracão para atender os “clientes” que se enfileiravam, sentados nos bancos feitos com troncos de juçareiras em volta de uma jaqueira, localizada entre a casa e o barracão. Ali, ela passava o dia (entre as 7 da manhã e as 6 da tarde) executando práticas divinatórias através da luz da vela. Quando sua capacidade visual ficou comprometida, passou a jogar cartas, consultando as “entidades” acerca das questões trazidas pelos consulentes que a procuravam. Enquanto isso, Dona Maria Ferraz realizava os afazeres na casa: varrer, organizar e cozinhar para os que moravam lá e para quem chegasse de visita.

O trabalho foi agregando responsabilidades com o nascimento dos outros quatro filhos do casal, além dos cuidados com os filhos do primeiro casamento de Seu Lidemar (que frequentavam a casa nas férias escolares) e com os netos e bisnetos de Dona Mundoca, que foram adensando o círculo familiar.

Estar presente todas as tardes no Rio de Seu Ovídeo e, muitas vezes, no de Dona Matilde, que posteriormente se tornaria o Rio de Seu Zé Ceará, filho dessa senhora, é

⁴⁷ O Mercado Central de São Luís existe desde meados do século XIX no centro antigo da capital. Ele é um conjunto de estabelecimentos comerciais especializados em produtos diversos, especialmente os artesanais, os da culinária maranhense e ervas medicinais que não são encontrados com facilidade em outros lugares da cidade.

igualmente pôr em trânsito toda uma etiqueta que partia de casa, e o simples ato de varrer o rio demonstra a intimidade doméstica construída na hospitalidade e nas reciprocidades entre rios e pessoas (mulheres, no caso). Nos papéis de gênero presentes no imaginário social, sob o qual a percepção da realidade dessas pessoas e a minha própria foram formadas ao longo da vida coletiva, varrer a casa é uma tarefa feminina. De modo que, vindo à distância, se poderia identificar nela um indicativo da desigualdade de gênero, e a varrição seria concebida apenas como uma atividade inferior que disporia o corpo feminino à disciplina do trabalho doméstico repetitivo e não remunerado, o que, por isso mesmo, eximiria os homens.

Concordo, aliás, que o cuidado, enquanto concepção e prática, é historicamente associado a agentes subalternos (escravos, mulheres, mulheres negras), e tais representações têm legitimado o planejamento e a operacionalização de políticas sociais. Por outro lado, posturas acadêmicas, tanto liberais quanto conservadoras e progressistas ao longo do último século, não viram no cuidado doméstico mais do que aptidão, dependência, opressão, enclausuramento e impedimento para a entrada das mulheres no mercado de trabalho e nos movimentos organizativos da esfera pública. Nas ciências sociais, o conceito de cuidado tem sido abordado de diferentes perspectivas. Há abordagens que o diluem nas demandas apresentadas pela relação com o mercado, oportunidades profissionais e divisão do trabalho entre homens e mulheres (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021; Martins; Luz; Carvalho, 2011; Monteiro; Araújo; Moreira, 2018; Montali, 2014) e aquelas que o refletem a partir de articulações com outros temas, como democracia, ética, sustentabilidade e situações de crise econômica (Biroli, 2015; Molinier e Paperman, 2015; Lima, 2016).

Mas o viés que particularmente me interessa é aquele que emprega tratamento analítico mais atento ao modo como ele se constitui nas experiências cotidianas dos sujeitos nos segmentos populares. Sua produtividade analítica se desenrola na transitividade com gênero, família e parentesco, bem como em suas constituições recíprocas pelo viés da relacionalidade (Finamori e Ferreira, 2018). Isso permite entender as modulações e tramas específicas que relações de força e formações parentais podem adquirir em distintos contextos, pois a dimensão dos afetos é trazida ao primeiro plano, interagindo em igual medida com classe, raça e gênero nas ligações com contextos políticos, econômicos e sociais. Considerando as experiências das mulheres com quem convivi, o cuidado doméstico está, sim, implicado nas relações de poder desde a escala mais micro, mas as permutações que valores familiares e geracionais, gênero e trabalho doméstico podem adquirir em configurações socioambientais dão formatos ambivalentes às relações entre os entes pelo desenrolar das reciprocidades. Nem tudo pode ser compreendido apenas olhando quem manda

e quem obedece no ambiente doméstico. Creio que é nesse plano que a “varrição” possibilita outras percepções sobre o cuidado no espaço doméstico quando articulado com ambientes que a ele vão se assemelhando.

O ato de varrer casas e rios, que envolve a limpeza e organização do ambiente, é uma tarefa relegada às mulheres; todavia, subalternidade e opressão reduziram o significado articulado em suas múltiplas dimensões no meu campo de pesquisa. É na perspectiva da relacionalidade que procuro conceber o cuidado como uma política conectiva com o ambiente, com o outro. Varrer é cuidar, e o cuidado advém e torna algo íntimo e familiar, seja casas, seja rios. Sentido e prática vêm das posições relacionais mediadas pelo afeto entre quem realiza e quem recebe cuidados no processo de divisão de tarefas, bem como das constantes negociações que configuram a autoridade nesse ambiente. Varrer casas, assim como varrer rios, é uma atitude política de governança do ambiente, posto que, na atenção ao outro e às coisas ignoradas pelos homens, se evidencia uma habilidade feminina. “Homem não sabe varrer casa. A mulher tem mais cuidado com as coisas [detalhes]. O homem não liga pra isso, não se importa e a mulher é mais cuidadosa” (Dona Maria Ferraz).

Dona Mundoca mantinha domínio do sítio e conduzia a todos sob sua responsabilidade, tanto na casa quanto no terreiro, e tinha bem mais idade que sua nora, que, por sua vez, era décadas mais jovem que seu marido. As posições dele e da esposa não confrontavam a da mãe diretamente; no entanto, a condição para que Dona Mundoca realizasse bem suas tarefas de cuidado espiritual e material era a atenção prática dispensada pelo filho e pela nora no cotidiano. As frustrações, pequenos conflitos e solicitações advindos das relações processuais entre essas pessoas e também entre pessoas e entidades espirituais edificavam afeição, consideração e confiança em cada uma delas, e essa teia de entes e cuidados vai se adensando com a participação de outros, inclusos no âmbito das ligações parentais cuidando ou recebendo cuidados. Os engajamentos intersubjetivos imprevisíveis vão emergindo das coisas que os membros dessa família fazem juntos, dos significados atribuídos às maneiras de estarem juntos (Carsten, 2004).

A mãe de santo não permitia que qualquer um desempenhasse determinadas tarefas domésticas relativas à casa e ao seu terreiro, como varrer e cozinhar, por exemplo. Suas atitudes eram cheias de evitações e constrangimentos por causa do caráter comumente sobre-humano das leituras que fazia da vida comunitária ordinária. Em um momento inicial, os laços de confiança que se estabeleceram entre Dona Maria, Seu Lidemar, Dona Mundoca e suas entidades foram o que tornaram possível a hospitalidade e segurança oferecidas pela casa aos que a ela recorriam, sendo eles parentes, vizinhos, “filhos de santo” ou “clientes”.

Progressivamente, esse processo relacional de construção de confiança pelo adensamento de afeição também foi atravessando as conexões da casa dos Ferraz com os clientes e filhos de santo que a frequentavam diariamente.

Tenho dito tudo isso para argumentar que foi só quando Dona Maria passou a “entender das coisas”, ou seja, a se submeter às injunções do ambiente doméstico liderado pela sogra, que ela pôde, de fato, imprimir nele suas próprias marcas, sua presença. Sua autoridade foi se construindo na relação com a da sogra e a do marido. Aprender a varrer a casa é conquistar tal autoridade. Sendo assim, a tarefa é um dos signos de uma gramática da interdependência de cuidados interpessoais e de expectativas que cercam os Ferraz, permitindo que o relacionamento familiar edificasse um espaço aberto a cuidados em planos diversos.

Imagem 19 - Ponto de Vista de Seu Luíz Santana acerca do sítio de sua avó na infância⁴⁸



Fonte: Luíz Santana. Acervo da pesquisa.

A configuração do grupo familiar chefiado por Dona Mundoca, ao longo de mais ou menos 40 anos, é muito semelhante àquelas que observei em Alegria durante o campo, onde há terreiros ligados à casa de morada dentro de um mesmo terreno ou sítio. O fluxo de pessoas, entidades, recursos materiais e de trabalho doméstico e espiritual articula os dois ambientes em uma só realidade. Os rios estavam inseridos nos cuidados de limpeza material e espiritual referentes às atividades dos terreiros, e os brejos foram presenças vitais no

⁴⁸ Note a proximidade dada entre a casa e o terreiro de Cura. Os retângulos traçados na frente e lateral confluem para os da lateral da casa. Eram os peitoris deixando os dois ambientes com abertura permanente um para o outro e deles para a rua.

oferecimento de oferendas às entidades espirituais. Na prática, hoje em dia, eles não compõem mais as micro-atenções cotidianas que os puxavam para a domesticidade. O sentimento de nostalgia expresso por meus vizinhos e anfitriões (vide o diálogo entre Silvinha e eu no texto introdutório) expõe um modo de vinculação do humano com esses entes, formando uma rede viva tecida por fios em contínua experimentação pela sensação e percepção.

Os rios no percurso da Rua Menino Jesus se localizam no sentido inverso à casa dos Ferraz. Simplificando, ficam nos quintais das casas vizinhas situadas do outro lado da rua. Diariamente, aqueles que tinham rios nos quintais os varriam com os cachos de onde são retirados os frutos da juçareira. Pelo uso que recebem depois de retirada a juçara, os cachos passam a se chamar vassouras. As pessoas iam varrendo desde a cabeceira, que é a nascente, percorrendo toda a extensão do curso d'água até encontrar o rio seguinte. Houve quem se aventurasse seguindo o trajeto das águas, varrendo um rio após o outro. Seu Zé Lima costumava fazer isso. Pelo que sei, era o único homem que varria rios ali. Pelo menos o é na memória feminina. O Rio de Zé Lima também era conhecido como Rio do Limoeiro (sua representação gráfica se encontra no esquema desenhado por Seu Luíz Santana na página 21). Me falaram que era o único rio privado da região.

Vizinhos e grupos de pessoas vindas da “cidade” pagavam uma taxa em dinheiro ao proprietário para tomarem banho em suas águas e realizarem piqueniques em suas margens sempre limpas. Nas narrativas sobre o Rio de Zé Lima, o destaque é dado ao seu aspecto acolhedor. As águas, de ordinário, eram transparentes e tranquilas, sendo possível ver os peixes nadando. “Era assim, me diziam, porque Zé Lima limpava esse rio todo dia. Ele começava varrendo desde o rio de Seu Có, passava pelo rio de Seu Nhô, pelo de Dona Chiquinha, passava pelo Rio do Butano até chegar no seu.” (Deca, moradora de Alegria). Esse senhor teve vários filhos com mais de uma esposa, mas, ao que indica, apenas ele se engajou com seu rio ao cuidar dele e viveu no sítio a vida toda.

Seus filhos e esposas não são lembrados por minhas interlocutoras, que têm entre 30 e 50 anos de idade. Elas são de uma geração em que, nas relações de gênero, era comum as meninas e mulheres terem participação mais circunscrita ao ambiente doméstico e às coisas a ele relacionadas. Nesse ponto, elas compreendem que seus deslocamentos espaciais eram mais restritos à rua e aos rios próximos. Isso explica por que a presença de Zé Lima é tão recorrente em suas recordações. Reafirmando o que mencionei no capítulo 1, a intimidade com os rios e fontes de água se constitui nas interdependências vicinais nas quais as agências

humanas e não humanas se entrelaçam no cotidiano ao ponto de um rio ter um dono e o nome dele se tornar o seu.

Sem saberem ao certo o que aconteceu com Zé Lima há alguns anos (morte ou mudança de residência), suas antigas vizinhas falam do abandono do rio dele, e do sítio no qual, hoje em dia, não mora mais ninguém. O esgoto e os detritos da construção dos residenciais também acabaram comprometendo sua existência. O tema do abandono de sítios contribuiu, em parte, para a mobilização de rumores sobre a expansão de conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida em Alegria. Ao ouvir na vizinhança que construtoras estavam comprando sítios deixados à revelia por herdeiros de antigos moradores para construir novos residenciais, Silvinha disse sentir grande preocupação com o futuro de seu bairro e de seus rios e brejos, o que me leva à concepção mais ampla do habitar enquanto cuidado, o estar presente. Com efeito, descendentes de antigos moradores de vários sítios que abrangem áreas de brejo e fontes de água puseram os imóveis à venda por viverem em outras regiões da ilha e não se identificarem com aqueles lugares da mesma maneira que seus ascendentes e donos de outrora.

O não estar presente nos rios, limpando e interagindo com suas águas, é o motivo apontado por diferentes gerações de interlocutores para sua degradação atual ao refletirem sobre o processo de chegada do Minha Casa Minha Vida. “A gente sabe que a sujeira não veio só dos residenciais. Quando veio a água encanada, as pessoas abandonaram os rios”, diz Deca. Um rio bem cuidado apresenta abertura para quem o frequenta, expressa objetivamente nos caminhos estreitos que os passos diários das pessoas vão selando no solo. Embaixo das juçareiras, com seus galhos curvados por cima das águas, a terra úmida é limpa das folhas, galhos e raízes soltas. O cheiro da vegetação se mistura à umidade, tornando-se convidativo aos sentidos dos passantes.

Fora as impressões obtidas nas muitas vezes em que tive que atravessar o brejo sozinha para chegar a um dos pontos de ônibus, houve uma vez em que percorri, juntamente com Deca, com um ex-guia ambiental e outras pessoas, áreas mais inacessíveis. Ao longo da caminhada, eles foram apontando as mudanças no juçaral, no solo e nas águas. O lixo doméstico se acumulando em determinados pontos, os troncos das árvores secando e o cheiro desagradável do esgoto que escorria a certa distância no Rio da Passagem são descritos no trajeto como sinal do desleixo das políticas de Estado, que pensam programas habitacionais e das construtoras que os constroem, mas também das pessoas que, vivendo ali antes de sua chegada, cessaram de cuidar do lugar.

Mariquelma, neta de Dona Joana Bernardes, morou com a avó até a morte da idosa em 2020. Quando a entrevistei em casa, ela tinha 26 anos de idade. Nos conhecemos na casa de sua tia, Rosa, e do tio Jadiel durante o reisado, e firmamos contato frequentando as missas aos domingos e os eventos promovidos pela igreja no bairro de Alegria. Mariquelma é de uma geração que ainda viveu a proximidade experiencial com os rios. Sua avó era médium e “dona” de um Reis (Reis da Sempre Viva); por seu quintal passava um rio, chamado Rio de Dona Joana.

Mesmo tendo a água encanada, a gente ainda ia pro rio, às vezes, pra lavar roupa e tomar banho porque chegou a água encanada, mas faltava muito porque antes ela vinha dali da União de Moradores. Aí quando queimava a bomba lá, a gente usava a água do rio. Agora a maioria do pessoal aqui tem poço artesiano em casa. Quando eu era criança poucos tinham poço em casa. Com o tempo, cada um foi fazendo seu poço e deixando de ir pros rios. Aí a gente só ia pros rios para tomar banho. Depois, não demorou muito, fizeram aquela construção [os residenciais] ali e tapou a nascente. Aí não teve mais como tomar banho (...). Antes, se tu olhasse daqui do quintal de vovó, tu não via o outro lado, porque tinha muita juçareira que impedia de ver. Agora é diferente. As juçareiras estão morrendo e caindo. Era bonito de ver antes e agora é triste de ver. A gente tinha muita juçara. Lembro que a gente se reunia pra tomar juçara. Na casa do meu pai, geralmente, os parentes da mãe dele de criação traziam farinha e camarão pra comer com juçara. (Entrevista à Mariquelma, moradora de Alegria).

A chegada irregular da água encanada parece ter alavancado o processo de construção de poços artesianos pelos próprios moradores, pois foi criando necessidades novas, como a agilidade e flexibilidade no uso da água diretamente nas casas, sem que as pessoas precisassem se deslocar diariamente para os rios. Progressivamente, a água passa a receber um sentido mais instrumental, escondida no encanamento e deixando de compor a paisagem. A morte de juçareiras pelo entupimento das nascentes se torna uma frustração, pois a paisagem fica desolada, causando tristeza em quem olha; também porque, na região de Maracanã, o fruto delas não é apenas comercializado. A juçara já foi um dos principais alimentos consumidos pelas pessoas no período de safra, sendo motivo de pequenas aglomerações nas casas entre parentes, vizinhos e amigos. “Um alguidar cheio de juçara era colocado em cima da mesa e as pessoas iam se servindo, sentavam e conversavam.” A diminuição do consumo doméstico é, para Mariquelma, uma das mais frustrantes consequências do entupimento das nascentes pela construção civil.

Tendo em mente que os residenciais do Minha Casa Minha Vida são um evento que incidiu criticamente no mundo existencial e concreto dos sujeitos, excedendo os limites da devastação ambiental já vivenciada, o mesmo evento violento se mostra um gatilho para uma reação, qual seja a de construção de um conhecimento testemunhal das relações impactadas.

Defendo que a violência do evento rompeu um limite ao recair, simultaneamente, na afetividade (emoção e sentimento) e nas práticas concretas (fonte de renda, de lazer e partilhas no ambiente doméstico que combina casa e rio). Emoção, sentimento e prática de cuidado atravessam as ligações evidenciadas.

Os rios se inserem em diferentes dimensões da vida social. No capítulo 2, apontei rapidamente que eles participavam da sociabilidade do futebol amador. Seu Babaco conta sobre sua experiência com os rios, mostrando como jogar bola e estar nos rios se associam.

[...] a gente acabava um jogo desse aí corria para o Rio da Ponte, para o Rio de dona Vitória. Eu sentava com uma cadeira dessa daqui [aponta para a cadeira onde está sentado] dentro d'água. A minha esposa, que na época era namorada, sentava em outra cadeira, levava duas, três cervejas, botava os pés dentro d'água e os peixinhos tudo assim por perto. A gente via tudo (Entrevista a Seu Babaco, morador de Alegria).

É dentro do conjunto das relações sensoriais e afetivas que os rios são nomeados. Assim, é comum que eles mudem de nome ou que sejam conhecidos por mais de um, já que vão agregando identificação no ritmo do engajamento com a presença e atividades humanas, marcadas pelo tratamento personalístico entre os humanos. Usualmente, um rio que não é frequentado, varrido e cuidado é desconhecido, como se possuísse um status socialmente inexistente; por isso, não é nomeado. Cheguei a essa ideia considerando as poucas referências que meus vizinhos faziam a determinados cursos d'água com os quais não tinham familiaridade a ponto de suscitar divagações da memória.

A ideia de ser dono de algo como, por exemplo, de rios denota uma participação individual na responsabilidade partilhada de mantê-los limpos, vivos e ativos nas relações. Afinal, o rompimento do cuidado levado a cabo por seus donos, o afastamento das pessoas e das atividades domésticas realizadas nas águas do brejo, a retirada em massa de pedras e, posteriormente, a chegada dos residenciais provocaram o quadro de abandono, ou seja, entupimento dos rios e morte do juçaral. Nos estudos sobre a organização social de povos do Alto Xingu, o “dono” de rituais, festas ou objetos diz respeito à qualidade daquele que cuida dos seus e da aldeia (Barcelos Neto, 2003) ou, ainda, à razão de existência de quem ou daquele que exerce a generosidade ao distribuir recursos materiais, permitindo, assim, que estes circulem nas relações locais (Novo, 2018). É possível, então, refletir sobre a noção de dono que meus interlocutores acionam, estabelecendo paralelos com as concepções indígenas do Alto Xingu. A generosidade na partilha do ambiente (das águas do rio que passa pelo

quintal), associada à posição de responsabilidade inicial pelo cuidado dele, encontra ecos nas práticas que dinamizam economias políticas indígenas.

A figura do dono contém uma complexa assimetria. Ao pontuarem as relações de maestria na Amazônia, Fausto e Costa (2022) conceitualizam um tipo de capacidade agentiva associada a processos de magnificação. A capacidade de ação aumentada do dono-mestre se efetiva no cuidado dispensado a outros (pessoas, espíritos e animais) e no quanto consegue, segundo os autores, “alinhar” a ação ou a disposição de seu “pessoal” à sua. Nessas concepções indígenas, o mestre-dono é uma singularidade plural que não somente tem seu pessoal, como também é constituído por ele. Além disso, o dono é tido como o primeiro e aquele que inicia o movimento. Assim, no caso das relações que observei na região de Maracanã, o dono (humano) é uma qualidade emergida do reconhecimento inspirado na circunvizinhança. O léxico de proprietário nem sempre coincide com uma designação que nasce de processos de construção de afeição e intimidade entre humanos e entre estes e não humanos. O “dono” precisa das atenções e da confiança de quem não é “dono” na vida cotidiana e vice-versa.

Os habitantes mais antigos se veem submetidos às injunções inerentes à intensa pessoalidade entre vizinhos, que, em muitos casos, são parentes. Creio que ser dono de rio diz respeito a uma gerência ambiental que transita entre o individual e o plural, mediando o equilíbrio instável entre solidariedade e conflito nas relações comunitárias. Tal noção diz muito do modo como a generosidade (sentimento e prática) é tecida relacionalmente. Sempre se mostrou imperativo para esses habitantes lidar criativamente com as frustrações e benefícios da reciprocidade cotidiana, ainda mais quando ela tinha grande peso na garantia da existência física e social dos grupos familiares, principalmente nos contextos de menor circulação de dinheiro na região.

Não tendo rio, juçaral ou poços nos quintais de todas as casas, é esperado coletivamente que esses bens sejam cedidos e, em alguma medida, partilhados com quem não os tem nos seus quintais. Lembro de ouvir com frequência de Dona Maria Ferraz que “no tempo em que Dona Mundoca era viva, a gente daqui de casa ganhava muita juçara e farinha”. No seu ponto de vista, as pessoas “ajudavam mais as outras”. Não estou defendendo que as práticas de ajuda mútua sejam baseadas unicamente no interesse. A própria ideia de interesse não é autoexplicativa. O que desejo sublinhar é que a reciprocidade tem múltiplas propriedades em interação.

O trabalho de produção da farinha de mandioca, um alimento muito consumido pelos maranhenses, é extenso e extenuante, ainda por cima, se realizado por poucos braços. Quando

os habitantes da região de Maracanã obtinham sustento basicamente nas roças e na criação de animais de pequeno porte, o trabalho de produção de alimentos era feito coletivamente, acompanhando o ciclo das estações do ano. Havia casas de forno nos quintais de várias casas. A feitura da farinha não deixava de abranger os rios nos quais a mandioca era colocada de molho por alguns dias para amolecer. Depois, na casa de forno, passava pelo descascamento e secagem até a etapa em que era torrada no forno à lenha, sendo que homens e mulheres partilhavam as etapas de trabalho e se revezavam nas tarefas.

Lá onde Nêga mora tinha uma casa de forno grande e quem não tinha forno ia fazer a farinha lá. Eles tinham um forno muito grande de cobre. Aí em época de farinhada era o mês todinho lá. Era eu saindo com minha [farinha] e tu entrando com a tua [mandioca] e assim era até outubro, novembro quando começava a chover. (Seu Deco, morador de Alegria).

Quem não tinha casa de forno fazia sua farinha na casa de forno do vizinho. Na casa de forno que pertencia à família de dona Nêga, atual “dona” do Reis das Nuvens, circulavam muitas pessoas o dia todo no período da torragem de farinha, denominado “farinhada”. Aqueles que não tinham mandioca auxiliavam os que tinham. O trabalho era recompensado em farinha. Cada um recebia uma parte da produção e não dinheiro, incluindo o “dono” da casa de forno, o que ainda costuma acontecer em povoados e cidades pequenas do interior do estado. Logo, o uso do espaço e dos instrumentos é muito flexível às regras que as pessoas vão construindo no manejo da mandioca até produzir a farinha, mesmo que o espaço tenha um proprietário que pode dispor dele, no sentido de se desfazer da casa de forno e vender os instrumentos internos. Isso foi acontecendo na região de Maracanã, conforme as roças perdiam centralidade como meios de vida.

No regime de trabalho denominado “troca de dia”, acontecia algo parecido, só que, neste caso, a recompensa pelo trabalho do outro se dava em trabalho prestado em dias e semanas alternados. “Era assim, vou te dar um exemplo. Eu ia trabalhar um dia ou uma semana na roça de fulano e aí, na semana seguinte, ele é que ia trabalhar na minha roça para pagar o trabalho” (Dona Flávia, moradora da Vila Mochel). O mesmo tipo de revezamento de pessoas acontecia na construção de casas e comumente essa prática se dava entre famílias ligadas por laços de amizade, de vizinhança e parentesco. Esses laços, porém, nem sempre pesavam em conjunto e nem sempre estavam dados a priori das práticas conectivas de ajuda mútua.

O uso da terra e a percepção decorrente são outro ponto que se combina e dialoga com o uso e a expectativa coletiva que cercam a relação com rios, brejos e juçaraís. Me reporto ao

relacionamento local com a terra a partir da agricultura convencionalmente denominada de subsistência. “Tinha muita roça. Isso aqui tudo era roça. Da beira dessa estrada até o Alto Bonito, tudo era roça e poucas pessoas tinham área própria pra fazer suas roças” (Seu Deco, morador de Alegria). De modo preponderante, as roças eram cultivadas em itinerância em terras cedidas por terceiros e, geralmente, estes últimos eram moradores locais incluídos em redes de reciprocidade em que o trabalho nas roças e os seus produtos eram pagamentos por trabalho recebido e concessão de uso do espaço por outros moradores que detinham terrenos mais extensos. Dona Mundoca Ferraz costumava ceder uma parte do seu sítio a seu vizinho, Seu Justo, pai de Justino e sogro de Fátima, para que ele pudesse fazer roça, já que ele morava no “lado do brejo”. Os frutos da colheita eram partilhados com a mãe de santo, moradora do “lado da roça”.

Vale destacar que, nativamente, as classificações “lado do brejo” e “lado da roça”, usadas por meus vizinhos, são distinções geográficas dos solos propícios à agricultura e daqueles propícios ao extrativismo da juçara e do buriti. A agricultura tradicional e itinerante comporta um sentido diferente daquele da economia de mercado preconizado pelo direito dominante, emergido com a propriedade absoluta da terra, que reúne, num só tempo, posse e domínio (Martins, 1993). A agricultura praticada pelos antigos habitantes da região de Maracanã, por seu viés, apregoa um valor de uso, no sentido da importância prática dada pelos sujeitos à satisfação das necessidades econômicas de um conjunto de agregados familiares e das relações vicinais de confiança atualizadas no cotidiano.

Aceno, então, para a operacionalização da “relacionalidade” numa perspectiva mais abrangente, pois “o significado do que é criado e aprendido nas casas tem o potencial de nos levar para além delas” (Carsten, 2004). Laços de amizade, de parentesco e de afinidade são criados de forma simultânea e articulada na convivência do trabalho conjunto nos rios, nas casas de forno, nas casas de morada, nas festividades e, ainda, nos passos de quem percorre os caminhos. No contexto tratado, a afeição, enquanto laço em processo, abrange as vinculações emocionais, sentimentais, sensoriais e perceptivas que engajam as pessoas entre si e destas para com seus rios, brejos, juçarais e seres não humanos. Isso é o que, a meu ver, proporciona a identificação, no sentido conectivo da semelhança e do conhecimento, que os “habitantes mais antigos” da região de Maracanã sentem pelo lugar onde habitam. Por não ser estática, a identificação vai assumindo forma no permanente movimento das práticas e habilidades desenvolvidas nas relações do humano com o não humano.

4.2 ANDANDO DE LUGAR EM LUGAR SE TECE RELAÇÕES



Benedo vai, Benedo vem
 Benedo é a terra de quem quer
 bem
 Vem cá, Camila, vem cá, meu
 bem
 Tu és das outras que a gente quer
 bem
 (Cantiga de roda de Maracanã.
 Autoria desconhecida. Áudio
 disponível/voz de Marlene
 Jansen. Ler código QR)

Andar é uma atividade inteligente e subestimada. Tim Ingold faz essa observação em sua crítica à concepção ocidental de que as mãos teriam precedência sobre os pés no que tange ao exercício da função intelectual nos seres humanos, diferenciando-os, assim, dos quadrúpedes com seus quatro pés plantados no chão. Isso porque os pés nos seres humanos impulsionariam o corpo dentro do mundo natural, enquanto as mãos estariam livres para aplicar os projetos inteligentes da mente na transformação das superfícies. A crítica incisiva do autor se volta a confrontar a separação entre natureza e cultura existente nesse postulado. Contra a representação das mãos como acopladas ao cérebro na realização do domínio universal pelo ser humano, Ingold defende que:

Ao invés de supor que a mão opere sobre a natureza, enquanto os pés se movam nela, prefiro dizer que tanto mãos quanto pés, aumentados por ferramentas, luvas e calçados, mediam um compromisso histórico do organismo humano, em sua totalidade, com o mundo ao seu redor. Pois certamente andamos, assim como falamos, escrevemos e usamos ferramentas, com o corpo inteiro (Ingold, 2015, p. 89).

O alcance das movimentações socioespaciais vem do engajamento ativo no e com o ambiente. O corpo, que envolve todos os seus sentidos, vai densificando os laços com os lugares, superfícies e paisagens nos tipos de mobilidades daqueles que se engajam com ele. Então, caminhos, estradas, rios, brejos e seus juçarais, assim como as casas, são transformados continuamente nos emaranhados das conexões construídas com os habitantes, que também são transformados por eles. Ao andarmos pelos ambientes, é que eles se tornam conhecidos para nós e nós nos tornamos conhecidos para eles.

Para se deslocarem ao centro, ou no dizer dos “antigos”, à cidade até a década de 1970, os moradores da região de Maracanã usavam canoas e pequenos barcos no Porto

Grande, que fica a aproximadamente 1 km da porção territorial onde morei em Alegria. Mas também usavam as vias de piçarra, a BR-135, em boas condições de tráfego, tendo como meio condutor os paus de arara, caminhões adaptados para o transporte irregular de passageiros e mercadorias. Pouco a pouco, foi sendo substituído por ônibus pertencentes às empresas de transporte coletivo municipal. Porém, os trajetos entre localidades rurais eram percorridos a pé e, depois, foi se tornando mais comum o uso da bicicleta também. Ir para as roças, aos rios para pescar e à mata para caçar compunham deslocamentos diários, que exigiam destreza no passo dentro da vegetação rasteira, da lama, do areal e por entre pedras e galhos, agilidade para subir em árvores quando necessário e um preciso senso de direção de dia e de noite. No processo, as pessoas costumavam se deslocar bastante, chegando a andar quilômetros de distância.

Dona Lucinha, uma antiga gestora da escola Major José Augusto Mochel, que conheci frequentando as missas na igreja de São Sebastião, menciona que passear era uma das atividades mais divertidas e prazerosas de sua infância e juventude. Recorda que sua mãe, Sofia, fazia de tudo para que ela e as quatro filhas pudessem curtir esses momentos juntas, e pouco a pouco os passeios foram agregando amigos e conhecidos.

A gente acabava formando um grupo de 8 a 10 pessoas [risos] e íamos andando. Tudo a gente fazia andando. A gente ia para a praia andando. Nós sempre gostamos muito de passear e essa história de não ter carro, de não ter dinheiro nunca foi empecilho. Não podia ainda ir para longe, mas perto a gente fazia. A gente se reunia e planejava ir à praia. Onde é a Vale se chamava Praia do Boqueirão e tinha umas famílias de pescadores. Nós fizemos amizades com eles. Quando chegava o sábado à tarde a gente juntava o que tinha de comida e de roupa, botava numa sacola e íamos embora andando. A gente ia para a Vila Maranhão. Da Vila Maranhão pegava a estrada e íamos bater lá. Ia em grupo conversando, brincando. Não tinha violência [...] A gente ia pra praia, chegávamos à casa da família que a gente conhecia lá e éramos bem recebidos, acolhidos. A gente brincava, banhava. No outro dia à tarde a gente vinha embora andando. Mamãe dizia assim: “hoje vamos passear no Rio dos Cachorros”. A gente saía por aqui e passava lá no Ambude e ia bater no Rio dos Cachorros. Aí mamãe dizia: “hoje a gente vai passear no Ferventa”. Ai a gente ia andando. Sempre gostamos de passear (Entrevista à Dona Lucinha, Moradora da Região de Maracanã).

Para o leitor que não conhece a região de Maracanã, pode ser que lhe escape imaginar a distância geográfica entre as localidades citadas por Dona Lucinha e não veja nisso nada demais. Morando em Alegria, não encontrei ninguém que, atualmente, se disponha a um deslocamento espacial corriqueiro tão extenso como o narrado por Dona Lucinha. Quando não têm carro próprio ou moto, as pessoas vão aos pontos de ônibus na avenida principal e esperam por um veículo que vem do terminal de integração situado na BR-135 em direção, por exemplo, à Vila Maranhão. Se a intenção for chegar a outras localidades, como Rio dos

Cachorros ou outra mais próxima às praias e ao distrito industrial, elas esperam pacientemente por um ônibus integrado. Depois, já no terminal de integração, pegam um ônibus específico para uma dessas comunidades.

Fazer um percurso assim a pé é considerado longo demais, além de perigoso e demorado. Cansaço físico e ansiedade descrevem minha experiência pessoal de caminhar por Maracanã até chegar à Alegria e Vila Mochel. Andar por uma avenida sem acostamento, com poucas calçadas e com trânsito intenso me fazia sentir medo de atropelamento. Por vezes, encontrava paredões de tijolos cercando sítios de cada lado da avenida e, em outras, passava por paredões de juçaral. Nas duas situações, sentia medo de assaltos. Não deixei de ser afetada pelas expectativas e narrativas de insegurança dos meus interlocutores. De outra maneira, quanto mais recorrentes eram meus deslocamentos por determinadas áreas, mais próximas e familiares elas se tornavam para mim.

Andar entre localidades dos arredores do distrito industrial não era visto como prática custosa. Creio eu que a familiaridade com os ambientes, desenvolvida no caminhar cotidiano, e o repetitivo seguir sentado em um veículo automotivo acabam conformando noções particulares de tempo e espaço (Massey, 2000; 2008). O transporte urbano de massa nas regiões ditas rurais, na relação com um modo de vida urbanizado, contribui para alterar a estrutura social local e, com ela, a percepção das distâncias geográficas e espaço-temporais. No entanto, mesmo a extensão e atuação do transporte urbano não são homogêneas dentro da ilha. O serviço é prestado de forma diferenciada, dependendo das regiões. Nas áreas rurais e periféricas, ele é mais sucateado e descontínuo. Isso não deixa de afetar a percepção de tempo e espaço nessas regiões, porque os moradores manejam o tempo de oferta do serviço de transporte público e ocupações remuneradas geograficamente distantes do lugar onde habitam na relação com o tempo de suas práticas locais e vice-versa.

Objetivamente, as vizinhas que tive em Alegria redefinem vínculos e relações com o trabalho remunerado no centro da cidade e em áreas “nobres”, em virtude das responsabilidades familiares, religiosas e militantes exercidas no bairro onde moram. Diaristas e empregadas domésticas que conheci realizam um trânsito no universo laboral, percebendo em seu vínculo empregatício não uma fonte fixa de renda (mesmo que tenham carteira assinada), mas algo temporário, que lhes possibilita compor a renda familiar até o ponto em que não comprometa outras atividades.

Trago aqui a experiência de Azul, que não foi meu vizinho, mas cuja família frequentei e com quem conversei diversas vezes. Ele conta que o engajamento militante nas causas sociais de seu bairro e o envolvimento na organização de eventos ligados aos

divertimentos locais impactam diretamente as possibilidades de vinculação a empregos fixos por longos períodos fora da região de Maracanã, uma vez que isso implicaria se submeter à rotina do trabalho assalariado, que envolve a perda do controle do tempo dedicado a atividades nas quais sente maior realização pessoal. Por isso, ao longo da vida, foi aprendendo “de tudo um pouco” para “saber se virar na vida”. Além de ser “tirador de juçara”, já trabalhou nas pedreiras “tirando pedra”. No período em que nos conhecemos, exercia as funções de assistente parlamentar, carpinteiro, bartender, pedreiro e eletricista. Andar pelas redondezas, ou seja, por seu bairro Vila Primavera, Vila Sarney e por Maracanã, visitando amigos, parentes e conhecidos para conversar, levar e trazer recados integra seu sentido de realização pessoal, que é uma forma de ser e estar no mundo.

Eu gosto desse contato, eu gosto desse contato pessoal. Eu prefiro ir à casa da pessoa do que ligar pra ela. Às vezes eu esqueço que tenho número da pessoa e saio de casa pra dar o recado pra ela. Eu podia ligar, mas o costume de tá falando e conversando com a pessoa me faz andar. Exemplo, mamãe pediu pra eu ir convidar a rezadeira pra rezar a ladainha [ladainha em latim para a queimação de palhinhas] no dia primeiro [na casa da mãe dele]. Fui à casa dela: “pode deixar que eu vou” [a resposta da rezadeira]. Ai não faço mais nada naquela manhã. Só aquilo ou então durante a tarde. Aí voltei de dar o recado. Depois mamãe resolveu mudar de ideia porque dia primeiro tem evento da igreja e esse evento mobiliza a comunidade quase toda. Então, mamãe perguntou se dava pra Rezadeira ir dia 09. Aí voltei a fazer as mesmas visitas nas casas antes de dar o recado. Assim, se eu vou visitar uma pessoa, a minha tarde ou a manhã é só praquilo. Encosto na casa de um, encosto na casa de outro.

Luzinele: As pessoas de Maracanã visitam constantemente os parentes na Vila Sarney e na Vila Primavera como tu fazes?

Azul: Os mais velhos fazem isso. Não fazem com mais frequência por causa da mobilidade física, das limitações físicas. As pessoas que têm entre 50 e 70 anos tem o costume de visitar as casas. Esse pessoal com menos de 40 anos não faz isso [...] só se for pra uma festa (Entrevista a Azul, morador da Vila Primavera).

O andar de Azul é impulsionado por todos os nós que o ligam a uma rede de relações não estática com o espaço transitado e com as pessoas que compreendem seus afetos. É a presença recíproca que traz para um mesmo plano de entendimento conversar e andar. Vale pontuar que, na visão dele, é preciso estimular a troca de visitas por meio da atitude regular de, ao andar, parar para conversar com as pessoas sem pressa. Nisso, o tempo e o espaço têm uma conotação etnograficamente desafiadora aos pressupostos que essencializam e compartimentalizam práticas que costumamos classificar como lazer. Andar por aí sem afã de chegar logo ao destino, visitando e parando para conversar, também é divertimento. A mobilidade é, em si, produtora de mundos habitáveis, sendo que o movimento define tempos espaciais e cria experiências de tempo no espaço (Guedes e Souza, 2021).

O deslocamento socioespacial é imprescindível em um ideal de relações de confiança recíproca, que evoca certo conhecimento do outro em devir, orientando as experiências. Assim, a imposição de empreendimentos habitacionais por parte de uma política de Estado, que na percepção nativa é o signo da presença de atividades ilícitas e violentas ligadas a coletivos criminais, significa uma ameaça de ruptura desse ideal. Esse entendimento é mais ostensivo na experiência narrada por Dona Zuíla Valente, de 74 anos. Seu sobrenome veio do vínculo matrimonial com o marido já falecido, Carlos Valente, mais conhecido como Seu Caíta. Os primeiros contatos que tive com a mencionada senhora ocorreram em breves cumprimentos nas missas dominicais. As irmãs Ferraz e sua mãe, por terem participação bastante ativa na igreja de São Sebastião, não deixavam de frequentar as missas aos domingos, e eu sempre ia junto. Mas o que foi determinante para que ela se sentisse mais segura em conversar comigo foi minha presença nas reuniões da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI) no final de 2019. Uma dessas reuniões, coordenadas por Deca e Silvinha, aconteceu numa casa vizinha à de Dona Zuíla, e ela lá esteve presente.

No primeiro semestre de 2020, as oportunidades de interação face a face se reduziram bastante em virtude das medidas sanitárias adotadas contra a propagação do coronavírus, o que tornou a comunicação com interlocutores idosos um tanto problemática. O uso do celular e das redes sociais não é regular entre pessoas da faixa etária de Dona Zuíla, no meu campo, e as conversas por chamadas telefônicas se mostraram frustrantes por esse motivo, adicionado ao fato de que a disposição para dialogar à distância é diferente daquela face a face, principalmente com pessoas que tinham tido contato recente comigo e que ainda não se sentiam à vontade. Todo esse contexto definiu as condições nas quais se deu minha conversa com a interlocutora na casa dela em meados do segundo semestre de 2020. Como as oportunidades de diálogo estavam restritas, optei por gravá-lo, pois, diante dos riscos de contágio, evitaria fazer outras visitas a ela. O mesmo, aliás, aconteceu com outros interlocutores idosos.

O núcleo familiar de Dona Zuíla (filhos, netos, bisnetos) se distribui em uma mesma extensão. Ela conta que o pai e avós de seu marido eram portugueses e adquiriram muitos bens imobiliários na região. A família chegou a ter um porto próprio com canoas para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias com destino ao centro antigo da capital. Porto Grande dos Valentes, assim era chamado. Após a morte dos pais de Seu Caíta, a propriedade da terra foi dividida entre os filhos, que, a essa altura, já tinham seus próprios núcleos familiares vivendo nela. Os Valente foram prósperos economicamente no século XIX e parte do século XX. Nas décadas de 1970 e 1980, Seu Caíta e os irmãos direcionaram parte

de suas terras à atividade mineral, inclusive contratando pessoas vindas de fora para essa atividade. Passado o boom das pedreiras, parentes do marido de Dona Zuíla concordaram em vender uma extensão da gleba para Afonso Bacelar, de quem já falei no capítulo anterior. A porção que lhe foi vendida era uma área de mata e tinha alguns sítios arqueológicos, comunicando-se, ainda, com uma área de brejo e juçaral na porção que pertence aos Valente.

Acontece que, com a implementação do PMCMV, a área passou a ser alvo do setor da construção civil e do mercado imobiliário para a construção de condomínios populares. O então proprietário aproveitou a oportunidade e vendeu o imóvel. No lugar, foi construído o Residencial Vila Maranhão, um conjunto de blocos de apartamentos situados entre Alegria e a Vila Maranhão. Para Dona Zuíla, as mudanças agressivas nas relações locais começaram duas décadas antes da construção do condomínio; porém, foi com ele que “as coisas pioraram muito” em dois pontos: na mobilidade espacial dos membros da família pelo aumento da violência e na diminuição da safra da juçara em decorrência da devastação do brejo, que foi causada tanto pela fase de construção do empreendimento quanto pela do pós-obra e entrega aos moradores, pois o esgoto é lançado nas nascentes que alimentam rios e brejos.

Me detive longamente na descrição do contexto para embasar as especificidades socioespaciais que evidenciam a multiplicidade de relações que a família Valente articula e atribui sentido. A primeira vez que andei pela rua de Dona Zuíla e de seus parentes, apenas cercas de arame delimitavam externamente o sítio onde ela e os filhos moram, e estruturas de ferro gradeavam as janelas. É comum o terreno ser fracionado conforme os descendentes vão fundando seus próprios núcleos familiares, dando espaço para que eles construam suas casas nas proximidades das casas dos pais e avós dentro do mesmo sítio, levando a relações de parentesco elaboradas no convívio entre essas unidades domésticas (Wiggers, 2013). Isso incide na base de sua socialidade.

O fluxo de pessoas, objetos, alimentos e atenções entre as casas é constante e, geralmente, a casa mais transitada é aquela fundante, ou seja, a dos pais ou avós. Essa mobilidade também perpassa a casa dos Ferraz e aquelas em que seus núcleos familiares não estão situados dentro do mesmo sítio da casa fundante, mas sim na mesma rua ou em ruas próximas. Marcelin (1999) operacionaliza, no conceito de configuração de casas, a ideia de que a casa não pode ser pensada como uma realidade simbólica e concreta isolada, mas sim no âmbito de uma rede onde os agentes se movem segundo referências espaciais. Nos termos do autor, a casa, enquanto categoria analítica, está mais para processos relacionais de criação e recriação de laços de cooperação entre agentes familiares oriundos de várias casas do que

um conjunto imediatamente delimitável. A autonomia de cada entidade (casa) é construída na interdependência entre elas.

Se a casa pode ser pensada como uma prática, uma estratégia na construção da domesticidade, ela pode se constituir nas inter-relações que mantém não somente com outras casas, mas também com ambientes circundantes e suas práticas envolventes, como é o caso da interação com o brejo em toda a sua materialidade e realidade intangível. Neste caso, pensar em termos de uma configuração doméstica multiespecífica pode ser apropriado para descrever o intercâmbio de redes de casas com o brejo. Água, juçara e buri podem transitar pelas casas na mesma medida em que os habitantes destas circulam pelo brejo, num tipo de domesticidade com viés multiespecífico. As mudanças agudas sofridas por qualquer dos ambientes reverberam nos fluxos do outro. Estou falando, sim, de configuração, porém de uma que viabiliza e estimula a mobilidade espacial entre humanos e não humanos.

Os elementos socioespaciais emergidos com a presença do residencial Vila Maranhão tensionam práticas e valores que movem os membros da família Valente. “As coisas pioraram muito” com a presença do residencial Vila Maranhão, como observa Dona Zuíla, porque ela, seus parentes e vizinhos de longa data foram se sentindo cerceados pelo aumento de atividades ilícitas, de ações violentas e desrespeitosas no que diz respeito aos seus costumes, advindas, segundo ela, dos novos vizinhos.

Dona Zuíla: Quando a gente menos esperava, diziam: “olha, mataram fulano de tal”. De vez em quando acontecia uma coisa dessa. Eu pensava: meu Deus, que coisa horrível! Aí quando começa a tendência é piorar e hoje está na situação que está. A gente não pode mais nem sair de casa. Teve uma época aqui que estávamos todos apavorados. Nem de casa a gente saía. Foi na época que atacaram o menino ali e mataram outro na porta ali.

Luzinele: Essas mortes aconteceram no mesmo período?

Dona Zuíla: O Junior foi primeiro. No dia do aniversário dele. Parece que em 16 de janeiro e o outro foi no mês de junho (período de São João). Fez 2 anos e faz 3 anos que Junior morreu

Luzinele: Como ele morreu?

Dona Zuíla: Esses bandidos aí assaltaram [aponta para os condomínios]

Luzinele: Dos apartamentos?

Dona Zuíla: É.

Luzinele: Vocês também sofreram assalto aqui no sítio?

Dona Zuíla: Foi ali na casa do meu filho que assaltaram. Levaram tudo, tudo, tudo o que ele tinha. Nesse dia a menina chamou Maria de Jesus para dar um macarrão que estava pronto. Era 7h da noite. Foi cedo da noite. Aí Maria de Jesus veio. Quando ela voltou acho que eles já estavam escondidos por ali pelo lado de lá da cerca de arame. Quando ela entrou e fechou a porta eles bateram que arrancou um pedaço da porta. Aí eles entraram. Aí estava minha neta que também já foi assaltada por eles na casa dela. Também estava lá Laís, meu filho, a filha e a menininha pequena. Para você ver, minha filha. Eles foram tão bandidos. Tinha um que gritou: “porra, disseram que não tinha criança!”

Luzinele: Estavam já estavam observando a casa?

Dona Zuíla: Sim, minha filha. Tinha mandante aí. Talvez fosse alguém de dentro da casa dela mesmo. Minha filha, foi tão triste! Isso foi muito triste. Botaram a menina

no chão. Botaram arma em cima da criança. Meu filho ficou muito ruim. Ele passou mal. Pensei até que ele fosse cair em depressão e a criança não consegue esquecer. Aí botaram eles no chão, levaram os celulares de todo mundo. [...]

Dona Zuíla: Depois desse acontecimento foi aquela coisa. Todo mundo andava sobressaltado. Às 6h da tarde todo mundo já estava com porta fechada. Aqui ninguém tinha grades em portas e janelas. Minha filha diz quando ver as portas abertas: “você já estão esquecendo? Não podem esquecer. Eles estão planejando alguma coisa”. Ela costuma falar assim. (Entrevista a Dona Zuíla, moradora de Alegria).

A desconfiança coletiva se torna um dispositivo de controle dos fluxos dos sujeitos e objetos pelas casas articuladas entre si e pelos ambientes a elas conectados, que são as fontes d'água, brejo e juçaraís. O evento dificultou progressivamente o livre acesso do grupo familiar a esses lugares. “Eles tomam os brejos dos outros, minha filha. Os “donos” dos juçaraís, quando entram, ainda botam banca. Querem matar os donos. Dizem que aquilo não tem dono.” É uma situação de contato conflituoso onde os termos do discurso dos “habitantes mais antigos” sofrem uma tradução problemática pelos novos habitantes e vice-versa. A estrutura mental de saber que orienta a interpretação da realidade é informada por um sistema de valores e maneiras de lidar com a alteridade. A tradução problemática pode provocar falhas na comunicação humana nas situações de contato (Todorov, 1983). Mais do que entrever um sistema de trocas, generosidade individual e cuidado coletivo, ser dono de juçaraís, assim como ser dono de rio, comporta um regime de autoridade edificado na perene construção de conhecimento recíproco e, como visto, tal vem causando choque nos habitantes mais antigos na relação com os novos vizinhos.

“Não poder mais sair de casa”, dito por Dona Zuíla, é não poder exercitar a domesticidade espaiada para além dela e que se realiza na confiança comunitária desenvolvida no deslocamento. As mudanças físicas ocorridas no sítio da família de Dona Zuíla ao longo dos quatro anos que se seguiram à entrega do residencial (que aconteceu em 2016) são um modo cada vez mais comum de lidar com o medo desse outro e com a crescente perda da familiarização do ambiente doméstico espaiado na região de Maracanã. Foi assim que, quando passei de carro na frente do sítio da família quase um ano após a entrevista, não pude mais ver a fachada da casa de minha interlocutora nem das demais casas do sítio. Um muro de tijolos e concreto havia sido erguido no lugar da cerca de arame.

Quando meus vizinhos da rua Menino Jesus trazem ao primeiro plano sua convivência com os brejos, os lugares onde se desenvolvem juçareiras, buritizeiros, pés de Angelim, plantas e outros tipos de árvores se expressam, apontando o manejo de frutos no período de safra da juçara e do buriti. Já foi muito comum percorrerem o brejo de Ambude, caminhando dentro da lama e da água para recolher buritis acumulados no lamaçal profundo em muitas

áreas. Para coletar a juçara, é preciso subir nos seus finos troncos de mais ou menos 20 metros de altura, até a parte mais alta onde se encontram os cachos. Essa habilidade é exercitada desde a infância pelas pessoas com as quais dialoguei em campo. O contato físico contínuo com a juçareira, com a vara e o trançado de saco de nylon que sustenta os pés na palmeira, auxiliando a retirada do cacho, fomenta equilíbrio corporal, leveza, rapidez e agilidade do corpo inteiro, inclusive para perceber quando a palmeira se encontra em condições de sustentação do “tirador” de juçara, pois a subida em troncos fragilizados pode trazer riscos fatais.

4.3 ANDAR E SENTIR MEDO



Oh Lua, a tua beleza
me faz lembrar o tempo bom que
se foi
Teu brilho quando vem surgindo
Vai transluzindo o couro do nosso
Boi
Clareia o terreiro, clareia
Aonde meu Batalhão Vagueia
(Reluzente. Toada do Bumba Meu
Boi de Maracanã. Áudio
disponível. Ler código QR).

Andar, percorrer a pé e de bicicleta as estradas de terra e os caminhos estreitos, fora e dentro da vegetação, de dia e de noite, na visão de meus interlocutores e interlocutoras mais maduros (sobretudo), requer uma certa etiqueta que não existe a priori. Ela é criada no convívio contínuo entre os habitantes e os lugares por onde habitam. Encontrei várias pessoas dispostas a contar suas histórias de andantes por entre a vegetação e os caminhos da região de Maracanã. Seu João Maracanã foi uma delas.

Luzinele: Como vocês conseguiam andar no mato e à noite? Não dava problema?

João Maracanã: Os antigos diziam assim: “cuidado, meus filhos! cuidado com os caminhos! Olhe, tem muita coisa nesses caminhos!”. Na realidade, nós, um grupo de quinze pessoas, saímos daqui para uma festa na Vila Esperança, na linha de ferro. Era uma festa tradicional que uma senhora fazia (não lembro o nome dela). Tinha todo ano e acabaram a festa já. Envolvia umbanda e essa festa ela fazia no João Paulo e trouxe pra cá pra Vila Esperança. Era uma festa falada. Então, para chegar a essa festa tradicional a gente ia enfileirado por dentro do mato, passava em duas juçareiras que ficava dentro dum rio. Quando nós fomos por dentro do mato para esse festejo nós éramos umas quinze pessoas entre mulheres e homens. Chegamos dentro da vareda [vereda] de noite e a gente ia só mesmo com a luz da lua. Aí chegamos no meio do caminho e Tuca, que era o corajoso...alguma coisa

interrompeu ele na frente e veio todo mundo para trás. Quando veio todo mundo para trás, o que era caiu no mato. Fez o barulho paaaaa!!! dentro do juçaral. Nessa hora que caiu dentro juçaral ele [Tuca] gritou na frente: corram! Tem alguma alma aqui interrompendo a gente!

Luzinele: [risos] Todos estavam a pé. Numa situação assim nem dava pra andar de bicicleta, né, ainda mais no mato?

João Maracanã: todo mundo a pé. Não tinha bicicleta. A gente tinha que passar por duas juçareiras por cima do rio, que dava uns seis metros de largura. Nós passamos essa duas juçareiras correndo. Eu consegui passar, graças a Deus! Já o meu primo que era outro medroso não conseguiu. Escorregou na juçareira e caiu dentro do rio e já gritando que a alma estava agarrando ele [risos]. Resultado: vieram os dois corajosos da frente, pularam na água, pegaram ele e trouxeram todo molhado.

Luzinele: [risos] (Entrevista a Seu João Maracanã, morador de Maracanã).

Nessa conversa animadíssima, ele conta com o que as pessoas precisavam lidar para chegar a uma festa “falada” ou tradicional, que quer dizer uma festa muito famosa na área, e se divertirem. Acima de tudo, é um exemplo dado por ele para mostrar como adquiriu conhecimento e envolvimento particular com o lugar onde nasceu e cresceu. “Ah, a gente andava por aí tudo. Aqui a gente sentia medo era de alma penada e de espírito”, tornou-se uma resposta habitual daqueles com quem trabalhei às minhas indagações sobre os receios sentidos na circulação pelas vias que conectam os bairros, brejos e juçarais num momento de crescimento da violência urbana. O clima anedótico que perpassa a descrição da situação vivida por seu João Maracanã é tanto para satirizar os temores não humanos ligados à “natureza” e ao mundo dos mortos (coisas nos caminhos e almas que podem agarrar os passantes) dos “mais antigos” como insinuar, seriamente na satirização, princípios orientadores das ações humanas inter-relacionados às não humanas.

Eu levei isso a sério só no fim do primeiro ano de pesquisa, quando parei para perceber a recorrência nas narrativas e práticas de mobilidade espacial e evitações específicas, e, muito embora as menções sejam feitas em sua maioria (considerando o universo de pessoas com as quais interagi e me relacionei) por interlocutores da faixa etária entre 40 e 70 anos de idade, aqueles com idades entre 18 e 30 anos também levantam troças das “lendas” locais enquanto pedem “licença” à Mãe d’água antes de atravessarem os rios.

Uma criança peralta, curiosa, mas medrosa. Assim se definiu Seu João Maracanã na infância. Andava quase sempre acompanhado dos primos; dentre eles, Tuca era o melhor parceiro de andanças e traquinagens. Costumava ir para o mato pôr armadilhas para passarinhos, pescar e tomar banho no Rio de Mamãe Nilza, no qual o Rio do Mirinzal desemboca. Ser medroso e curioso é, na verdade, uma síntese dada à ideia de que o medo lhe ensinou a viver, a se deslocar em certas relações, a ver o outro e ter para com ele atitude de

atenção. Edrick foi quem mediou meu contato inicial com seu parente e veterano do Cruzador da Ilha.

Antes de mais nada, é preciso apontar que determinados lugares e horários suscitam, por excelência, a atitude de atenção, quais sejam: brejos e rios, caminhos, estradas, matas e poços de água às 6 horas da manhã, ao meio-dia, às 6 horas da tarde (às 18 horas) e à meia-noite. Esse é um dos motivos de se procurar companhia para ir e voltar a pé das festas noturnas. “Chamamos esses horários de ‘hora grande’ porque é o momento em que a energia dos encantados é maior. Aí eles não aceitam que seu ponto de encantaria seja invadido” (Fernando Lucas, morador de Alegria). O outro motivo é o risco de o andante solitário encontrar animais peçonhentos e obstáculos físicos ligados à vegetação e às águas que ele não possa transpor sem a ajuda de alguém. Mas a imprevisibilidade do ambiente não é radical nas experiências consideradas; afinal, os habitantes se movimentavam com desenvoltura nele de dia e de noite, e nesta última circunstância, a leitura espacial e de direção é viabilizada pela atenção dos andantes para com a lua e as estrelas, num contexto em que a iluminação artificial dos postes não existia ou não era preponderante na região. Não é por acaso que muitas toadas do Boi de Maracanã celebram a beleza e a inspiração dadas pelos astros celestes. Seu João Maracanã declarou sentir a estranha sensação de que “hoje até a lua se fechou para o mundo”.

As festas, tal qual o fenômeno do futebol amador, fomentavam e fomentam diálogo sociocultural entre localidades rurais vizinhas, aproximando-as na sociabilidade das casas oficiantes das “obrigações” aos santos católicos e às entidades afrobrasileiras. Quando não estavam participando das festas de suas próprias comunidades, noutros tempos chamadas de povoados, os contemporâneos de meu interlocutor se dirigiam às festas dos povoados e comunidades vizinhas. Hoje não é muito diferente, a não ser o fato de que as festas, por motivos religiosos no âmbito doméstico, são minoria num universo de possibilidades de divertimentos e no contexto de mudanças nas relações interpessoais que a expansão urbana de São Luís trouxe nas últimas quatro décadas. “A gente ia para festa longe. A energia nossa era candeeiro e lamparina. Quando a gente não saía de Maracanã para ir às festas, a gente pegava o rádio e fazia festa com o rádio na lua bonita” (João Maracanã, morador de Maracanã). Grupos de homens e mulheres, parentes ou não, eram formados para irem às festas andando. “Eu ia andando com tia Jura, com meu tio e um irmão mais velho. Juntava uma patota e ia lá para o Rio Grande, Itapera, para a Vila Maranhão” (Dona Denis, moradora de Alegria).

Então, a mobilidade proporcionada pelas festas marca o chão e a paisagem noturna pelo caminhar recorrente, ao mesmo tempo em que os sentidos e sentimentos dos sujeitos andantes vão se elevando na socialidade ambiental, se conectando afetivamente aos lugares.

Merleau-Ponty (1999) assinala a intencionalidade corporal quando argumenta que o corpo não pode ser separado da mente na atividade cognitiva, pois nossos sentidos, ao se articularem com corpo e mente, produzem significado e sentido ao mundo vivido. Tenho em mente a sensação corporal inclusa num campo relacional mais amplo em que meu interlocutor atribui sentido à experiência com os ambientes de Maracanã e com seres que vão se agregando nas suas linhas de vida. Seu João Maracanã aprendeu na infância a respeitar alguns limites da interação com outros seres, aqueles limites que mencionei mais acima.

Fiquei doente quando fui assombrado pela Mãe D'água um dia lá no Rio de Mamãe Nilza. Eu tinha de 11 pra 13 anos. Nêgo não acredita, mas nesse mato também já aconteceu muita coisa comigo. Eu já fui espinhado pelo tucunzeiro. Ao meio dia fui olhar minha arapuca e o Surrupira me trouxe para dentro do espinheiro e eu fiquei espinhado. Aí foi que meu primo percebeu, me chamou e consegui gritar. Aí ele veio e me tirou. (Entrevista a Seu João Maracanã, Morador de Maracanã).

Os interditos enunciados levantam a percepção de que determinados horários não pertencem à mobilidade humana e sim à de outros seres que também se movem territorialmente e se conectam ao ambiente enquanto habitam, tendo sua forma de habitar inter-relacionada à mobilidade humana. Portanto, esses outros entes também compartilham do sentido particular do uso comum que os torna donos de lugares. As fronteiras espaço-temporais advindas dessa vizinhança multiespecífica já foram seguidas com zelo pelos moradores, afetando suas atividades cotidianas. Afazeres nos rios, nos poços e nas roças não costumavam ultrapassar o horário das 11 da manhã. “A gente ia, mas quando dava 11 e meia a gente já estava em casa e também a gente ia em grupo” (Seu Deco, morador de Alegria). Romário Pontes, compadre de Silvinha Ferraz, mencionou em sua casa certo dia que as pessoas comentavam que “as Mães d'água arrastavam gente para um poço do sítio vizinho à sua casa”.

Assim, Seu João Maracanã foi puxado e espinhado pelo tucunzeiro porque infringiu a regra da circulação nas proximidades do ponto de encantamento ou de encantaria do Surrupira, ou seja, o pé de tucum no horário de meio-dia. Surrupira (chamado de Seu Surrupira pelos praticantes de religiões afro), também conhecido como Curupira em outras regiões do país, é um “encantado” ligado às matas e cultuado em religiões de matriz africana. A razão que os moradores da região de Maracanã dão ao nome Surrupira vem de um traço comportamental que lhe é marcante: ele açoita, surra os animais que atravessam seu caminho. Dona Maria citou o caso de uma cadela pertencente a uma amiga sua e que, reiteradas vezes, sofreu surras por parte dele. “Dona Odinéia tinha uma cachorra que via essas coisas de

caboclo. O povo fala isso. Ela apanhava muito do Surrupira. Ela ficava gritando aí na estrada sem ninguém estar batendo nela.”

Imagem 20 - O Surrupira⁴⁹



Fonte: Erilete Sales, moradora do 21. Acervo da pesquisa.

Depois de adulto, meu interlocutor voltou a encontrar o Surrupira num tambor (festa de terreiro). Na ocasião, ele incorporou na mãe de santo e apontou com veemência na direção de Seu João Maracanã, que estava em pé do lado de fora do “barracão”. Ele adentrou o espaço, respondendo ao chamado silencioso. “Ele nunca tinha me visto lá antes. Entrei no barracão, ele me abraçou e me deixou todo espinhado.” Seu João vê nisso um sinal de que o Surrupira se lembrou de suas travessuras perto do seu tucunzeiro quando criança e quis que ele também se lembrasse dele, deixando seu corpo espinhado.

Outra característica que salta nas narrativas sobre essa entidade, que costuma se manifestar na forma de um menino com os pés virados para trás, é que ela anda bastante. Anda pelas estradas de terra, dentro e fora da mata, circula pelos quintais, pelos terreiros de religiões afro, nas ocasiões de festas e roças indistintamente, algumas vezes assobiando. Seu Jadiel diz que ele e os amigos se acostumaram a ouvir os assobios do Surrupira todas as noites subindo a rua Menino Jesus, enquanto esse senhor e os vizinhos tinham o hábito de jogar

⁴⁹ Com estatura infantil e aparência de um menino, a manifestação do Surrupira, bem como sua representação gráfica, reúne fragilidade infantil, travessura, força física e temperamento bravo.

dominó na porta de casa. “A gente não conseguia ver quem estava assoviando, mas não era passarinho. Ele passava e parava de assobiar quando chegava ali e ia embora. A gente não parava de jogar e ficava só ouvindo. Naquela época, não tinha tanta televisão como hoje. Então, a gente ficava jogando na porta à noite. Pra gente, o assoviador era o Surrupira.” O mesmo senhor afirma ter encontrado os rastros (pegadas) desse ser num caminho de areia que cortava a mata que deu lugar ao Residencial Santo Antônio.

Eu cheguei a ver o rastro dele um dia. Lá onde é o Santo Antônio tinha dois caminhos: um que vinha por fora e outro mais antigo por dentro do cercado. Só que esse caminho por fora era cheio de pau, de pedra. Com o tempo a nêgada cortou o arame e começou a passar pelo caminho antigo e ia sair lá no túnel. Era um areal largão. De manhã cedinho eu e um camarada dali passamos lá. Aí eu vi e perguntei: porque esse rastro de menino [criança]? Alguém arriou menino aqui? Aí o camarada disse: rapaz isso é rastro de Surrupira. (Entrevista a Seu Jadiel, morador de Alegria).

Dona Ângela, uma mãe de santo que conheci em Alegria através de Deca Ferraz e que é prima de Nêga, acredita que os Surrupiras não andam mais pela região de Maracanã como antigamente porque seu ambiente foi muito alterado.

Luzinele: Me contaram dos Surrupiras

Dona Ângela: Mas hoje não tem mais

Luzinele: Não tem mais. Por quê?

Dona Ângela: Não tem mata, minha filha. Onde eles vão ficar? Surrupira é da mata. Onde tem aqui? Bem aqui tem esse beco [ela aponta para a via estreita ao lado de sua casa] livre que deixei porque eles passavam aqui. Até meus filhos viam eles.

Luzinele: A senhora deixou o beco por causa dele

Dona Ângela: Sim. Deixei o beco porque eles vinham daqui da mata e passavam bem aqui. O dono comprou ali atrás e fez um muro enorme. O da frente, bem ali fez outro muro enorme. Por onde que eles vão passar, filha? (Entrevista à Dona Ângela, moradora de Alegria).

O processo crescente de construção de muros separando as casas e sítios na região representa, segundo Dona Ângela, a progressiva interposição de obstáculos à mobilidade territorial dos Surrupiras e a devastação do seu habitar (“onde eles vão ficar?”, “onde eles vão passar?”), obrigando-os a procurar ambientes mais propícios ao seu modo de existir: as matas e sítios sem muros, cada vez mais distantes dali. Esse modo de existir parece ser avesso à visão do espaço como uma extensão fixa e com apropriação absoluta, índice de um ethos social hiperindividualista e ambientalmente hesitante de contato. Não é para menos, os moradores sentem que a paisagem, do ponto de vista geográfico, tem se tornado estranha na última década, dificultando a proximidade interpessoal que conheceram nas relações de vizinhança de outrora. Por outro lado, veem como mudanças pertinentes aos receios atuais. Que o diga as medidas práticas tomadas pela família Valente. A estranheza motivou um

comentário de Dona Maria Ferraz enquanto voltávamos com Fátima, a vizinha, pela rua Menino Jesus, num domingo de manhã, após a missa. Ao olhar em direção à casa de uma pessoa conhecida, observou: “esses muros são tão altos. Não dá mais pra ver ninguém e nem saber o que estão fazendo lá dentro.”

Voltando a Seu João Maracanã e ao seu processo de aprendizagem com as coisas humanas e aquelas não humanas, suas traquinagens levaram-no não só a se resolver com o Surrupira, como também a encarar a Mãe d’água no Rio de Mamãe Nilza. A um só tempo, ele violou o tabu do horário e ainda por cima foi sozinho, levando-o a ser “assombrado” por ela.

Seu João Maracanã: Cheguei no rio pra banhar e olhei aquela sereia bonita, né.

Luzinele: e como ela é?

Seu João Maracanã: É bonita. Eu só me assombrei porque olhei para ela, pro olho dela.

Luzinele: E como era?

Seu João Maracanã: Bonito, aquela coisa sisuda... me deu uma carreira. A gente tem aquela sensação da correria, né. Eu cheguei gritando: “mamãe! mamãe!”. Foi aí que ela me benzeu e tirou tudo de mim na mesma hora (Entrevista a seu João Maracanã, morador de Maracanã).

A Mãe d’água é um encantado ligado à água doce. Ela compõe com os humanos num mundo povoado por múltiplas agências e é uma dona diligente, que cuida do que é seu, com a qual os humanos devem ter cuidado. No conhecimento acionado pelos habitantes mais antigos de Maracanã, juçaral, brejo e água são indissociáveis; um existe por causa do outro. A água tem um peso decisivo nessa ontologia, por não apenas derivar todas as formas de vida que compõem o brejo, mas também por manter o fluxo harmonioso dos materiais e energias em intercâmbio ininterrupto. A Mãe d’água é a manifestação da harmonia do fluxo vital que enreda seres de diferentes planos da realidade. Daí, penso eu, que faz todo sentido ela ser “mãe” da água. Um juçaral sem Mãe d’água é um lugar onde a existência concreta e plural está em risco. “Durante toda a minha infância, tinha essa questão do sagrado no que se refere ao brejo, ao rio e ao juçaral que está no brejo” (Cristiane, moradora de Alegria). “A Mãe d’água foi embora e o juçaral está morrendo” (Dona Ângela, moradora de Alegria).

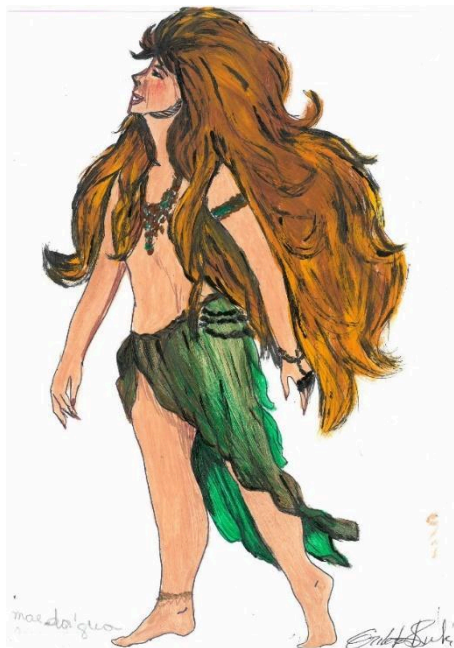
Se a presença desse encantado está ligada à água doce, na região de Maracanã, bem como na baixada maranhense, todos os ambientes onde a água brejosa flui são potencialmente locus da agência dela. Por isso, as nascentes e os poços perfurados nas raízes das juçareiras e em suas proximidades nos quintais suscitam as mesmas deferências humanas que os rios. Assim como os Surrupiras, as Mães d’água são incorporadas por médiuns no cotidiano e em momentos rituais nos terreiros. “Quando os rios estavam em boas condições de banho e o brejo estava bem, elas costumavam incorporar nos médiuns em dias de lazer aqui no bairro,

mas o rio está poluído e sem qualquer uso agora” (Fernando Lucas, morador de Alegria). Alguns afirmam que, diante do estado atual do brejo, elas estariam mudando para outros lugares mais propícios.

A capacidade articuladora das experiências com encantados está para além de sua incorporação em médiuns nas situações rituais dos terreiros. Apoiando-me em Ahlert (2021), afirmo que nisso está implícita uma compreensão do necessário investimento cotidiano na manutenção dos elementos (juçaral, brejo e água) para a reafirmação de laços e saberes compartilhados por pessoas e esses entes. Nesse viés, o estado degradado do brejo e seus ambientes evidencia o descompromisso com uma “obrigação” coletiva de cuidado.

Os encantados são seres espirituais que um dia foram pessoas e viveram na terra como qualquer mortal. Desaparecendo misteriosamente, passaram a viver em outro plano (Ahlert, 2016, 2021; Ferretti, 2008). Meu campo de pesquisa evidencia uma visão expansiva dos laços que unem pessoas e entidades. Fábio Marlos, pai de santo e bisneto de Mundoca Ferraz, destaca que os encantados, como a Mãe d’água e o Surrupira, se situam num plano muito próximo ao dos humanos e que, por isso, aqueles estão apegados a atividades do mundo terreno e material. Não se apegando pelo aprendizado com os humanos. Então, na “hora grande”, as Mães d’água saem de seus recantos para lavarem roupa nos rios, e o Surrupira sai para andar, interagir e observar o mundo.

A manifestação e agência delas não são percebidas somente nos seus engajamentos com médiuns, e os efeitos desses engajamentos não se estendem apenas às conexões parentais, aos ambientes domésticos e às situações de vida relativas aos médiuns, pais, mães de santo, seus parentes e amigos. Todo um universo coletivo de relações socioespaciais mais amplas da região etnograficamente recortada é figurado pelas presenças cruzadas dos humanos com esses não humanos. A paisagem dos brejos, das matas e sua vitalidade são construídas nos entrelaçamentos que cada elemento tem entre si e destes para com a participação das pessoas e entidades, o que me leva a visualizar o fenômeno mais ou menos como um epicentro. De modo que a energia criativa vai se expandindo e se difundindo a partir de canais de desenvolvimento e manifestação da força dos encantados, que são pessoas, lugares e seus elementos, incluindo aqueles que são “pontos de encantamento”.

Imagem 21 - A Mãe D'água⁵⁰

Fonte: Eriete Sales, moradora do 21. Acervo da pesquisa.

O brejo é um ambiente de ação multiespecífica e é imperativo descrever e situar suas diferentes dimensões e os significados que ele acaba recebendo no conjunto da percepção humana. O que é o brejo, afinal? Por que ele recebe tamanha valoração nas experiências locais? Ao notar que ele é quase uma entidade nas narrativas dos meus interlocutores, levantei essa indagação. Até porque pouquíssimas vezes interagi de forma mais direta e duradoura com esse ambiente ao longo da pesquisa. Aquilo que o brejo significa é dado num campo relacional que envolve usos práticos no dia a dia, senciência corporal e intercâmbios entre planos existenciais.

Uma extensa área alagada, sendo alguns pontos mais alagados que outros. O solo e as pedras de coloração amarronzada e avermelhada, em contato com a transparência e tranquilidade das águas, acabam por lhe dar visualmente a mesma sensação de cor. Dependendo do trecho, o solo é mais ou menos pantanoso. A vegetação, na maior parte, é formada por longas juçareiras e pés de buriti que se tornam verdadeiros paredões verde-escuro em áreas específicas, aquelas mais ao interior. Enquanto ambiente mais amplo, o brejo abriga vários tipos de animais, entre cobras, aves, peixes e jacarés. Os rios, estreitos cursos de água

⁵⁰ As Mães D'água são encantados da água doce e que transitam de uma dimensão muito próxima a dos humanos. Nesse contexto, água e juçaral estão mutuamente implicados. Note no desenho que a juçara faz parte dos ornamentos corporais de uma Mãe D'água branca e loira. Uma base racial demarca a percepção nativa dessa entidade, uma vez que, ao contrário da preta, de quem pouco ouvir falar, a Mãe D'água branca protagoniza muitas histórias na região.

(5 a 6 metros de largura), vão serpenteando por entre a vegetação. Durante o dia, o interior dela tem pouca incidência de luz solar, conferindo-lhe um ar sombrio que vai ficando ainda mais sombrio e gélido com a chegada da noite. Um clima silencioso paira ao longo do dia e, à noite, os insetos e anfíbios emitem seus sons distintos.

O aspecto do brejo muda de acordo com horário e fases da lua. Quando era noite escura ficava um breu, um negócio aterrorizante. Quando era noite de lua a gente não precisava de muita coisa. Em noite de lua cheia o brejo fica lindo. A gente cortava os peixes, tomava banho na água gelada. Por dentro do brejo tem aquela água gelada indo até a cintura, às vezes até o peito. Tem lugares rasos e tem outros fundos. O aspecto sombrio e pantanoso é aterrorizante, pra quem não é acostumado. Eu sentia medo. Às vezes, a gente dava com o foco da lanterna em cima do olho do jacaré. É tenebroso. Quero ver o homem que diz que não sente medo dentro de um brejo. (Conversa com Seu Luiz Santana por aplicativo de mensagem).

O contato direto com o ambiente do brejo é um desafio aos sentidos humanos, pois o corpo é incitado a se engajar profundamente no processo de conhecimento desse outro (que é o brejo) e, assim, entender seus sinais e responder a eles o tempo todo. Todos os nossos sentidos, de forma cinestésica, trocam suas percepções e tecnologias sensoriais entre si de tal maneira que o olho tateia, o tato enxerga a realidade, o olfato percebe a aproximação de alguém, além dos cheiros das coisas (Merleau-Ponty, 1999). A reflexão que o brejo desperta nas pessoas com quem trabalhei vem do desempenho altamente engajado do aparato psicobiológico com esse ambiente e suas múltiplas formas de vida. Sua concretude comunicativa emergia nos acontecimentos corriqueiros. “Lembro de namorar no brejo (risos). Namorar perto de um buritizeiro, de uma juçareira e olhando a lua linda e reluzindo nosso sentimento afetivo e em um lugar tão peculiar” (Silvinha Ferraz, moradora de Alegria).

Imagem 22 - O brejo em horário diurno⁵¹

Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa.

Imagem 23 - Ponto de vista sobre o juçaral em horário noturno⁵²

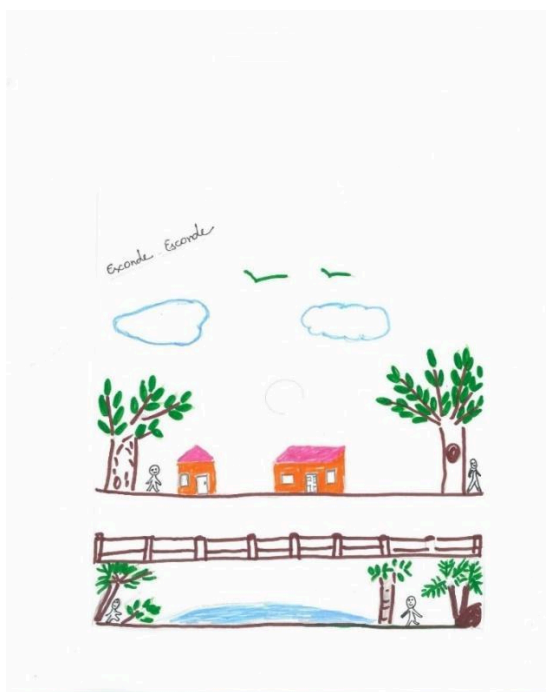
Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa.

⁵¹ O desenho exibe um ponto de vista sobre o brejo com iluminação diurna construído a partir de fotos aleatórias e descrições de interlocutores. O brejo compreende realidades existenciais emaranhadas, agregando multiplicidades de seres e seus ambientes em devir. Ele exige bastante da percepção humana.

⁵² Ponto de vista sobre o juçaral em horário noturno. Utilizei os mesmos recursos da ilustração anterior associando-os à minha experiência de observação da paisagem noturna local. O destaque aqui é a beleza misteriosa envolta na luz do luar. Ilustração: Luzinele de Alcobaça.

As brincadeiras de infância descritas por interlocutores de diferentes gerações também manifestam a concretude dessa relação. Nelas, as habilidades perceptivas do corpo vão se desenvolvendo no contato com as superfícies, texturas e odores advindos dos ambientes (quintais e brejos). As brincadeiras que as crianças experienciavam, impulsionavam a mobilidade espacial, a fluidez da relação corpo e ambiente brejoso. Na percepção dos volumes, das cores e das texturas se desenvolve a afeição que torna o brejo e o quintal uma coisa só de tão familiares.

Imagem 24 - Lugares para Esconde-Esconde⁵³



Fonte: Fernando Lucas. Acervo da pesquisa.

O desenvolvimento de valores afetivos entre pessoas e espaços em questão⁵⁴ se encontram com as habilidades relacionadas ao trato interpessoal. As brincadeiras descritas em campo divertem, enquanto aproximam os sujeitos e despertam curiosidade sobre aquilo que está sendo sentido.

⁵³ Esconde-esconde é uma brincadeira clássica para muitos moradores da região de Maracanã. Enquanto alguém, de olhos fechados, conta até dez detrás de uma árvore, outros procuram se esconder se dispersando. A ilustração apresenta dois sítios separados por uma cerca que, todavia, não limita a espacialização da brincadeira.

⁵⁴ Na perspectiva espacial das pessoas com quem trabalhei, brejo e quintal, mata e quintal não têm limites bem definidos fora de determinados contextos. As áreas livres na parte de trás das casas nem sempre foram demarcadas fisicamente por muros, possibilitando a comunicação da casa com o brejo e da casa com a mata. Mas, conforme os juçarais têm diminuído, seus frutos têm se valorizado no mercado local, motivando a edificação de muros entre áreas de brejo que atravessam os sítios para impedir o roubo de juçara.

A brincadeira de esconde-esconde a gente fazia dentro dos brejos. O brejo me trazia medo porque a gente podia afundar dentro da lama, ser picada por escorpião. Tinha um receio, mas tinha aquela coisa de encarar desafio. Na minha infância, o brejo representava lazer, necessidade porque a gente tirava o sustento de lá e representava aventura e diversão. O brejo é também cheio de mistérios. (Conversa com Silvinha Ferraz, moradora de Alegria).

A gente brincava por aqui embaixo das mangueiras. Nós brincávamos por aqui mesmo com nossas primas. Nessa época era eu, Didi, minha irmã, Zilda...Núbia, Nêga, Neca, Deusuíta. A gente fazia uma tal de Pata Cega. Botava uma venda nos olhos e rodava, rodava, rodava. Na noite que tinha lua a gente vinha brincar aqui na estrada. Aí depois todo mundo ia banhar no rio pra depois ir pra casa. (Conversa com Dona Denis, moradora de Alegria).

Lado a lado no reconhecimento explícito de que, antes da chegada dos residenciais do Minha Casa Minha Vida, as pessoas na região já tinham abandonado os rios por causa da água encanada, existe, por parte dos sujeitos, a aceção de que a massificação da televisão restringiu as crianças ao espaço doméstico, afastando-as das brincadeiras no brejo. Silvinha, por exemplo, observa que seu filho pequeno não chegou a conhecer o tipo de contato com o brejo que ela experienciou na infância. Ele, assim como outras crianças da rua onde mora, brinca na porta de casa e na varanda. Seus amigos, quando não estão na escola, também se divertem com os aplicativos de jogos nos celulares e assistem à televisão nas casas dos vizinhos. Tanto o filho de Silvinha quanto amigos e vizinhos da mesma idade alcançam maior mobilidade espacial jogando bola e andando de bicicleta nos arredores de casa, com alguma frequência, nos fins de semana. A vigilância dos adultos sobre as crianças é muito maior agora do que em outros tempos, pois “tudo está ficando muito violento, muito perigoso”.

“O brejo é também cheio de mistérios”, declara Silvinha, e com ela concordam seus contemporâneos. Os mistérios são fatos escondidos que a mais apurada percepção consegue vislumbrar. A imersão sensorial e perceptiva com esse outro, que é o brejo, potencializa a habilidade de olhar. “É assustador. Tu te arrepia quando está dentro do brejo; tu ouve coisas quando está dentro do brejo. Tu jura que está vendo alguém entre as juçareiras e, quando vai ver, não é nada”, afirma Cristiane, amiga de Silvinha e sobrinha de Fernando Lucas. Cristiane se tornou geógrafa, incentivada pelo convívio com o brejo e com tudo que nele há desde muito cedo. Na conversa em que ela assume que, dentro do brejo, a percepção humana fica aguçada e confusa, ela completa com o motivo: “Outros seres estão ali”, referindo-se a todas as espécies animais e vegetais existentes, mas também aos seres ligados aos “mistérios” do brejo, como a Mula Sem Cabeça.

Cristiane: Naquela época, a gente ensaiava a Dança Portuguesa, por isso voltava tarde da noite. Aí a gente tava em casa que fica em uma área de brejo e em área de brejo tudo acontece [risos]. Então, começamos a ouvir uns estalos (trak, trak, trak). Aquela coisa vindo, quebrando por dentro do brejo

Luzinele: Era como se fosse um animal grande?

Cristiane: Era como se fosse uma coisa correndo. Era uma correria. Aí corri para fechar a porta da casa de Mamãe que era feita de várias tábuas. Aquilo vinha passando pelo brejo. Eu brechei a porta e vi. Fiquei verdinha nesse dia lá em casa. Eu só consegui ver aquela bola de fogo passando. Fiquei muita nervosa e dizia: “eu vi! eu vi! eu vi!”. Nessa hora papai correu até lá, mas não viu nada, mas o barulho nesse dia muita gente ouviu. (Conversa com Cristiane, moradora de Alegria).

Os olhos de Cristiane viram, naquela noite, uma bola de fogo atravessando o brejo em disparada; porém, com a audição e as sensações despertadas pela proximidade, a imagem do ser se tornou mais visível e palpável, adquirindo grandeza acima da humana. No decorrer da descrição feita por Cristiane, não me ocorreu a que ser ela estava tentando se referir. Imaginei um animal grande e comum. Só depois, quando disse se tratar da Mula Sem Cabeça, é que sua percepção passou a fazer sentido para mim. O medo, enquanto uma experiência de conhecimento, propiciou uma definição particular de uma alteridade radical. A Mula Sem Cabeça é um ente que combina atributos e capacidades de seres considerados incompatíveis no conhecimento ocidental da realidade. Para as pessoas com as quais me relacionei em campo, o zoomorfismo é signo de poder (no sentido de um saber na mobilização de forças) sobre-humano que, para uns, é fonte de respeito e admiração e, para outros, é um poder ligado à mobilização de energias nefastas. A distinção não é dada a priori; depende de valores religiosos e da intencionalidade na energia mobilizada dentro de um contexto relacional do qual participa a pessoa que aciona essa capacidade diferenciadora.

Imagem 25 - A Mula Sem Cabeça⁵⁵



Fonte: Erilete Sales, moradora do 21. Acervo da pesquisa.

⁵⁵ A Mula Sem Cabeça encarna mais um dos mistérios do brejo. A presença e rapidez violenta de uma bola de fogo atravessando esse lugar à noite indexa outras representações para construir uma imagem plausível desse ente que habita vagando sem rumo noite adentro.

Os Tremembé de Almofala, a partir da etnografia de Fernandes (2020), tomam o “assombro” como uma percepção intimidadora que foge dos padrões da experiência ordinária, quando não se é possível discernir com precisão aquilo que é visto. O “arropio” é o sinal característico do assombrar-se no encontro com encantados. A autora utiliza a distinção “encantados de assombração” para analisar a compreensão indígena da diferença, como se portar diante dela, e na classificação “encantados de proteção”, localiza os laços que unem os Tremembé ao território, produzindo semelhança entre si. Ressaltando o peso cosmopolítico do medo e matizando as proposições de Fernandes, o medo, enquanto sensação e emoção, media o contato com a alteridade. Ele indica que há uma distância existencial em jogo, mas aí mesmo reside seu caráter comunicativo e diplomático, que é o de perceber com o corpo inteiro até onde o humano pode e deve ir no contato com o outro.

Um dia em Maracanã, na casa de Edrick, ele e eu conversamos longamente na mesa da cozinha e, depois, pedi para conhecer seu quintal, que havia me suscitado curiosidade desde o momento em que cheguei. O frescor vindo do juçaral, com o leve ruído das águas, me atraía. Ele me acompanhou e ficamos lado a lado na margem do estreito e raso rio de águas transparentes levemente terrosas, conversando sobre suas memórias de infância e seus planos de limpeza do local, enquanto eu olhava para a água e ele para a vegetação mais ao fundo. De repente, ele interrompe o assunto e observa: “olhei para aqueles galhos ali e pareciam ser outra coisa. Parecem um bicho. Olhe!”. Do meu ponto de vista, eram apenas galhos e vegetação retorcidos dentro do brejo. Não esqueci esse acontecimento a partir de então, e todas as vezes que alguém mencionava experiências de aguçamento dos sentidos dentro do brejo, me vinha à mente a tal observação de Edrick naquele dia no seu quintal. Fui me dando conta de que, mesmo tendo crescido em um ambiente semelhante no que diz respeito a valores e aspectos sociais, a sensibilidade das pessoas com quem trabalhei era de um tipo particular, que me desafiava imaginativamente.

A profundidade relacional aguça certa sensibilidade para ver e interpretar as coisas que o brejo tem e exhibe contextualmente. Elas nunca estão iguais nessa perspectiva de quem olha sempre atento aos detalhes e sutilezas do ambiente. A educação da atenção (Ingold, 2016) pode ser o que melhor define a combinação de observação e participação desenvolvidas nos engajamentos diretos e nas correntes de atividades que atravessam e estão em volta de quem sensitivamente observa. A percepção nativa da transformação do modo de vida é continuamente ativada pela experiência conjunta com a mata, com o brejo e seus ambientes (rios, juçareiras, buritizeiros).

As discussões contemporâneas acerca do parentesco focam em algo que penso ser fundamental aqui: nossas ligações uns com os outros não são intrínsecas de antemão, mas vão se tornando intrínsecas (Lima, 2018; Silva, 2017; Rosa, 2013; Wigger, 2013; Machado, 2010; Fonseca, 2019; Marcelin, 1999; Flaksman, 2018; Ahlert, 2016, 2021). O que muda entre as operacionalizações etnográficas são os enfoques analíticos e os ângulos que informam as questões levantadas em cada contexto. Somos participantes em um perene processo de constituição mútua uns dos outros (pessoas, lugares e entidades). Isso vai definindo e redefinindo a forma como vemos o outro e a forma como este nos vê.

O engajamento com o brejo, que é um universo de potências com certo grau de previsibilidade e imprevisibilidade em suas manifestações, propicia um processo de “assombro” pensado aqui como reações físicas, afetivas e cognitivas resultantes do encontro entre alteridades radicais. Sob essa perspectiva, analiso o fato de Seu João Maracanã ter sido assombrado pela Mãe D’água no Rio de Mamãe Nilza. Ele olhou no olho da Mãe D’água e, por isso, foi assombrado; isto é, ele ousou confrontar um dos atributos considerados mais perigosos: o olhar dela. Sua beleza afetou o corpo do meu interlocutor, e ele sentiu febre e frio. Dona Nilza lhe benzeu, retirando os efeitos nocivos daquele encontro. As observações daquele senhor inferem na Mãe D’água, uma entidade feminina, uma beleza que, de tão poderosa, é assustadora. A impressão de correria dela, atrás dele, acaba integrando o assombro. Seu corpo foi sacudido pelo cruzamento de sensações extremadas. Os sintomas físicos e a visão de algo que escapa à experiência sensível ordinária são a manifestação desse tipo de medo. Os níveis dele vão se radicalizando; em alguns casos, o corpo sofre uma paralisia.

Um conterrâneo meu e experiente “benzedor”⁵⁶ me contou que qualquer coisa no mundo pode assombrar, incluindo outras pessoas, insetos, animais e objetos. Segundo esse senhor, geralmente, a causa do assombro está na interação mantida entre aquilo ou aquele que é visto e aquele que olha em dado contexto. Os malefícios vêm do que sentimos nesses encontros fortuitos, ou seja, do medo. Ser “flechado” pela Mãe D’água, em muitas situações, é tido como assombro, uma reação da entidade a uma presença humana que não lhe agrada em seus domínios. Nem sempre a pessoa flechada vê o encantado(a); muitas vezes, é apenas por ele(a) visto(a). Os sintomas são basicamente os mesmos do “assombro”, esse medo muito grande. Falo do medo como índice duplo de conhecimento intersubjetivo e de bloqueio existencial. O agravamento do medo incide em um estado de choque perceptivo que necessita

⁵⁶ Homem que realiza rituais de cura com rezas e gestos acompanhados de preparos feitos a partir de ervas medicinais ou ainda usando cânticos, orações, velas e outros objetos.

ser confrontado. Não é incomum o uso do termo “aparição” para nomear indistintamente entidades e entes não humanos que assombram os humanos.

Deca, falando dos saberes multiexistenciais da avó, Dona Mundoca, descreveu a situação de “assombro” sofrido por um vizinho quando ela era criança. O tal homem, voltando do trabalho muito tarde da noite [por volta da meia-noite] pela rua Menino Jesus, passou por um vulto vociferante com vento gélido. Imediatamente, ele se atirou no mato e paralisou. “Ele encontrou o Gritador, que costumava passar com frequência já tarde da noite aqui nessa rua. Todo mundo sabia disso. Aí a gente evitava sair nesse horário.” No dia seguinte, Dona Mundoca foi chamada para ajudar, pois o homem estava com febre alta e calafrios intensos; não conseguia fazer mais nada. Ela realizou benzimentos que lhe “retiraram” os malefícios trazidos pelo assustador encontro. A intensidade com que somos assombrados advém da relação em questão. Ser assombrado por uma entidade é diferente de ser assombrado por uma barata em dadas situações. O medo tem suas gradações. Ele é um afeto escorregadio. Em cada caso, existe um nível de interpelação da alteridade e um modo como a realidade pode ser configurada.

O Gritador, semelhante à Mula Sem Cabeça, é um ente noturno que vaga pelas ruas e estradas; porém, não é um ser zoomórfico, e sim um espírito desencarnado. Ao vagar, soltando gritos estridentes, ele está cumprindo uma pena sobre atos moralmente reprováveis cometidos quando era um humano. Andar sozinho na escuridão da noite é arriscado para meus interlocutores, pois o humano pode se defrontar com a sina desterritorializante de determinados entes não humanos (Fernandes, 2020). O medo tece e é tecido por uma perspectiva edificada na experiência. Assombrar-se é deixar-se tomar radicalmente por uma percepção do outro. O assombro de Cristiane não lhe despertou as mesmas sensações sentidas por Seu João Maracanã, que, por sua vez, destoa daquelas sentidas pelo vizinho de Deca. Neste último caso, se fez urgente os cuidados de uma especialista, posto que o assombro atingiu o nível mais prejudicial, o da enfermidade física, comprometendo ainda o exercício rotineiro da vida dessa pessoa. Cada uma dessas pessoas foi assombrada por um ente diferente. Faz-se necessário agir no sentido de afastar a causa do assombro.

Viveiros de Castro (2011), ponderando pressupostos de etnografias amazônicas, mostra como as sociedades nativas da Amazônia lidam com o medo. Como o mundo da humanidade imanente é o mundo da imanência do inimigo, as aparências não são julgadas pelo seu valor nominal. As aparências são aparições dirigidas a um sujeito a quem elas aparecem, e onde há um sujeito, há um ponto de vista, uma perspectiva que engana, porque o

ponto de vista existe como uma multiplicidade, e a incompatibilidade define essa multiplicidade, segundo o argumento de Viveiros de Castro.

Comparando o entendimento do perspectivismo com a visão de meu conterrâneo e interlocutores sobre o medo, penso que o assombro, numa radicalização daquele, pode ser pensado como uma perturbação da percepção, que é indexadora do ponto de vista (certeza) do sujeito que olha no plano das relações com aquilo ou aquele que é visto. O choque físico se dá nessa radicalização. A afetação dos sentidos e a desestabilização da certeza adotada pelo sujeito confluem para borrar as fronteiras que, na aparência imediata, tornam o mundo dos humanos e os mundos das entidades não transpassáveis. A “hora grande”, mencionada por Fernando Lucas, é, a meu ver, o momento em que esses mundos, dimensões existenciais, transbordam um no outro.

A questão que se coloca no meu campo é menos a de assombrar-se e mais a de permanecer assombrado, pois isso significa deixar-se dominar por um ente e sua força absolutizante. A paralisia e qualquer outra manifestação sensorial extremada tornam a pessoa refém, pondo limites, em muitos casos, determinantes à sua vida ordinária. É aí que a expressão “retirar ou afastar aquilo que assombra” ganha significado. A habilidade dos benzedores e benzedeadas expurga uma má influência sobre as emoções e pensamentos incorporados (Rosaldo, 2019) do sujeito assombrado, abrindo caminho para que ele retome suas ações habituais. A depender da situação do assustador encontro, o choque decorrente abre possibilidade para a edificação de relações mais profundas entre o ente humano e a entidade, uma relação parental. Cito como exemplo a interpretação na vizinhança do desaparecimento e surgimento misterioso de uma menina na rua Menino Jesus, anos atrás. Ela sumiu nas imediações do brejo e só conseguiram achá-la no fim do dia no mesmo local, em estado de choque e com o corpo lapeado. Ela não conseguiu dormir até receber os cuidados de uma benzedeadas, que afirmou que a menina era filha de Mãe D’água.

4.3.1 PARTICIPA QUEM PEDE LICENÇA, PEDE LICENÇA QUEM SENTE MEDO DE PASSAR



Peço Licença, meu pai, peço licença
 Peço licença, meu pai, eu vim baiar
 Eu vim de longe, de muito longe
 Sou Terezinha, filha de Légua Buá. (Ponto cantado⁵⁷.)

Como exposto, o mundo existencial contido nas experiências dos antigos habitantes da região de Maracanã é pleno de presenças e de medo, que desempenha um papel fundamental na definição da alteridade, fazendo com que as relações de coparticipação na composição do habitat se deem na comunicação entre modos de agir, de ser e de estar peculiares aos humanos e aos não humanos. Estes modos vão emergindo no próprio processo de reconhecimento de subjetividades. As evitações quanto a lugares e horários específicos tornam-se signos do reconhecimento da espacialidade de uma agência outra.

Já foi dito aqui que andar, percorrer e estar nos lugares da região de Maracanã requer uma certa etiqueta, que não é dada fora das relações de reciprocidade multiespecíficas tidas processualmente. Por ser polivalente, fluido e interpelador, o medo é um sentimento que consegue se associar à ansiedade, angústia, insegurança e até agressividade de formas muito coerentes, incorrendo em modos de ser e de agir receosos que têm caracterizado a vida nas aglomerações urbanas. Creio que o medo, por outro lado, quando em combinação com outros afetos, introduz um entendimento de polidez nas relações que venho considerando. Portanto, faz mais sentido para quem tem um medo assim pedir licença ou permissão para compor os ambientes. “Quando passamos com a criança no rio, a gente pede licença. A minha netinha diz assim quando passa ali no brejo do fundo: ‘oh, minha vovó [Mãe D’água], deixe eu passar aqui no seu riozinho!’ Então, essas eram as coisas que antigamente davam medo”, assevera Dona Jô, mãe de santo que mora numa porção rodeada pelo brejo em Alegria. Frequentei mais sua casa, em comparação com outras que sediam religiões afro-brasileiras em Alegria, em decorrência dela ser geograficamente mais próxima da casa onde morei.

⁵⁷ A família de Légua Boji Buá da Trindade é composta por encantados da mata. Conforme discorre Ahlert (2019) acerca das entidades do Terecô de Codó, essa família é formada pelos pais desse encantado, sua esposa, irmãos, sobrinhos, filhos e netos. São entidades conhecidas pelo consumo de bebida alcoólica e por serem farristas. Terezinha Légua é filha de Légua Boji Buá da Trindade e em Alegria realiza alguns trabalhos no terreiro de Cura de São Jorge Tumajamacê, que é liderado por Dona Jô.

Com o tempo, as visitas e os assuntos de conversa tornaram o sítio de Dona Jô e seus parentes mais familiares para mim, e, em certa medida, a minha presença também se tornou familiar para ela e seus filhos, apesar de inoportuna algumas vezes. Não frequentei muito as festas no seu terreiro devido à realização noturna e ao acesso difícil, seja pelo brejo, seja contornando a estrada de ferro que passa numa rua com poucas moradias e vegetação mais densa. Essa circunstância exhibe os limites práticos da pesquisa e os riscos cotidianos a que também me expus, evidenciando os motivos pelos quais dei maior espaço etnográfico às experiências mais situadas à Alegria e à rua onde vivi.

No exemplo dado por Dona Jô, mãe de Fernando Lucas e tia de Cristiane, é notório que o medo ganha significado particular na relação com o brejo e seus entes. Um medo que não é um assombro paralisante. Ele está mais para um senso de obrigação e dívida um tanto parecido com o que Silva (2017) explora etnograficamente em um contexto muito diferente. Ceder com desprendimento acaba se tornando uma interação básica que, em contrapartida, traz expectativa de reconhecimento em retorno. Um senso de obrigação e dívida inclui a Mãe D'água e outras entidades na lógica do respeito e experiência coletiva de generosidade. Por isso, esse medo é polidez e dimensão protocolar da interação por parte dos humanos. Seu João Maracanã foi espinhado pelo Surrupira ao chegar muito perto de seu ponto de encantamento na hora grande sem verbalizar um pedido de licença.

Sucintamente, não conseguir se comunicar é o que dá medo. Afinal, elas são “donas” de lugares, que os humanos precisam acessar diariamente. E mais: isso faz do medo um experimento que vai adensando vínculos sensitivos (excede o sensorial) entre seres e ambientes. Perturbando a experiência de posse absoluta, o medo cosmopolítico perturba a ideia do ambiente destituído de sensibilidade comunicativa, que é própria do tipo de racionalidade operada nas políticas habitacionais empreendidas pelo Estado em conjunto com o mercado imobiliário. É assim que, conceitualizar o medo mobilizador das atenções perceptivas dos meus interlocutores pelo viés da cosmopolítica, fustiga a visão da representação de interesses universais, o tal bem comum que justifica o alisamento dos espaços por uma razão política única. O universal deixa de fora vozes políticas que exercitam a hesitação em face de problemas que solicitam soluções parciais e contextuais (Stengers, 2018). Os entes (humanos e não humanos) sobre os quais venho discorrendo fazem parte de mundos divergentes e articulados. Suas demandas não são pensadas em termos de totalização, mas de suspeição, incógnita.

Uma ação basilar no processo de comunicação é “pedir licença” ou permissão a quem é “dono”, algo que perpassa as relações comunitárias mais corriqueiras no meu campo. É

pedindo licença que se entra nos quintais dos vizinhos para coletar juçara. É com ele que se consegue pegar as mangas da temporada nas mangueiras alheias e, é com ele, que se acessa um posto nos preparativos de um festejo. Seu Jadiel, lembrou impressionado: “Esse pessoal daí dessas casas [do Amendoeiras], assim que veio pra aí, chegava nos quintais daqui invadindo, sem pedir permissão e roubavam as frutas dos quintais. Pareciam mortos de fome. Era aquela danação. A gente não dizia nada porque ficava com medo”.

As narrativas locais acerca da chegada dos residenciais na região de Maracanã, comumente apresentam-na como algo repentino e completamente deslocado da realidade vivida pelos habitantes mais antigos. Só para retornar a alguns exemplos extraídos do capítulo 1.

Me revoltei tanto com esses conjuntos (risos) porque trouxe violência e um monte de coisa pra cá pro bairro [...]. **Aquela área do conjunto Vila Maranhão era linda, linda, linda. Do dia pra noite isso some, desaparece** [...]. Como é que o mesmo órgão que ajudou a criar um projeto de preservação ambiental é o órgão que dá a licença para que os residenciais sejam construídos? [...]. (Entrevista à Cristiane, moradora de Alegria).

Foi de uma hora pra outra. A gente nem esperava. Quando demos fé os caminhões cheios de material de construção já estavam passando aqui nesta rua, que é um atalho para o local onde foram construídos o Amendoeiras, Santo Antônio e o Morada do Sol [...]. (Conversa com Dona Maria Ferraz, moradora de Alegria).

[...] eu lembro que quando a gente morava no conjuntinho, eu e dona Goreth ficávamos até 11h da noite na calçada ali na avenida principal conversando. **Isso não faz tanto tempo. Acho que faz 3 anos que mudei de lá** [...]. (Entrevista à Deca, moradora de Alegria).

A sensação de que uma presença externa e súbita ameaça as relações ordinárias que intrinsecam ambientes e habitantes corrobora o entendimento de que todo o processo de implementação dos residenciais invadiu mundos existenciais, pois ignorou que eles tivessem donos, ignorou que o brejo e a mata são densamente povoados e que suas linhas de vida compõem com os habitantes humanos que ali já estavam. O Estado e o mercado imobiliário não pedem licença para passar ou para entrar nos lugares, em razão de não sentirem o medo necessário. Seu Fábio Marlos, falando da intransigência coercitiva de práticas humanas que ignoram as forças da “natureza”, assegura que nisso está o motivo da rebeldia dos encantados, os donos dos lugares invadidos: “Toda ventania e toda enchente é revolta dos encantados”. O pai de santo aponta que, por toda parte, há cidades invisíveis, e é imperativo reconhecer o fato. Ele deixa a ideia mais explícita ao narrar brevemente um acontecimento histórico.

Tu não sabe o que aconteceu com o Porto do Itaqui⁵⁸? Todas as vezes que colocavam aquelas coisas de aço para a construção do porto no dia seguinte sumia tudo. Aí colocaram mergulhadores para ver o que estava acontecendo. Um não voltou e o outro quando voltou só disse assim: “lá embaixo tem uma cidade encantada”. Aí foram procurar os pais de santo mais antigos dessa época. Aí eles disseram que tinha que fazer um tambor pra princesa Dina, porque lá era encantado e assim fizeram. Lá no Porto do Itaqui tem uma capela pra Iemanjá. Aí, depois disso tudo ficou bem porque pediram licença. No nosso próprio mundo existe cidades invisíveis. (Conversa com Fábio Marlos, morador da Vila Mochel).

A construção de um porto de grande escala foi vista como um evento problemático para o lugar de encantaria onde se dava o processo de instalação na década de 1970. Conforme Ferretti (2013), ao citar Lima Neto (2015), o castelo do(a) encantado(a) princesa Iná (Dina para alguns e Ina para outros) foi perturbado pelas obras do porto, o que levou à ocorrência de vários acidentes graves na construção, inclusive mortes de trabalhadores no período. Pais de santo divulgaram a notícia de que, estando o porto em um local de encantaria da princesa, seria necessário acalmar sua ira. Então, um grupo de religiosos prometeu oferecer sacrifícios e organizar uma grande festa. Reuniram representantes de diversos terreiros na praia do Boqueirão, próximo ao local da obra. Isso aconteceu em 1970 e teve ampla divulgação pela mídia e apoio de autoridades municipais. Os acidentes durante a construção do porto deixaram de acontecer a partir de então. “Cada um precisa seguir sua sina”, uma vez me disse dona Jô sobre permitir a cada um o exercício da mobilidade espacial e da existência própria. Dar licença é reconhecer para cada ente um caminho a prosseguir.

A licença ambiental (licenças, para ser mais exata) dada por órgãos da administração pública para a construção de empreendimentos, e que incomoda Cristiane, minha interlocutora, é completamente dissonante da licença dada pelos encantados para que os humanos possam adentrar seus ambientes. Aquela dada pelo Estado preconiza princípios centralizadores que, na prática, invisibilizam a diferença. Em meio a procedimentos de legibilidade típica das palavras de Estado, a vida social, que é diversa, vai sendo gerida e nomeada por essa entidade que se considera absoluta (Das e Poole, 2008). Clastres (2003) afirmava, na década de 1970, que poder e palavra não subsistem senão um no outro. Se, por um lado, todas as licenças ambientais exigidas para a implementação de empreendimentos de qualquer tipo se mostram apenas procedimentos burocráticos banais (documentos e papéis que circulam nas secretarias de governo) para que os ambientes sejam dispostos, por outro,

⁵⁸ O Porto do Itaqui integra um complexo portuário em movimentação de cargas no âmbito nacional e é considerado um dos maiores portos do Brasil. O complexo do Porto do Itaqui foi pensado estrategicamente para exportar o minério extraído da Serra dos Carajás, trazido por ferrovia construída pela Vale do Rio Doce. Sua Construção se deu no início dos anos de 1970. Implementado nas proximidades de um canal natural (Boqueirão) permite o apertamento de navios de grande calado (Ferretti, 2013).

elas são palavras ratificadoras da violência que políticas de Estado em associação com interesses de mercado infligem aos ambientes e populações.

O licenciamento ambiental é um processo e, como todos os ditames das estruturas de Estado, tem uma temporalidade alheia àquela das comunidades e ambientes que impactará. As licenças ambientais são resultados do processo. Isso, em parte, torna a chegada dos residenciais um evento invasivo e estranhamente chocante para os antigos habitantes da região de Maracanã. No processo migratório para essa região anterior à implementação do MCMV, contingentes populacionais foram comprando e ocupando terras (invadindo) ao longo de uma aproximação intersubjetiva e interpessoal com aqueles que já estavam ali, compondo um percurso diferente do que se deu na implantação dos residenciais em questão. Os deslocamentos sociais, econômicos, emocionais, afetivos e religiosos pelos quais passou Seu Jadiel para se estabelecer em Alegria após mudar-se da cidade natal em busca de ocupação remunerada em São Luís demonstram o argumento no capítulo 2.

Não estou defendendo, com isso, que ocupações irregulares de terra, as invasões, pelas camadas populares sejam menos ou mais agressivas ou onerosas, do ponto de vista socioeconômico e socioambiental, do que a construção em massa de conjuntos residenciais e condomínios por programas governamentais e promotores do mercado imobiliário. Atento para a forma como limites e desdobramentos são impostos aos mundos existenciais dos sujeitos em cada caso. Está em questão o posicionamento que imprime à percepção local um não encadeamento das relações socioespaciais por aqueles que sofrem o impacto de eventos do porte da implementação dos conjuntos residenciais. É por isso que ele é visto como algo abrupto, pois veio de fora, indiferente aos fluxos do habitar já existentes ali. O trabalho do cotidiano é diluir os impactos do evento nas relações em curso, que passam a ser atualizadas e ressignificadas.

Pedir licença aos encantados, entretanto, supõe um intercâmbio, uma interação direta entre entes que se reconhecem porque se conhecem no fazer local cotidiano, sempre em devir (Descola, 2016). Ao pedir licença ou permissão aos seres não humanos, meus interlocutores ratificam certa cumplicidade e interdependência com eles no modo como os lugares são concebidos e experienciados. De modo geral, o pedir licença a quem é dono, seja este humano ou não humano, é aceitar ceder algo e também compartilhar certas injunções com ele(a). “Quando a gente ia ao Rio de Dona Chiquinha, a primeira coisa feita era pedir a ela pra gente descer pro rio. Depois, a gente tinha que varrer o rio. A primeira mulher que chegasse tinha que varrer com vassoura de juçareira. Se todas as tábuas estavam ocupadas, a gente esperava sentadinha a nossa vez” (Dona Conceição, moradora de Alegria).

Dotada de plasticidade, a vida ordinária encontra-se na capacidade que o encontro de diferentes temporalidades tem para criar possibilidades de relações e significados, um entendimento proporcionado pelas percepções de Erilete Sales no contato com os novos vizinhos dos residenciais. Quando a entrevistei naquela manhã quente e ensolarada embaixo das mangueiras de seu quintal, já havíamos conversado outras vezes, tendo em conta a familiaridade que ela tem com as irmãs Ferraz desde a adolescência, quando entraram para o grupo de jovens da igreja de São Sebastião em Alegria. A amizade foi se desenvolvendo e passando por altos e baixos ao longo dos anos em que estiveram envolvidas na formação e manutenção de um grupo de dança portuguesa no bairro e na organização de festas locais.

Depois de algum tempo, Erilete passou a liderar a Imperador Português de Maracanã, anteriormente conduzida por Silvinha. Sua casa fica a alguns metros de distância da casa dos pais e de outros parentes. Como as primeiras unidades habitacionais do Residencial Amendoeiras ficam imediatamente numa rua ao lado da sua, a construção do empreendimento alterou a forma como a vizinhança se reporta ao endereço de Erilete. A partir de então, ela passou a ser mencionada como moradora do Amendoeiras e não mais do 21, pequena porção de Alegria situada num dos lados da estrada de Ferro São Luís-Teresina, identificada no mapa da página 48. Na entrevista, Erilete falou das mudanças que a construção trouxe para ela no nível econômico (o marido conseguiu trabalhar nas obras do residencial e se profissionalizou como pedreiro, aumentando a renda da família) e das mudanças nas relações com o ambiente em degradação.

Luzinele: Mas a construção [dos residenciais] suscitou algum receio em ti nesse período?

Erilete: **Sim, porque aí era uma mata que acho que deveria ser protegida. Tinham muitas coisas aí.** Tinha cada pedra gigantesca que tiveram que quebrar com dinamite. Era cada explosão horrorosa que assustava a gente. Muitos animais ficaram acuados. Ai naquela casa ali [ela aponta para o início da rua] ainda não existia muro. Aí quando estavam desmatando e fazendo terraplanagem muitos, muitos coelhos corriam para a nossa área. Eram tantos coelhos!

Luzinele: Vocês viam os animais fugindo

Erilete: Vimos. Tinha cutias também. Só não vi onça, mas dizem que tinha onça e jacaré. Vinha gente lá do São Miguel para caçar aí. Pegavam cutia, tatu, cobra, aquele pássaro carcará. Menina, eram tantos animais que a gente ficava com medo de um ataque deles (risos).

Luzinele: E no período da terraplanagem mataram muitos desses animais?

Erilete: **Mataram muitos animais porque tinham bacias de água aí, tinha peixes. Como aí era uma mata selvagem, tinha lagoas, tinha rios. Tinham coisas selvagens onde o ser humano não habitava.** Só caçador frequentava

Luzinele: Outras pessoas me falaram que o Surrupira andava muito por aí

Erilete: **tinha Surrupira.** Quando eu vim lá da casa da minha mãe eu ainda não tinha minha casa aqui. Eu morava em uma casa bem ali assim [aponta com o dedo para o outro lado da rua]. Bem ali tem uma casa de taipa. Aqui era só mato. Ainda

não tinham feito terraplanagem. Eu olhava para o mato e via cada olho brilhando (risos). Sabe o que era? Eram lobos e dizem que tinha coisa aí

Luzinele: Tu via isso a noite, no caso?

Erilete: À noite. **Aí depois que as casas já estavam todas prontas os primeiros moradores diziam que olhavam muita coisa**

Luzinele: O que eles olhavam?

Erilete: **Eles olhavam Surrupiras, olhavam bichos com pés de bodes virados para trás**

Luzinele: Andando nas ruas?

Erilete: É! (Erilete, moradora de Alegria).

No diálogo, Erilete pontua que os primeiros moradores do Amendoeiras, o primeiro residencial a ser construído e entregue na vizinhança da interlocutora, foram assombrados pelos entes donos e habitantes da mata devastada para a construção do conjunto. Nesse momento, os poucos residentes estavam se habituando tanto ao ambiente do residencial em si quanto ao lugar mais amplo onde ele se situa, além de começarem uma aproximação com os habitantes mais antigos e suas comunidades.

[...] É que o conjunto só tinha moradores em poucas ruas e tinha uns que iam pro bar aqui perto e ficavam conversando e falando das coisas, né. Uma pessoa do conjunto que conheci me disse uma vez que um dia de noite, quando tinha chovido a rua tava deserta e eles ouviram como se fosse um animal grande correndo e se aproximando pela rua. Aí essa pessoa e outros vizinhos olharam pela janela e viram um cavalo com fogo no lugar da cabeça correndo veloz pelo conjunto. Depois a pessoa chegou pra mim e disse assim: Erilete tu já viu cavalo com fogo no lugar da cabeça? Eu vi aqui. (Entrevista à Erilete Sales, moradora do 21/Amendoeiras).

Semelhante a Delumeau (2009), entendo que o medo tem a capacidade de trazer ao primeiro plano nossas inseguranças e visões de mundo, ao amplificar nossas percepções do outro em determinados contextos sociopolíticos. Por vezes, ouvi de Deca — que durante parte da pesquisa na região de Maracanã foi presidente da União de Moradores — a observação de que as lideranças dos residenciais reconheciam, nas manifestações coletivas em comum por melhorias urbanas junto à prefeitura, o peso dos impactos socioambientais desses empreendimentos. Estiveram cientes do assoreamento dos rios pelas obras desde as primeiras manifestações públicas dos antigos habitantes da região. Dessa forma, a reação das entidades e seres não humanos à tomada de seu ambiente, descrita por Erilete, mostra que a percepção sobre a lógica da reciprocidade afetiva do ambiente em questão é obscurecida pela coisificação do mesmo. Os habitantes recém-chegados e os não humanos, antigos donos da mata devastada, não se portam com indiferença diante da importância mais ampla daquele lugar para o conjunto da vida local. Só para reiterar, a construção dos residenciais Amendoeiras, Santo Antônio e Morada do Sol radicalizou a devastação do brejo, sentida com força no período de funcionamento das pedreiras. Tal qual aquele contexto em que os

mineiros manobravam como podiam as opções que remuneravam seu trabalho e lhes permitiam existir, aqui as alternativas para acessar uma moradia pelos segmentos populares são igualmente desoladoras dentro do espectro desenvolvimentista.

Os desenhos dos seres considerados costumeiramente assombrosos na região de Maracanã, expostos em parágrafos anteriores, são resultados posteriores da conversa que tive com Erilete em sua casa. As descrições pictóricas feitas por ela carregam a memória atualizada dos causos, anedotas e relatos colhidos junto a parentes, amigos e vizinhos desde a infância, e experiências que foram narradas a eles por outros. “Eu mesma nunca vi nenhuma dessas coisas, mas tem muita gente aqui que já viu e que conta como elas são e o que sente a pessoa que encontra com elas.” A maioria das pessoas com as quais trabalhei afirma nunca ter visto tais seres, e sim ter ouvido sobre eles de terceiros e de pessoas que têm a capacidade de vê-los. O fato mostra que, cosmologicamente, o ordinário e o extraordinário se constituem um no outro nessa socialidade interespecífica. Os humanos notam e interagem com a presença dos não humanos nos efeitos que estes trazem à vida concreta.

Por seu turno, o assombro coletivo dos recém-chegados moradores do Amendoeiras denota a tensão subjacente às diferentes trajetórias e linhas de vida que se cruzam por meio de um evento dessa grandeza, sinalizando novos desdobramentos no processo de interconhecimento que provoca a realidade vivida pelos antigos e pelos recém-chegados habitantes. “Pra morar num lugar, geralmente, tem que pedir permissão porque ali já tem moradores, só que espirituais”, assegura Seu Fábio, e ele completa: “pedindo permissão, ficará bem.” Sendo o evento em questão um invasor de mundos, seus operadores não pediram permissão aos donos antes de perpetrá-lo. O que resta aos antigos habitantes é dar licença a quem não pediu, compondo com os recém-chegados arranjos próprios ao longo das rupturas provocadas pelo evento, redesenhando o fluxo do habitar. Isso é um desafio e uma atitude cosmopolítica importante numa conjuntura em que o ente humano é alçado a coisa assombrosa por excelência, do tipo que torna problemáticas a costumeira comunicação e as relações socioespaciais na região.

5 ENTRE REZAS, FESTAS E MEDOS A OBRIGAÇÃO É CUMPRIDA

Uma subjetividade espacialmente constrangida é produto e meio de dominação da ordem capitalista, atenta ao disciplinamento e enquadramento dos espaços, argumenta

Guattari (1985). Ele lembra que, funcionando numa relação intrínseca com a subjetividade que o delimita, o território exprime a permanente luta envolvendo dominação e insubmissão. A questão levantada pelo autor diz respeito à construção do que ele denomina de "territórios existenciais" em meio às situações problemáticas de alisamento dos espaços por uma racionalidade que se pretende universalizante.

A questão de Guattari vai ao encontro da premissa que o presente capítulo desenvolve: a de que o medo, do ponto de vista dos habitantes mais antigos da região de Maracanã, revela mais do que constrangimentos espaciais à subjetividade. Ele evidencia, além disso, incertezas sobre o devir existencial, rearranjos e formas particulares de apropriação espacial, forjados no intercâmbio com os habitantes dos residenciais recém-chegados e com os não humanos, partícipes do cotidiano e das festividades religiosas. Entra em cena a tensão que o assombrar-se pelo humano projeta no espaço social e suas negociações com outras afeições materializantes e materializadas, delineando a dinâmica sociocultural da região de Maracanã.

Imagem 26 - Parte da região de Maracanã em relação aos conjuntos do MCMV⁵⁹



Fonte: Erilete Sales, moradora do 21. Acervo da pesquisa.

5.1 A OBRIGAÇÃO DE SEU ROBSON COM SANTA LUZIA

⁵⁹ No desenho em perspectiva aérea, Erilete põe em relação o lugar onde cresceu e os residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, localizados no canto inferior direito da imagem. Sua expansão na área compeliu um tipo de mobilidade espacial: a do trânsito de veículos automotivos, imprimindo determinadas expectativas em quem anda a pé. Ilustração: Erilete Sales.

“Sou devoto de Santa Luzia. Ela não deixa ninguém sem resposta. Essa 'tradição' eu recebi da minha madrinha. Ela me deu essa festa quando eu tinha 5 anos”, assim Seu Robson justifica as homenagens públicas anuais que faz à santa, considerada uma mártir do panteão católico, celebrada no dia 13 de dezembro como a padroeira da visão. A convivência de Seu Robson com a madrinha foi relativamente curta, mas suficiente para imprimir-lhe zelo pela santa. A madrinha dele é quem fazia a festa. Não podendo ter filhos e não tendo um parente ou alguém próximo em quem depositasse a mesma afeição, ela lhe confiou a continuidade da homenagem. Sob a direção dela, a festa acontecia na sua casa, situada no 21.

Quando essa senhora morreu, Seu Robson tinha 12 anos. Segundo ele, o pai tomou para si a tarefa de realizar a vontade de sua comadre, confiada a seu filho até que este pudesse assumi-la como dono. Então, esse senhor realizou a festa por cerca de 28 anos, e não se sabe ao certo quando o evento foi incluído no calendário de celebrações cristãs locais. Não está claro se foi ainda sob a liderança da madrinha ou se após a morte dela. O certo é que a festa de Santa Luzia foi crescendo e ganhando “devotos”, “pagadores de promessa” e muitos “padrinhos” e “madrinhas” ao longo desses anos. “Um dia, meu pai me chamou e disse: ‘te entrego a festa. Tu és maior agora. Assume tua responsabilidade’”. Seu Robson tinha 19 anos quando assumiu a condução da festa que herdou. Nessa época, a presença clerical da Igreja Católica não era marcante na região de Maracanã; as missas eram oficiadas com menor regularidade nos ditos “povoados” da Ilha, e o sítio onde a família de Seu Robson morava, o sítio da família Moraes, era ladeado pela mata e os mistérios que relatei no capítulo 3.

O pagamento de uma promessa feita individualmente tem a capacidade de se tornar, paulatinamente, uma “obrigação” coletiva no desenrolar dos compromissos que vai agregando e do ambiente do qual vai se tornando lócus. A Festa de Santa Luzia passa a ser mais do que a efetuação do compromisso de uma pessoa; ela acaba por se transformar na concretização de muitos compromissos aderidos, recriando a obrigação e reafirmando-a continuamente. “Eu sou o dono dessa festa. É minha a obrigação com a santa, mas a família toda foi se envolvendo, né? Um fazia uma coisa, outro fazia outra, e assim a festa foi crescendo. Era gente pra cozinhar, gente pra limpar, pra fazer os enfeites da festa e gente pra ir tirar o mastro no mato”, explica Seu Robson.

Uma parte importante da programação do evento é a procissão, onde a imagem da santa é posta num andor e, sobre os ombros de alguns devotos e pagadores de promessa, percorre o ambiente, acompanhada pelos fiéis e demais devotos que entoam cânticos católicos e orações ao longo do trajeto a pé. Sob a condução de meu interlocutor, ao longo de 30 anos, a procissão percorreu os trilhos da antiga Estrada de Ferro São Luís-Teresina, retornando para o

sítio dos Morais, local onde é realizada a reza da ladainha em latim, a distribuição de comidas, bebidas e a realização da festa dançante. A duração do evento abrange vários dias, dependendo dos recursos angariados para ele. Em sua maioria, todos que participavam do evento em honra à santa, desde aqueles que se envolviam nos preparativos até aqueles que apenas iam para curtir, dançando, comendo e bebendo, eram das redondezas da região de Maracanã, pessoas para as quais a família Morais já era muito conhecida. Inclusive, foi se tornando conhecida para outros frequentadores e participantes oriundos dos bairros surgidos com o crescimento urbano nas duas décadas anteriores. Em 2015, tinha se passado cerca de 52 anos desde que o pai de meu interlocutor decidiu levar a festa adiante, depois da morte da comadre. A mata que ladeava o sítio da família e local da festa já tinha desaparecido.

Dois residenciais tinham sido construídos e entregues a novos moradores (Amendoeiras e Santo Antônio), e um terceiro estava em fase de obra (Morada do Sol). A mata que Seu Robson e sua família conheceram e na qual caminharam deu lugar a aproximadamente 4.528 pequenas casas ou, para fazer uso do vocabulário empregado pelos setores voltados ao planejamento urbano e mercado imobiliário, “unidades habitacionais”. O solo, antes cheio de irregularidades, muitas pedras, areal e vegetação que subia pelos troncos das árvores, foi transformado em ruas lineares com muito concreto e uma fina camada de asfalto que logo se desfaria com as primeiras chuvas e o peso dos ônibus do transporte público que por lá passaram a transitar diariamente.

Seu Robson é primo de Erilete; porém, o contato que tive com ele foi possibilitado pela minha relação com Deca. Sendo ela uma das rezadeiras de Alegria, é solicitada pelo dono da festa para officiar a ladainha em latim que ocorre no dia de seu encerramento, dia também da procissão à santa. Era a tarde do dia 13 de dezembro de 2021. Eu estava passando alguns dias na casa dos Ferraz com o propósito de acompanhar as celebrações do período na região e, finalmente, ir à dita festa de Santa Luzia, não tendo podido frequentá-la no período de estadia mais prolongada no campo (agosto de 2019 a agosto de 2020). Então, quase no fim daquela tarde quente, mas sem chuva, esperada, aliás, para o período, acompanhei Deca, Silvinha e Dona Maria ao encerramento.

Num espaço retangular, de chão batido e com algumas árvores frondosas dando alento ao calor, uma pequena aglomeração de homens, mulheres e crianças, enquanto conversavam, procurava sentar-se onde podia: nas cadeiras plásticas disponíveis, em bancos improvisados e no chão perto do palco, onde uma banda se apresentaria quando concluído o momento das orações. Bandeiras nas cores do manto de Santa Luzia (verde e vermelho) decoravam o ambiente, e no centro havia uma mesa de madeira contendo vários bolos doces ornamentados

com a imagem da santa. Familiares de Seu Robson, numa barraca improvisada, dividiam entre as marmitas a comida que seria distribuída. Os fogos de artifício eram lançados a todo instante desde o raiar do dia, lembrando a todos a data especial, soando como um convite. Aquela era a única porção de terra arborizada naquele local situado nas bordas de um complexo de casas e ruas que compreende os residenciais mencionados. Olhando em volta, dei-me conta de que estávamos no terreno da família de Seu Robson e não no residencial, como imaginei de início.

Poucos minutos antes das 18 horas, nos pusemos a caminhar em procissão, só que não mais seguindo os trilhos da estrada de ferro e as bordas da mata como feito antigamente. Seguimos pelas ruas do Amendoeiras. Não éramos muitos; creio que algumas dezenas de pessoas cantavam cânticos católicos e faziam pausas para rezar o Pai Nosso e a Ave Maria. O cortejo seguia de rua em rua, enquanto alguns curiosos saíam às portas de suas casas para observar a passagem da procissão, anunciada pelo estrondo insistente dos fogos. Os caminhantes iam superando, em um ponto e noutro, os buracos abertos no asfalto, contando mais com a iluminação artificial do que com o sol, que dava seus últimos lampejos no horizonte. Parecia uma prova de resistência para os pagadores de promessa que dividiam o peso do andor sobre os ombros.

Depois de mais ou menos 30 minutos de caminhada, retornamos ao local da festa. A essa altura, o sítio dos Morais já estava iluminado pelas lâmpadas fixadas em pontos específicos naquela parte do quintal. Lá, a ladainha foi executada e oferecida à santa, a comida foi distribuída, e a festa dançante, com música ao vivo, realizada até a madrugada do dia seguinte.

Zapata e Romero (2019), lançando uma crítica à ideia tida por Delumeau (2002) de que o medo gera seus próprios antídotos, defendem que do medo pode não emergir corretivos sociais, no sentido de eliminá-lo, mas sim de incorporá-lo à vida cotidiana, dando lugar à configuração de estado de exceção tornado regra. Os autores, com vistas a seu próprio campo de pesquisa relativo ao horror e hiper violência⁶⁰, apontam que a rotinização da dinâmica social disso advinda, embora permita um cotidiano previsível, não chega a constituir universos simbólicos pacificantes para os sujeitos nela socializados. O sujeito não banaliza o horror enquanto permanecer inscrito nos silêncios impostos e nos rumores que lembram a todo instante que se trata de uma exceção normalizada, onde o medo só se afirma. O medo

⁶⁰ Os autores examinam a forma como o medo constrói a vida cotidiana dos habitantes de Tumaco, município do sudoeste da Colômbia, diante do conflito armado envolvendo organizações que disputam o espaço e os moradores afetados pela hiperviolência advinda de assassinatos e rumores.

estrutura o cotidiano da população que vive em meio ao estado de guerra. Assim, lógicas relacionais e de subordinação definidas nessas condições vão assumindo uma aparente normalização, sustentando exercícios de dominação por parte dos detentores locais da violência.

O idioma do consenso disso emergido se manifesta por meio de silêncios e desvios inquietantes nas narrativas sobre acontecimentos violentos. Comentários em voz baixa veiculando rumores e ameaças conseguem instalar uma tensão relacional e desconfiança intersubjetiva que não alcançam o termo, mas vão se reproduzindo numa relação social permeada pela violência. Me interessa, nos autores, a ideia do medo como afeto estruturante da realidade social, fundindo rotina e acontecimento extraordinário, na medida em que posso fazer uso dela para pensar comparativamente os dados obtidos no meu campo e, com isso, chegar a uma construção analítica conceitual que seja mais pertinente à especificidade etnográfica com a qual me ocupo. No quadro das preocupações empíricas de Zapata e Romero (2019), é o medo, mais especificamente o horror da eliminação física, que define a ação social. Esse afeto recebe protagonismo performativo na vida individual e coletiva em Tumaco, construindo sentidos comuns e ritualidades diárias que exercitam o próprio horror como esperado.

Meus dados de campo apontam para um contexto em que o medo do humano vem atuando mais como conhecimento das relações sociais e da realidade figurada nas incertezas subjacentes ao crescimento da violência urbana e de alterações drásticas de ordem ambiental e existencial do que como emoção e prática estruturante da ordem social local. O cotidiano dos meus interlocutores, de fato, é tocado pelo temor no que tange ao avanço de ações violentas na região de Maracaná na última década. A extensão de muros nas áreas mais próximas aos residenciais é um dado palpável. Mas o medo do humano é a maneira de os sujeitos se perceberem implicados em novas composições num mundo social em mudança, sobretudo mudanças nas conexões interpessoais e socioambientais. As novas composições podem se apresentar mais ou menos perigosas e ameaçadoras dentro do quadro da socialidade com a qual os sujeitos têm se identificado historicamente. Daí penso que reter do caráter escorregadio e transformista do medo sua capacidade de perspectivar mundos e os sujeitos que os habitam põe em evidência os sentidos que os arranjos sociais vão assumindo no meu campo de pesquisa, tendo em vista a implementação dos residenciais do MCMV.

Lido com uma realidade onde o medo do humano não vai se reproduzindo e se autossustentando de maneira tal a ser dominante nas ritualidades diárias. Na verdade, ele não chega a se tornar horror, pois, nesse caso, é um afeto constituído na relação com outros

culturalmente estruturantes para os sujeitos e suas espacialidades. Ele é negociado com a obrigação, que é afeto e prática enredadeira de entes e produtora de semelhança. A obrigação de Seu Robson é uma dentre várias a engajar a subjetividade na efetuação de territórios existenciais, como diria Guattari. O projeto dos residenciais originou-se na articulação de relações de força que, em distintos âmbitos, confluem para ditar e fixar uma visão de espaço. No entanto, é na imponderabilidade das ligações e dos contatos que esses ambientes e seus moradores podem estabelecer com o lugar onde estão que definirá o habitar em termos de abertura para a multiplicidade. Voltarei a Seu Robson e ao peso prospectivo da obrigação para com humanos e não humanos mais adiante.

5.2 AGORA É DE BANDIDO QUE A GENTE SENTE MEDO”: O POTENCIAL IMAGINATIVO DO ASSOMBRO PARA A RECUSA DO MEDO DA VIOLÊNCIA HUMANA COMO RAZÃO ABSOLUTIZANTE

Era um fim de semana como outro qualquer na casa dos Ferraz. Mesmo sob as restrições referentes à pandemia de Covid-19, as irmãs Ferraz (Lurdinha e Deca) e seus filhos não deixaram de frequentar a casa onde cresceram e de estar com a mãe. Só entre os meses de março e maio de 2020 é que houve certo esforço em manter distanciamento desse espaço doméstico por parte da maioria dos membros da família. Isso não se sustentaria por diferentes motivos. Os mais importantes foram: a dinâmica das relações interpessoais nesse ambiente em particular, formado pela circulação de parentes que moram em casas adjacentes dentro de um mesmo sítio, o alto grau de pessoalidade que cerca as relações de vizinhança e a estreita ligação entre as relações de vizinhança e vicinalidade e o exercício de uma religiosidade que impescinde de aglomeração e compartilhamento de substâncias.

Essa consideração igualmente vale para todas as localidades recortadas pelo estudo. Não obstante as medidas sanitárias e a fiscalização policial tenham impactado a circulação em lugares públicos e eventos que costumam ter grande aglomeração, como campos de futebol, bares em avenidas, casas noturnas e eventos religiosos nas igrejas, e aqueles ligados ao Bumba Meu Boi e às Festas de Reis, as aglomerações mais micro domésticas e a mobilidade vicinal (o trânsito de pessoas entre casas, ruas e bairros vizinhos) não mudaram.

No dia a que me reporto, as irmãs Ferraz e eu estávamos na cozinha trocando amenidades e tomando um café após o jantar, enquanto Dona Maria, sentada na sala, assistia à novela. As crianças estavam na casa de Silvana. O assunto foi se encaminhando para a

questão do bar de Fátima, a vizinha, que aglomerava pessoas, sendo a maioria parentes da proprietária e de seu marido, durante o lockdown, não obstante os riscos de contágio e a presença da polícia por causa das restrições sanitárias. Daí que a ideia de exceção no cotidiano que o contexto pandêmico denotava na conversa fez com que Deca e as irmãs trouxessem à tona sua versão de como e quando a violência urbana (violência policial e do tráfico de drogas) teria passado a amedrontar Alegria.

Deca: [...] A vida aqui era muito tranquila até 2005. Assassinato era coisa rara. As pessoas iam pra festa e voltavam sozinhas a pé ou em grupo, sem medo e de madrugada. Lembro que eu voltava com Silvinha da festa lá pelas 2 da manhã e a gente não tinha medo da violência.

Luzinele: Mas o que aconteceu em 2005 de tão violento?

Deca: a morte do padeiro

Lurdinha: Lembro disso. Essa morte me chocou. Ele era uma pessoa muito boa. Passava vendendo pão nessa região todinha. Nesse dia, João Grandão junto com outros rapazes daqui atacaram ele lá perto onde hoje é a casa de Jô

Silvinha: Parece que ele não tinha medo de andar por aqui e dizia que tinha uma arma. Acho que não imaginava que algo ruim pudesse acontecer com ele aqui onde era tão conhecido

Luzinele: Quem era João Grandão?

Lurdinha: Era o cara mais temido daqui. Ele e os outros mataram o padeiro pra pegar a arma dele. Depois disso, fiquei com medo de andar sozinha aqui

Deca: aí aconteceu outras mortes violentas depois dessa. Lembram o que aconteceu com Rogério? [ela pergunta às irmãs].

Silvinha: Ele foi aluno de mamãe quando ela alfabetizava aqui em casa.

Deca: ele foi crescendo, se meteu com droga e começou a roubar aqui na vizinhança. A mãe dele vivia tirando ele da cadeia.

Luzinele: O que aconteceu com ele?

Deca: Foi morto num velado⁶¹, um carro preto com vidro fumê passou por ele ali perto do Parque da Juçara. Ele ainda tentou correr pra casa da mãe. Atiraram nele da janela do carro com uma ponto 40. Muita gente ouviu os tiros. Ouviram até no Guará. Ele morreu nos braços da mãe. Era muito jovem. Uns acham que foi a polícia que matou. Outros dizem que foi traficante (trecho de anotações em diário de campo).

O medo do outro humano, como indica Deca, passa a ser espectral a partir de acontecimentos relacionados, nesse ponto do discurso, a condutas criminosas que não eram frequentes no bairro, culminando em mortes violentas. Em seguida, o diálogo inclui mais acontecimentos englobados pela ideia de morte violenta. “Mas também outras mortes foram marcantes. As mortes nas pedreiras. De vez em quando, alguém morria soterrado nas pedras, e a gente ia lá ver. Era horrível”, lembra Lurdinha. Essas mortes ocorreram no período de maior exploração mineral, isto é, antes da década de 2000. Assim, Lurdinha recua na memória para mostrar outros meios igualmente violentos por onde a morte foi dada a chocar, e Deca

⁶¹ Para meus interlocutores, se refere à morte por emboscada, geralmente usando motos e carros com vidro fumê e sem identificação visível, encomendada e executada por agentes de segurança pública e por membros de organizações ligadas ao tráfico de drogas ilícitas.

completa: “Nessa época, muita gente ganhou dinheiro com pedra brita, com pedra bruta. Foi aí também que o barro passou a entupir os rios”. O entendimento das irmãs sobre mortes causadoras de medo vai se espiralando de modo a sugerir que o medo vem da violência que vai recaindo duplamente sobre a vida das pessoas e dos ambientes.

Em conversas com pessoas mais idosas em Maracanã, o medo emerge como sensação produtora e produto da desconfiança que chegou antes dos residenciais do MCMV. As invasões foram, nessa acepção, eventos que marcaram as interações entre pessoas que habitam a mesma região, bem como a interação com o espaço físico em si. “As invasões vieram para aporrinhar a vida da gente, roubando as frutas do quintal e não deixando a gente circular fora de hora no lugar onde mora” (Dona Berenice, moradora de Maracanã). Eu comentei no capítulo 2 que a noção de invasão adquire uma funcionalidade distintiva no que toca a aspectos socioculturais por parte dos antigos habitantes da região de Maracanã. Na visão destes, faz mais sentido associar a eclosão de práticas de delitos e ações violentas, como assaltos, aos moradores desses lugares, que trouxeram consigo hábitos considerados adversos aos daqueles.

A desconfiança quanto às intenções de alguém não imediatamente inserido nas relações comunitárias locais pode, então, nublar sua identidade em termos de exibição de uma face confiável para quem o ver em dadas circunstâncias ou produzir uma certeza sobre esta. Uma situação por mim vivida em campo deixa a ponderação mais clara. Fazia dois meses que eu morava em Alegria e, certo dia, fui visitar Dona Jô, que mora nas imediações da rua Menino Jesus. Acabada a visita, viemos conversando até a cerca de arame farpado que marca os limites do seu terreno com a rua e o brejo, que eu teria que atravessar para voltar para casa. Era por volta das 17 horas; o ambiente no entorno estava silencioso. Somente o ruído das águas se destacava para além de nossas próprias vozes. Nos despedimos na cancela e ela olhou em direção ao brejo. Viu dois rapazes bem jovens atravessando a ponte de juçareiras sobre o Rio da Passagem. Um deles empunhava um facão e o outro, um pedaço de madeira. O olhar de Dona Jô logo se fixou nos dois rapazes e sua expressão mudou completamente. Não reparou mais no que eu falava. Parecia amedrontada. Foi aí que acompanhei seu olhar e vi os dois jovens. Não notei nada de diferente naqueles transeuntes que se aproximavam. Como estava ali há pouco tempo, imaginei que fossem moradores locais tentando coletar frutas ou algo do tipo no brejo. “Vou contigo atravessar o rio”, falou minha vizinha com ar de preocupação.

Passamos por eles no estreito caminho de areia que leva ao rio. Ela os cumprimentou de maneira cordial: “Olá, meus filhos, bom dia!”. Eles nos olharam, mas não cumprimentaram

em resposta e nem esboçaram qualquer reação para além de nos fitar. Ao atravessarmos o rio, perguntei se ela os conhecia. “Não sei quem são. Devem ser dos conjuntos”, disse-me Dona Jô, sem dar mais sinais do que estava pensando. Fiquei intrigada com as sensações demonstradas por minha vizinha na ocasião. Olhei para os rapazes e suas faces, trejeitos e feições me pareceram comuns a jovens locais, mas minha interlocutora viu não só algo diferente, mas também assustador neles. Algo que pudesse representar uma ameaça para mim, uma mulher andando sozinha por ali. Não responder a um cumprimento costumeiro entre os que vivem ali deu mais nitidez à face assustadora que pareciam ter para Dona Jô, e o gesto lhes afastou ainda mais do plano de uma expectativa positiva de confiança.

A desconfiança, assim como a confiança, é construída processualmente. Com a primeira, vem a sensação de insegurança, mais precisamente a expectativa de imprevisibilidade de comportamentos e comunicação dos sujeitos na vida cotidiana, que podem ou não se revelarem violentos. Em outra de nossas conversas habituais, Deca mencionou as “ondas de violência” no bairro. Por meio das associações que ela faz entre causa e efeito e sua duração, é possível definir o que essas “ondas de violência” significam na gramática social produtora de medo e de ordem.

Nós aqui vivemos ondas de violência. A primeira veio com o Amendoeiras e com o Santo Antônio, mas depois estabilizou com o domínio da facção. Depois veio outra onda de violência com a entrega do conjunto Vila Maranhão e aí estabilizou de novo e agora a gente teme outra onda de violência com as invasões no Morada do Sol. (Deca, moradora de Alegria).

As “ondas de violência” são acontecimentos recorrentes e irregulares que tendem a trazer uma sensação coletiva de insegurança no bairro, principalmente na circulação por ruas, avenidas e pontos de ônibus. Nas “ondas de violência” está implícita, de forma muito sutil, a consideração de que, na falta de uma instância ou mecanismo de controle da ordem social local, as ações criminosas (roubos, assaltos e latrocínios) vindas de fontes diversas tendem a predominar no cotidiano. As “ondas de violência” são, além do mais, tomadas como uma etapa no processo de definição de limites territoriais no estabelecimento da atuação de coletivos criminais. Todas as vezes que ouvi em campo fatos relacionados a “ondas de violência”, era quase sempre para qualificá-las como prelúdio para a elevação de uma facção à posição de mando nas relações comunitárias. Assim, não era fortuito ouvir entre a vizinhança coisas do tipo: “Aqui teve uma onda de violência, mas deu uma acalmada desde que a facção começou a mandar”. A facção é uma referência genérica e, poucas vezes, identifiquei uma menção direta a um determinado coletivo criminal nas conversas e

entrevistas mais formais (com uso do gravador), principalmente com interlocutores mais idosos. Nomear o grupo, em alguns diálogos, parecia por si só uma ação ameaçadora.

A invasão do Morada do Sol, o último residencial a ser construído nas proximidades de Alegria e de Vila Mochel, suscitou inquietação na vizinhança, porém não ao ponto de dificultar o movimento espacial costumeiro ou mesmo se tornar um empecilho para a realização de suas festividades. Implementar pequenas estratégias no dia a dia para a circulação intra e entre bairros se mostrou mais no sentido de conter as amarras afetivas do medo do que coibir a ocorrência de ações violentas, muito embora a auto-restrição espacial já seja algo violento. Não andar sozinho em determinados horários, sobretudo vindo ou indo para o ponto de ônibus; seguir por determinadas ruas e não por outras (as mais ermas). Eu mesma mobilizei essas estratégias muitas vezes. Ao voltar à noite de ônibus, procurava não ultrapassar o horário em que os vizinhos estavam voltando do trabalho para seguirmos juntos pela rua onde morava. Por diversas ocasiões, vizinhas, ao saberem de meu destino, aproveitavam a minha companhia quando iam para lugares próximos e vice-versa.

O leitor deve lembrar-se da invasão ao Morada do Sol pela participação ativa que Carlos, morador do conjunto e liderança comunitária, teve nela. Falei sobre isso no capítulo 1. Mais de 700 imóveis foram ocupados por um grupo de pessoas não inscritas e não contempladas nos sorteios do MCMV realizados pela prefeitura de São Luís. Até então, Carlos não estava inserido na rede de contatos e relações mobilizadas localmente ao redor de demandas de serviços e equipamentos comuns aos bairros da região. Politicamente, a relativa aproximação entre Carlos e Deca, liderança comunitária de Alegria, é indicativa de abertura ao diálogo entre os habitantes mais antigos e os novos vizinhos, bem posteriormente à invasão ocorrida em agosto de 2019.

O medo é contagioso e, por isso, tem efeitos públicos em termos de pensamentos e sentimentos comuns que vão formatando a ação dos sujeitos (Zapata e Romero, 2019). Isso se dá de forma gradativa nas expectativas produzidas pelas histórias narradas sobre assaltos, latrocínios e comportamentos tidos pelos habitantes mais antigos da região como não condizentes com os seus. Descrições sobre acontecimentos violentos são, geralmente, minuciosas, apelativas e cheias de tensão. É difícil para um ouvinte não se sentir tocado pelas sensações reavivadas na memória que narra um acontecimento vivenciado pessoalmente ou aqueles vivenciados por terceiros. Fora a descrição feita por Dona Zuíla Valente do assalto ocorrido na casa de um de seus filhos, reportado no capítulo 3, onde ela associa as ações violentas à entrega do Residencial Vila Maranhão, outra em particular chamou a atenção para esse dado. O ponto de ônibus mais próximo da rua onde morei costumava estar vazio fora dos

horários de pico. Nem sempre minha rotina de uso do transporte público coincidia com eles. Numa espera minha por ônibus no horário das 14 horas, um morador de uma casa próxima e visivelmente embriagado se aproxima.

Morador [com expressão de inquietação no rosto]: moça, você não tem medo de ficar aí sozinha esperando ônibus? Olhe, minha mulher foi assaltada bem aí onde você está sentada. Chegaram dois numa moto e um deles botou a arma nela, humilhou ela e pediu o que ela tinha. Ela não tinha celular e nem dinheiro na bolsa. Aí viram a aliança que ela tava usando [ele aponta para a própria aliança no dedo]. Foi tudo muito rápido, né. Tomaram a aliança e ela voltou pra casa muito assustada.

Luzinele: Nossa! que assustador, moço. Que dia foi isso?

Morador: foi há 3 anos. (trecho de anotação em diário de campo).

A acuidade com que o morador conta sobre o roubo sofrido por sua esposa fez com que eu, naquele momento, visualizasse o evento não somente como algo possível, mas, além disso, iminente no espaço onde me encontrava. No modo como expressa sua apreensão, noto que o evento, não obstante tenha ocorrido algum tempo antes e tenha sido experienciado por outra pessoa, se corporificou e continuou presente naquele meu interlocutor. Em um ano de estadia prolongada em Alegria, documentei notícias sobre seis roubos a pedestres e roubos a imóveis, como casas, pequenas mercearias e o posto de saúde do bairro. Os tais delitos se deram sucessivamente nos meses de março a julho de 2020.

Da veiculação da notícia de cada um deles emergia um estado coletivo de receios que ia se desestabilizando no cotidiano com o passar dos dias e o movimentar das pessoas, mas voltava à tona na notícia seguinte. A rápida construção de muros em volta de casas próximas à avenida principal e aos pontos de ônibus é a materialização do receio coletivo. Em junho daquele ano, Nêga, dona do Reis das Nuvens, foi assaltada nas imediações da avenida principal, e uma casa localizada logo no início da rua Menino Jesus e perto do ponto de ônibus teve vários itens roubados. Passados dois meses, a casa estava murada, e seu exemplo foi seguido por vizinhos próximos, tendo outros reforçado suas cercas de talo e arame farpado. Tornando-se o centro de comentários da vizinhança, esses eventos são veiculados oralmente num tom de alerta a quem possa ser desatento no dia a dia, provocando certo efeito na mobilidade espacial nas áreas mais fronteiriças aos residenciais. “Te vi outro dia atravessando o brejo sozinha, já de tardezinha, ali pros lados da casa de Jô. Toma cuidado com esses assaltos!”, me previne Seu Jadiel em sua casa. Um alerta apontando o quanto minha própria mobilidade estaria sob o crivo da vizinhança. A notícia do roubo ao posto de saúde em junho de 2020 levantou rumores no bairro de que do Amendoeiras saíram os mandantes e executores. Sobre isso, uma moradora observa informalmente:

Eu conversei com uma amiga daqui do bairro e ela e outras pessoas acham que foi durante os atendimentos a essas mulheres de malandros lá do Amendoeiras que perceberam o posto sem vigia. Arrombaram a porta de vidro de madrugada e levaram o que puderam. Ninguém de perto viu nada, ninguém ouviu nada... [fala em tom de desconfiança]. (Trecho de anotações em diário de campo).

O rumor se revela um discurso acusador que materializa a imagem dos habitantes do Amendoeiras como pessoas perigosas por parte dos meus vizinhos de Alegria. Da incerteza quanto à possível identificação da autoria do delito emerge a certeza de que esta só poderia ser atribuída aos novos habitantes pelo comportamento e valores tidos como socialmente discrepantes em relação aos dos habitantes mais antigos e, portanto, uma ameaça à vida comunitária estabelecida, gerando barreiras emocionais no trato com os recém-chegados (Elias e Scotson, 2000). O trato interpessoal no ambiente da Escola Major José Augusto Mochel, na ótica de alguns interlocutores que trabalham nesse espaço, se alia à avaliação feita por aqueles que interpretam o roubo ao posto de saúde, isto é, que com os residenciais do MCMV vieram comportamentos ainda mais conflitantes com expectativas ligadas ao modo de vida da população que já habitava a região.

Data dos anos de 1970 a construção do prédio da escola pública de nível fundamental. Inicialmente, seu corpo docente e administrativo era oriundo da cidade. Com o tempo, os próprios egressos, habitantes de Alegria e de Maracanã, foram ocupando-os, sendo, ademais, o corpo discente também proveniente da mesma região, e parte considerável dele tinha laços parentais e de proximidade afetiva com o corpo docente e administrativo, porque não raro moravam na mesma rua. Há ainda, nesse contexto, as relações de autoridade geracional que, ao se articularem às de reciprocidade e consideração, basilares nos âmbitos doméstico e vicinal, exerciam grande força no processo de socialização escolar, como mostra Dona Conceição, de 53 anos, ao contar sobre o tempo em que estudou no Mochel.

No meu tempo não existia conflitos na escola porque do trajeto da casa até a lá a gente era muito vigiado. A casa da minha mãe fica na mesma rua do colégio. Nesse tempo a gente vinha a pé. A gente vinha em grupo. A gente andava 20 minutos até a escola. Da casa de mamãe até a escola todos eram olheiros. Todas as mães tinham filhos nessa escola. A gente vinha andando. Quando chegava ali onde é o Colega [onde foi o antigo comércio de Colega] ele estava mais dona Benedita na porta e perguntava: “já vão?” (vendo a gente com os livros debaixo do braço e ainda perguntavam) [risos]. Chegava bem aqui [aponta para a rua ao lado do Parque da Juçara] tinha dona Dora, uma mulher de pulso, de firmeza. Então, quando a gente passava aqui era amedrontado. Chegava na porta do colégio tinha algum tio, primo e a gente entrava. Entrava na escola e ia cantar o hino, saudava a bandeira e todo mundo ia pra sua sala. O que a professora dizia era ordem. Quem eram as professoras? Eram dona Janoca, dona Morena que é minha tia porque é casada com meu tio, era Dona Concita, uma grande mulher fundadora do Jardim [de Infância].

Ela alfabetizou a maioria dos cinquentões daqui no Jardim de Infância Mindinho⁶² [...]. Ela tinha vários alunos e ela era a única professora. Tinha dona Magali, prof. Bahia. Eram todos daqui. Dona Lucinha e dona Sofia são daqui. A família de dona Sofia é só de professores. Foram professores e diretores da escola...mamãe era a costureira do bairro. No momento que eu ou meus irmãos fizéssemos alguma coisa, quem fosse levar uma costura pra ela contava tudo. Não tinha segredo. Então, a gente andava na linha[...]. (Dona Conceição, moradora de Alegria).

A exigência de realização de concurso público fomentou a especialização acadêmica e a diversificação da origem geográfica dos profissionais, que passaram a vir mais de outras regiões da cidade do que da de Maracanã, mantendo com a escola responsabilidades mais restritas a seu vínculo empregatício e área de especialização. Assim, o(a) gestor(a) foi deixando de inserir pessoas de sua rede de relações locais no corpo docente e administrativo, sendo que a gestão também deixou de ser um cargo precipuamente ocupado por profissional morador da área. O crescimento populacional na região, no período que engloba a década de 1990, diversificou também a clientela escolar, impactando o até então prolongamento das relações casa-escola. Uma antiga gestora do Mochel conta que o engajamento ali:

era bem familiar porque todos se conheciam e compartilhavam das demandas locais. Primávamos muito por nossas tradições. Nosso calendário escolar tinha muitas festas e a gente se organizava com os alunos e suas famílias para elas acontecerem. O professor não estava preocupado em somente cumprir sua jornada de trabalho aqui e ir pra outra escola. (Dona Lúcia, moradora da região de Maracanã).

A questão da disciplina dos alunos dentro da escola é outro elemento de transformação no quadro de uma percepção social de mudanças sobre o cuidado envolvendo estudantes, a gestão e o corpo docente e administrativo, sobretudo com o avanço do uso do álcool e das denominadas drogas ilícitas entre os jovens em idade escolar.

Fui muitas vezes com colegas atrás de alunos que não entravam na escola. Quando a gente ia chegando ao Rio do Ambude, ao Rio de Seu Zé Lima eles olhavam de longe e logo se rendiam: “oh, não faço mais!”. Mas chegou uma época (e eu ainda estava trabalhando) em que eu dizia: “não tenho coragem de ir”, pois a gente chegava lá e eles já estavam drogados e alcoolizados (Dona Lúcia, moradora da região de Maracanã).

Dona Lúcia atrela à maior independência em relação à autoridade dos pais e responsáveis e ao aumento do desemprego, à quebra do comportamento esperado dos alunos e, conseqüentemente, ao crescimento da violência na escola. “A violência foi crescendo porque a família foi perdendo mais esse controle sobre os filhos. Os pais foram perdendo o

⁶² O Jardim de Infância Mindinho funcionou dentro das instalações da Escola Major José Augusto Mochel desde a construção desta. Foi após o término de minha estadia em Alegria que o Mindinho passou a ter prédio próprio.

domínio sobre os filhos, e eles foram tendo liberdades mais cedo. A violência surge daí e depois vem da falta de emprego e de outras coisas.” Dona Olímpia, professora do Mochel e antiga moradora de Alegria no período em que morei no bairro, em conversa comigo na escola antes da pandemia de Covid-19, disse que a vinda dos residenciais deixou ainda mais acentuadas as mudanças de comportamento esperado dos estudantes e de seus pais e responsáveis. Quando associados os dois pontos de vista, o da ex-gestora e o da docente, informam a importância nativa dada a uma ideia de cuidado comunitário imbricada ao conhecimento e confiança mútua que relaciona autoridade familiar e disciplina escolar, articulando o ambiente escolar ao doméstico, por exemplo. A professora observou com estranhamento, depois de afirmar que os “alunos provenientes de Maracanã são mais pacatos”:

Esses alunos dos conjuntos são mais agressivos e violentos. Em tantos anos de magistério nunca tinha vivenciado situações como essas. Os pais e responsáveis não se preocupam com a vida escolar dos filhos, grande parte deles são mulheres ainda adolescentes e muitas crianças vivem com os avós. A violência aumentou na sala de aula e até na fila do lanche (parece que passam fome). Temos muitos alunos com pai ou mãe na prisão. Pra mim, foi muito esquisito ver pais e mães de alunos na escola com tornozeleira eletrônica (trecho de anotações em diário de campo).

Embora seja uma percepção unânime entre os docentes com os quais dialoguei a de que a violência juvenil em espaço escolar e as mudanças na estrutura familiar não são fenômenos recentes, a vinda dos conjuntos do MCMV é tida como um acontecimento que trouxe consigo comportamentos e formas de interação social que sublinham esse estado de coisas a um nível espantoso para as costumeiras relações locais, acirrando uma realidade com a qual a comunidade escolar tem que aprender a lidar e que não está isolada daquilo que vem atravessando outros espaços e dimensões da vida social de um conjunto de localidades.

Pode parecer que estou me desviando do argumento desenvolvido até aqui; entretanto, com esses elementos, quero mostrar como a imagem desviante dos habitantes recém-chegados é construída perceptivamente para meus interlocutores, de modo a lhes suscitar hesitações e medo, um medo que circula para além da rua, dos brejos e das casas muradas nos desdobramentos das situações de violência. É o medo processual do humano sendo ponderado em valores e práticas em transformação. Os “bandidos” passam a ser entes temidos, entes que todos temos a capacidade de ver e de sentir o tempo todo, de tão mencionados nas conversas, nas acusações, nos conselhos e nas estratégias de movimento diário pelos ambientes.

Em dezembro de 2019, na volta de uma festa no terreiro de Dona Jô, quase de madrugada, seu filho, Fernando Lucas, e um amigo dele me acompanham à casa dos Ferraz.

No caminho, Lucas comenta, olhando de esgueira para a vegetação que margeia a rua, pouco iluminada pelos postes: “Em outros tempos, era comum avistar aparições numa hora dessa na estrada; a Mãe D’água era ouvida tomando banho no rio por quem passasse por aqui e o Gritador dava muito medo.” Isso não acontece mais? eu questiono. “Acho que elas têm diminuído porque as pessoas estão mudando seu credo, deixado de sentir medo delas”, diz ele, e o amigo completa: “Mas nem todo mundo pode ver essas coisas, o invisível, né? Os antigos viam muito. Agora é de bandido que a gente sente medo.”

Ao contar para mim, em sua casa, sobre o tempo em que era comum ouvir o Surrupira assoviar pela rua nas noites de jogo de dominó entre vizinhos na calçada, Seu Jadiel silencia um momento para depois questionar: “O que aconteceu com ele? Será que esse assoviador ainda passa por aqui sem que a gente escute ele?” A curiosidade de Seu Jadiel vem do fato de que não teve mais oportunidade de ouvir os assobios do Surrupira. Os jogos noturnos de dominó na porta de casa foram diminuindo conforme seus vizinhos, os jogadores e amigos, foram mudando do bairro e da cidade. “E também ficou complicado ficar na porta até muito tarde como antes. Um ano depois que entregaram essas casas aí do Amendoeiras, várias casas aqui nessa rua foram roubadas em um curto espaço de tempo. A única mercearia da rua foi roubada.” A filha de Seu Jadiel morou algum tempo no Residencial Santo Antônio com o marido e a filha. Ela se inseriu no nosso diálogo, comentando que sentia medo porque o espaço da casa onde morou por um ano era muito pequeno para a filha brincar. Sendo assim, a menina ia para a calçada, e a polícia passava com frequência, algumas vezes atirando e perseguindo vizinhos a pé. “Muita coisa mudou aqui pra gente desde essas construções. Antes, eram essas coisas de espírito que davam medo de sair de casa. Agora, não saímos com medo de bandido. Ele humilha, bate e leva o que temos.”

Formas restritas de lidar com a alteridade podem aflorar quando nossas estruturas mentais de saber, que orientam a realidade, apontam somente para uma hipótese explicativa das ameaças que nos afligem. A perspectiva de meus vizinhos aos poucos me provocou a ver neste mundo de capitalismo globalizado e neoliberal, em que os desejos e a agência humana são sempre tomados como protagonistas, objetivos e causas últimas de grandes feitos, sejam estes positivos ou negativos, a multiplicidade de agências outras com as quais o humano tem mudado o seu mundo e mundos em particular. Falo que, mediante a relação entre tantas agências, o ser humano pode até ser uma grande ameaça (e de fato o é!), porém não advém unicamente dele as explicações e alternativas em termos de temores e de esperanças. Essa é a chave de interpretação que remeto à ideia da imaginação humana sendo capturada por uma razão que simplifica o medo como afeto, subjacente às declarações de Lucas e de seu amigo.

Deixar de acreditar que há contatos outros que podem suscitar tanto medo quanto o contato inter-humano é reduzir ontologicamente as possibilidades de insurgência perante uma lógica dominadora que enquadra as ligações possíveis entre causas e efeitos, aí incluído o da violência urbana.

Os pontos de vista de todos, incluindo o de Seu Jadiel e da filha, vão na direção de inquirir sobre quais bases o ordinário e o extraordinário são erigidos ali ou como um pode furtar-se ao outro na gangorra da vida concreta. O extraordinário medo da violência é um afeto social que representou uma quebra no previsível. Esse medo, então, vai arranjando práticas, espacialidades e significados que se tornam cotidianos. Eles são amplificados com as tecnologias de comunicação de massa que dramatizam e tornam o medo cotidiano para além dos eventos propriamente violentos. Programas de rádio, de TV e jornais impressos são parte de uma fenomenotécnica, produzindo um efeito contagioso de totalidade. As declarações assinalam o quanto o medo da violência, que chega com a expansão urbana, é percebido como uma espécie de anormalidade. Se avaliado apressadamente, o contraste dos medos feito por meus vizinhos pode levar o olhar estrangeiro a ver o medo do humano sobrepujando o do não humano. Todavia, é nas práticas do dia a dia que se verifica como aquele se tornou um medo a mais para meus interlocutores lhe darem.

Indico que a especificidade das relações na região de Maracanã aponta não para o campo do medo enquanto horror, e sim para o medo enquanto “assombro”, posto que esse fenômeno indica um estado perceptivo que amplifica o medo, porém com grande potencial para se desestabilizar, se diluir ou mesmo se metaforizar na relação com outras lógicas afetivas, pois lhe matiza no cotidiano. No capítulo 3, procurei demonstrar que assombrar-se pelos encantados e entes não humanos é deixar-se afetar sensorialmente pelo borramento de fronteiras existenciais, sendo que a percepção assume grau de certeza tal para o humano que o corpo pode chegar a padecer. Mostrei que essa afetação só se torna problemática quando tende a impossibilitar o sujeito de agir. Assombrar-se pelo humano segue uma lógica homóloga. A comunicação inter-humana pode se revelar potente tanto para produzir novas articulações no sentido de laços positivos de compartilhamento. As experiências de campo me levam a crer que é preciso dinamizar as afetações no contato com a diferença.

Isso posto, aciono a categoria assombro, tomando o pressuposto wagneriano da invenção, para nomear e descrever modos de articulação da diferença com potencial para laços positivos e negativos de compartilhamentos a partir do contato inter-humano em contexto de quebra de limites existenciais por eventos de grande impacto sociocultural e socioambiental. Pretendo, com o assombro, experimentar na imaginação etnográfica a

multiplicidade de agenciamentos e tessituras existenciais que constituem relações sociais plausíveis no contexto tratado. A “invenção” a que aludo consiste na articulação pelo antropólogo daquilo que existe empiricamente com o domínio da racionalização acadêmica, o que quer dizer que o pesquisador realiza uma derivação nova do sentido abstrato de constructos culturais a partir de seu sentido mais restrito. É um processo que ocorre na ordem da observação e do aprendizado pelo pesquisador. Esse exercício é “uma objetificação ou reificação daquela ‘coisa’” (Wagner, 2017, p. 57).

Ao ser trazido como constructo analítico do campo acadêmico, o assombro não tem a pretensão de abarcar o conjunto das implicações socioculturais de segmentos e ambientes impactados por grandes projetos de desenvolvimento urbano, e sim de lidar com a complexidade da realidade social e os códigos do local onde desenvolvi o estudo. Tal processo de derivação, de metaforização, é tornado possível graças à natureza dos relacionamentos e experiências que desenvolvi com núcleos familiares, com suas práticas e com o solo em que pisam. O conceito vem do confronto e da mútua implicação concernentes aos discursos em jogo (Viveiros de Castro, 2002). Trata-se de levar em conta o discurso nativo sobre medo e relacionalidade, de modo a produzir um efeito de conhecimento sobre os discursos que refletem o medo da violência e o contato interpessoal no ambiente das cidades em expansão.

O medo, assim como valores, encarna uma visão de mundo culturalmente organizada, fornecendo imagens capazes de conectar ideias e ações, tornando a realidade apreensível para os sujeitos (Rosaldo, 2019). Logo, o medo e suas formas de expressão evidenciam o quanto os empreendimentos do MCMV são a um só tempo locus e signo de um mundo cada vez mais perturbador para as pessoas com as quais trabalhei. Porém, é preciso olhar para a percepção local sobre o medo do humano como constrangedor dos trânsitos espaciais humanos com uma lupa, posto que ele aponta muito mais para as formas como o transitar têm se insurgido e perpetuado nas práticas do que propriamente seu impedimento ou restrição.

5.3 É PRECISO CUMPRIR A OBRIGAÇÃO

“Luzinele, tu sabe que hoje tem tambor na casa de Nêga? Vamos pra lá daqui a pouco.” Esse lembrete com o qual Dona Maria Ferraz me interpelou naquela manhã de novembro de 2019 foi se repetindo e deixando de ser uma observação qualquer no tempo compartilhado. O tempo compartilhado ali foi se multiplicando ao ponto de se transformar,

com a minha percepção, no sentido de ação do corpo aderindo e correspondendo ao ambiente no aprendizado com o mesmo (Merleau-Ponty, 1999; 1992). Meu esforço pessoal foi se engajando ao da matriarca e das demais anfitriãs e amigas da casa na atenção às rezas e festas domésticas promovidas na vizinhança no desenrolar do campo de pesquisa. Não é que a observação de Dona Maria tenha se tornado simplesmente trivial pela repetição, mas, precipuamente, um alerta que deixava meus sentidos afeitos ao caráter esperado dos eventos. Efeito semelhante tem o alarido dos fogos de artifício anunciando publicamente os festejos nas comunidades.

O quadro abaixo reúne o conjunto de rezas e festas que acontecem em Maracanã, Alegria e Vila Mochel e que se relaciona e se situa no calendário de solenidades do catolicismo. Ele também exhibe os limites dos meus deslocamentos interpessoais e espaciais, posto que assinala os eventos situados numa temporalidade etnográfica e dentro das relações nas quais fui inserida. Neste capítulo, a discussão se restringe a parte desses eventos enquanto obrigações aos santos católicos. As rezas foram os eventos dos quais mais participei, seguindo o fluxo de ligações religiosas da Família Ferraz. Não acompanhei as festividades do Bumba Meu Boi de Maracanã, exceto algumas lives transmitidas em redes sociais em virtude das restrições às aglomerações impostas pela pandemia de coronavírus em 2020 e, por uma questão de incompatibilidade de agenda, não participei delas em 2021, quando já não estava mais morando em Alegria.

Pelos mesmos motivos, não participei de festas de Seu Manezinho na Casa Remanescente da Luz para São João e de outras no Terreiro de São Jorge Tumajamacê em Alegria. Para além do Bumba Meu Boi, é comum a presença e a iniciativa de entidades afro-brasileiras em obrigações aos santos católicos nessa região, o que ocorre quando o encantado incorporado no pai e na mãe de santo dirige honras anuais a determinado santo ou santa, cultivando um vínculo com este ou esta.

Quadro 01- Calendário de festividades

Calendário de Festividades Religiosas na Região de Maracanã			
Mês	Festividade	Local	Amplitude

Janeiro	Festas de Reis	Festa nos barracões dos Reis do Alecrim, do Reis das Nuvens e do Reis da Sempre Viva, respectivamente, em Maracanã e Alegria.	Média e grande aglomeração
	Reis Pobre	Festa de continuidade da celebração de Reis num cortejo que segue pelas ruas de Maracanã e de Vila Sarney com paradas nas casas.	Grande aglomeração
Fevereiro	Festejo de São Sebastião	Acontece na Igreja de São Sebastião e na Casa da Família Teixeira onde é a ladainha para o santo. A família organiza churrasco e festa dançante.	Média aglomeração
	Queimações de palhinhas	Rezas de Ladainha nas casas de devotos em Maracanã, Alegria e Vila Mochel.	Pequena aglomeração
	Tambor de Crioula do Deco	Cortejo pelas ruas e casas de Alegria. Ponto de partida é a casa de Seu Deco onde São Bendito é reverenciado.	Média aglomeração
	Queimações de Palhinhas	Reza de ladainha em casas de Maracanã, Alegria e Vila Mochel.	Pequena aglomeração
	Festa de São Lázaro	Reza de ladainha e tambor no Terreiro de São Jorge Tumajamacê em Alegria (terreiro de Dona Jô).	Pequena aglomeração

Março	Queimações de Palhinhas	Reza de ladainha na casa de devotos em Maracanã, Alegria e Vila Mochel.	Pequena aglomeração
Maio	Mês Mariano	Rezas de ladainha nos Terreiros de Alegria e Vila Mochel (terreiro de Dona Jô e o de Seu Fábio).	Pequena e média aglomeração
		Reza de ladainha nas casas para pagamentos de promessas à mãe de Jesus.	Pequena aglomeração
	Ensaio do Bumba Meu Boi de Maracanã	Festa na sede do Boi em Maracanã aos fins de semana.	Grande aglomeração
Junho	Batizado do Boi de Maracanã	Envolve os dias 23 e 24 de junho. Após concentração, apresentação de nova roupa, toadas e ladainha em latim na sede em Maracanã, forma-se um cortejo que segue pelas comunidades vizinhas	Grande aglomeração
	Arraial dos Pontes com Apresentação do Boi Guerreiro de São João	Festa na casa da Família Pontes em Alegria.	Média aglomeração
	Festejo de Santo Antônio	Festa no Terreiro Casa Remanescente da Luz em Vila Mochel (terreiro de Seu Fábio).	Pequena e média aglomeração
	Batizado do Boi de Seu Manezinho Légua	Festa no Terreiro de São Jorge Tumajamacê em Alegria (terreiro de Dona Jô).	Pequena aglomeração

Julho	Festa de Seu Manezinho Légua com apresentação de seu Boi	Festa que acontece no Terreiro de São Jorge Tumajamacê em Alegria (terreiro de Dona Jô) e o Boi segue para apresentações nas casas dos padrinhos e de pessoas que o solicitam na vizinhança.	Média aglomeração
	Festa de Sant'ana	Festa na Tenda Rei Sebastião e Santa Bárbara em Alegria (terreiro de Dona Ângela).	Pequena e média aglomeração
Agosto	Morte do Boi de Maracanã	Festa no 2º fim de semana na sede em Maracanã, e sua programação é distribuída de modo a abranger as casas de pessoas ligadas ao grupo, igreja de Santo Antônio e outros espaços do bairro.	Grande aglomeração
	Festa de São Cosme e São Damião	Festa no Terreiro de São Jorge Tumajamacê em Alegria (Terreiro de Dona Jô).	Média aglomeração
Outubro	Festejo de Nossa Senhora Aparecida	Reza de ladainha nas casas em Maracanã, Alegria e no Terreiro de São Jorge Tumajamacê em Alegria (terreiro de Dona Jô).	Pequena Aglomeração
Novembro	Tambor de Crioula na casa de Nêga	Festa na casa de Nêga por devoção a São Benedito.	Média aglomeração

Dezembro	Festejo de Santa Bárbara	Festa na casa de Dona Zebina em Vila Mochel.	Festas com média aglomeração
	Festejo de Santa Luzia	Festa na casa da família Morais no 21/Residencial Amendoeiras.	Média aglomeração
	Festejo de Nossa Senhora da Conceição	Reza de ladainha em casas de Maracanã, Vila Mochel e no Terreiro Casa Remanescente da Luz (terreiro de Seu Fábio).	Pequena aglomeração

Fonte: Elaboração da autora a partir de deslocamento espacial e interpessoal experienciada com interlocutores.

O calendário de festividades religiosas na região de Maracanã não está contido em um registro físico e está sempre em movimento. A cada ano, mais obrigações são inclusas e, frequentemente, outras deixam de acontecer. Ele é uma realidade incorporada às sensações dos devotos, fiéis e pagadores de promessas através do seu fazer religioso ao longo do ano. O caráter multirreligioso das festividades, os compromissos de ordem terrena e divina que elas conclamam e sua vinculação ao ambiente doméstico foram critérios que usei na composição do quadro, critérios que igualmente perfazem o escopo do estudo.

Num lugar onde há festa grande parte do ano, como as pessoas conciliam essas celebrações com o mundo do trabalho assalariado, que tem um tempo linearmente impositivo? Existe uma distinção de escopo entre reza e festa propriamente dita, e essa distinção será exposta ao longo da seção. O evento que mais exige dispêndios é a festa. Ouvir de muitos envolvidos na organização e participação nas festas que é possível negociar folgas com empregadores. Noutros casos, justificativas das mais inusitadas são postas para solicitar e explicar a ausência no trabalho. Referindo-se à Festa de Reis do Alecrim, um jovem me falou, rindo: “tem gente que sai adoecendo pai, mãe, filho; inventam muita história pra não ir trabalhar nos dias dessa festa”. É como meus interlocutores vivem o lugar. Esta é uma multiplicidade de entes e de relações. O mundo do trabalho assalariado é apenas uma das realidades com as quais lidam criativamente. Há festas na região que não remetem a razões religiosas. Como exemplos, cito a Festa da Juçara, voltada à promoção comercial do fruto, e o

Recorda Maracanã, direcionado à apreciação do *reggae roots*⁶³. Essas são festas anuais que aglomeram pessoas vindas de todas as regiões da ilha fora do espaço das casas.

O festejo indica uma solenidade que, mais do que anual e estendida em duração, contém protocolos específicos para que o santo em questão receba as honras devidas. Já a festa adquire uma conotação mais abrangente, no sentido de qualquer aglomeração com o propósito de celebrar e divertir. Azul definiu essas noções fazendo a seguinte síntese: “um festejo é uma tradição, que tem todo um respeito pelo santo, e festa é feita de qualquer jeito. Numa festa, a pessoa vai lá, compra a bebida, bebe, come, dança e vai embora”. Acrescento que essas noções podem ser equivalentes e até afastarem-se uma da outra, conforme o caso. Vide o exemplo da festa na casa de Nêga, apresentada no capítulo 1. O tambor para São Benedito acontece num único dia, tendo uma etiqueta característica dirigida ao santo, mas não é um festejo.

Os festejos aludidos por meus interlocutores são mais dispendiosos em tempo e recursos empregados. Eles são festas que seguem uma ritualística, combinando procedimentos instituídos de homenagem e invocação de um santo a arranjos lúdicos de uma reunião espontânea de pessoas, que rezam, dançam, comem e bebem. É assim que o festejo, no viés de uma religiosidade mais popular, se torna uma festa ao não desvincular o compromisso divino da brincadeira terrena. A distinção feita por Azul entre festejo e festa lembra aquela que os jogadores veteranos da região fazem entre jogo e pelada, analisada no capítulo 2. Noto que a categorização de festa também engrandece a de festejo no plano da linguagem, matizando certa conotação da disciplina religiosa.

Estabelecendo uma homologia das diferenças entre jogo e pelada, festejo e festa, percebo que estas últimas categorias traduzem das primeiras a territorialização dos afins e diferentes, de modo a engendrar movimentos sensoriais alinhados com o tipo de ação convencional e de espontaneidade que o ambiente conclama. Toda a materialidade do festejo/festa é constituída para que os corpos se movimentem, se expressem e se encontrem. O cerimonioso do festejo dialoga com o descerimonioso da festa, permitindo que as pessoas se dispersem e descubram umas às outras na dança, na conversa, na música ouvida e na bebida tomada. Isso é feito numa fluidez intrusiva à qual o futebol amador tem mobilizado historicamente. Os dois fenômenos se encontram no ponto em que têm conservado, nos seus respectivos espaços, esse caráter exogâmico dos divertimentos coletivos na região de

⁶³ Identificado como “reggae de raiz”, o estilo musical retrata as expectativas coletivas na Jamaica após a independência. Associado a filosofia rastafári, suas letras expressam sentimento de descontentamento com as condições de vida das camadas populares. Esse estilo é conhecido pela fidelidade rítmica ao reggae jamaicano (Morais; Araújo, 2008 apud Marques, 2023).

Maracanã, misturando frequentadores de festas dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida com aqueles que já viviam na região, tal qual o futebol de outrora no que tange os jogadores de dentro e de fora da região.

Festejo e festa, jogo e pelada põem em relação regras oficiais e ação improvisada, de modo que a festa, semelhantemente à pelada, traz improvisação e liberdade de movimento ao espaço relativamente controlado do festejo, onde cada procedimento e ação, como me disse certa vez Célia, dona do festejo do Divino Espírito Santo em Maracanã, têm uma ciência, ou seja, uma força mística que faz a comunicação do devoto com o santo. São regras que, análogas às do jogo, não podem ser quebradas arbitrariamente, pois tal pode trazer infortúnios para o dono da festa, para sua família e para a própria festa. Mas é preciso ter em conta que, usualmente, festa e festejo são expressões muito flutuantes na sutileza da linguagem cotidiana. Isso quer dizer que a relação entre fala e contexto da prática é dúbia.

Habituei-me a ouvir de pessoas que realizam festejos para santos os denominarem de festa, após me falarem em outros momentos que realizam festejo, o que me leva a crer que festa também funciona como uma designação englobadora. Em contrapartida, notei o termo perder o sentido englobador quando se trata de manifestações promovidas nos terreiros de religiões afro-brasileiras. Meus interlocutores inseridos nesse contexto não acionam simultaneamente festa e festejo para caracterizar práticas de honras aos santos e encantados, e sim somente festa, mesmo estas tendo reza de ladainhas e outras ações protocolares de manifestações católicas de orientação mais popular.

Antes de qualquer coisa, a “obrigação” que subjaz às práticas religiosas consideradas é contornada por uma política do dono, da qual falei no capítulo 3. Isso subsidia ontologicamente a troca de dádivas e sacrifícios (Mauss, 2003; Mauss e Hubert, 2005). Estão em transformação recíproca pelos valores de que vão se revestindo ao longo das relações em devir: pessoas, santos, objetos, afeições, atenções, expectativas e situações de vida. As devoções e pagamentos de promessas, no contexto da pesquisa, são dons em circulação na medida em que vão sendo passadas adiante entre pessoas, independentemente de serem ou não de um mesmo grupo familiar, no decorrer das gerações. Seu Robson deixa explícito que a festa que realiza anualmente foi um presente dado pela madrinha antes da morte dela. Além do que, entre eles havia um vínculo afetivo edificado nas relações de consideração e solidariedade vicinal, que os puxavam para o mesmo círculo familiar. O fato de o pai de Seu Robson assumir a festa até que o filho tivesse idade o bastante demonstra que era importante para ele corresponder, a um só tempo, à afeição da comadre (uma pessoa querida, a dona de

uma festa, alguém com notabilidade social) e o respeito por Santa Luzia, santa que caminha junto na atribulação e na bonança. Uma coisa está implicada na outra.

Logo, o “festejo” é, de partida, a materialização do sacrifício de cuidado pela santa e pela memória da madrinha, uma memória que foi ficando opaca no decorrer dos anos. Ele afirma que sente carinho pela madrinha; no entanto, atualmente, quando faz a festa, aqueles que vêm à mente são os pais, filhos e amigos aos quais foi se ligando no processo. Nesse plano, outras presenças foram se ajustando e se sobrepondo à presença da madrinha, de forma a se tornarem mais contrastantes, como um tapete tecido com diferentes fios de barbante colorido, onde determinadas cores vão adquirindo maior nitidez que outras no entrelaçamento. “Não esqueço da minha madrinha, mas quem vem primeiro à minha cabeça quando faço a festa são meu pai, mãe, filhos, os amigos e a santa, né”. O menor sinal sentido por esse devoto de que possa estar traindo sua obrigação lhe traz a certeza de que ela não é um peso a ser carregado sozinho.

Não posso deixar de fazer a festa, por isso é complicado quando tem luto na família ou acontece qualquer coisa, como a pandemia. Me sinto mal se não realizo a festa. Quando chega agosto e eu ainda não estou fazendo os preparativos, começo a sonhar com a santa. Aí me sinto mal. Sonho carregando o andor dela sozinho nos ombros, sem nenhuma vela acesa nele (Seu Robson, morador do Residencial Morada do Sol).

Cabe afirmar que o laço compartilhado com Santa Luzia assombra Seu Robson no sentido de movimentar seu engajamento perceptivo, multiplicando as possibilidades de agregação de compromissos de outras pessoas e de transformação dos ambientes. Sendo o festejo a expressão pública do cuidado recíproco entre a santa e seu devoto, ele não deixa de produzir novas afetações, outras composições entre humanos e de humanos com esse ente não humano. Observando a gramática sociopolítica e afetiva do pagamento de promessa e da devoção, comum a elas estão nuances que se complementam. Primeiro, aquele entendimento que identifica uma dívida que precisa ser paga em um determinado período, em razão do pedido concedido pelo santo (promessa) e, no segundo, um laço que precisa ser cultivado perpetuamente (devoção). Essa distinção é para efeito heurístico, uma vez que devoção e promessa sempre podem se combinar na ação dos sujeitos.

A “obrigação” é uma categoria acionada por meus interlocutores e amigos da região de Maracanã para se referirem ao comprometimento com esses não humanos que são os santos. Cumprir uma obrigação, dentro dessa visão, é comprometer-se existencialmente com outros. Concordo com autores dedicados aos estudos afro-brasileiros que identificam nela uma relação não livre entre o fiel e a divindade, e não reduzível a uma equação de custo/benefício,

mas uma forma de piedade e reconhecimento constante da ligação com a divindade (Baptista, 2007; Rabelo, 2001; Flaksman, 2018; Ahlert, 2021).

É adequado ir além do momento dos festejos e suas festas no contexto atravessado por grandes transformações no ambiente e nos meios de vida para perceber como a obrigação para com santos católicos configura um processo social local de cuidado em camadas e escalas. Nesse processo, as relações interpessoais cotidianas produzem limites, tensões e possibilidades para compromissos em diferentes planos existenciais. Entra em questão o desafio da circulação de recursos diversos entre aqueles que cumprem obrigações como donos de festas. Comida, bebida e dinheiro empregado são critérios importantes na definição de uma boa festa, além de toda a animação da música, dança, colorido e brilho dos adereços para os frequentadores. No âmbito das relações familiares e de vizinhança, o movimento deles, sobretudo dos três primeiros, pode significar quebra ou afirmação de consideração e de uma ética do cuidado que não abarca só a ligação devoto e santo.

Nêga, seguindo os passos do pai, Seu Zé Ceará, assumiu a alcunha de “dona” da Festa do Reis das Nuvens após a morte dele. Com isso, vieram algumas responsabilidades. Entre elas, manter a obrigação para com o menino Jesus e os santos Reis, angariar recursos e adesões entre vizinhos e amigos para manter a festa engrandecida, atrativa em termos de divertimento coletivo dentro da comunidade, garantir que o ambiente da festa esteja seguro e manter o engajamento do próprio grupo familiar em todo esse processo. Ocorre que Nêga não corresponde às expectativas de todos os parentes. As condições de manutenção da festa têm exigido mais do trato interpessoal exercido por ela e um motivo importante são as transformações nos meios de vida da população. Ela me contou que:

Antes, na época dos meus pais e avós, tinha muita fartura, né. As pessoas pescavam pra todo lado, tinha muita roça, criavam galinhas e uns até tinham gado. Aqui tinha casa de forno que fazia farinha com mandioca plantada aqui mesmo. Quem fazia a festa tinha muito a oferecer. Hoje tem o desemprego. Não se vive mais de roça. O que a gente consegue pra festa é com mais dificuldade e não supre tudo (Nêga, moradora de Alegria).

Suas palavras ganham sentido dentro da lógica do lucro da festa. A desconfiança de parte dos parentes, segundo contam alguns, é a existência de um excedente material esperado na realização do evento. O “lucro da festa” comumente advém do trabalho em eventos de média e grande amplitude, pois tendem a envolver um dispêndio maior de recursos materiais e imateriais do que aqueles de pequena amplitude ou aglomeração. O dinheiro que restou de uma festa, depois de supridos os gastos exigidos, é guardado para reparos nas instalações e

para a festa do ano seguinte. Cada evento tem uma estrutura organizacional que administra os espaços, as demandas internas e o dinheiro. A do Reis do Alecrim, por exemplo, é mais complexa e menos centralizada do que a do Reis das Nuvens e a do Reis da Sempre Viva, já que a primeira agrega mais recursos. Há o posto de tesoureiro, vice-tesoureiro e uma equipe de coordenação na qual três irmãos estão à frente como donos. Tudo que é produzido na e pela festa tem uma circulação própria dentro desses grupos familiares.

A festa gasta muito, mas não retemos nada pra nós. Uma parte do dinheiro é dividida entre algumas pessoas. Não é quantia grande e não é pagamento. Todos trabalhamos como voluntários lá, só que tem um agrado, uma lembrancinha que a gente recebe e tal. Aí o pessoal acha que o Reis é rico e guarda muito dinheiro. **Nossa festa é uma festa rica** sim, mas é em relação ao empenho familiar. É uma festa bonita de se ver porque tem muita comida. **A festa dá muita comida.** (Édrick, morador de Maracanã, grifos meus).

Note que, nas palavras de Édrick, a festa é um agente com grande capacidade de mobilização de trabalho familiar e produção de recursos que ela mesma retém, dispersa e reparte. “Joia” é o termo que os denomina. “A joia é importante pra festa acontecer. Tudo que a pessoa dá pra festa acontecer é joia: dinheiro, os foguetes, as velas...” (Édrick, morador de Maracanã). Uma joia é algo valioso tanto do ponto de vista material, por ser uma condição objetiva para que a festa aconteça, como ainda traz em si o dispêndio de energia daqueles que a oferecem à causa dos santos, seus devotos e pagadores de promessa. Logo, toda força de trabalho empregada para esse fim é joia.

À vista disso, a festa é rica. Ela faz abundar para conceder aos de dentro, àqueles que trabalham para ela, aos santos homenageados e aos de fora, àqueles que a frequentam para rezar e para curtir-la. Os Reis das Nuvens e da Sempre Viva têm uma estrutura organizativa mais centralizada, ou seja, todo o processo de produção da festa se concentra em poucas pessoas da família da dona e nas famílias que “recebem a coroa”, o que, em parte, advém do engajamento não homogêneo entre os seus membros quando comparado ao Reis do Alecrim. Além disso, a política de adesões para angariar recursos tem uma influência mais limitada ao círculo de amizades e vizinhança mais próximos das donas.

Um elemento importante que liga a obrigação com os santos ao cuidado comunitário é a oferta de comida. É esperado que todos (gente conhecida e desconhecida) que se acheguem à festa sejam alimentados e é imperativo que os grupos familiares envolvidos no trabalho festivo tenham acesso à comida. Quando a família Ferraz “recebeu a coroa” do Reis da Sempre Viva em 2020, ficou implícito entre esta e a família Bernardes (a família da dona) um acordo de oferta de comida aos convidados de ambas as partes.

Recordo que, no penúltimo dia da festa, por volta do meio-dia, eu me retirei da mesa onde estava com Deca, Silvinha, Lurdinha e o marido desta, Eliseu, e fui até a cozinha buscar mais feijoada. Uma das cozinheiras falou que a feijoada tinha acabado e, ao retornar pela porta do recinto, encontro dona Rosa Bernardes, que perguntou gentilmente o que eu buscava. Respondi e logo voltei para a mesa no quintal. Poucos minutos depois, alguém vem até mim trazendo um recado dessa senhora para que eu voltasse à cozinha. Lá retornando, dona Rosa pede desculpas e entrega um prato de feijoada. Mais tarde, naquele dia, Deca me disse que o fluxo de alimentos é sutilmente controlado na medida em que tanto a família da dona quanto as famílias que “recebem a coroa” levam seus convidados e elas esperam que todos eles comam. “Guardar comida pra depois pode provocar confusão. Já aconteceu de um convidado ir atrás de comida e ouvir que tinha acabado. Aí a gente ficou sabendo que guardaram pra outras pessoas. Depois da festa, sobrou comida e ela foi jogada fora porque estragou.” Percepção semelhante é atribuída ao uso do dinheiro. Emprestar ou pegar dinheiro emprestado para finalidades alheias àquele domínio é muito delicado, que o diga os falatórios da vizinhança. “Vem um filho e outro pra pedir 200, 300 e assim o dinheiro vai, só que na hora da festa todos eles querem trazer seus convidados para comer.”

Retornando às palavras de Deca acerca da comida na Festa de Reis, elas me fizeram refletir sobre minha posição naquele contexto para entender as formas de associação que o trabalho da festa produz. Muitas vezes, em campo, eu esquecia que meus relacionamentos não eram estanques, assim como as percepções dos meus interlocutores sobre mim. Quando cheguei à Alegria, fui vista por algum tempo apenas como “a moça que veio estudar nossa comunidade”. Nessa Festa de Reis, notei que minha ligação, do ponto de vista nativo, pendia mais para o status “a amiga de Silvinha” e “a amiga da família de Silvinha”. Sendo assim, eu não estava ali como uma frequentadora qualquer. Eu era convidada dos Ferraz, portanto, merecia atenção diferencial, sob pena de ultrajar aquela família e, conseqüentemente, gerar riscos às relações que conduzem a festa. Por isso, o pedido de desculpas e o prato de comida entregue por dona Rosa.

Se não tem como desvincular o cuidado de aspectos emocionais forjados num cotidiano compartilhado, é porque não há como localizar sua relevância fora da responsabilização e reciprocidade que complexificam os afetos. A decisão, por parte dos donos(as), de emprestar e a de não emprestar dinheiro, de guardar e não guardar comida, tem riscos intrínsecos nesse plano: extrapolar o ciclo da festa. A possibilidade de colisão nas relações exige uma resposta cuidadosa. As tensões são inerentes aos bons sentimentos, que introduzem uma contradição que dinamiza as configurações sociais (Molinier e Paperman,

2015). Por contradição, não desejo advogar que aquilo que é trocado entre os humanos e entre estes e os santos esteja inelutavelmente separado nas práticas daqueles com os quais convivi. Pelo contrário, como salientei, a festa/obrigação é um modo de associação que vai redefinindo os fluxos e as trocas entre humanos e entre humanos e santos.

Em contrapartida, os fluxos dinamizam a associação entre humanos e entre estes e os não humanos. É cabível as ponderações que Baptista (2007) faz sobre os sentidos do dinheiro nas relações de troca no Candomblé para analisar esse contexto. Os objetos, presentes, comidas e dinheiro na política da festa aos santos e aos encantados na região de Maracanã vão transitando por domínios intimamente conectados e é nesse trânsito que vão ganhando significado, complexificando a noção de obrigação enquanto sacrifício. Cumpri-la é carregar o peso de fazer determinados bens transitarem com certo equilíbrio do plano terreno ao divino e vice-versa, pois estes são interdependentes. Daí que os donos(as) vão à frente, mas não o carregam sozinhos(as). Comumente, tendemos a dar mais destaque à ideia de peso a tudo aquilo que se mostra um fardo e entrave para a vida cotidiana nas dimensões individual e coletiva.

Costumamos ignorar, nessas experiências que oneram a realidade concreta dos sujeitos, o caráter ambíguo de constrangimentos e responsabilidades. Sua tecitura carrega uma potência criativa de conexões, e são nos seus desdobramentos que a existência se torna possível. A experiência dos antigos moradores de Maracanã revela que o peso da obrigação, na realidade, impulsiona a vida cotidiana deles, por ela agenciar pequenos limites e recomeços, não somente nas relações familiares, mas também nos ambientes e espaços historicamente atravessados por devastações específicas nesta região.

Santa Luzia está sempre junto de quem lhe pede auxílio. Isso Seu Robson deixa muito claro ao comentar sobre favores alcançados por meio dela. “A santa nos concede muita coisa boa, saúde, né? Hoje tenho muitos amigos também. Com a festa, veio muita gente.” Ter construído um grande círculo de amizades é encarado como uma assistência da santa em todas as ocasiões. A implementação dos residenciais do Minha Casa Minha Vida ampliou o círculo social da família Morais. Conforme me contaram, com os conjuntos vieram pessoas devotas, que, por sua vez, trouxeram outras para participar do festejo. As relações de amizade, em muitos casos, são firmadas no exercício das funções de padrinho e madrinha⁶⁴ na festa. São eles que, em grande medida, assumem os custos materiais de objetos e gentilezas no evento. Por exemplo, há padrinho ou madrinha para o andor, para o palco, para o bolo, para o mastro

⁶⁴ É comum moradores assumirem a posição de padrinho e de madrinha por serem devotos ou estarem pagando uma promessa ao santo (a).

e assim por diante. Nas noções de padrinho e madrinha está a acepção de que ele (a) é alguém que assiste o outro ou algo ao provê-los do necessário nos aspectos materiais e simbólicos. O compromisso da assistência supõe um vínculo variável com o santo e com os (as) donos (as) das festas.

Para ser “padrinho” e “madrinha” numa festa desse tipo, tem que “pedir licença” ao (s) “dono” (as) ou por ele (as) ser convidado (a). Daí que a abertura ao pedido e concessão de licença se torna complemento transitivo da obrigação, que não é uma relação construída abruptamente, mas conexões ativas trabalhadas no fluxo da vida em comum e de suas consequências concretas, o que pode elevar ou diminuir a confiança intersubjetiva. Ter uma vida em comum não significa necessariamente que todos os padrinhos e madrinhas de festejos vivam na vizinhança dos (as) donos (as), dispondo das mesmas características socioeconômicas e adversidades destes e até dos mesmos interesses quanto aos favores do santo, embora isso seja visualizado na região de Maracanã. Padrinhos e madrinhas participam da partilha coletiva das joias tanto quanto assistem à festa ofertando-lhe “jóias” de si. Uma vida em comum é um processo de experiência de contato e adesões que produz a semelhança sem reduzir a diferença.

Num nível mais imediato da “festa”, comida, bebida, música e ambiente físico são preciosidades que devotos, pagadores de promessa, donos, seus familiares e frequentadores partilham entre si em maior ou menor proporção. Noutra nível, constitui-se, por intermédio da junção de tantas joias, uma preciosidade com a qual alguns nesse meio são especialmente agraciados na medida de seu dispêndio. De modo que, mesmo as festas de aglomeração média, isto é, com capacidade de reunir pessoas limitada ao bairro em si, conferem reconhecimento e notoriedade a seus organizadores numa escala micro, entre eles o “dono” e os padrinhos.

Algo assim é ainda mais patente no que confere às festas religiosas de grande aglomeração na região, que atraem pessoas de boa parte dos bairros da Ilha, como é o caso do Bumba Meu Boi de Maracanã, que exerce maior impacto no ambiente físico e na sociabilidade local. Daí que jóias ofertadas por alguém como, por exemplo, a ex-governadora Roseana Sarney, engrandecem a festa ao mesmo tempo em que adicionam crédito à atuação política dessa madrinha em outros domínios. As jóias para os santos vão muito além das coisas materiais, e elas carregam virtudes e o peso político do doador ou da doadora.

5.3.1 QUEM COM OS SANTOS CAMINHA, BEM ACOMPANHADO ESTÁ



Esta salva que rezamos ao menino
 Jesus oferecemos
 Que nos livre dos malditos e de suas
 companhias
 As contas do seu rosário são balas de
 artilharia
 Que combatem o inferno rezando Ave
 Maria
 O inferno tremeu de medo e céu
 encheu de alegria
 Por verem os anjos rezando o rosário
 de Maria (...)
 (trecho da salva de oferecimento ao
 santo (a)
 cantada ao final da ladainha em latim.
 (Áudio completo/voz de Lucas
 Santos. Ler código QR).

As formas como os santos se fazem ativos na vida dos meus vizinhos e amigos, para além dos festejos, exprimem o carácter fluante e a expectativa de revés e êxito que eles experienciam enquanto prática e visão de mundo. Dona Sandra faz promessas à Nossa Senhora da Conceição há mais de 20 anos e é devota há bem mais tempo. Ela realiza, anualmente, em sua casa, uma celebração com ladainha em latim à santa no mês de dezembro. Uma ligação iniciada na infância, morando ao lado de uma igreja no bairro Monte Castelo, que tem ela por padroeira.

Olha, a vida é difícil, mas é bonita. A gente precisa ter muita força e Nossa Senhora me acompanhou e tem me acompanhado em todos os momentos. Primeiro, perdi meu marido de repente ainda muito nova. Eu estava grávida e com uma filha pequena. Me senti muito mal, fiquei abalada e me senti sozinha porque minha família não é daqui. Ainda por cima, minha gravidez era de risco. Aí me apeguei à Nossa Senhora da Conceição pra ela me tirar daquela situação difícil. Foi aí que comecei a rezar em casa pra ela. Deu tudo certo. Minha saúde melhorou e meu filho nasceu sem nenhum problema, mas não parei de rezar, né. Depois, tive um problema sério com meus cunhados, que queriam se meter na minha vida. Foi difícil, mas Nossa Senhora me livrou [...]. Os filhos crescem e vem a rebeldia. Meu filho se envolveu com gente suspeita. Fiquei com medo... muito preocupada. Pedi pra ela de novo e ela me atendeu. A vida é assim, Luzinele, e a gente precisa ter fê. (Entrevista à Dona Sandra, moradora de Alegria).

Não deixar de “fazer a reza” em casa é obrigação de minha interlocutora com Nossa Senhora da Conceição. Para tanto, a família se reúne, chama os vizinhos e amigos das redondezas para celebrarem juntos. “A gente precisa agradecer a ela pelas vitórias. Não dá pra parar de rezar porque é ingratidão deixar de agradecer. Não faço festa, só a reza.” Os filhos dessa senhora se tornaram devotos e se engajam nos preparativos do evento. Dona Sandra fala

com orgulho que é o filho quem dará prosseguimento à prática. “A devoção é minha, mas meu filho disse que, quando eu não estiver mais aqui, ele vai continuar rezando a ladainha pra Nossa Senhora.”

O núcleo familiar de Dona Sandra é um dos vários incluídos no círculo de amizades dos Ferraz. Nas datas em que a mãe de Jesus é venerada em suas diferentes denominações, são muitas as solicitações de ladainha às quais Deca precisa responder dentro desse círculo. Na casa onde morei, ela, Silvinha, Dona Maria e eu éramos as mais empolgadas em andar pelo bairro para tal fim, não obstante ser cansativo. Algumas vezes, Silvinha levava o filho junto. Em outras, Dona Maria e eu íamos juntas e voltávamos com Silvinha, que ia para as rezas depois do trabalho, num bairro distante.

Imagem 27 - Reza na casa de Dona Sandra⁶⁵



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa.

Nesse movimento, participávamos de até três ladainhas por dia. Saíamos “peregrinando” de casa em casa pela vizinhança para comparecermos a eventos de pequena amplitude, onde somente os mais próximos ao núcleo familiar costumam se fazer presentes. Ali, toda a agitação possível, ou seja, conversas, risadas e comensalidade, é contida no espaço da casa, e o dispêndio com comida, bebida, lembrancinhas, velas e imagens sacras, normalmente, é feito só pelo devoto e sua família. A reza tem uma alegria religiosa mais contida e mais endogâmica quando comparada com a sociabilidade do festejo/festa. E mais, na devoção de Dona Sandra e de vários outros moradores, a reza é a unidade religiosa que compõe apenas a partilha da comida, enquanto que, num festejo/festa, ela compõe o ambiente

⁶⁵ Na foto ao lado, dona Sandra e o filho de joelhos diante do altar de Nossa Senhora da Conceição em sua casa no momento da ladainha à santa.

socializante com outras atividades, como a festa dançante e o consumo de bebidas alcoólicas. Ela é outra categoria polissêmica. Então, a reza pode ser um evento em si mesmo, feito em um dia só, ou ser uma das atividades rituais de cada um dos dias de um festejo/festa.

Mesmo sob a tensão e a expectativa que a ocorrência de “assalto” suscita na vizinhança, quem está engajado em suas obrigações e comprometido em comparecer nas rezas dos vizinhos e parentes não se deixa tolher tão facilmente por medos estranhos. E mais, é sempre bom para quem faz uma reza em casa comparecer às rezas na vizinhança, dado que há expectativa de reciprocidade, que, no caso da prática do futebol amador e das festas da região, é denominada de “pagar visita”. O fato de a casa de Dona Sandra estar situada numa rua mais movimentada de pedestres, ser vizinha de muitas casas habitadas e a celebração ocorrer durante o dia diminui parcialmente os receios dos andantes (no caso, os de Dona Maria e eu), mesmo que isso não seja garantia de segurança. Afinal, o que está em jogo é o controle sobre o medo enquanto emoção e afeto. Assim, a preocupação com a distância a ser percorrida a pé (por volta de 300 m) não deixava de insinuar possibilidades de uma abordagem mais acintosa ou mesmo a ocorrência funesta de um “assalto”. Saindo só nós duas, Dona Maria e eu, tínhamos que apressar o passo para evitarmos encontros indesejados e chegarmos antes de iniciada a ladainha. Percorríamos parte da extensão da rua Menino Jesus, que está quase sempre vazia de pedestres, e da Avenida Principal para chegar lá.

Já quando as celebrações ocorriam à noite e para o lado do brejo, esperávamos mais companhia, pois, nesse caso, racionalizávamos os riscos de outra forma e a preocupação era maior. Para lá, as Ferraz iam em poucas ocasiões, quase sempre para rezas de ladainhas. Uma delas se dava na queimação de palhinhas do presépio de Natal na casa de Ducarmo. O trecho da avenida por onde costumeiramente os andantes passam para chegarem à rua dela tem poucas construções nas margens. Outro caminho é fazer um atalho pelo brejo, mas isso nem é cogitado nesse contexto. De outra parte, a vegetação que contorna a avenida e o Rio da Passagem não deixa de ser densa, inspirando medo.

A noite tinha avançado quando a queimação de palhinhas do Reis das Nuvens acabou. Ainda faltava comparecer a queimação de palhinhas na casa de Ducarmo. Então, as Ferraz e eu seguimos numa pequena comitiva com outras pessoas que estavam na casa de Nêga pela rua Menino Jesus. Ao sairmos na avenida principal, perto da antiga casa de Colega, encontramos mais algumas senhoras da igreja que tinham o mesmo destino, nos misturamos e fomos conversando amenidades até a entrada da rua de Ducarmo. A última vez que estivemos na casa dela foi em outubro do ano anterior para a ladainha em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Sua filha, Jóina, também ofereceu uma ladainha como agradecimento a Nossa Senhora da Conceição no mês de maio. O motivo é que, segundo a jovem, foi a santa que lhe livrou da morte num acidente de carro. Jóina mora ao lado da mãe. As casas delas tinham mudado bastante depois de passados aqueles meses. “Olha o que fizeram

aqui! Agora ergueram esse muro na casa de Ducarmo. Escondeu a casa dela e de Jóina”, observa Deca surpresa. “Ficou mais esquisito andar por aqui sozinho. Se um bandido atacar, não dá nem pra gente entrar numa casa pra pedir ajuda”, completa Dona Maria Ferraz. Enquanto entrávamos na casa para cumprimentar a devota que nos aguardava com filhos e netos em volta do presépio, Mãezinha, uma comadre de Silvinha, explica que o feito é para dar mais segurança aos moradores porque ali estava mais perigoso (Trecho de anotação em diário de campo em).

Na verdade, o medo do perigo humano que pudesse se esconder naquela parte brejo se tornou particularmente assombroso, nos comentários de interlocutores, com o assassinato brutal de dois rapazes por integrantes do Bonde dos 40 em 2019⁶⁶. Isso aconteceu durante as Festas de Reis e apenas a poucos metros de distância do barracão do Reis da Sempre Viva, onde estava ocorrendo a festa dançante. Um vídeo da ação foi veiculado pelo próprio grupo criminal na internet. O acontecimento violento exerceu impacto emocional e atingiu as interações espaciais em Alegria e Vila Mochel, pois um dos executores é oriundo da região e filho de uma moradora da rua Menino Jesus, bastante engajada nas festividades religiosas, entre elas as Festas de Reis. “O filho dela se meteu com quem não devia. Quando demos fé ele já era uma “disciplina”⁶⁷ da facção lá dos conjuntos. Ia pra todo lado com eles”. Não dá mais pra confiar em todo mundo por aqui. Muitos jovens estão entrando pro mundo do crime”, comentou comigo um vizinho no dia em que a polícia foi prender o rapaz na casa de sua mãe.

A experiência violenta vai se materializando nas hesitações que o corpo passa a demonstrar em relação a outros corpos e situações. Afirmar que “não dá mais pra confiar em todo mundo” é uma maneira de exprimir o medo do humano que se introduz como um orientador relevante das relações comunitárias, definindo parâmetros para a confiança e desconfiança no que compete ao estabelecimento de contato com determinadas pessoas; porém, esses mesmos parâmetros pouco influem no que diz respeito ao contato entre os núcleos familiares que têm relacionamentos de longa data. Os infortúnios e venturas podem incidir na vida de qualquer um, com ou sem aviso prévio. O diferencial é a escolha e a possibilidade de não os viver sozinho. Vejo a atitude das pessoas com as quais trabalhei no que diz respeito a implementar em suas casas um espaço de honras aos santos e santas (rezas e

⁶⁶ A versão das circunstâncias do assassinato, aceita pela polícia e moradores da região de Maracanã, é descrita num blog de abrangência local e em algumas linhas veiculadas na página de uma emissora na internet. Segundo essas fontes, os rapazes foram mortos pelo Bonde dos 40, por terem sido confundidos com integrantes de uma facção rival. Homem assassinado por facção criminosa em São Luís é da cidade de Bacabal. Disponível em: <https://www.gilbertolima.com.br/2019/01/homem-assassinado-por-facciao-criminosa.html>. Acesso em: 14 mar. 2022; Homem é preso suspeito de duplo homicídio no Residencial Amendoeira. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2020/03/19/homem-e-presosuspeito-de-duplo-homicidio-no-residencial-amendoeira.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2022.

⁶⁷ Na hierarquia dos coletivos criminais, é o membro que exerce a função de punir e castigar fisicamente outros membros transgressores das regras impostas pelo grupo.

festas) como uma prática contra a solidão das aflições existenciais, contra tudo que denota desamparo e expropriações diversas (Ahlert, 2021). Adiciono ainda que importa engajar-se aos santos porque eles, como outros não humanos, inspiram nos crentes o aprendizado nunca pronto e acabado dos desafios de estar junto no mundo terreno.

Por isso, o medo da violência humana se torna um orientador relevante, porém não absoluto, das relações comunitárias e interpessoais. Se um dos executores dos rapazes dos quais falei é tratado com esquivamento por muitos vizinhos em virtude de sua associação ao Bonde, sua mãe é vista com comiseração por sofrer com as ações do filho e, por algum tempo, foi excluída sutilmente de um dos círculos familiares que frequentava. O envolvimento perseverante dela nas obrigações da maioria dos parentes e amigos de sua rua — limpando, cozinhando, dançando e rezando — permaneceu sendo uma ação que a torna continuamente semelhante aos demais.

Atentando para o brejo como lugar de múltiplos planos existenciais e agenciamentos diversos, o medo, enquanto emoção e sensação importante na comunicação multiespecífica, acaba indexando novas práticas dos sujeitos, carregando sentidos a mais. Nesse ambiente físico e sociocultural em mudanças críticas, desenvolve-se relacionalmente uma tensão capaz de avaliar a realidade, criando possibilidades de ação e reação, como diria Hurtado (2015).

Em muitas situações, o brejo é evitado pelas suspeitas e constatações da perigosa presença humana, mas, em outras, ele é lugar de segurança e apoio contra a mesma presença, por causa do aprendizado dos sentidos dos meus interlocutores no engajamento com esse ambiente. “Ando com medo nessa rua. Quando escuto barulho de moto, vejo logo onde me esconder. Te digo mesmo: não penso duas vezes antes de me embrenhar no brejo. Cresci aqui. Conheço ele como a palma da minha mão. Esses bandidos não me acham lá.” (Cristiane, moradora de Alegria).

As pessoas mobilizam possibilidades para continuarem existindo física e socialmente diante dos mais variados contextos de violências, perdas, temores e ansiedade. O fato é que o regozijo, a alegria e a esperança não deixam de ser insuflados nos mesmos enquanto sensações e avaliações do mundo. Para tanto, as possibilidades são criativamente mobilizadas em relação. Penso que aí se encontra a força do processo de identificação das camadas populares com os santos no meu campo de pesquisa. Não sem razão, o valor paradigmático das redes de atores constituídas pelos santos (objetos narrativos, objetos de barro e madeira) é evocado por Sáez (2009) para provocar o conhecimento antropológico. O autor propõe um olhar etnográfico da capacidade mediadora relativamente opaca e escorregadia de tais seres para confrontar interpretações transcendentais do social. Isso quer dizer que, de modos

particulares, as relações que abarcam santos e devotos produzem narrativas que escapam às interpretações teológicas oficiais, pois apontam questões de interesse trabalhadas nas margens, diluindo, inclusive, as pretensas fronteiras entre credos religiosos.

As graças recebidas são soluções para problemas objetivos que cerceiam a vida cotidiana dos meus interlocutores, sendo que as devoções e os pagamentos de promessas são, em si, narrativas da mediação particular de determinados santos em vidas particulares e em histórias familiares. Então, a vizinhança que frequenta as rezas comumente sabe o motivo das celebrações: a cura de doenças, a obtenção de emprego, a mudança de comportamento considerado errático de amigos e familiares e a obtenção da casa própria. Deca mencionou o compromisso de Simoça, uma amiga sua, firmada numa promessa com Maria, mãe de Jesus, em sua denominação cristã Imaculado Coração de Maria.

[...]. Ela morava ali no Bacanguinha. Tu sabe que lá é muito escondido, né, longe dessa parte da avenida que tem mais movimento e passa ônibus. Ela não queria mais ficar lá. Ela pediu para o Imaculado Coração de Maria uma casa. Aí quando teve a invasão da Mochel e passaram a construir, ela conseguiu comprar uma casa lá. Passou muito tempo ajeitando essa casa. Ela disse que a promessa só começaria a ser paga quando a casa dela estivesse toda pronta porque não queria receber as pessoas num lugar de qualquer jeito. Sei que não faz muito tempo que ela paga essa promessa. Lá na ladainha quando chega a hora ela se ajoelha e põe as mãos em cima da mesa pra agradecer. (Trecho de anotação em diário de campo em novembro de 2021).

A linha que separa a “devoção” da “promessa” nem sempre é visível. É tomando a ação relacionalmente e em contexto que se pode fazer a distinção. Meus interlocutores definem a promessa como um compromisso com a retribuição em forma de honras (rezas, partilhas de alimentos e objetos) durante um período específico de tempo (dias, meses ou anos) por favores bem circunscritos alcançados pelos santos. Já a “devoção” diz respeito ao cultivo, por rezas e festejos, de uma relação perene de conhecimento mútuo entre devoto e santo, de modo que, em tal tipo de relação, o santo é tido como uma companhia em todas as situações vividas pelo devoto.

Considero, com base no sentido para onde confluem as práticas, que devoção e promessa compõem o aporte mais amplo da obrigação enquanto atenção comprometida com ligações emaranhadas e não garantidas a priori. “Devoção” e “promessa” tipificam a “obrigação”, que é acionada, inclusive, para caracterizar compromissos firmados entre pessoas. Silvinha, ao comentar a morte da dona da festa do Reis da Sempre Viva em 2020, pouco tempo depois da festa, faz questão de destacar que “cumpru sua obrigação” para com

aquela senhora, cedendo seu filho ao posto de rei. “Ela pediu pra Kallel ser rei numa festa dela e, este ano, antes dela morrer, cumpri minha obrigação com ela.”

É muito comum e esperado que devotos façam promessas a seus santos e, nesse caso, a promessa geralmente se dirige a solicitar do santo atenção a uma questão específica. Falo “solicitar de um santo”, tendo em vista que nem sempre o devoto faz uma promessa a seu santo de devoção. Como esses entes são distribuídos por especialidade de causas, é desejável, por parte de quem tem uma aflição, recorrer a quem pode agir objetivamente na solução. Isto posto, Santa Luzia, reverenciada por Seu Robson e sua família, é acionada para curar problemas de visão e aguçar a capacidade de discernimento espiritual, e as diferentes denominações da mãe de Jesus são acionadas para inúmeras causas. Interessa observar que o devoto não vai tratar diretamente com um Deus onipotente, onisciente e absoluto, que está mais distante. Ele vai se achegar ao santo, que é diferente, posto que habita outro plano (o divino), mas parecido por ter vivido uma vida terrena com prazeres, dores, aflições e alegrias.

Em certa medida, Sáez (2009) tem razão quando defende que há nisso uma relação de proximidade entre sujeitos. Entretanto, olhando para meu campo de pesquisa, essa relação não deixa de conter uma assimetria. Afinal, o dono de uma festa está sempre abaixo do santo padroeiro. Este sim é o grande dono, aquele que alcançou um lugar divino.

A prática religiosa de honras aos santos inclui ainda a iniciativa e a gerência dos encantados. Seu Manezinho de Fábio, pai de santo, é devoto de Santo Antônio e, no mês de junho, toma a frente do festejo de três dias para honrá-lo; a cabocla Jandira, incorporada em Dona Ângela, festeja Sant’ana, mãe de Maria na doutrina cristã, em julho. Essas festas têm programação semelhante às demais já apontadas. O diferencial é o toque de tambor e as giras no terreiro, antecedendo ou precedendo a ladainha. A ética do cuidado e da reciprocidade não se estabelece somente entre humanos e não humanos, mas, além disso, entre os próprios não humanos, que são os encantados e os santos católicos.

O diálogo entre esses seres é exercitado por meio da festa, que não se exime dos protocolos seguidos pelos humanos. “É assim: todas as instruções sobre a festa são Sant’ana quem dá pra Jandira. Nada pode sair errado: como o mastro é levantado, o que pode e não pode ser colocado nele, onde fica cada coisa.” A primeira vez que Jandira incorporou em Dona Ângela, segundo esta, foi no dia em que o catolicismo celebra Sant’Ana. Daí, um motivo de Jandira lhe render uma festa abundante em comida, bebida, dança e música, inclusive aquelas com teor sexual. Essas experiências mostram que santos e encantados têm devires em comum, se põem em relação uns com os outros na concretude do cotidiano humano e das materialidades deste mundo.

Imagem 28 - Levantamento do mastro na Festa de Sant'Ana⁶⁸



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2020).

Diferente das “obrigações” de grande aglomeração, durante a pandemia, aquelas na forma de rezas nas casas e nos terreiros não deixaram de acontecer, circunstância em que o medo de não as realizar se combinou e até se sobrepôs ao de contrair um vírus desconhecido. Assim, o formato de parte das “obrigações” foi objeto de preocupação para que as pessoas sentissem alguma segurança em participar e não fossem impedidas pelas autoridades sanitárias. Alguns dos meus vizinhos cogitaram apenas rezar a ladainha e entregar “quentinhas” aos presentes para que levassem para casa, e outros optaram por transmissões online. O contexto de pandemia de coronavírus é importante aqui, tendo em conta que foi ele,

⁶⁸ Detalhe do levantamento do mastro na Festa de Sant'Ana em Alegria em julho de 2020. De pé do lado direito, usando um turbante vermelho, está Jandira, incorporada em Dona Ângela, inspecionando a ação. O mastro é levantado, nas festas de terreiro, nas devoções e promessas católicas domésticas e na frente da igreja de Alegria para festejar santo Antônio. O mastro eleva a forma cômica de relacionamento positivo com entes e planos existenciais.

em grande medida, que me permitiu perceber o peso enredador das obrigações e sua capacidade prospectiva na sociabilidade local. Como argumentei anteriormente, ter alimentos para consumir nas rezas e festas é basilar. Nem que os “devotos” (no caso das rezas) tenham só café ou suco com biscoito para servir, é preciso rezar e comer lado a lado, abraçar e conversar no mesmo ambiente para que faça sentido estar com o santo.

Estávamos no mês de maio de 2020. No calendário católico romano, é o mês dedicado a Maria, e Deca negociou com algumas amigas e vizinhas como as rezas aconteceriam nas casas. “Todo mundo vai estar de máscara e não vamos comer lá. Quando acabar a ladainha vamos pegar nossas quentinhas e vamos direto pra casa”, afirmou ela enfaticamente. Na casa de Graça, que mora na Vila Mochel, só parte do combinado aconteceu — aquele de levar comida para casa — mas na casa de Fátima, vizinha dos Ferraz, nada foi cumprido. O uso da máscara foi suspenso após a ladainha. Era 13 de maio, dia em que Fátima faz aniversário. Quem chegava ia direto cumprimentar e abraçar a aniversariante. Ficamos na pequena varanda (onde também é um bar), em volta de uma mesa preparada para receber a comida e a bebida. Enquanto isso, Fátima e as filhas estavam acabando de aprontar a comida na cozinha. Iniciamos a ladainha por volta das 11 da manhã, e todos (nove pessoas) estavam de pé, usando máscaras de proteção. Ao final dos cantos de louvor a Nossa Senhora de Fátima, parte dos presentes estava com as máscaras no pescoço ou penduradas na orelha.

Depois, mais gente, alguns familiares dos donos da casa que moram na mesma rua, foi chegando, e o alarido das conversas e risadas só crescia. Quando a comida foi posta à mesa, quem ainda estava de máscara a removeu, incluindo eu. Cada um fez seu prato, não para levar para casa, e sim para comer sentado ali, perto de outros, enquanto se falava dos mais diversos assuntos, como os casos de Covid no bairro, sem preocupação aparente com a transmissão do vírus naquele momento. A impressão sentida por mim, observando as expressões dos meus vizinhos, foi a de que a ação tornou simbolicamente aquele ambiente doméstico um espaço seguro. Não uma segurança absoluta, mas uma segurança presumida, produzida momentaneamente dentro e para aquela sociabilidade religiosa.

Carsten (2004), tem chamado a atenção sobre novas formas de compreender as relações sociais cotidianas a partir das coisas que as pessoas fazem juntas. Mobilizo a autora para pensar dois pontos: primeiro, o modo como o aprendizado das devoções partilhadas no convívio da casa produz e reforça laços parentais que, por sua vez, se atualiza no relacionamento com outros seres. Seu Robson herdou a festa de sua madrinha⁶⁹, porque entre

⁶⁹ Não só no meu campo de pesquisa, mas no ambiente onde cresci a madrinha de batismo é tida como uma mãe. Ofensa à madrinha é algo moralmente grave.

eles se desenvolveu um afeto, um afeto que puxou meu interlocutor para o convívio com Santa Luzia. Com Dona Sandra e os filhos biológicos ocorreu algo semelhante. Nesse caso, o parentesco biológico foi reforçado com a partilha de uma devoção que os filhos conheceram com a mãe vivendo juntos. O segundo ponto que desejo focar é a capacidade que a partilha de substâncias (comida, bebida, saliva), ensejada por rezas e festas no ambiente doméstico, tem no processo político de interconhecimento e fortalecimento de estruturas comunitárias que não se restringe a uma casa e a um núcleo familiar. Há toda uma lógica de convívio vicinal sendo trabalhada continuamente.

Alves (2018) tratou de elemento semelhante em sua etnografia acerca das interconexões de casas, famílias e corpos entre os moradores de Pinheiros, em Minas Gerais. O que me inspira em sua análise é o quanto as casas são postos de produção de pessoas e locais de reunião e muita circulação, sendo as ocasiões que envolvem cozinhar e comer junto e despender esforço físico com outros consideradas ocasiões de “divertimento”. Isso ilumina meu campo de pesquisa no que concerne à partilha de esforços entre meus interlocutores para não abrirem mão da comensalidade num momento de crise sanitária. Apesar dos riscos de contágio inerentes, a prática de piedade, que é a reza coletiva nas casas, é imprescindível do comer junto, visto como divertido por meus vizinhos e amigos da região de Maracanã, aliviando a tensão emocional num contexto de pandemia.

Comentando essa e outras situações com Fábio em sua casa, perguntei como ele estava lidando com suas obrigações, ao que respondeu: “não deixamos de realizar as sessões no terreiro. Só não tem toque de tambor. Temos orientação das entidades para permanecer em oração e respeitar a vontade de Deus. A gente dá passagem pras entidades, pra elas darem conforto espiritual a cada um que chega aqui, pra que as pessoas não fiquem deprimidas, tristes e ansiosas e nem com dificuldades financeiras”. A declaração do pai de santo deixa entrever que é ainda mais importante continuar as obrigações com outros entes no contexto de pandemia, uma vez que tal muda a disposição emocional das pessoas e lhes dá direcionamento no cotidiano tumultuado pela ansiedade, tristeza e dificuldade financeira. “Permanecer em oração e respeitar a vontade de Deus” é o conselho das entidades para os humanos continuarem seguindo a vida e enfrentando o mundo (Cortado, 2020).

A ideia de movimento implicada na declaração de Fábio condiz com as atitudes dos meus demais interlocutores quanto a continuar suas práticas religiosas em meio a uma crise pandêmica. Com isso, o vírus se torna um outro a mais e é integrado pelas pessoas ao fluxo cotidiano do habitar e dos medos experienciados. O movimento se dá no fato de que, independentemente do que esteja perturbando a vida e lhe trazendo limitações e ameaças, não

se pode deixar que tal a assombre a ponto de lhe paralisar, de lhe dar único plano de visão e resposta, impondo um sentido único à existência.

Nos dois capítulos precedentes, argumentei sobre o caráter dinâmico e ativo do engajamento dos antigos moradores da região de Maracanã com os ambientes, lugares e práticas de divertimento, que se articulam processualmente aos expedientes de sobrevivência, à exploração do solo pisado e aos ambientes vividos. Brejos, rios e juçaraís são transformados no emaranhado das conexões positivas e negativas desenvolvidas com os humanos, que também são transformados nesse movimento. Andar por esses lugares é uma prática emaranhada muito familiar para as pessoas com as quais trabalhei e que estimula o interconhecimento e a afeição. A Festa de Reis do Alecrim tem entre suas particularidades o andar para visitar as casas vizinhas que solicitam a presença do Cordão de Reis nos dias de programação do evento. O cordão, com suas integrantes devidamente paramentadas nas cores de seu Reis (branco e verde), canta e dança com castanholas diante do presépio no barracão. “Depois saem para visitar as casas e, lá chegando, vão cantar e dançar na frente do presépio. Aí cada casa oferece comida e cerveja pro cordão e pra quem tá acompanhando o cordão” (Édrick, morador de Maracanã).

Penso que as procissões também podem ser compreendidas na perspectiva do interconhecimento e do convite à co-participação pelo caminhar junto. Ocorrendo no encerramento do festejo do santo padroeiro, elas são caminhadas rituais contempladas em outras festividades religiosas na região onde morei. A procissão de Santa Luzia, mencionada no início do capítulo, é uma prática de invocação à santa para que caminhe com os fiéis nos altos e baixos da vida. Remetendo-me ao estudo de Santos (2018), que trata da experiência de deslocamento da Recomendação das Almas entre os habitantes de Pedro Cubas, caminhar junto é difícil; porém, é nesse caminhar que o mundo é experimentado, e as relações interpessoais e com o solo pisado são atualizadas. Caminhar junto é vital para que as coisas estranhas desse mundo percam um pouco sua estranheza e para que a vida conserve sua beleza.

A queimação de palhinhas nas casas é uma ocasião singular nesse sentido. Depois da ladainha, cada um dos presentes retira parte dos galhos secos de murta que compõem o presépio e segue para o quintal ou para a parte da frente da casa. Lá, formam um círculo em volta de uma fogueira, vão andando e cantando uma música natalina que mistura louvores de adeus ao menino Jesus com situações inusitadas do cotidiano. Todos vão andando e cantando enquanto jogam as murtas na fogueira. Repeti essa experiência muitas vezes. São momentos de alegria somados ao clima de nostalgia pelo findar das festividades natalinas. Isso me faz

pensar novamente o quanto a constituição do habitar é mobilidade em copresença (Guedes e Souza, 2021). Nas práticas religiosas, ela assume um caráter cíclico, porém não previsível em seus desdobramentos e conexões. Assim, a mobilidade espacial está edificada na experiência de engajamento do corpo com os lugares e mundos existenciais.

Imagem 29 - Queimação de palhinhas⁷⁰



Fonte: Luzinele Everton de Alcobaça. Acervo da pesquisa (2020).

Do espaço doméstico, local de reza e de festa, partem movimentos que dão vitalidade aos seus habitantes e aos lugares por onde transitam, pois estes vão assumindo novas feições concomitantemente. Da reza que reúne os parentes e os mais chegados de uma casa às festas que aglomeram gente conhecida e desconhecida, o lugar onde se situam não deixa de se metamorfosear, de assumir novas cores, novos sons e movimento. Na reza, isso ocorre no espaço da casa. Ali, o pequeno altar e as paredes são ornamentados com imagens de santos e letras de orações; a disposição dos móveis na sala é alterada para comportar as visitas, e a mesa onde são servidos os alimentos recebe toalhas e utensílios novos. Após a ladainha e os cantos de louvor, a comida é servida (bolos, sucos, refrigerantes, arroz, feijão, carnes, tortas), e as pessoas procuram assento. É o momento de usufruir de uma fartura que não é vivida por todos no cotidiano, enquanto contam piadas, riem umas das outras e falam alto as novidades que conseguem captar da vizinhança para dividir e ouvir opiniões. “Quando eu era criança,” me disse Dona Jô em sua casa, “ladainha era uma diversão.” Como visualizado, é uma diversão para todos.

⁷⁰ Detalhe da queimação de palhinhas em fevereiro de 2020 na casa da família Ferraz. A Reza acontece há quase duas décadas.

No nível do festejo/festa, é a rua e o bairro que se modificam, tendo em vista que, dependendo da amplitude espacial de uma festa, não é só a casa sede da “obrigação” que se movimenta, mas também o seu entorno. Quando voltei à Alegria em janeiro de 2022 para uma estadia de dois dias, vi meus antigos vizinhos montarem aparelhagem de som na porta de casa e comprarem grades de cerveja para acompanharem dali a Festa de Reis na casa vizinha, impactando o clima pacato dos dias não festivos na rua Menino Jesus. Assim, a festa afeta a espacialidade e o ambiente, atraindo mais produção de eventos lúdicos. Da janela do ônibus que passa com dificuldade pela Avenida Principal de Maracanã nesse período, o transitar de pessoas entre as barracas montadas nos dois lados da avenida é contínuo, principalmente no fim da tarde, próximo ao horário de início da programação. Comidas, bebidas e objetos decorativos são vendidos no entorno da casa de Dona Morena, uma das donas do Reis do Alecrim. Toda uma economia monetária é movimentada na esteira das práticas familiares engajadas na efetivação da “obrigação”.

Assim, as festividades que experienciei na região de Maracanã são insurgentes, se consideradas as visões hegemônicas da alegria religiosa e sua espacialidade. Devoções alicerçadas nos saberes populares não fazem divisões rígidas entre o plano existencial do santo e o plano da realidade terrena dos fiéis. Isso fica evidente nas festas de média e grande aglomeração. Nelas, há um investimento significativo no lado público, tendo maior vazão o riso e o excesso. Muito embora fazer a ladainha seja considerado o primordial em tal contexto, uma vizinha declarou que “o santo quer saber é da reza, mas é a festa que chama o povo”. Erilete descreve, a seguir, essa dimensão do festejo de Santa Luzia.

A santa ainda não tem igreja nem altar. Ela fica no quintal, lá perto do palco e da aparelhagem de som depois da procissão. As pessoas vão lá, rezam, agradecem...Ali quem chega vai dançar, beber cachaça e conversar até a festa acabar. Tem muita gente junta, rindo e a música troando. É um momento pra curtir a festa dançante, mas a santa fica lá o tempo todo. (trecho de conversa com Erilete, moradora do 21, por aplicativo de mensagem).

Foi o excesso o motivo pelo qual o pároco local solicitou ao dono da festa e à sua família que entregassem o festejo à igreja. A atuação pastoral da igreja católica, bem como de igrejas evangélicas, vem se intensificando na proporção em que projetos de desenvolvimento urbano avançam na área na última década. De maneira que, por exemplo, missas oficiadas todos os domingos são uma prática de disciplina religiosa relativamente recente na região de Maracanã. Os festejos já estiveram precipuamente sob os protocolos constituídos nas relações locais entre fiéis e santos. Agora esses protocolos são questionados por um fazer religioso hegemônico. “O padre disse que o conjunto Amendoeiras teria uma capela pra santa e que não

queria festa dançante e bebedeira, e isso pra gente é ‘tradição’. Aí a gente não concordou. Lá, numa casa dos conjuntos, eles fazem as novenas deles e nós fazemos o nosso festejo aqui do nosso jeito”, explica Luzia, irmã de Seu Robson, numa conversa por aplicativo de mensagem. Em questão está a “tradição”.

De sua parte, os antigos moradores a acionam para justificar seu saber-fazer religioso, que, muito embora mude ao longo do tempo, é tido como um alicerce que deve se perpetuar ao longo das gerações. “Tem coisa que não é mais feita na Festa de Reis e fazia parte da ‘tradição’. Mudou porque o mundo foi mudando e deixar do jeito que tava dificultava a festa, mas a mudança aconteceu para a festa não mudar na sua base, na sua essência”. Uma “tradição” é um saber implicado no envolvimento mútuo entre humanos e não humanos, uma ciência que não pode ser mudada arbitrariamente por parte dos “donos” e “padrinhos”, ou seja, unilateralmente. Proceder assim é agir em desconformidade com a agência não humana nas relações de produção da festa, o que atrai infortúnios, segundo meus interlocutores.

Em desacordo com o que prega o clero, meus amigos e vizinhos da região de Maracanã aliam bem a presença nas missas e a participação nas obrigações suas e nas de outros. Eles trazem os santos a participarem criativamente do habitar. “Num dia participo das novenas lá no Amendoeiras e noutros participo do Festejo que a gente faz pra Santa Luzia” (Erilete, moradora do 21). A compreensão de uma ligação entre fiel e santo que não priorize protocolos comedidos de expiação religiosa é um pressuposto que desagrade aos preceitos de certo clericalismo católico. Bakhtin (1987) nota com perspicácia que a atmosfera de liberdade, de licença e riso da religiosidade que emana dos segmentos populares interpela as interdições, restrições e autoritarismos que perfazem os grandes discursos justificadores da ordem social vigente.

Mas é fato que o excesso subjacente às festas tem encontrado o medo das mudanças sociais observadas no plano dos divertimentos por parte de meus antigos vizinhos, levando-os a buscar estratégias para continuarem suas práticas. Questionada sobre isso, Flávia, irmã de Nêga, que é dona da Festa do Reis das Nuvens, fez a seguinte declaração: “As coisas antes eram diferentes. As pessoas não se matavam por qualquer besteira, por isso agora a gente não investe tanto na festa. A gente procura cumprir mesmo só nossa obrigação... trazer um forrozinho pé de serra, comida pra reunir”. (Flávia, moradora de Vila Mochel).

Seu Robson não mora mais no antigo sítio da família. Decidiu vender a propriedade e mudou-se com os parentes para o Residencial Morada do Sol, local vizinho à sua casa anterior. Entre os motivos que levaram a família à decisão estão a morte de parentes que moravam com ele e os “assaltos” à casa onde viveu por tanto tempo: “Fiquei desgostoso de lá.

A facção e a violência não impedem a gente de fazer a nossa festa. A festa até cresceu com a vinda dos conjuntos. Não tem briga na festa. É que desgostei da casa. Aconteceu muita coisa lá, mas a festa não vai acabar. Ela vai pra onde eu for.” Ao que consta, Seu Robson e a família seguiram o exemplo das mães d’água da região: sua existência não foi subtraída, só mudaram de casa para continuarem existindo.

Diante desse quadro, as festas religiosas têm se redefinido sutilmente, adotando segurança particular durante os eventos. Os participantes são revistados na entrada, numa tentativa de coibir armas e drogas ilícitas. “Nesses últimos anos, já teve vez da gente achar droga nos banheiros. Os caras vinham vender droga aqui na Festa de Reis” (Seu Jadiel, morador de Alegria). Isso posto, meus interlocutores têm procurado se haver com um paradoxo aparente: se, historicamente, uma festa boa e bonita é aquela de forte investimento no excesso revelado em todos os detalhes — indumentária, adereços, comida, bebida, música, dança e afetuosidade de “donos”, “padrinhos” e “madrinhas” — como esse entendimento de ludicidade pode fazer frente às recentes transformações impingidas pela violência urbana? Nesse ponto, prefiro recorrer às palavras de Humberto de Maracanã, proferidas em um documentário⁷¹ sobre o Bumba Meu Boi de Maracanã: “o cara brabo que chega no Boi e ver aquela trupicada... aquele bailado faz ele transformar e passa a desfazer qualquer que seja os fluidos ou tendências negativas. O bailado e o batido transformam”.

Humberto está apontando para os efeitos da socialidade de cores, sons, música, dança e movimento dos corpos em adereços no humor das pessoas. Essa interatividade, muito explorada pelo Bumba Meu Boi, está, em alguma medida, nas demais obrigações apontadas no calendário, páginas acima, com maior vazão nas de média e grande aglomeração, onde, respectivamente, a rua e o bairro se movimentam. Tais elementos se articulam de modos criativos em fluxos que confrontam disposições e afetações negativas de quem se engaja dançando, rezando ou apenas olhando, cantando e ouvindo. Retomando o que discuti anteriormente sobre estar assombrado, na lógica que apregoa o afastamento de sua ligação negativa com o ente humano, existe o pressuposto de que disposições negativas precisam ganhar movimento, serem desestabilizadas para possibilitar outras relações com o mundo ordinário e, eu acrescentaria, com o extraordinário.

Reza e festa têm em comum um conteúdo marcadamente lúdico em fluxos que redefinem espacialidades, relações e significados. Essas realidades dialogam com o futebol amador e as peladas, tão famigeradas por muitos dos meus interlocutores, que exploram, de

⁷¹ PAIOL, Filmes. Documentário Humberto de Maracanã-Rio do Mirinzá. Youtube. Outubro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-J_OhOH5270. Acesso em: 24 ago. 2021.

maneira particular, o excesso da comunicação irreverente na afirmação e construção de relações. Nesse sentido, a tradição não é um limite, mas uma possibilidade para a comunicação entre humanos e não humanos. Ela é o pedido de licença a ser feito e concedido em mundos existenciais povoados de donos. As pessoas com as quais trabalhei demonstram, por meio da fusão de protocolos contidos de honras aos santos e santas (ladainha, procissões, cânticos religiosos) com elementos ligados à licença, improviso e riso, que a seriedade sozinha não é capaz de conter os desafios de caminhar junto (na verdade, seu excesso pode provocar ainda mais medo), de contrapor determinados medos, como as múltiplas e simultâneas formas de violência do espaço urbano em expansão, e de afastar os assombros paralisantes deste mundo.

6 CONCLUIR COM CUIDADO

“Eita! O céu está ameaçando chuva novamente”, exclamo ao observar as nuvens se avolumando, acinzentadas, naquela tarde de maio que tinha iniciado com tempo um pouco abafado. Ao meu lado, sentada na varanda, Deca olha na mesma direção que eu, com certa preocupação: “Tomara que não aconteça o que se deu ontem à noite, quando a transmissão da ladainha foi interrompida várias vezes porque a internet caiu. Sempre que chove aqui, a internet cai”. Tentando fazê-la rir da situação, provoco: “Se a internet passar a cair tanto, a família Ferraz vai perder todos os seguidores que já ganhou nas redes sociais este mês”. Como lidar com isso? Deca sorri e assente: “É mesmo! Vamos perder nossos seguidores no Face”. Naquele maio de 2020, os Ferraz tinham perdido parentes, um deles para a Covid-19. Silvinha e eu também adoecemos pela mesma causa no mês anterior e a superamos. As rezas do mês mariano transmitidas online naquela casa se deram nesse contexto de contenção viral, por um lado, e, por outro, de envolvimento coletivo numa prática religiosa de cuidado comum. Dadas as circunstâncias, Deca se levanta, vai até o portão e olha com mais atenção para as nuvens. Em seguida, voltando-se para mim, declara:

__Acho que foi isso que me fez sonhar na outra noite com vovó Mundoca. No sonho ela estava deitada numa rede ali na sala [olha em direção ao recinto] e rezava a Oração do Vento contra as tempestades. Ela tinha essa oração num livro. Quando ela morreu, mamãe copiou num caderno.

__Tu achas que recebeu algo de tua avó, no sentido...espiritual, sensitivo, sei lá?

__Acho que todos nós da família herdamos algo dela. Então, tem momentos que sentimos quando vai acontecer alguma coisa. A gente só não sabe o que é, mas a

gente sente a energia, uma premonição. Vovó dizia que as coisas antes de acontecerem apresentam sinais. Lembro que vovó era bem...supersticiosa.

Deca fala isso com ar de riso e cita um exemplo do comportamento previdente e vidente da avó, destacando o papel de tais habilidades no cotidiano para a equalização das suas necessidades, das de sua família, e de todos sob sua responsabilidade.

__ Já te disse que ela tinha uma cautela com a segunda-feira?

__ Sim.

__ Pois é. Vovó não gostava que chegasse mulher aqui em casa na segunda-feira de manhã. Ela dizia que isso era um mau sinal. “Oh, essa semana vai ser ruim! Não vou ganhar dinheiro!”, era o que costumava dizer. Quando acontecia ela ficava implicando e tratando mal só pra pessoa ir logo embora.

Nos pusemos a rir enquanto, lá fora, o vento crescia, balançando os galhos das juçareiras do outro lado da rua e das árvores no quintal de casa. O céu estava escuro, como se fosse cair uma chuvarada. Eu observava as folhas e os detritos levados pelo vento caindo sobre o telhado do velho barracão e, apesar de aquele tempo nublado afetar negativamente meu ânimo, o clima bom da conversa na varanda de casa tirava o foco das sensações ruins. “Agora, se fosse um homem que viesse aqui numa segunda-feira”, continuou minha interlocutora, “ela ficava super feliz, pois dizia que a semana seria maravilhosa. Menina, o curioso é que acontecia mesmo! Lembro de uma vez que entrou uma mulher aqui numa segunda-feira. Não lembro quem foi, e essa semana foi tão ruim! Vovó não ganhou um tostão sequer. Papai era autônomo, vivia de fazer bicos. Nessa semana, não chamaram ele para fazer nenhum serviço. Estávamos em uma situação difícil. Já tínhamos pegado duas galinhas ali no quintal para podermos comer, porque não tinha dinheiro para nada. Na segunda-feira seguinte, entraram dois homens aqui logo cedo. Não demorou nada e chegou um cliente dela com o carro, trazendo uma cesta básica. Ela acertava no fim, e todo mundo aqui em casa já ficava na expectativa, torcendo para que, na segunda de manhã, aparecesse homem e não mulher.

__ Fábio me falou que Dona Mundoca não guardava almoço pra janta e que sabia o que dizer em todas as situações. Se alguém não fizesse o que ela ditasse, o tempo fechava. Ele me contou mais de uma vez que ela tirava o tamanco do pé pra punir danações de filho barbado. Ela era destemida. Não?

__ Vovó Mundoca era uma pessoa difícil. Nós que vivemos com ela é que sabemos, mas tu imaginas que ela era medrosa?

__ Como assim? Não consigo imaginar isso de uma pessoa que se relacionava com gente e com espíritos no dia a dia e que, como me falam, sempre se impôs em tudo que fazia.

__ Ela sentia muito medo. Lembro que quando morria alguém ela não ficava na varanda. Quando dava 6h [às 18h] ela se trancava na sala onde dormiu por um bom tempo e ficava na rede e o pior era que a gente tinha que acompanhar porque ela não ficava sozinha. Ela ouvia qualquer barulho e já ficava com medo. Depois passou a dormir no quarto e nós sempre junto dela. Nossas redes eram armadas em volta da dela. Era muito difícil vovó ir a velório.

__ Essa armação de rede era estratégica, ao que parece [solto um leve sorriso].

__ E era mesmo. O medo que ela sentia acabava passando pra nós. Foi depois de adulta que deixei de ter medo de gente morta [Deca retribui minha reação rindo

também]. Tinha um casal, Seu Piloto e Dona Mundica, que ia ao rio e ao poço para encher os toneis daqui e um deles era pra vovó lavar roupa e a louça. Ela não frequentava muito o rio e não ia sozinha porque via as Mães D'água e sentia medo. Ela falava pra nós tomarmos cuidado e não irmos ao rio e nem ao mato fora de hora por causa da Mãe D'água e do Surrupira.

__Mas tudo isso te chocava de alguma forma?

__Não. Nesta casa, dentre todos os meus irmãos, eu é quem olhava as coisas. No tempo que a nossa casa tinha aquele avarandado, eu sempre via uma criança no horário das seis horas da tarde [18h] e de manhã também. Essa criança sempre vinha e espiava lá no peitoril⁷². Uma vez disseram que era o meu irmão que tinha morrido, mas depois vi que eram os Erês, pois eles é quem vinham sempre olhar pra nós daquele peitoril.

Olhar, sentir e conceber se articulam na percepção, isto é, no movimento do corpo com o ambiente, com outros corpos, entes e materialidades, de maneira a produzir padrões afetivos inquietantes que uma espacialização particular atualiza ao mesmo tempo em que é atualizada. É assim que visualizo o habitar no meu campo de pesquisa. Dona Mundoca Ferraz, em suas articulações existenciais e atuação política, encarna bem esse processo de habitar. Esse processo é tão mundificante que continua engajando seus descendentes, como Deca e seus familiares.

A atenção às coisas e seres visíveis e invisíveis são atributos herdados da avó, tanto pelos fios biológicos quanto pelo aprendizado cotidiano, como sugere sua neta. O que particularmente me interessa é este último. Já se passaram mais de 20 anos desde a morte dessa senhora, e não me lembro de uma só semana morando com os Ferraz em que ela deixasse de ser citada, seja para justificar mudanças e permanências na organização da estrutura física, na rotina da casa e no comportamento dos parentes, seja para exemplificá-la como modelo de autoridade junto aos encantados e aos santos católicos, pois ela cumpria suas obrigações para com eles, fazendo rezas e festas. Dona Mundoca aprendia a estar presente por meio da prática contínua e inventiva dos seus entrelaçamentos, um processo que agrega presente, passado e futuro. Isso é feito no cultivo de padrões afetivos por seus descendentes e conhecidos, nutrindo a vida num mundo em transformação. Em quaisquer de suas formas, o medo exige respostas urgentes, mas nem por isso menos sutis.

Tem algo que pode ser retido em sua experiência, rendendo uma reflexão sobre a criatividade de engajamentos existenciais em contextos de mudanças violentas e constrangimentos diversos às subjetividades, como os que vêm passando a região de Maracanã. Ainda mais quando parte dessa agressividade não é infligida de modo explícito,

⁷² Tendo em mente sua materialidade e forma arquitetônica no contexto virtual acionado por Deca, o termo contém um sentido um tanto diferente do que habitualmente denominamos como peitoril. Sobre essa particularidade, atente para o desenho da casa e barracão de Mundoca Ferraz na p.156, de autoria de seu neto, Luiz Santana.

direto e centralizado, mas é efeito implicador de agenciamentos dominantes que são dispersos pela lógica expansionista do espaço urbano, que só a descida ao ordinário revela. Nesse plano, o medo tem potência metaforizante para produzir semelhanças e diferenças e para misturá-las sem que, com isso, sejam subsumidas, mas, sim, tornando-as coexistentes.

Dona Mundoca mostra que sentir medo pressupõe uma sensibilidade atenta ao imponderável de nossas relações com outros (humanos e não humanos) e com as coisas que referenciamos no dia a dia. Eram muitos sob seus cuidados: dos filhos e netos que moravam com ela, aos parentes que viviam em outros bairros, aos encantados e outros seres. Não deixava de fora os afilhados, comadres, vizinhos e amigos, que frequentemente procuravam seu auxílio na forma de comida, conselhos e trabalho remunerado. “Vovó pagava todo mundo que trabalhava pra ela. Ela dizia que todo mundo deve receber pelo seu trabalho”, conta seu bisneto Fábio. A antiga matriarca não permitia que uma visita ou qualquer pessoa que frequentasse sua casa saísse sem antes comer alguma coisa. Daí sua preocupação para que não faltasse comida. A casa e a mobília eram muito simples. Inicialmente feita de taipa, passaram-se vários anos até que fosse reconstruída em alvenaria. Ela não retinha para si os presentes que recebia dos “clientes” quando da prestação de serviços religiosos. Todavia, Dona Mundoca sabia ser intratável com parentes, pessoas próximas e com quem lhe despertasse antipatia.

Quando ela implicava com uma pessoa não tinha acordo. Ela implicava muito com minha avó Joca, mãe de mamãe. Houve um tempo que fomos morar em outra casa por causa de intrigas de um tio nosso aqui. Quando ela gostava de alguém dava presente, mas quando não ia com a cara... (Deca, moradora de Alegria).

Tudo na casa tinha que ser do jeito que ela queria. Não permitia que ninguém tirasse sua palavra. A mãe de santo e suas entidades estavam sempre de olho em tudo que acontecia dentro do sítio. Seu Fábio contou uma vez que Deca e ele foram punidos por Seu Baiano Grande, um dos encantados da avó, porque desobedeceram às ordens dela.

[...]. Vovó Mundoca disse assim: vocês não vão hoje pra festa na casa de comadre Matilde! Ai quando ela dormiu titio Lico [filho de Dona Mundoca, tio de Fábio e pai de Deca] disse: “vão meus filhos. Podem ir”. Aí nós fomos. Nessa época a gente dormia junto com ela num salão grande. Chegamos e fomos deitar. Quando deitamos ouvimos aquela voz de homem [Seu Baiano Grande incorporado em Dona Mundoca]: “já chegaram?” No dia seguinte, ele desceu de novo, chamou a gente e perguntou: “porque enganaram Dona Mundoca?” Pegou a palmatória...taca rolou. “isso é pra vocês não desrespeitarem a avó de vocês”, ele disse. Titio Lico tentou interferir: “Seu Baiano, não faça...” e ele: “Não se meta!”. Depois que ele subiu, vovó não lembrava de nadinha. Se a gente contasse pra ela, a gente ia apanhar de novo. (trecho de entrevista a Fábio Marlos, morador de Vila Mochel).

Se, em grande medida, Dona Mundoca era duplamente generosa e irritada na gerência de espaços, práticas, objetos e pessoas, na mesma proporção se dava seu temperamento cauteloso e receoso quanto aos sinais que estes lhe apresentavam na vida cotidiana para o porvir das relações interpessoais e para a efetivação de tempos de escassez e de abundância em sua casa. Soma-se a isso o espanto que sentia no contato com os encantados e outros seres. O termo que os familiares usam para descrever tal disposição da antiga matriarca é medo. “Ela tinha medo dessas coisas porque eles se chegavam pra ela”, sintetiza Dona Maria Ferraz, sua nora.

O medo, comumente equiparado à covardia ou baixeza de espírito em grandes narrativas históricas e literárias do Ocidente (Delumeau, 2009), é um elemento magnificado pela capacidade enredadora dessa mãe de santo. Todos os seus sentidos estavam em perene diálogo não só com outros entes, mas igualmente com as situações de vida. Através disso, ela fazia uma leitura particular de eventos e relações. “O medo”, observa seu neto, Fábio, “indica à matéria o contato com algo que lhe é diferente”. Esse afeto, então, precede e mobiliza a comunicação, mas a comunicação, nesse plano, não é autorreferente. Ela abre possibilidades tanto para ligações intersubjetivas quanto para distanciamentos, de maneira segura e perigosa. Assim sendo, Dona Mundoca, mesmo na inevitabilidade da atração de presenças outras, tinha certa margem de escolha sobre como e com quem se relacionar diante das incertezas que cercam cada contato. Por isso, optava por não ficar sozinha nos lugares, até mesmo em sua própria casa. Afinal, estar bem acompanhada acalenta o temor de encontros indesejados e inesperados.

As linhas de vida de Dona Mundoca com outros humanos, entes, materialidades e situações podem bem ser remetidas a algo muito próximo da respons-habilidade, aludida por Haraway (2023), onde o que importa para o florescimento multiespecífico é o exercício da capacidade de resposta por seres e coisas entrelaçados em padrões arriscados. A respons-habilidade de Dona Mundoca está presente nas diversas experimentações e ligações existenciais tecidas e nas quais seus descendentes foram partícipes e aprendizes. A avó lhes mostrou a importância de perceber os sinais que as coisas e situações apresentam para o devir em conjunto. Por isso, é interpelando suas próprias leituras de um cotidiano compartilhado que Deca se posiciona frente aos desafios oriundos das mudanças socioambientais na região onde nasceu e cresceu.

Aquilo que foge da pretensão humana de objetividade e probabilidade linear, ou seja, o acaso, existe nesse pensamento para qualificar um resultado acidental. Para meus anfitriões, o

acaso não existe. Os acontecimentos sempre podem ser explicados dentro de uma razão que lhes é própria e, muitas vezes, se encontra alheia às pretensões humanas de controle sobre a realidade aparente. Isso pode bem ser uma ideia cativante nos tempos atuais, supondo que essa razão oculte agências outras com as quais o humano se relaciona, mas procura deixar fora de seu campo de visão e ação política, mantendo soberana uma narrativa heroica própria de previsibilidade dos acontecimentos.

O que chamamos de acaso, então, indica alinhamentos, no mínimo, subestimados por nossas conclusões costumeiras. Aí se encontra o diferencial do ponto de vista das pessoas com as quais morei. Para Deca, seu ofício de rezadeira foi um acontecimento que ela mesma não pretendeu e não previu, mas acredita que foi corroborado em outro domínio de significados, que, em determinada ocasião, mostrou-lhe qual seria seu papel.

[...] Comecei a rezar a ladainha em latim com Dona Maria de Vitorino, porque era ela quem rezava aqui em casa pra vovó Mundoca e tinha também Dona Terezinha que fazia o festejo de Santo Antônio. Só que Dona Terezinha morreu e Dona Maria de Vitorino já estava bastante debilitada. Nessa época, eu não saia muito de casa e não conhecia muita gente. Quando Kátia tirou o presépio da casa da mãe para levar para a sua própria casa foi uma situação nova porque a rezadeira tinha falecido. Aí ela chamou Silvinha, Lurdinha e eu para rezar a ladainha. Quando deu 8h ela pediu para Lurdinha e Silvinha começarem. Mas eu ainda não tinha chegado. Elas começaram a ladainha 3 vezes e não saiam do mesmo pedaço. Nem elas e nem ninguém. Aí foi o momento que cheguei. Elas já estavam começando de novo [risos]. Eu entrei e a gente levou a ladainha todinha. A partir daquele momento descobrimos que eu é quem puxava a ladainha. (trecho de entrevista à Odelina Ferraz/Deca, moradora de Alegria).

Na interpretação de Deca, suas irmãs tiveram contato semelhante com a reza da ladainha, mas coube a ela a desenvoltura na habilidade de levar adiante o ofício de rezadeira, puxando o coro de vozes. Se não determinante, a prática teve e tem peso significativo na diversificação de suas amizades e círculos sociais. Como rezadeira, uma habilidade que não “descobriu” sozinha, foi se conectando com moradores de Alegria (seu bairro), de Vila Mochel, dos residenciais recém-chegados e, ao mesmo tempo, com a realidade dos problemas sociais que essas localidades compartilham: o crescimento da violência faccional e policial, as necessidades de infraestrutura em ruas e corredores de transporte público que interligam os bairros da região, o aumento da poluição dos rios e a morte de juçaraís.

Deca entende, assim como os devotos e pagadores de promessa com quem se relaciona, que aquilo que é cultivado são condições afetivas e efetivas para o exercício da companhia. É complicado tomar medidas imperativas e imparciais, como aquelas apregoadas

pelo Estado em associação com o mercado da construção civil, quando se tem tantas subjetividades em fluxo na criação de uma realidade plausível.

Dona Mundoca, uma pessoa motivada que motivou e ainda motiva muitas outras com sua política da copresença. Arrisco afirmar que ela, Humberto de Maracanã e Colega têm esse aspecto em comum e, em se tratando da antiga matriarca dos Ferraz, era através de rezas, festas e seus tambores (o que engloba o terreiro) que ela pensava diferentes mundos. Em seu modo de vida, a espacialidade doméstica é feita de encontros duráveis e abundantes. No tempo que vivi na casa dos Ferraz, a nostalgia emergia com muita frequência dos meus amigos e anfitriões para lembrar que a casa já não era mais a mesma; estava mais carente de agitação. Lurdinha tocava muito no assunto.

[...] Quando vovó Mundoca era viva a casa era muito mais movimentada por causa das obrigações dela. O mês de maio aqui era falado. Ela também rezava pra Santo Antônio. O povo comprava roupa nova pra vir na procissão que ela fazia pra Nossa Senhora. Dava muita gente. E quando tinha festa no terreiro! Vinha gente de toda parte, de vários povoados. Ela chamava Domingona, que era a mulher que cozinhava nas festas dela, pra fazer a comida. Tinha muita comida. Quando vovó entrava ali pro barracão não dava mais conta de si. Baiava a noite inteira. Tinha gente que dormia aqui pra participar do tambor. Era rede armada pela casa toda e gente entrando e saindo. Depois que ela morreu o movimento diminuiu [...], muita gente conhecida e até parente nosso deixou de vir aqui (trecho de conversa informal com Lurdinha Ferraz).

No espaço doméstico liderado por Dona Mundoca, constituiu-se uma socialidade agregadora de compromissos e afeições que iam se efetuando num processo de cuidado abrangente de seres. Tudo isso me faz pensar numa domesticidade aberta aos de fora, exposta à construção de vínculos e aproximações sensíveis com conhecidos e desconhecidos. Assim, a casa de Dona Mundoca se punha em relação com as demais da vizinhança, que também realizavam suas próprias rezas e festas. Esse tipo de abertura espacial física prima por uma circulação livre de hesitações e desconfianças interpessoais, algo que a crescente construção de muros tem tensionado, pondo barreiras entre os quintais e entre estes e os brejos.

Levadas a sério, as experimentações perceptivas de Dona Mundoca ensinam a não interpretarmos coisas e acontecimentos de modo superficial, fora das tecituras concretas, visíveis e invisíveis, que criamos com elas na vida ordinária. Logo, faz sentido para as pessoas com as quais trabalhei tomar esses fatos, ou seja, a elevação de barreiras físicas e espaciais e a devastação ambiental como sinais correlacionados que alertam sobre uma lógica perturbadora para o interconhecimento e envolvimento. No capítulo 3, mostrei que, em parte, a degradação dos rios é vista localmente como manifestação de distanciamento e diminuição do contato direto entre estes e os humanos, sobretudo do cuidado exercido por seus “donos” e

“donas”. As donas, principalmente, imprimiam ao ambiente fluvial e brejoso seus jeitos de serem e de gerirem o espaço doméstico e familiar antes do advento da água encanada. Não à toa, rios na região comumente recebiam nomes de pessoas. O envolvimento dos humanos com eles e seus habitantes, como as Mães D’água, tem implicações recíprocas para a existência. Por esse motivo, a poluição e a morte dos rios, além dos juçaraís locais, causam frustração e espanto. O estado atual deles é marcador de uma ameaçadora radicalidade.

Ao afirmarem, em muitas situações cotidianas, que a vida em Maracanã não é mais a de antigamente, meus interlocutores estão refletindo sobre as limitações de ordem estrutural e discursiva às oportunidades de encontro interpessoal e à produção de engajamento intersubjetivo que essa domesticidade espessa e fluida implica. É na articulação dos processos lúdicos de afeição recíproca de humanos e não humanos (ambientes, santos e entidades) que casa e festa se tornam etnograficamente equivalentes. A atividade de rezadeira que Deca e outras mulheres realizam é uma habilidade comprometida com temporalidades produzidas e produtoras de espacialidades diligentes com o trato interpessoal.

Portanto, as experiências dos antigos habitantes de Maracanã têm mostrado que, não obstante, o imponderável da vida social e das relações de poder mais amplas nos levarem a sermos tocados por lógicas estranhas e assustadoras, há formas outras de não sermos capturados por elas. O chamado medo social, analisado como sentimento e prática de insegurança emergida da descrença nos mecanismos legais (Baierl, 2004), a meu ver, advoga a lógica perturbadora percebida pelos antigos moradores da região de Maracanã e funciona bem para caracterizar e denunciar a impunidade da violência cotidiana por parte da polícia, de grupos criminais e de seus impactos psicossociais em populações de pequenas, médias e grandes cidades do país. Por outro lado, o medo social, alicerçado no discurso sobre o crime, parece se tornar nas práticas discursivas um performador absoluto de constrangimentos socioespaciais, posto que a tônica é dada às configurações urbanas constituídas por valores, sentidos e regras sociais apregoados pelo mercado da segurança privada e dos condomínios fechados (Caldeira, 2011).

Nossos afetos se constituem na relação com outros culturalmente orientados. Sendo assim, há medos por aí se confrontando e produzindo espacialidades diversas, que se comunicam e se atravessam. Em outras palavras, mesmo com todas as particularidades geográficas, históricas, políticas e socioeconômicas que distinguem São Luís de outras cidades do país, as experiências que discuti ao longo dos capítulos precedentes sugerem que há divertimentos, solicitude coletiva e vidas sendo criativamente compartilhadas para além da

dramatização da comunicação de massa e do engendramento de pautas de segregação pelo discurso sobre o crime no contexto das grandes cidades e no contexto da expansão urbana.

Assinalo que o Programa Minha Casa Minha Vida foi mais um evento crítico quanto a seu impacto na comunicação intersubjetiva e interpessoal no cotidiano de uma área periférica de São Luís, o que inclui as relações dos antigos moradores da região de Maracanã com rios, brejos, juçarais e ruas. Seus empreendimentos inseriram-se no fluxo de agenciamentos e transformações que, à sua maneira, redesenham o habitar e as preocupações locais sobre a indiferença e o individualismo humano. Em interlocução com tal evento, modos de conceber e de se relacionar levam a entranhamentos e se dinamizam na ação e na percepção humana.

As experiências de hesitação e estranhamento diante do modo de vida urbano em expansão também podem revelar espacialidades produzidas pelo comprometimento da atenção com as ligações emaranhadas das quais seus habitantes fazem parte, especialmente habitantes das camadas populares, um entendimento que a categoria de obrigação evidencia. A preocupação ativa dos meus amigos e interlocutores com os laços que cultivam desde uma escala micro entre eles mesmos e entre eles e outros entes opera deslocamentos simbólicos nas práticas de contato para traduzir as diferenças observadas nativamente no que tange os habitantes recém-chegados e o próprio evento do Minha Casa Minha Vida.

É assim que “rivalidade” e “violência” vão assumindo formas nas palavras, gestos, ações, sensações e sentimentos. Sua interdependência é um enfrentamento simbólico interpelador da realidade por parte de um conjunto de núcleos familiares que viram eventos de desenvolvimento urbano chegarem e se insinuarem agressivamente no ambiente. Simultaneamente, a operação que interpela o diferente propicia aproximação com ele. Aí, a capacidade exogâmica do festejo/festa motiva e atrai pessoas de diferentes lugares, proporcionando inclusões na dimensão da sociabilidade e da espacialidade. Sem dúvida, nos altos e baixos das hesitações e certezas que nos tocam cotidianamente, cultivar determinados fios de existência compartilhada torna a vida mais interessante. São possibilidades para seu florescimento comum nos lugares em devastação.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Martina. Notas etnográficas sobre solidão e capitalismo. *In: 45º Encontro Anual da ANPOCS*, Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021.
- AHLERT, Martina. **Encantoria**: Uma etnografia de pessoas e encantados. São Luís/ Curitiba: Kotter, 2021.
- AHLERT, Martina; LIMA, Conceição de Maria Teixeira. “A família de Légua está toda na eira”: tramas entre pessoas e encantados. **Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 23, n. 2, p. 447-467, 2019.
- AHLERT, Martina. Carregado em saia de encantado: transformação e pessoa no terecô de Codó (Maranhão, Brasil). **Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 20, n. 2, p. 275-294, 2016.
- ALCOBAÇA, Luzinele Everton de. **Expansão Urbana e Conflitos pelo Uso do Solo: o caso da comunidade Pindoba em Paço do Lumiar**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.
- ALVES, Yara. Sob a Luz e o Calor do Fogo: a criação entre os moradores de Pinheiro e as interconexões entre Casas, Famílias e Corpos. *In: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natália Simeí. In: Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome, 2018.
- ARAUJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)**. 2012. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2012.
- BAIERL, Luzia Fátima. **Medo Social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- BAPTISTA, José Renato de Carvalho. Os deuses vendem quando dão: os sentidos do dinheiro nas relações de troca no candomblé. **Mana**, v. 13, p. 7-40, 2007.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- NETO, Aristóteles Barcelos. Festas para um nobre: ritual e (re) produção sociopolítica no Alto Xingu. **Estudios Latinoamericanos**, v. 23, p. 63-90, 2003.
- BECKER, Howard. De Que Lado Estamos? *In: Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BERGER, Jonh. **Sobre el Dibujo**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina. **Etnografia no Movimento**: território, hierarquia e lei no PCC. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, 2014.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 81-117, 2015.

BITTENCOURT, Drielle Souza. “Maranhão Novo”: o primeiro ano do Governo de José Sarney (1966) através do jornal O Imparcial. In: PICCOLO, Monica; SILVA, Fábio Henrique Monteiro. **Agentes, agências e imprensa na construção de dinâmica dos regimes ditatoriais contemporâneos**. São Luís: Editora UEMA, 2018.

BORGES, Antonádia. Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política. **Mana**, v. 11, p. 67-93, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2011.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, p. 252-280, 2009.

CARSTEN, Janet. **After Kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, p. 103-118, 2014.

CHIQUETTO, Rodrigo Valentim. **Etnografia sobre a Prática Futebolística na MetrÓpole Manauara**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

CLASTRES, Pierre. Do um sem o múltiplo. In: **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003. p. 185-192.

COMERFORD, John. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista de antropologia**, v. 57, n. 2, p. 107-142, 2014.

COIMBRA, Carlos Everaldo A. Jr. Estudos de Ecologia Humana entre os Suruí do parque indígena Aripuanã, Rondônia: 1. O uso de larvas de Coleópteros (*Bruchidae* e *Curculionidae*) na alimentação. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 2, n. 2, p. 35-47, 1983.

CORREIA, Fabiana Pereira. **Morfotecnogênese Minerária em Áreas de Mineração**: subsídios à gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Maracanã, município de São

Luís, Maranhão. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade e Ecossistemas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CORREIA, Fabiana Pereira. **Sentidos de lugar e geograficidades em políticas públicas de conservação da natureza:** reverberações a partir das vivências de moradores da Área de Proteção Ambiental de Maracanã, São Luís - MA, Brasil. 2020. Tese de Doutorado (Instituto de Geociências e Ciências Exatas) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Rio Claro, 2020.

CORTADO, Thomas. Tem de enfrentar a chuva: Casa, vida e mobilidade entre camadas populares brasileiras. **Dilemas:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Reflexões na Pandemia, p. 1-5, 2020.

COSTA, Elenilde Antonia. **Festa de Santo Reis:** estudo sobre o surgimento do Reis do Alecrim na comunidade de Maracanã. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Artística) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

COSTA, Elenilde Antonia. **Festa de Santo Reis:** estudo sobre o surgimento do Reis do Alecrim na comunidade de Maracanã. 1998. Monografia (Graduação em Educação Artística) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.

COSTA, Antonio Maurício Dias da. **Festa na Cidade:** o circuito bregueiro de Belém do Pará. Belém: Eduepa, 2009.

DAS, Veena. **Vida e Palavras:** a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo. Editora Unifesp, 2020.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, p. 9-41, 2011.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. **Cuadernos de antropología social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DESCOLA, Philippe. **Outras Naturezas, Outras Culturas.** São Paulo: Editora 34, 2016.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente (1300-1800).** São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação.** Lisboa: Difel, 1985.

ELIAS, Norbet; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Adriana. Tutela e Autonomia no Governo dos Pobres: passagens, tensões e polissemia numa ocupação de moradia no Rio de Janeiro. *In:* RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Orgs). **Novas Faces da Vida nas Ruas.** São Carlos: Edufscar, 2016.

FERNANDES, Janaína Ferreira. **Liberdade, Terra e União na Almofala dos Tremembé: um díptico etnográfico-ficcional**. 2020. Tese (Departamento de Antropologia, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Brasília) – Universidade de Brasília, 2020.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **A produção do Espaço Urbano Em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: Edufma, 2014.

FERRETTI, Mundicarmo. **Encantados e Encantarias no Folclore Brasileiro**. In: VI Seminário de Ações Integradas em Folclore. São Paulo, 2008.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Encantaria Maranhense de Dom Sebastião. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 1, n.1, p. 262-285, 2013.

FINAMORI, Sabrina; FERREIRA, Flávio. Gênero, Cuidado e Famílias: Tramas e Interseções. **Mediações**, Londrina, v. 23 n. 3, p.11-42, Set-Dez. 2018.

FLAKSMAN, Clara. “De sangue” e “de santo”: o parentesco no candomblé. **Mana**, v. 24, p. 124-150, 2018.

FONSECA, Claudia. Os Emaranhados Fios de Pertencimento. **Revista Mundaú**, n. 6, p. 18-36, 2019.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Mobilidades, encantamentos e pertença: o mundo ainda está rogando, porque ainda não acabou. **Revista de Antropologia**, v. 57 nº 2, p. 144-170, 2014.

GOUVÊA, Denise de Campos; ÁVILA, Paulo Coelho; RIBEIRO, Sandra Bernardes. A Regularização Fundiária Urbana na Amazônia Legal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 11, n. 2, p 73-74, nov., 2009.

GUATARRI, Félix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano V, 1985.

GUEDES, André Dumas. Narrativas e Transformações das Andanças no Trecho. In: SOUZA Candice Vidal e; GUEDES, André Dumans. **Antropologia das Mobilidades**. Brasília: ABA Publicações, 2021.

GUEDES, André Dumas; SOUZA Candice Vidal. Introdução. In: **Antropologia das Mobilidades**. Brasília: ABA Publicações, 2021.

HARAWAY, Dona. **Ficar com o Problema: fazer parentes no Chthluceno**. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

HIRATA, D. No meio do campo: o que está em jogo no futebol de várzea. In: TELLES, V.S.; CABANES, R. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

HURTADO, Fina Antón. Antropología del miedo. **methaodos. revista de ciencias sociales**, v. 3, n. 2, p. 262-275, 2015.

INGOLD, Tim. 2012. “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais”. **Horizontes Antropológicos**, 18(37), p. 24-44, 2012.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: ensaios sobre movimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão. Dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil. São Luís: Iphan/MA, 2011.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade. **Etnográfica**, v. 18 (3), 2014.

KUSCHNIR, Karina. Desenho Etnográfico: onze benefícios de usar um diário gráfico no trabalho de campo. **Revista Pensata**, v. 7, n.º1, 2018.

LAGO, Luciana Corrêa do. Autogestão da Moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, nº 05, ano 2, 2011.

LEAL, João. Os encantados nas Festas do Divino: estrutura e antiestrutura. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 2, p. 431-451, 2019.

LIMA, Antônia Pedrosa de. O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações interpessoais. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 79-105, 2016.

LIMA, Clarissa de Paula Martins Lima. Filhos de Deus, Filhos da Santa, Sempre Parentes, nem Sempre Família. In: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simei Leal. **Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios**. Rio de Janeiro: Grma/Terceiro Nome, 2018.

LIMA, Rosirene Martins. **O Rural no Urbano: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz**. MA: Ética, 2008.

LIMA NETO, Bento Moreira. **Histórias do Porto do Itaqui**. São Luís: Idéia Criativa, 2005.

LOPES, João Marcos de Almeida; PULHEZ, Magaly Marques. De molde a contramolde:(re) construindo questões sobre a urbanização de favelas. **Cadernos IPPUR**, v. 22, n. 2, p. 67-88, 2008.

LUZ, Josinaldo Santos da. **Lutas por Moradia e Expansão do Espaço Urbano de São Luís**. 2004. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2004.

- MACHADO, Igor José de Renó. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. **Etnográfica** - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 14, n. 1, p. 5-26, 2010.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 11-29, 2002.
- MARQUES, Matheus Andrade. O reggae em São Luís: identidade cultural e o surgimento da Jamaica brasileira. **Geopauta**, v. 7, p. e11964, 2023.
- MÁRQUEZ, Raúl. Limites e Ambiguidades da Vicinalidade num Bairro de Salvador. **Revista de Antropologia**, v. 57, nº 2, 2014.
- MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- MARTINS, Carolina Christiane de Souza. **Política e Cultura nas Histórias do Bumba Meu Boi**: São Luís do Maranhão século XX. 2015. Dissertação (História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- MARTINS, Conceição Garcia; DA LUZ, Nanci Stancki; DE CARVALHO, Marília Gomes. Relações de gênero no trabalho doméstico: um estudo a partir da realidade das trabalhadoras do Instituto Federal de Santa Catarina. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 6, n. 23/24, p. 27-36, 2011.
- MASSEY, Doreen. Um Sentido Global de Lugar. *In*: ARANTES, Antonio A. (Org). **O Espaço da Diferença**. Campinas (SP): Papirus, 2000.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. *In*: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sobre o Sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- MELLO, Rosimery Medeiros de. **“Não é a Pesca, são as Pessoas”**: uma etnografia da pesca na Área de Proteção de Guaraqueçaba (PR). 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.
- MENEZES, Palloma. Teorias dos Rumores: comparações entre definições e perspectivas. **Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 4, n. 12, 2020.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1999.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Visível e o Invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- MISSE, Michel. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadorias políticas. *In*: **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 211-281, 2006.

MONTALI, Lilia. **Família, Trabalho e Desigualdades no Início do Século XXI**. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu - MG. 27 a 31 de outubro de 2014.

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 18. Brasília, p. 43-57, 2015.

MONTEIRO, Rodrigo Padrini; ARAÚJO, José Newton Garcia de; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Você, Dona de Casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 13(4), São João del Rei, 2018.

NOVO, Marina Pereira. As Políticas de Transferência de Renda e o Desenvolvimento: o caso dos Kalapalo do Alto Xingu. **Maloca: Revista de estudos indígenas Campinas**, n. 1, v. 1, pp. 78, jul. - dez., 2018.

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva; ALCÂNTARA JR, José O. A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 977-998, 2017.

PETTI, Daniela Ramos. Da Favela ao Condomínio: o rumor como dúvida e investigação em face da incerteza. **Sociabilidades Urbanas: Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 4, n. 12, novembro 2020.

PICANÇO, Felícia; ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; COVRE-SUSSAI, Maira. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. e0177, 2021.

PINA-CABRAL, João de. Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2014, v. 57 nº 2, pp. 24-46.

RABELO, Miriam C. M. Obrigações e a Construção de Vínculos no Candomblé. **Mana** 26(1): 001- 031-2001.

REIS, Rosalva. Ao som das Caixas, à Sombra da Juçareira, Entre Matracas e Pandeirões. In: Portuguese, Anderson Pereira (Or). *In: Turismo Sertanejo: Patrimônio Cultural e Realidade Social em Comunidades, Ituiutaba: Barlavento*, 2014.

SÁEZ, Oscar Calavia. O Que os Santos Podem Fazer pela Antropologia? **Religião e Sociedade**, 29(2): 198-219, 2009.

ROSA, Patrícia Carvalho. Viver em “Comunidade”: notas sobre a casa como espaço da produção de corpos (d)e parentes kaingang. **Revista Temáticas**, 21(42), v.2: 115-149, ago./dez. 2013.

ROSALDO, Michele Zimbalist. Em direção a uma antropologia do *self* e do sentimento. **RBSE: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 54, p. 31-49, 2019.

SANTOS, Alessandra Regina. Movimentos que Tecem o Mundo: experiências de deslocamentos e práticas de conhecimento entre os habitantes de Pedro Cubas. *In:*

MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natália Simeí. **Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papeis, territórios**. Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome, 2018.

SILVA, Luiz Eduardo Lopes. **“Trilha sonora da guerra”**: análise das facções maranhenses e da formação da sensibilidade da juventude faccionada a partir do proibidão. 2020. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SILVA, Marcella Carvalho de Araújo. **Obras, Casas e Contas**: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro. 2017. Tese (Programa de Pós-Graduação Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos Metrópole**, v. 17, nº 34, 2015. p. 401-416.

SILVA, Jadson Pessoa da. **Programa Minha Casa Minha Vida 2009-2010**: avanços e limites para a população de baixa renda em São Luís. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.

SOUSA, Késsia Rosaria de. **A Produção Cultural do Bumba Meu Boi de Maracanã em São Luís-MA**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

SOUZA, Wesllen Cosme de. **“Tirando um Lazer”**: práticas, conflitos, sociabilidade de Jovens Moradores do bairro Matagal na periferia de Cotia (SP). 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SPAGGIARI, Enrico. Campos, festas e pedreiras: narrativas varzeanas das periferias de São Paulo (SP). **Mosaico**, v. 9, n. 14, p. 321-337, 2018.

TELLES, Vera da Silva *et al.* Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos avançados**, v. 21, p. 173-191, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. *In*: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 195-218.

TODOROV, Tzvetan; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas Organizadas de Futebol**. Campinas: Autores Associados/Anpocs, 1996.

TOLEDO, Luiz Henrique de. O dom de jogar eo torcer sem dom: extensões de uma categoria no contexto do futebol. **Revista de Antropologia**, v. 66, p. e204066, 2023.

TURNER, Victor Witter. **Do Ritual ao Teatro: a seriedade humana de brincar**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Política Habitacional e Estado Autoritário em São Luís (1964-1985)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org). *In: A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 36-46.

DE CASTRO. Eduardo Viveiros. O Medo dos outros. **Revista de antropologia, São Paulo, USP**, v. 54, n. 2, p. 865-917, 2011.

DE CASTRO. Eduardo Viveiros. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, p. 113-148, 2002.

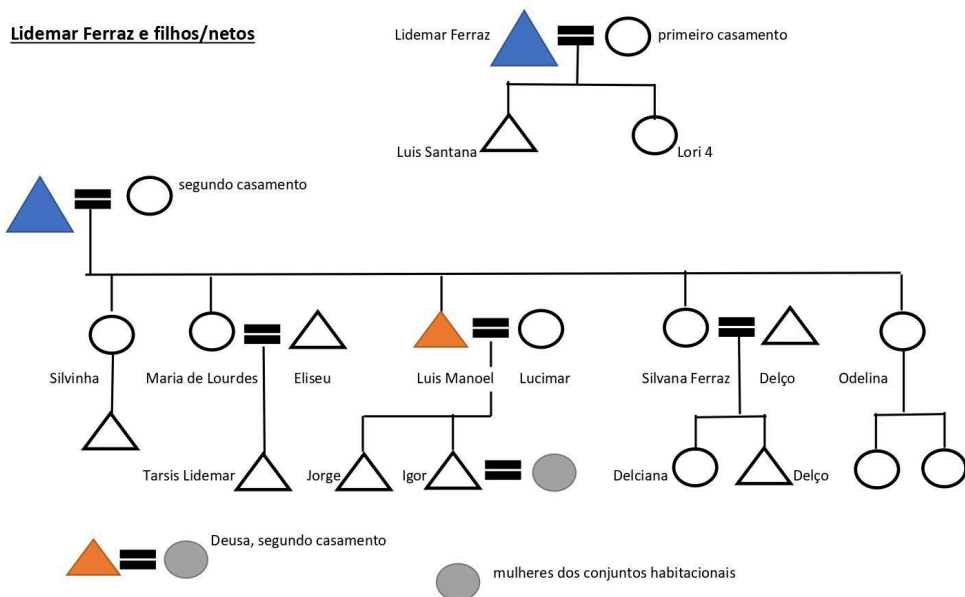
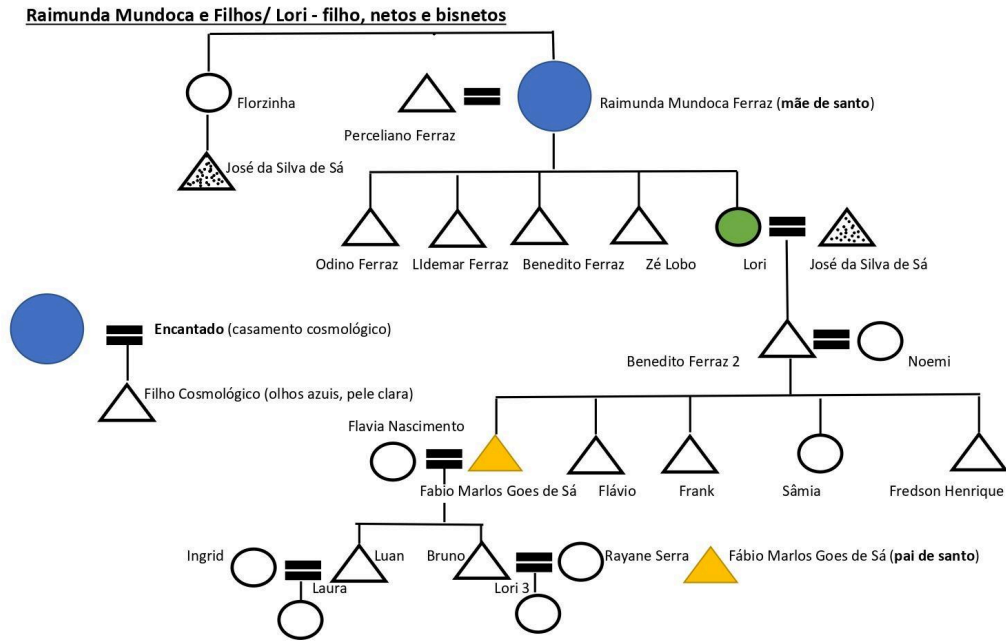
WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

WIGGER, Raquel. Casa, Família e Pertencimento: a construção da pessoa em uma localidade no Sul do Brasil. **Temáticas**, 21(42) v.1: 151-172, ago./dez. 2013.

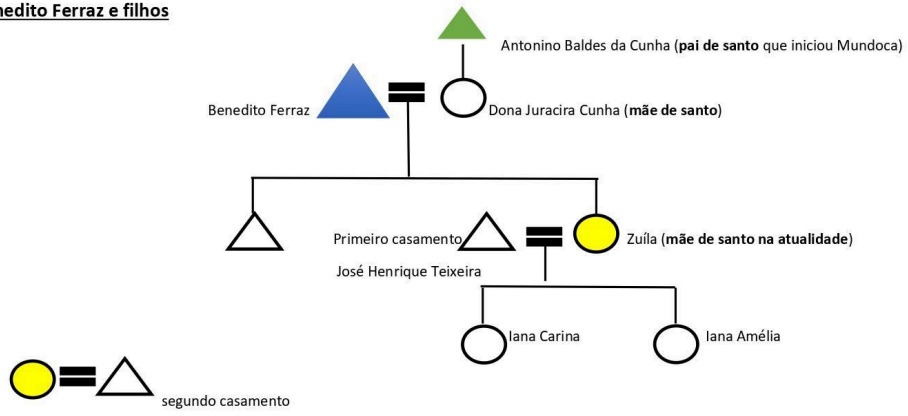
WOORTMANN, Klaas. Casa e Família Operária. **Anuário Antropológico**, 80:119-150, 1982.

CASTAÑO ZAPATA, Daniel; RUIZ ROMERO, Gabriel. “Con el Jesús en la boca”: miedo y vida cotidiana en sociedades en guerra. El caso de Tumaco (Nariño, Colombia). **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 54, p. 23-50, 2019.

APÊNDICE A - ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA FERRAZ



Benedito Ferraz e filhos



Zé Lobo e filhos

